André Vianna Dantas

DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA

TÁTICA E ESTRATÉGIA NA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

EDITORA FIOCRUZ

Do Socialismo à Democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira

André Vianna Dantas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DANTAS, A. V. *Do socialismo à democracia*: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017, p. 319. ISBN: 978-65-5708-296-6. https://doi.org/10.7476/9786557082966.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

André Vianna Dantas

DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA

TÁTICA E ESTRATÉGIA NA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA

TÁTICA E ESTRATÉGIA NA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

Fundação Oswaldo Cruz

Presidente
Nísia Trindade Lima

Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação
Manoel Barral Netto

Editora Fiocruz

Diretor
Manoel Barral Netto

Editor Executivo
João Carlos Canossa Mendes

Editores Científicos
Carlos Machado de Freitas
Gilberto Hochman

Conselho Editorial
Denise Valle
José Roberto Lapa e Silva
Kenneth Rochel de Camargo Jr.
Ligia Maria Vieira da Silva
Marcos Cueto
Maria Cecília de Souza Minayo
Marilia Santini de Oliveira
Moisés Goldbaum
Rafael Linden
Ricardo Ventura Santos

André Vianna Dantas

DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA

TÁTICA E ESTRATÉGIA NA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

EDITORA FIOCRUZ

Copyright © 2017 do autor
Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / EDITORA

Revisão
Jorge Moutinho e M. Cecilia Moreira

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica
Paulo Vermelho

Produção gráfico-editorial
Phelipe Gasiglia

Catalogação na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

D192s Dantas, André Vianna.
Do Socialismo à Democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira / André Vianna Dantas. – Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2017.
319 p.

ISBN: 978-85-7541-503-0

1. Estado. 2. Democracia. 3. Socialismo. 4. Política. 5. Comunismo. 6. Reforma dos serviços de saúde. 7. Sistema Único de Saúde. I. Título.

CDD - 22.ed. – 321.8

2017
Editora Fiocruz
Av. Brasil, 4.036, térreo, sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro, RJ
Tels.: (21) 3882-9039 e 3882-9041
Telefax: (21) 3882-9006
editora@fiocruz.br
www.fiocruz.br/editora

Editora filiada
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Para Cátia
Por Beatriz, Helena e Santiago

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma.

Karl Marx

Não cabe aos socialistas hipostasiar ou reificar mistificadoramente a democracia. Essa é uma tarefa da burguesia.

Florestan Fernandes

Sumário

Prefácio 11

Apresentação 19

PARTE I – ESTADO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO:
UM DEBATE SOBRE TÁTICA E ESTRATÉGIA

1. O Estado e a Questão Democrática na Tradição Marxista: pensamento e prática política..... 33

2. O Debate Tático e Estratégico da Esquerda Brasileira 87

PARTE II – REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA E DEMOCRACIA:
QUAL REFORMA E QUAL DEMOCRACIA?

3. Reforma Sanitária Brasileira: ainda em busca de uma teoria para um debate necessário 149

4. Reeducar o Estado? 205

5. Reforma Sanitária, SUS e Socialismo: questão de princípios 247

Da Democracia ao Socialismo 281

Referências 291

Posfácio 309

Prefácio

Em tempos difíceis, reaparece muitas vezes uma dúvida recorrente. Devemos silenciar sobre as grandes questões, uma vez que elas são desconfortáveis, incômodas e desarrumam ainda mais a precária ordem das coisas? Devemos nos acomodar na defensiva, uma vez que os ataques são muitos e extensos, e tentar minorar o problema, ao invés de evidenciar a profundidade da dificuldade? A construção de consensos deve ocorrer a qualquer custo, com todo o espectro das forças sociais, inclusive aquelas cujo objetivo é permanentemente derrotar as classes trabalhadoras? Devemos silenciar sobre as nossas opções, sobre nossas derrotas, sobre nossas possibilidades, de maneira a facilitar resultantes comuns, mesmo que nos afastem ainda mais do diagnóstico e, mais grave, nos distanciem de outras possibilidades de enfrentar os dilemas da vida social e da saúde pública e universal no Brasil?

André Dantas apostou, a meu juízo corretamente, que, neste exato momento, é ainda mais urgente e necessário aprofundar e socializar a reflexão incômoda e transgressora. Nada será mais perturbador do que o desconhecimento e o silêncio discretos, quando tantos foram os desacertos e tão enormes. Decidiu analisar criteriosamente os descaminhos que percorremos. Decerto, muitos trilharam-nos a contragosto, enquanto outros adotaram-nos tão integralmente que chegaram a construir *teorias* para justificá-los, para tornar palatáveis os sucessivos recuos e concessões, ou para construir falas públicas com

belas historinhas, com edificantes lições de moral, mas sem substrato e, infelizmente, sem verdadeira sustentação popular.

Este livro deriva de tese de doutorado defendida em 2014, antes, portanto, que alguém pudesse imaginar o lamentável desfecho da deposição de Dilma Rousseff e da ocupação da Presidência por Michel Temer, desfigurando a democracia por dentro de todos os rapapés institucionais. Os múltiplos descaminhos, entretanto, já eram visíveis anteriormente, embora seu grau de virulência parecesse menor. Partindo de premissa sugerida por Gramsci, da necessidade de estabelecer regularmente inventários tanto dos projetos políticos, quanto das condições de sua realização, investe-se aqui, com segurança e rigor, na análise das principais opções teórico-políticas que balizaram o percurso da reflexão política contemporânea, em suas oscilações entre reforma e revolução, entre socialismo e democracia, para localizar seu impacto sobre a saúde pública e universal no Brasil.

Esmiúçam-se as principais vertentes teóricas que deslizaram do enfrentamento às raízes do capitalismo (socialismo) para uma adesão incondicional – mesmo se nuançada e matizada – à democracia. Engana-se o leitor se imagina que o autor realiza a defesa de uma opção simplificada entre socialismo e democracia: o que André Dantas nos mostra é que não há democracia sem socialismo. É na luta dos trabalhadores enfrentando o descarrilhamento social que a expansão do capitalismo promove que emergem sinais possíveis de uma democracia efetiva, social, e não apenas política, capaz de alterar o próprio âmbito das decisões cruciais, as que afetam a produção da vida social. A atualidade demonstra de maneira dramática como a dura conquista de alguns elementos democráticos, como o voto universal e direitos sociais e civis, vem sendo permanentemente estiolada e corrompida pelo próprio capitalismo. Este livro apresenta a reintrodução dessa disjuntiva – democracia ou socialismo – em trânsito historicamente realizado por determinados setores da esquerda. Estes, sim, supuseram uma escolha *tática* – primeiro a democracia e, em seguida, o socialismo – ou *estratégica*, superdimensionando o termo democracia, mas na prática esvaziando-o das determinações sociais fundamentais que permitem compreender a vida social sob o capitalismo e lutar contra elas. Há aqui uma impressionante síntese teórica e histórica sobre as elaborações que levaram à oposição entre democracia e socialismo que, ao esvaziarem a opção socialista, contribuiriam para a fragilização das forças capazes de

sustentá-la, do que vem resultando um brutal encolhimento da própria democracia. A própria questão do enfrentamento do capitalismo – isto é, a questão socialista – ficaria praticamente abandonada.

André Dantas teve a ousadia de enfrentar o problema e de desatar o nó górdio que paralisava (e infelizmente ainda paralisa) a reflexão crítica substantiva sobre a relação entre democracia e socialismo e sobre a relação estreita entre definições estratégicas e opções táticas. A boa direção na pesquisa, para os historiadores, pede ousadia, persistência e cautela. A base teórica é elemento fundamental para apreendermos as determinações dos processos analisados. Porém, nenhuma teoria oferece prontamente as respostas e exige ser profundamente interrogada, ela própria, à luz da realidade histórica e movediça da qual nasce e que precisa explicar. O desafio é grande, pois os múltiplos desdobramentos e acréscimos realizados na interpretação da vida social capitalista por diversos autores, muitas vezes, incorporaram determinações fundamentais; de outras vezes, apenas desviaram o foco das questões fundamentais.

O ponto de partida da investigação – o nó concreto mais evidente – era a interrogação sobre a potência das lutas sociais das classes trabalhadoras na Reforma Sanitária e sua diminuição nos últimos anos. A defesa de um sistema de saúde universal e gratuito encolheu-se ao conviver com um sistema no qual as privatizações corroíam parcela de suas forças, onde as terceirizações dos trabalhadores esvaziavam o próprio sentido coletivo da ação, e no qual a defesa de amplos consensos atravessando as classes trabalhadoras e os setores dominantes empresariais retiravam o gume do corte das lutas originais. Foi, pois, para chegar a ele – no processo atravessado pela Reforma Sanitária – que nosso autor precisou recuar no tempo e no espaço, para encontrar as linhas de formulação de escopo internacional que tiveram intensa influência no Brasil, assim como aquelas elaboradas por pensadores brasileiros, algumas vezes em diálogo internacional. Uma vez localizadas as conexões mais centrais, foi necessário retornar para analisar simultaneamente o percurso dos propósitos, das interpretações e dos caminhos da Reforma Sanitária no Brasil. Trata-se de reflexão de fôlego para pensar a estratégia que presidiu a luta pela Reforma Sanitária, que táticas gerou e de que maneira ambas – táticas e estratégias –, ao longo de percurso histórico tenso, modificaram-se, encolheram e chegaram a novos limites e mesmo à exaustão.

Desatar um nó de tais proporções não foi tarefa fácil e certamente exigiu enormemente do autor. Exigiu a ousadia de colocar o problema, quando tantos procuram escamoteá-lo em busca de uma linha de atuação de menor

resistência, na qual o capital e o empresariado sintam-se menos desconfortáveis, mas na qual os trabalhadores são reduzidos a coadjuvantes. Exigiu, ainda mais, a identificação dos fios centrais que, à primeira vista embaraçados, na verdade corriam em paralelo: as transformações na reflexão crítica no cenário internacional e seus impactos tanto nos pensadores sociais brasileiros, quanto diretamente naqueles dedicados a analisar as linhas de atuação da Reforma Sanitária no Brasil. Como se observa, um nó composto por vários fios. O resultado é um esclarecedor desembaraçamento de tal novelo, mostrando com clareza como se direcionaram para becos sem saída, pelo abandono das determinações sociais cruciais do processo histórico, determinações que constituem também as bases inescapáveis para pensar a saúde pública e coletiva. No Brasil e alhures, a análise da forma específica do capitalismo contemporâneo, das relações entre capital e trabalho, das formas de luta, do formato peculiar do Estado contemporâneo, são condições fundamentais para compreender as modalidades da dominação social e para entrever as possibilidades de sua superação, contribuindo para as lutas sociais.

Além de recolocar o problema nos termos fundamentais, vale ressaltar que outra das consequências deste livro é apontar para novos desafios. Como toda pesquisa digna deste nome, consolida uma opção teórica e descortina possibilidades e exigências para novas pesquisas.

Ao demonstrar a reiterada tendência institucionalizante que grande parcela da esquerda assumiu, este trabalho evidencia o quanto o pensamento social brasileiro crítico é assaltado pela recorrente suspeita de que o Brasil não seja ainda um país capitalista – e a tarefa seria, então, desenvolvê-lo. Correlatamente, não sendo desenvolvido, não poderia sustentar projetos de cunho universalizante, devendo os pensadores (e formuladores políticos) aceitarem eternamente realizar as tarefas econômicas de expansão do capital que as burguesias – supostamente pobres e débeis, apesar de sua enorme capacidade na concentração de riquezas e de sua histórica truculência – não teriam condições de fazer. Estaríamos destinados a retornar sempre ao ponto de partida. O tema da democracia perde ainda mais substância, amarrado a uma subordinação prévia, a de desenvolver capitalismo e burguesias. Como gatas borralheiras, pensadores e ativistas estariam fadados a limpar cotidianamente a sujeira produzida pelos grandes predadores (os detentores de capital), a cada vez em maior volume, sem ousar ir além para não inquietar... os próprios predadores. É marcante que tal suposição de incompletude do capitalismo configure-se como um *a priori* que define, antes mesmo de pesquisas mais

substantivas, os limites das investigações e do próprio pensamento. As formas concretas da extração de valor, da vida social, da concentração de riquezas, da produção das desigualdades, da atuação empresarial, desembocam, nesta simplificação mental, num suspiro impotente por uma democracia que expresse cada vez mais... desenvolvimento capitalista. Não é de estranhar que neste contexto sobreviva apenas a tática de uma democracia encolhida: seus verdadeiros sujeitos, isto é, as classes sociais que se beneficiam de tal processo, são as dominantes. As classes trabalhadoras, na sua concretude e em suas reivindicações históricas, são reduzidas a subalternos papéis secundários.

E, no entanto, as classes trabalhadoras seguem produzindo toda a riqueza na qual se comprazem as classes dominantes... e seus defensores.

Apesar de termos vivido períodos de intensa expansão do capitalismo, ainda mais evidente após a derrocada da União Soviética, o enfrentamento das formas concretas de tal expansão ficou adormecido, na crença de que a institucionalização – mesmo truncada – de algumas conquistas garantiria o predomínio da instância política sobre o conjunto da existência, inclusive sobre as determinações fundamentais nas quais repousam as classes sociais. Mas o processo histórico do último terço do século XX e das primeiras décadas do século XXI resultou apenas em um mundo cada vez mais capitalista, e, com ou sem crises, ainda em expansão. E isso, apesar das tragédias que provocou e ainda provocará, segue se intensificando. A democracia, sendo uma questão incontornável e sempre truncada pelo capitalismo, precisaria de uma defesa à altura, isto é, anticapitalista. André Dantas demonstra limpidamente que uma estratégia de tipo meramente democrático-popular abria a via para uma profunda derrota popular e democrática, por seu teor de naturalização do capital.

Este livro inaugura uma retomada de longo fôlego de pesquisas e estudos que precisarão, simultaneamente, atentar para a correlação entre estratégia e tática, mas sobretudo definir que *estratégias* procedendo de que *classes sociais* sustentam as propostas de participação política, de políticas públicas, de saúde, de produção do conhecimento, de formação e de educação. Em termos mais claros, o conhecimento precisa averiguar e compreender que lutas e enfrentamentos ocorrem na vida social, de modo que aqueles que produzem a existência possam também determiná-la. E não apenas sofrer as consequências.

As lutas de classes, tanto em seu mote teórico, como em seu escopo histórico, sociológico, antropológico, econômico, ideopolítico, readquirem papel fundamental. O Estado não é um local límpido e neutro, mas uma

correlação de forças de classes, isto é, ele responde às tensões e às lutas sociais intraclasses dominantes e entre as classes sociais. Porém, o escopo fundamental do Estado capitalista é a preservação da forma de ser social predominante, isto é, aquela que reproduz o próprio capital. Ou ainda, a garantia da permanência da dominação de classes.

A expansão do capitalismo no século XXI corresponde à centralização e concentração de capitais em gigantescas corporações, cuja estrutura de propriedade tornou-se nas últimas décadas mais opaca, fundindo proprietários de setores anteriormente diversificados: setores voltados para a captura de recursos monetários e sua conversão em capital, setores voltados para a extração de valor e setores dedicados à circulação e venda de inúmeras mercadorias. A concentração da propriedade contemporânea do capital impressiona até mesmo setores liberais, sendo o estudo mais conhecido o de Thomas Piketty (*Le Capital au Siècle XXI*, Paris: Éditions du Seuil, 2013). Compreender a saúde sob o capitalismo contemporâneo exige interrogar-se sobre as formas híbridas de extração de valor em curso, reencontrando as classes trabalhadoras em sua vida concreta. Mas exige também entender a aceleração de expropriações de bens (ou atributos) até então naturais ou coletivos, que integravam a existência da humanidade sem restrições de acesso, cuja monopolização permite sua conversão em mercadorias. Nesse terreno, saúde e vida parecem ser alvos prioritários.

A reificação de um certo formato supostamente estável das burguesias e das classes trabalhadoras obnubilou a reflexão sobre esses temas. A institucionalidade parecia fazer desaparecer, quase num passe de mágica, a carne e o sangue real que nutriram e seguem nutrindo a vida social. Enquanto ocorria veloz reconfiguração das classes trabalhadoras a partir da década de 1990, imposta por sucessivas reestruturações capitalistas, o processo foi escamoteado através de categorias que expulsavam da reflexão a contradição entre capital e trabalho, centralizando termos como *pobreza* ou *excluídos*. Não retomarei aqui a crítica a tais denominações.

Para além de uma leitura meramente institucional, trata-se hoje de enfrentar a análise efetiva do Estado brasileiro. As burguesias brasileiras (e suas congêneres estrangeiras) expandiram, em velocidade e quantidade sem precedentes, uma malha de entidades sem fins lucrativos – sociedade civil empresarial – voltada para inúmeras atividades sob condições formalmente democráticas: formulação de leis, formação de quadros, definição de políticas públicas, *apoio* aos movimentos populares, educação, cultura etc. Tal malha de

entidades somou-se às tradicionais formas de organização empresarial, atravessando e integrando o Estado. Não substituía as práticas truculentas tradicionais, mas a elas se acrescentava. Integradas ao Estado, seu empenho era duplo: golpear as bases organizativas das classes trabalhadoras (sindicais, partidárias e movimentos sociais) por meio da coerção pública e privada, mas acenar com outros formatos, disseminando modalidade pouco usual, a do convencimento, com a luta empresarial travada também no interior dos setores populares. A luta de classes se complexificava. As privatizações aceleradas transformavam empresas públicas em empresas privadas, vendidas a preços irrisórios. Mas não se limitavam mais a elas. A privatização passou a incidir também no interior das instituições públicas, através de parcerias público-privadas (PPPs), de contratações terceirizadas, de imposição de modos de gestão tipicamente empresariais, transformando por dentro o setor público, o que é mais visível na área da educação, mas também ocorreu com a implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, na qual um direito constitucional era convertido em *serviço*, em passo fundamental para o desvirtuamento da saúde pública.

É tempo de os pesquisadores da saúde enfrentarem a complexidade do capitalismo contemporâneo em todas as suas dimensões: as formas de extração de valor; a dinâmica da propriedade do capital; as lutas de classes na sociedade civil; a configuração do Estado. Houve muitas modificações reais, mas uma permanência fundamental: o aguçamento da contradição clássica do capitalismo entre a socialização do processo produtivo e a concentração dos recursos sociais de produção. O atual aumento das classes trabalhadoras com vínculos diversificados e a expansão em escala vertiginosa da concentração e centralização do capital têm enorme impacto no terreno da saúde pública.

Também as pesquisas científicas são movidas por estratégias diversas e, se os pesquisadores deixam-se pautar por editais e financiamentos difusos, ignorando suas implicações sociopolíticas, tendem a ser arrastados pela estratégia dominante que lhes determina o que pesquisar e financia o que convém para a manutenção de uma ordem social iníqua. Ousar estudar as contradições do capitalismo é hoje o grande desafio em defesa da vida.

Virgínia Fontes

Historiadora, doutora em filosofia, professora da
Universidade Federal Fluminense e da Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz

Apresentação

Norberto Bobbio, em seu *Qual Socialismo?*, assim se remete à relação entre democracia e socialismo tomando como referência a perspectiva dos eurocomunistas italianos:

> a relação entre democracia e socialismo é configurada como uma relação entre meio e fim, onde democracia representa a parte do meio e o socialismo o fim. (...) o significado prevalente de "democracia", no binômio democracia-socialismo, é o da democracia como método (como "via", portanto). (Bobbio, 1983: 106-107)

A relação democracia-socialismo se apresenta como um problema do nosso tempo, sem dúvida, como aponta Bobbio, menos pelos desvios do "socialismo real"[1] e mais pelas constantes mistificações que se vêm produzindo em torno dessa relação. Se a linguagem é a consciência prática, como disseram Marx e Engels (2007), o deslocamento da centralidade do socialismo não obedece meramente a simples jogo de palavras, mas diz respeito ao processo de fetichização da democracia, coproduzido e endossado por partidos, movimentos e militantes à esquerda no espectro político. De degrau em degrau temos visto a passagem do socialismo à democracia, não como afirmação de uma relação

[1] Expressão criada pelos dirigentes dos partidos comunistas no período de Leonid Brejnev à frente do Estado soviético (1964-1982) para designar a realidade concreta das experiências socialistas.

intrínseca, mas como redução de horizontes políticos e emancipatórios. Tal processo tem servido, simultaneamente, somente à negação de uma perspectiva da revolução e à legitimação da ordem. A posição recuada da esquerda nesse debate, engolfada pela retórica ideológica burguesa que se apresenta como defensora máxima dos valores democráticos que historicamente recusou, já é suficiente para relativizar a ênfase de Bobbio e apresentar a mistificação como produto da luta de classes.

A escolha das palavras nunca é aleatória, e os seus sentidos estão sempre em disputa, por isso o título deste livro pretende indicar os traços dominantes de um processo histórico que será devidamente descrito e caracterizado. Embora Lukács e sua *democracia socialista* não se assemelhem a Bobbio e a seu extenso número de seguidores, não estamos em busca dos *pedigrees* dos socialistas autênticos, dos democratas liberais, radicais ou socialistas.

Feitas essas considerações, podemos aludir à disputa em torno da via para o socialismo, que esteve marcada desde sempre por duas questões: a atualização do debate tático-estratégico ao longo do século XX e o acerto de contas com a experiência do socialismo real. Não se pode negar a importância e a legitimidade da revisão da estratégia revolucionária pelo movimento comunista internacional, iniciada já com o último Engels (2008). A Revolução Russa e Lênin, que parecem peixe fora d'água nesse movimento de atualização estratégica que perpassa o século XX, não se constituíram, no entanto, em polo oposto e fora de lugar nesse debate. Seu deslocamento para uma posição supostamente despropositada se deve, em boa medida, à segunda questão anunciada. Só que nesta o seu caráter não só se apresenta de modo recuado e defensivo, como também parece ter lançado mão da primeira questão para se legitimar, distorcendo-a em parte, como instrumento teórico de uma recusa política que, diga-se de passagem, não poderia estar presente (e de fato não estava) em Gramsci – elevado, à revelia, a cardeal da excomunhão de Lênin.

Sabendo-se que "a maneira pela qual o Estado age para assegurar a reprodução é determinada, em seu conteúdo, pelo movimento do capital e pelas lutas de classe e, em sua forma, pela sua transposição ao nível do aparelho de Estado" (Hirsch, 1977: 93), não será demais, nos dias que seguem, ao menos suspeitar que, diante das crescentes dificuldades de reprodução ampliada do capital, a margem de manobra da burguesia para sacrifícios (a base material do consenso) esteja, como nunca, reduzida. E isso significa dizer que talvez já não sejam possíveis as mesmas apostas políticas em torno do caráter emancipatório da democracia burguesa. Não se trata de negá-la, mas também não se pode tratar de

considerá-la a despeito das particularidades das formações sociais onde é praticada – o que nos impõe a retomada do debate tático-estratégico de classe.

Tal debate, oriundo do campo militar e aplicado à política, tem uma importante tradição no pensamento contemporâneo e não se constitui em mero detalhe de erudição bibliográfica. Uma estratégia não é apenas uma formulação teórica, mas também uma prática política. Por expressar uma síntese (de múltiplas determinações e não apenas da vontade dos agentes – ainda que haja escolhas), é sempre maior que os sujeitos e grupos que a formulam e implementam. Origina-se da unidade entre aspectos objetivos e subjetivos da realidade, que se condensam em uma avaliação das experiências históricas de uma classe. A teoria, comumente confundida com a própria estratégia, é, antes, elemento de sua construção, assim como a consciência social de uma época. Estratégia não é também sinônimo de objetivo final, mas da combinação dos elementos parciais que podem levar ao objetivo final. Uma estratégia de classe, portanto, embora sintetizada por suas lideranças, vai além delas:

> quando falamos de um determinado comportamento da classe trabalhadora, devemos relacioná-lo a uma estratégia determinada em um certo período histórico (...), como uma síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação. (Iasi, 2012: 288)

Nossa intenção, portanto, é nos inserirmos no debate estratégico da classe trabalhadora dos anos 1970 para cá, tomando como representativo o processo político construído em torno do movimento da Reforma Sanitária,[2] com o objetivo de avaliar os seus desdobramentos. Não pretendemos, portanto, confrontar a intencionalidade expressa da classe, por meio de seus grupos dirigentes, com o efetivamente cumprido e realizado, uma vez que a história, como nos ensina o materialismo histórico-dialético, não caminha apenas por atos de vontade das classes, senão essencialmente pelo seu confronto. Em outra ponta, também não cabe supor a indeterminação como motor da história. O caminho é a combinação dialética entre fatores objetivos e subjetivos, entre o legado da história e as intencionalidades.

[2] O termo Reforma Sanitária é de inspiração italiana e está diretamente ligado à experiência análoga vivida naquele país. Já a denominação movimento sanitário apareceu pela primeira vez na dissertação de mestrado de Sarah Escorel, amplamente utilizada aqui por nós (*Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário*), sob a orientação de Sergio Arouca e defendida em 1986.

Coerente com o materialismo-histórico-dialético, o leitor observará que este livro não separa a abordagem teórico-conceitual da análise histórica que permite superar a abstração desses dois conceitos. Assim, o debate sobre o Estado e a democracia – central para este trabalho –, por exemplo, passará tanto pela revisão da obra dos principais autores marxistas quanto pela experiência concreta da social-democracia alemã e do eurocomunismo, que ajudam a compreender não só as inflexões teóricas que se dão a partir da prática, como também a forma como esses conceitos são empregados e apropriados no Brasil, inclusive pelo movimento sanitário.

Assim, partimos do pressuposto de que o movimento sanitário constituiu-se num dos atores coletivos significativos a expressar a Estratégia Democrático-Popular (EDP), que, como veremos, despontou nos anos 1980, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) (Coelho, E., 2012; Iasi, 2006, 2012), com a clara intenção de superar a Estratégia Democrático-Nacional (EDN), liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas já em franco processo de crise desde os anos 1960 (Mazzeo, 1999; Santos, 2007). Uma estratégia de classe não se funda em substituição a outra, desconsiderando completamente a experiência anterior – o que explica por que encontraremos elementos de ambas as estratégias nas formulações do movimento sanitário. Tal opção, no entanto, não significa reduzir a estratégia ao que já se formulou ou praticou. Os elementos de ambas as estratégias nos servirão como atores coletivos que são, representativos do movimento da classe, incluindo e também transpondo os limites dos segmentos e frações aglutinados em torno do movimento sanitário. Atualmente, a aparente saturação da EDP, após a experiência de três governos consecutivos sob a liderança do PT, impõe uma nova transição, que deve começar pela análise de sua crise. Mas para tanto, precisaremos recuar ao momento de sua formulação, sem deixar de considerar o que para nós é o seu substrato mais nítido: a *questão democrática*.

Para a esquerda brasileira, a questão democrática reaparece com força nos anos 1970. Elementos distintos se conjugaram para tanto. No plano internacional, a combinação da necessária crítica ao socialismo real em meio à dita época de ouro do capitalismo central impôs desafios teóricos e práticos importantes a partir da segunda metade do século passado. A recusa das experiências socialistas, tal como se desenvolveram, exigiu o debate democrático, mas contaminou-se com os termos da democracia de bem-estar social, que além de eficiente no discurso, promoveu de fato a integração de importantes segmentos da classe trabalhadora à ordem do capital. A distância no tempo

do *welfare state* tem ajudado a tornar todo esse processo mais claro, uma vez que não se recuperarão as mesmas bases materiais que permitiram, nas sociedades do capitalismo central, a existência daquela forma de relação entre classes e garantiram o consenso acerca dos modos dominantes do exercício democrático adaptado àquela situação. Mas "o problema atual é que a globalização aponta para a destruição das estruturas liberal-democráticas existentes. A questão da compatibilidade entre capitalismo e democracia coloca-se então sob uma nova perspectiva histórica e de modo mais grave", ressalta novamente Hirsch (2010: 95).

No plano interno, no mesmo período, o debate democrático ainda contava com mais um forte elemento que tornava ainda mais complexa a questão: a existência da ditadura empresarial-militar (1964-1985), que sufocava intensamente mesmo os canais convencionais de manifestação política da ordem burguesa tipicamente republicana. Eis todos os ingredientes misturados: crítica aos rumos antidemocráticos do socialismo real, canonização da democracia (já que, por um lado, parecia compatível com o sistema do capital e, por outro, justamente onde deveria se realizar, fracassava) e luta pelo retorno à dita normalidade democrática contra um regime ditatorial.

Como produto desse contexto, é que nasce nos anos 1970 o movimento sanitário, reunindo intelectuais, profissionais da saúde e movimento popular. Como luta setorial, em essência suas bandeiras diziam respeito às péssimas condições de saúde da população brasileira, na relação direta com as insuficiências, deficiências e ausências das políticas públicas para o setor. Como reflexo de uma luta de classes pujante e necessariamente transbordante dos limites setoriais, o movimento também encampava um projeto de sociedade, inserindo numa dimensão de "grande política" – como chamou Gramsci –, totalizante e classista, as demandas que tinham origem nos limites setoriais do campo da saúde. Suas questões de organização, sua tensa relação com o movimento popular e com o Estado, suas formulações táticas, sua busca teórica e sua prática política guardaram íntima relação com os dilemas vividos pela classe trabalhadora, bem como atualmente a sua crise expressa uma crise ainda maior.

Além da relação direta e orgânica de muitos de seus principais militantes com os dois partidos que vocalizavam, a um só tempo, uma estratégia de classe em crise e outra em processo de construção, o tema da democracia foi central para o movimento sanitário. Tal centralidade expressa um primeiro ponto de contato do movimento com o arco mais abrangente da luta dos trabalhadores em momento de retomada da luta contra a ditadura. A tese desenvolvida neste

livro diz respeito precisamente ao que consideramos o processo de absolutização da democracia nesse contexto de luta, concebida como *valor universal* – como estratégia, portanto. Tal processo em torno da fetichização da democracia se explica por um corte duplo já brevemente caracterizado, mas expressa também a absolutização do Estado na consecução da tática do movimento sanitário pela reforma do sistema de saúde.

A centralidade que crescentemente ganhou a questão democrática deslocou o verdadeiro debate estratégico em nome do socialismo, uma vez que – fosse para promover a autocrítica da esquerda; fosse para lutar contra a ditadura; fosse, enfim, para lutar pelo socialismo – o caminho a percorrer parecia ser o mesmo. No entanto, não se tratava de qualquer democracia, mas de uma democracia cuja realização deveria passar fortemente pelo Estado, diante de uma sociedade civil compreendida como frágil. Dessa forma, o Estado, assim concebido, desempenharia o papel de agente, de patrocinador da democratização, pelo estímulo ao fortalecimento da sociedade civil. Eis o nó da questão democrática a desafiar a classe trabalhadora brasileira, que teve na luta pela Reforma Sanitária uma expressão concentrada. Tomaremos o campo da saúde como microcosmo da luta mais abrangente da classe trabalhadora brasileira, como uma totalidade no interior de outra totalidade (Lukács, 1968).

Na saúde, a expressão mais simbólica dessa agenda, consubstanciada pela questão democrática, foi a noção de *participação social*. Após realizarmos o balanço da EDP, o movimento sanitário e o seu programa (a Reforma Sanitária) serão tratados como caso exemplar dessa agenda. Para tanto, inserimos a sua prática política no contexto maior das questões, das apostas e dos obstáculos enfrentados pela classe trabalhadora organizada no Brasil. Uma de nossas preocupações reside no fato de que, a despeito da crise estratégica que a classe trabalhadora vive atualmente, a romantizada questão democrática continua na ordem do dia, compreendida como lenitivo para todos os males. Não é mera coincidência que na saúde também ressoe esse bordão, cujo eco de um tempo de luta social com pretensões socialistas perdeu-se no tempo. Sobrou o discurso, utilizado por diferentes atores políticos, individuais e coletivos, para designar uma mesma agenda de socialização da política, que se daria com a maior participação da sociedade civil nos assuntos do Estado. Militantes de esquerda, partidos políticos dos mais variados matizes, organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, empresários e intelectuais, portanto, têm sido capazes de sustentar o elã desse ideário pretensamente universal.

Pelo bem da desnaturalização da realidade, é bom que se diga que a bandeira da participação não é nova e nunca foi universal, como hoje aparenta ser. Não custa lembrar que o tema da democracia foi desde sempre controverso para a filosofia política moderna. Da mesma forma, não são novas as tentativas de anulação das bandeiras da esquerda pela direita, por meio da *coerção* ou do *consenso.* Para nós, tem sido sumamente desafiante, em termos de exercício de dominação burguesa, o processo incessante de assunção apassivada dessas mesmas bandeiras da esquerda pela direita, num jogo de indistinção que tem a sua contraface na não menos nefasta e deletéria incorporação dos discursos e práticas da direita pela esquerda (Coelho, E., 2012; Martins, 2009; Neves, 2010; Oliveira, Braga & Rizek, 2010).

Essa constatação do avanço e da sofisticação das formas de dominação burguesas na contemporaneidade, se não põe em xeque as táticas e a estratégia de luta adotadas pelos trabalhadores nas últimas décadas, ao menos nos obriga a uma autocrítica *a contrapelo*, que seja capaz de reposicionar os meios e os fins traçados estrategicamente. Na saúde e para além dela. Este é o debate, tático-estratégico, para o qual pretendemos contribuir.

Para tanto, este livro foi dividido em duas partes. Na primeira, fornecemos um panorama teórico-político sobre a questão democrática e o Estado na tradição marxista. Do geral para o particular, tendo como pano de fundo o ascenso das massas como novo e incontestável ator político, apresentamos como Marx e Engels emergem com a sua crítica do Estado burguês. O desconcerto inicial da burguesia no trato da questão democrática, trazida pela ampliação da sociedade civil, impôs uma reconfiguração do exercício de sua dominação em face do reposicionamento da luta de classes. Tal processo de absorção do impacto da luta democrática da classe trabalhadora se expressou significativamente pela primeira vez com a capitulação da social-democracia alemã da virada do século XIX, provocando um intenso debate estratégico em torno da questão democrática desde então.

Um segundo momento da análise, central para a compreensão da influência do debate internacional sobre a esquerda comunista brasileira, diz respeito à experiência eurocomunista, com destaque para a italiana. A afirmação de um caminho italiano para o socialismo, por meio da via democrática, exerceria forte influência sobre a esquerda comunista no Brasil, mais notadamente em um conjunto de militantes do PCB que travara contato direto com aquela experiência, com destaque para Carlos Nelson Coutinho.

Sua "democracia como valor universal", emprestada de Enrico Berlinguer, se constituiria na base do programa da esquerda democrática,[3] que, por sua vez, exerceria forte influência sobre a formulação da EDP no Brasil. O elenco dos autores estudados nesta parte do livro (Palmiro Togliatti, Enrico Berlinguer e Pietro Ingrao) obedece ao papel e à importância que concretamente eles tiveram, mas também indica o roteiro teórico mais comum percorrido no Brasil pelos que nessa corrente do movimento comunista se inspiraram. Um quarto autor, o greco-francês Nicos Poulantzas, foi acrescentado ao conjunto, menos pelo rigor da classificação como eurocomunista – que também não lhe era estranha – e mais pela aproximação que empreendeu dos grupos à esquerda dessa corrente, aqui representados por Ingrao.

Ainda nessa primeira parte, nos aproximamos do debate brasileiro sobre a questão democrática, também diretamente associado ao tema da revolução. Percorrendo a trajetória que vai da formulação da EDN à EDP, vemos de perto como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho, ao construírem a crítica da primeira, já punham elementos que mais tarde viriam a se plasmar na segunda. A opção por tratar de ambas as estratégias, repetimos, se deveu ao fato de que é na confluência da crise de uma com a emergência da outra que desponta o movimento sanitário e se configura o campo da esquerda democrática do qual ele faz parte.

Nossa opção foi por um debate teórico-político sobre as estratégias formuladas pela classe trabalhadora brasileira nas últimas décadas. É o que justifica que tenhamos recorrido, na primeira parte, aos clássicos do marxismo sobre a questão democrática, sobre o Estado e a revolução; também à análise da corrente eurocomunista que no Brasil exerceu importante influência; e, por fim, às formulações dos dois partidos brasileiros que se destacaram no papel de liderança em dois momentos distintos da luta de classes no Brasil e à produção de três autores selecionados pela importância de suas obras para o debate estratégico.

[3] Esquerda democrática é uma expressão que não tem um significado unívoco. Na linguagem política corrente, pretende identificar o que seria uma esquerda não autoritária (mais contemporaneamente, por vezes não marxista), o que quase sempre é sinônimo de antileninismo. Na busca de uma caracterização que sirva a este livro, diríamos que por esquerda democrática queremos designar a filiação a uma defesa incondicional da democracia, no registro da ordem burguesa, tomada como "valor universal" (mesmo que com o intuito de superá-la), que no mais das vezes tem significado o consequente abandono do socialismo como projeto.

A segunda parte do livro é inteiramente dedicada à Reforma Sanitária e à luta específica do campo da saúde. No entanto, uma de nossas preocupações é explicitar a inserção da luta setorial no contexto maior da luta de classes no Brasil, dos anos 1970 para cá. Em primeiro lugar, para que possamos compreender a importância e o peso da estratégia na história recente da luta de classes no país; em segundo, porque na saúde essa ligação originária parece ter sido pouco considerada. O seu passado recente de luta contra a ditadura, que lhe reservou um papel de destaque, promoveu a compreensão de que este lugar especial no contexto da luta estaria permanentemente garantido. Essa autoimagem é mais um elemento para a compreensão de uma aparente autonomia tática do setor, autoatribuída, que caminha primordialmente pela institucionalidade, mas, na outra ponta, reclama a ausência da classe trabalhadora na defesa de suas bandeiras.

Expressão das lutas organizadas dos trabalhadores na saúde a partir dos anos 1970, o movimento sanitário não se organizou segundo a estrutura de um partido formal – como se deu com o PCB e o PT no que diz respeito à estratégia mais geral da classe –, de modo que não produziu sistematicamente encontros, congressos e resoluções que pudessem ser usados como fontes primárias de análise das suas elaborações e posicionamentos. Tal panorama, no entanto, não significa que não existam marcos e documentos que possam ser considerados chave, produzidos e publicados de forma mais dispersa.

Duas instituições concentraram o papel de principais intelectuais coletivos do movimento, responsáveis em muitos momentos não apenas pela formulação das concepções e táticas, como também pela sua vocalização e articulação política. O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), criado em 1976, e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), nascida em 1979, produziram, ao longo de todo o período aqui analisado, documentos, publicações e editoriais (de revistas como *Saúde em Debate* e *Ci*ência *& Saúde Coletiva*) que marcaram, a cada tempo, os embates internos, os desafios conjunturais e os posicionamentos estratégicos assumidos pelo movimento. Como iniciativa que se desenvolveu com forte participação da academia, é possível identificar em um grupo mais ou menos determinado de sanitaristas os principais intelectuais do movimento, sendo muitos deles reconhecidos e atuantes ainda hoje. Nesses documentos e publicações fomos buscar as fontes para a análise empreendida na segunda parte deste livro, da estratégia do movimento sanitário e sua relação com a estratégia mais ampla da classe trabalhadora no Brasil no período pós-democratização.

Iniciamos pela constituição do movimento sanitário. O foco central da nossa abordagem, nesse momento inicial, passa pela caracterização do debate estratégico no interior do movimento, expresso pela busca de uma teoria. Indicamos que essa busca, além da transição estratégica que representa, resulta da crise do marxismo que marcaria a década de 1980 e culminaria na década seguinte. A saída de cena do marxismo – expressão teórica da saída de cena da classe trabalhadora em face da sua acachapante derrota desde fins dos anos 1970 – está na base do processo de fetichização da democracia que apontamos, desadjetivando-a a ponto de torná-la bandeira universal a ser incorporada pelo movimento sanitário.

Na sequência, vamos a fundo na expressão máxima da agenda democrática do movimento sanitário, formulada ainda nos anos 1970, com forte influência do Movimento Popular em Saúde (Mops) e que se confirmaria nos momentos-chave da história do movimento, como a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), a Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS) e a Assembleia Nacional Constituinte (ANC): a participação social. A pretensão dessa bandeira democrática era o que aqui chamamos de uma reeducação do Estado, que deveria ser purgado de seus traços patrimonialistas e clientelistas – fortemente presentes na formação social brasileira, segundo uma determinada leitura consagrada do pensamento social brasileiro – e também de sua condição de classe. O desenho prático dessa participação expressou-se por meio da formalização do controle social na saúde, que conta hoje com um complexo de conselhos de saúde nas três esferas de poder, e ainda com conferências periódicas em âmbitos nacional, estadual e municipal. Tal arquitetura participativa tem sido bastante comemorada pela potencialidade de democratização do Estado que supostamente carrega. A avaliação dessa agenda participativa, bem como dos seus instrumentos principais, é também objeto de nossa análise.

Por fim, ao retomar mais diretamente o debate estratégico da Reforma Sanitária, tecemos um balanço atual da agenda de luta do movimento sanitário. Nosso objetivo nessa parte final, que é também o objetivo central do livro, é indicar o quanto os desdobramentos da luta iniciada nos anos 1970 – que atualmente se expressam em *transformismo* da vanguarda de esquerda, redução de direitos e forte teor privatista – já se apresentavam como riscos em potencial nas formulações estratégicas que absolutizavam a democracia e relativizavam o caráter de classe do

Estado. Concluímos que a crise em que o movimento – assim como a esquerda democrática – se encontra deve-se não só à pesada contraofensiva neoliberal que nos assomou desde a década de 1990, com efeitos catastróficos nos últimos vinte anos, mas também à crise estratégica que atualmente atravessa a esquerda no Brasil, precisamente após a passagem pelo governo central de suas lideranças.

PARTE I

ESTADO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO: UM DEBATE SOBRE TÁTICA E ESTRATÉGIA

1.

O Estado e a Questão Democrática na Tradição Marxista: pensamento e prática política

Há pelo menos cem anos, por autocrítica da esquerda ou mistificação da direita, a relação entre democracia e socialismo tem sido objeto constante das intervenções no debate público entre militantes e intelectuais. Para uns, tática e estrategicamente, na tentativa histórica de superação das formas assumidas pelo socialismo real; para outros, pela condenação do que chamam de totalitarismo e pela absolutização dos valores democráticos liberais.

Dessa combinação têm surgido sentenças peremptórias. De todas, a que nos interessa é, pela esquerda – onde se situa o movimento sanitário –, a que aponta a indissociabilidade entre democracia e socialismo. Ultimamente, a despeito dos seus defensores, ironicamente essa relação intrínseca parece ameaçada. Do propósito de oxigenação democrática do socialismo passamos, em velocidade estonteante, ao elogio de uma democracia restrita aos limites da ordem burguesa, atrofiada, carente de socialismo. Esta mesma democracia tem figurado, no entanto, soberana, como a única via legítima de realização de um socialismo cada vez mais desarmado de sua potência transformadora, distante das concepções, dos anseios e da prática política dos trabalhadores. Ora, se o vir-a-ser não pode prescindir do debate sobre os meios, queremos discuti-los sem abrir mão também dos fins. Não à toa reportando-se à capitulação da social-democracia alemã, Florestan Fernandes fez importante alerta no mesmo sentido:

> que a democracia a ser criada não devore o socialismo, convertendo-se em um sucedâneo bem-comportado do aburguesamento da social-democracia e da social-democratização do comunismo. Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos. (Fernandes, 1996: 12-13)

É mais do que urgente, então, o reequilíbrio dos termos, isto é, o descongelamento da democracia, a sua desfetichização. Florestan, intuindo o que a década seguinte traria, propõe justamente a inversão da problemática que, em plena crise do socialismo real – antessala do recuo crítico e da defenestração do marxismo –, primava entre a esquerda por uma postura defensiva e mesmo revisionista.

Acreditamos que, sumariamente, está apresentado o problema que impõe a necessidade da crítica. A compreensão de conceitos centrais como democracia, Estado e revolução se interdetermina, afetando não exclusivamente o plano intelectual, mas também a prática política das classes em luta. Em diálogo permanente com a tradição marxista, percorremos momentos-chave da luta da classe trabalhadora, no Brasil e fora dele, emprestando ao debate uma perspectiva de mais longa duração, que pode contribuir para equilibrar a carga das questões próprias de formação social que tendeu a considerar suas especificidades de forma um tanto descolada da trajetória histórica de que fazia parte.

Talvez possamos sugerir três grandes momentos do processo de fetichização da democracia, que evidentemente não estamos tratando aqui de modo linear ou unívoco. O primeiro se localiza em fins do século XIX, cujo caso exemplar foi a guinada ao centro da social-democracia alemã. Nesse contexto, é importante destacar que, além do que podemos considerar fetichização, há em paralelo um processo de conquistas concretas da classe trabalhadora pela extensão dos direitos civis e políticos. Há, portanto, bases materiais para explicar a integração das massas, bem como para clarificar a romantização dessas conquistas. O segundo momento é produto de uma conjuntura muitíssimo particular do pós-Segunda Guerra: desfazimento de uma aliança momentânea entre bloco capitalista e bloco socialista e a retomada de um conflito já existente em novas bases. Nessa fase, foi necessário tornar a democracia não só meio para a integração de amplas parcelas das classes dominadas, mas também antídoto e contraface do socialismo. Assim como na virada do século XIX para o XX, estavam presentes as bases

materiais necessárias ao consenso (*welfare state*) e a consequente mistificação da democracia. O terceiro momento, o atual, é mais desafiante, uma vez que ocorre em condições bastante distintas das anteriores. Vivemos um período de profunda crise econômica do capital, não há inimigo comum contra o qual se possa construir uma unidade em nome dos valores democráticos, nem que imponha alguma perda de terreno às forças do capital. Diferente dos períodos anteriores, a esquerda encontra-se fragilizada, em face do desabamento do socialismo real e de um brutal recuo da capacidade organizativa e formuladora dos trabalhadores.

Nem tudo nesse processo, evidentemente, pode ser considerado fetichização da democracia, o que seria fazer *tabula rasa* de todo e qualquer processo de luta que assuma essa bandeira. No entanto, não se trata de constatar apenas a existência de contradições na luta democrática. O aspecto a se destacar no momento atual, nos parece, é quanto o apassivamento e a fetichização têm se constituído em obstáculos reais à luta emancipatória. A superação do adesismo pesado às regras do jogo como princípio, precisamente quando um jogo crescentemente sem regras mínimas começa a valer indiscriminadamente, é a tarefa teórica e prática que se nos apresenta.

Democracia, Estado e revolução em Marx e Engels

O século XIX testemunhou, com Marx e Engels, a inauguração de uma nova perspectiva no entendimento da origem e da função do Estado. A tradição liberal de até então – ou mesmo desde antes do liberalismo, já com Maquiavel – considerou-o sempre como poder exterior, acima dos interesses particulares e, em última análise, indispensável à vida social, fosse para a resolução de conflitos entre os homens, portadores de uma suposta *natureza má* (Maquiavel e Hobbes); fosse para a garantia de direitos ditos *naturais*, como o de propriedade (Locke); fosse ainda em nome do bem comum e do desenvolvimento pleno dos homens em relação ao seu *estado de natureza* (Rousseau); ou, por fim, como representação máxima do desenvolvimento alcançado pelo *Espírito*, grau maior da liberdade atingida pela humanidade (Hegel). Marx e Engels romperam com essa tradição e afirmaram categoricamente que o Estado é produto ineliminável da sociedade de classes, ou melhor, que o Estado é sempre um Estado de classe. Negaram, assim, a universalidade que Hegel lhe atribuiu e, sobretudo, o caráter de mediação isenta do conflito de classes que os liberais em peso lhe conferiram.

Para os revolucionários alemães, se o Estado é produto de relações sociais de dominação entre classes antagônicas, a sua tomada violenta, em dado momento da luta revolucionária, não significará, automaticamente, o fim das relações sociais de dominação que o engendraram. Ato contínuo, embutida nessa concepção de Estado está a noção de revolução também como um processo histórico que se estende muito além da simples tomada do aparelho de Estado. Da mesma forma, Marx e Engels também perceberam uma *relativa e momentânea independência* do Estado em relação ao conflito entre as classes, em períodos de equilíbrio da luta, e refutaram as interpretações que apontavam a origem do Estado como fruto de um processo exterior às classes, isento de seus conflitos. Nas palavras de Engels (1974: 191):

> O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro (...). É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar.

Por sua vez, em endosso da perspectiva engelsiana, Marx desautorizou qualquer simplificação do processo revolucionário que tentasse reduzi-lo a um simples assalto armado às instituições do poder burguês. Não por acaso, analisando criticamente a derrota da Comuna de Paris, de 1871, sentenciou: "a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos" (Marx, 2008b: 399).

Se insistirmos com Engels, veremos como avança ainda mais na compreensão da maior complexidade alcançada pelas formas de dominação e pelo Estado a partir do último quartel do século XIX. De todos os textos que atestam esse reexame e uma consequente revisão das táticas, talvez o mais célebre e representativo do pensamento de ambos seja a introdução à segunda edição alemã da obra de Marx, *As Lutas de Classe na França: de 1848 a 1850*, escrita em 1895, cinco meses antes de sua morte. Neste, que é considerado o seu testamento político, o autor reforça algumas conclusões a que Marx também chegara e antecipa outras que mais tarde seriam apropriadas e ampliadas por Lênin e Gramsci, como, por exemplo, a necessidade de uma combinação entre formas legais e ilegais de luta e a compreensão do embate contra a burguesia e o seu Estado como um processo gradual, mais estratégico que explosivo.

Diz-nos Engels em referência à derrota dos trabalhadores em 1848:

> o fato de que mesmo esse poderoso exército do proletariado não tenha ainda alcançado o objetivo, esteja ainda longe de alcançar a vitória com um único e grande golpe, se veja obrigado a progredir lentamente de posição para posição, numa luta dura e tenaz, demonstra de uma vez para sempre como em 1848 era impossível conseguir-se a transformação social por meio de um simples ataque de surpresa. (Engels, 2008: 46)

Não há como negar a força metodológica dessas afirmações. O que vale reter é que não se trata, para Marx e Engels, ao contrário do que uma crítica rasteira costuma lhes atribuir, de uma aplicação de receitas prontas de revolução, mas sim da firmeza da estratégia em combinação com a adoção das melhores táticas para cada conjuntura e situação específicas.

Dentre os muitos erros cometidos pela esquerda desde que Marx e Engels vocalizaram questões que a humanidade já se tornara capaz de resolver, os mais graves e comprometedores foram sempre os que determinaram o abandono do objetivo maior da luta pela emancipação humana em favor das conquistas parciais. Assumidas como o ponto alto da luta, as táticas se absolutizaram e se desprenderam da estratégia.

Em pouco mais de 150 anos de história, a desconsideração dessas análises em torno do Estado e do papel da política tem redundado em derrotas consecutivas. No que cabe à esquerda, portanto, o presente rebaixamento dos seus horizontes de luta – cujas bandeiras mais radicais reivindicam o *welfare state* e apostam num desenvolvimentismo requentado – tem-se constituído na expressão mais cabal da vitória ideológica do capital sobre o trabalho. Fiquemos desde já com o alerta de Gramsci (2007: 123): "na luta política, não se pode macaquear os métodos de luta das classes dominantes sem cair em emboscadas fáceis".

A social-democracia alemã inventa a questão: reforma ou revolução?

Na base da discussão sobre o papel do Estado, como expressão das táticas e da estratégia que as classes em luta produzem, está o debate sobre reforma e revolução, que não por acaso tem também uma trajetória na tradição marxista. Coube à social-democracia alemã a dissociação entre os termos, presente no programa comunista desde o *Manifesto Comunista* (1848) e consagrada em 1850 na célebre "Mensagem da direção central à liga dos comunistas",

também escrita por Marx e Engels, onde pela primeira vez aparece a noção de *revolução permanente*. Tal dissociação não constitui mero detalhe na organização da luta revolucionária, mas o próprio abandono da luta, a quebra entre tática e estratégia, o elogio do movimento desprovido de direção, configurando o que Lênin chamou de tática-processo, ao fazer a crítica, justamente, da social-democracia alemã: "é desejável a luta que é possível" (Lênin, 1975b: 60).

Nesta que, segundo a periodização que propusemos, constitui a primeira fase de fetichização da democracia, dois embates são representativos da guinada ao centro protagonizada pela social-democracia alemã. Tanto um quanto outro se dão na esteira do fantástico crescimento organizativo e eleitoral do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). O primeiro foi travado na virada do século XIX entre Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo. O segundo ocorreu duas décadas mais tarde, entre Karl Kautsky e Lênin. Na sequência, os observaremos de perto. Antes, porém, façamos por onde compreender as bases sobre as quais se assentaram.

Bernstein e Kautsky seriam os dois grandes articuladores do revisionismo que se proporiam a reformular o marxismo em bases distintas das até então adotadas – teria chegado o momento de escrever um "novo manifesto", dissera Bernstein. O *leitmotiv* dos dois intelectuais militantes seria precisamente a oportunidade de transformação aberta pela via eleitoral – como destacado por Engels em 1895, já referido aqui por nós –, o que, segundo entendiam, poderia significar o abandono da estratégia revolucionária sem o comprometimento da busca pelo socialismo. Antes da crítica ao teor do que passavam a considerar uma transformação, não façamos pouco do problema. É inegável o impacto alvissareiro representado pela abertura de canais institucionais até então inexistentes para a classe trabalhadora. Os números do SPD, a cada pleito, eram de fato consideráveis (Engels, 2008).

O seguir dos anos e a contraofensiva burguesa inverteriam o jogo ou revelariam a verdadeira natureza do sufrágio, exigindo dos comunistas mais prudência analítica na hora de avaliar o peso e a importância dessa ferramenta para a luta revolucionária. Mas ao contrário do que talvez possa ser sugerido, o entusiasmo não bastaria para explicar a capitulação. É também de Engels a percepção da possibilidade de o sufrágio servir ao logro. E mais: se não fizemos por menos quanto à valorização da novidade de fato representada pelo sufrágio – a exigir reposicionamentos e revisões táticas –, não faremos também desconto para afirmarmos que há uma distância entre a revisão tática de Engels e o revisionismo dos social-democratas alemães.

Com Engels também concluímos esta rápida introdução aos debates que na sequência virão, fornecendo elementos que poderão, algumas páginas à frente, asseverar a distinção que acabamos de sugerir. Para esse autor, não há contradição entre o acúmulo de forças que o sufrágio pode permitir e o paralelo trabalho de preparação da ruptura. A progressão lenta que sugere, de posição para posição, não elide o enfrentamento da ordem, mas apenas indica a necessidade de uso das forças acumuladas em momento oportuno:

> Já podemos contar com 2,25 milhões de eleitores. Se isso continuar assim, conquistaremos até o fim do século a maior parte das camadas médias da sociedade, tanto os pequeno-burgueses quanto os pequenos camponeses, e nos transformaremos na força decisiva do país perante a qual todas as outras forças, quer queiram ou não, terão de se inclinar. Manter ininterruptamente esse crescimento até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo atual, não desgastar em lutas de vanguarda essa força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até o dia da decisão, é a nossa principal tarefa. (Engels, 2008: 59)

Em 1900, Rosa Luxemburgo trouxe a público o célebre *Reforma ou Revolução?*, escrito contra Bernstein, que empreendera uma profunda crítica ao marxismo desde os últimos anos da década de 1890, plasmada especialmente em seu *Socialismo Evolucionário*, de 1899. Para repudiá-lo, Rosa decidiu ocupar-se do desbaratamento de todas as teses que sustentavam aquele pensamento: do papel do crédito ao dos sindicatos, passando pela avaliação rigorosa dos riscos da aposta nos valores da democracia sob o capitalismo. É sobre este último ponto que gostaríamos de nos deter. Consideramos que esse debate, que marcou a luta política da esquerda marxista no século passado, é central ainda hoje, uma vez que, em essência, as questões que o norteiam mantêm-se as mesmas.

Para Rosa, a revolução era o ápice de um processo composto por reformas parciais. As conquistas políticas graduais da classe trabalhadora organizada sedimentariam os alicerces do socialismo, preparando o momento da revolução, da ditadura do proletariado. Mais tarde, Lênin e a Revolução Russa – dando sentido prático e validade teórica ao materialismo histórico-dialético – promoveriam uma antecipação do momento da força do processo revolucionário e a própria ditadura do proletariado, em face das contingências do momento histórico.

Em Bernstein, no entanto, não há Lênin. Não só a concretude do real de Bernstein é bastante diversa, como sobretudo as perspectivas são

diametralmente opostas. Não se trata da percepção da crise de hegemonia de uma Rússia conflagrada e que, precipuamente, apresentava desafios à teoria, mas da aposta na integração da classe trabalhadora ao sistema do capital, acompanhada de um discurso socialista difuso e insustentável pela lógica, como demonstrou Rosa. O problema não reside na aposta democrática se, ao fim e ao cabo, ela se dirige para a consecução do objetivo revolucionário. O fato é que o elogio do liberalismo, do jogo democrático da ordem burguesa, do sufrágio, da luta puramente econômica, está na razão direta do abandono da perspectiva revolucionária para Bernstein e largas fileiras do SPD.

Bernstein, como intelectual que ao mesmo tempo vocalizou e construiu a teoria e a prática política da classe, concebeu o socialismo quase liturgicamente, a cumprir o seu caminho de reformas até o desabrochar de uma nova sociedade, preservando as regras do jogo democrático, sem apelo a atos de força e rupturas. Não há *situação revolucionária*, portanto, a ser considerada e que imponha uma prática política para a qual se teoriza no momento próprio da ação. Pelo caminho social-democrata não há pedras nem buracos, atropelos ou retrocessos; apenas avanços, lentos, mas avanços. Devagar e sempre parece ser o lema da luta que se propõe, uma espécie de *guerra de posição* que não é guerra, já que não pressupõe recuos, derrotas, pois também não há inimigos a combater. Nada mais avesso a uma forma de compreensão da história que considera a dinâmica da luta de classes como o seu próprio motor. Significativamente, dirá Bernstein (1997: 114): "A democracia é a escola superior do compromisso". Rosa, não por outra razão, ainda no prefácio de sua obra, restituiu a combinação até então possível:

> Para a social-democracia lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim. (Luxemburgo, 1999: 17)

Mas retomemos a questão democrática. Se para Rosa a luta política precisa se combinar com o objetivo da revolução, isto significa dizer que meios desprovidos de fins perdem o seu sentido de existência. Para Bernstein (1997: 22), no entanto, a classe trabalhadora deveria buscar a instauração do socialismo "por uma extensão gradual do controle social da economia e

pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas", e ainda pela democratização política do Estado. Ou dito de outra forma: "Toda a atividade prática da democracia social está dirigida no sentido de criar circunstâncias e condições que tornem possível e garantam uma transição (isenta de erupções convulsivas) da moderna ordem social para outra mais evoluída (Bernstein, 1997: 115).

Rosa, mais uma vez, não guarda ilusões a respeito. Para ela, o aspecto formal da democracia não se pode fazer passar pelo seu conteúdo real. Tornar a democracia meio de luta pelo socialismo seria, necessariamente, pô-la a serviço da luta revolucionária dos trabalhadores, e não permitir o seu engolfamento justamente pela confusão entre os seus aspectos formais e reais:

> É inexato e contrário à verdade histórica apresentar-se o trabalho de reforma como uma revolução diluída no tempo, e a revolução como uma reforma condensada. Uma revolução social e uma reforma legal não são elementos que se distingam pela sua duração, mas pelo seu conteúdo (...). Assim, as teses políticas do revisionismo conduzem à mesma conclusão que as suas teorias econômicas. Na essência, não visam realizar o socialismo, mas reformar o capitalismo. (Luxemburgo, 1999: 96-97)

A despeito do esforço de Rosa, para Bernstein não é difícil explicar o porquê da inutilidade da ruptura. Sem negar a necessidade da transformação social, o líder social-democrata a visualiza de outro modo: ao contrário da tradição marxista, da qual abre mão, percebe o socialismo não como produto da luta revolucionária de uma classe estruturalmente oprimida e explorada, que só tem como resolver o antagonismo instituído numa sociedade de classes com a própria superação dessa sociabilidade, mas sim como herdeiro direto do liberalismo burguês. Deixemos que o diga diretamente:

> a respeito do liberalismo, como grande movimento histórico que foi, devemos considerar o socialismo como seu herdeiro legítimo, não só na sequência cronológica, mas também nas suas qualidades espirituais, como se demonstra aliás em toda e qualquer questão de princípio em que a democracia social tenha de assumir uma atitude. (Bernstein, 1997: 116)

Eis o nó central do debate, iniciado na virada do século. Poucas décadas mais tarde, incrementado com as novas questões trazidas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa, um novo capítulo dessa disputa de sentidos, teóricos e práticos, se deu.

Em 1918, Kautsky – que, assim como Bernstein, foi importante teórico do socialismo – publicara *A Ditadura do Proletariado*, onde teceu duras críticas ao movimento revolucionário soviético, posicionando-se claramente ao lado dos mencheviques, corrente do Partido Operário Social-Democrata Russo, que perderam o controle do processo revolucionário para os bolcheviques, estes liderados por Lênin. O centro da sua argumentação dizia respeito ao que identificava como o pomo da discórdia entre as facções partidárias. Para ele, tratava-se de dois métodos opostos: um democrático (que caracterizaria os mencheviques) e outro ditatorial (que seria próprio dos bolcheviques) (Kautsky, 1979). Repudiou assim, frontalmente, a tomada do poder pelos bolcheviques, que considerou uma antecipação indevida do processo revolucionário, uma "ultrapassagem por saltos". Considerava que o curso natural de construção e consolidação do socialismo deveria ter seguido seu rumo depois da decretação de uma república de cunho liberal, após a abdicação de Nicolau II. O processo de uma revolução social, afirmara, "desenvolver-se-á tanto melhor quanto mais pacíficas forem as formas utilizadas para sua realização" (Kautsky, 1979: 36).

Sua questão de fundo parte de uma máxima muito cara também à esquerda democrática brasileira e ao eurocomunismo, como veremos – correta em essência, mas infelizmente dada a mistificações: "Não há socialismo sem democracia" (Kautsky, 1979: 6). Ele chega mesmo a dizer que a democracia sem socialismo é realizável, sob uma forma "pura", parecendo significar o respeito pleno às regras do jogo – o que exige uma consideração adicional que leve em conta o jogo isento e os seus jogadores iguais. Adiante, revela o que compreende por democracia, permitindo o entendimento exato de como a sua pureza se expressaria: "por democracia entende-se no momento a igualdade de direitos políticos de todos os cidadãos de um Estado" (Kautsky, 1979: 47). Não é preciso aguardar a crítica de Lênin para apreendermos o registro liberal da concepção democrática de Kautsky, que dá base para toda a intervenção e sustenta a essência do seu pensamento.

Para este autor, o socialismo advindo da democracia seria alcançado "por 'meios' pacíficos de natureza econômica, legislativa e moral (...) em todo o lugar onde a democracia esteja enraizada" (Kautsky, 1979: 26). Noutra passagem, ainda em repúdio à organização do poder na União Soviética, revela-nos as bases materiais da conciliação que apregoa:

> Em realidade, não se pode privar só os capitalistas de todos os direitos. Que é um capitalista no sentido jurídico? Um homem que possui? Mesmo num

> país economicamente adiantado, como a Alemanha, onde o proletariado é muito numeroso, a instauração do poder soviético teria por efeito privar de direitos políticos massas consideráveis de cidadãos. (Kautsky, 1979: 48)

Em suma, o que subsiste em Kautsky é a compreensão de que, em tempos de equilíbrio da luta de classes, o Estado pode ser apropriado e usado pela classe trabalhadora em seu próprio benefício. Guardemos o teor dessa concepção de socialismo e ação revolucionária. Ela terá vida longa na história da esquerda no século XX, como veremos mais adiante.

Ainda em 1918, Lênin publicou uma dura resposta ao ex-companheiro. Dois anos antes, já polemizara com Kautsky, embora não exclusivamente, quando anunciou o fim da II Internacional no panfleto "O oportunismo e a falência da II Internacional". Em ambos os textos, o teor da crítica é o mesmo: a denúncia do oportunismo da social-democracia e a necessária desmistificação dos termos do debate teórico que disputavam os rumos da prática política da classe trabalhadora.

De início, vale destacar que para Lênin as capitulações e os momentos de crise da luta dos trabalhadores nunca podem ser explicados apenas por supostos desvios morais dos sujeitos envolvidos, mas precisam ser compreendidos mediante a análise de suas bases materiais, do significado econômico da política, em primeiro lugar. Dessa forma, a inflexão centrista vocalizada por Kautsky expressou a formação de uma "pequena camada de operários privilegiados" em aliança com a burguesia nacional de seu país, cuja expressão política é "a colaboração de classes, a renúncia à ditadura do proletariado, a renúncia às ações revolucionárias, o reconhecimento sem reservas da legalidade burguesa" (Lênin, 1916: 3). Eis o pano de fundo, para Lênin, a justificar a renúncia de Kautsky ao marxismo.

Em outros termos, a base material é precisamente o contrapeso na balança que pode fazê-la pender, já que resulta em ganho e benefício concreto para os integrados, capaz de abalar os alicerces de uma compreensão e de uma prática do conflito de classes que prime pela superação daquela mesma sociabilidade que momentaneamente está franqueando o acesso a determinadas camadas oprimidas. Vale ressaltar que esse é um desenho possível do processo e não um determinismo. Além da base material, destacou Lênin (1916: 3), era necessário considerar "as ideias que estão na sua base" e a "ligação com a história das tendências no socialismo". Da conjugação desses fatores, em cada formação social específica, pode resultar o que acabou configurando-se na social-democracia desde a experiência alemã da virada do século XIX.

Contra a noção de democracia kautskyana, Lênin não se limitou ao mero rechaço da luta democrática, o que o colocaria no extremo oposto de uma adesão acrítica. Embora tenha passado à história como mentor da antidemocracia socialista, em verdade fez a crítica dialética da democracia burguesa, na sua função apaziguadora e escamoteadora dos conflitos. Aliás, Lênin captou o processo de desenvolvimento histórico da democracia não para romantizar a fase burguesa desse desenvolvimento, e sim para afirmar a superioridade da democracia socialista e proletária. Não fez diferente com Kautsky, quando refutou a suposta pureza que caracterizaria a democracia justamente no estágio do seu desenvolvimento burguês (Lênin, 1975a). E chegou ainda ao plano da tática para indicar os limites da aposta:

> Apaixonado pela democracia 'pura', de que não vê o carácter burguês, defende como uma 'bela lógica' que a maioria, a partir do momento em que é maioria, não tem necessidade de 'quebrar a resistência' da minoria, de a 'reprimir pela violência'; basta-lhe reprimir os *casos* de violação da democracia. Apaixonado pela democracia 'pura', Kautsky, *por inadvertência*, comete aqui o pequeno erro que cometem sempre os democratas burgueses, quer dizer, que ele toma a igualdade de forma (de uma ponta a outra falsa e hipócrita em regime capitalista) pela igualdade de facto! Ora esta! (Lênin, 1975a: 40, destaques do original)

Ato contínuo, desmontada a tese kautskyana da democracia pura, Lênin apontou, citando Engels, a "fé supersticiosa no Estado" expressa por Kautsky. Para o alemão, duas fases fariam parte da realização do socialismo: "a preparação para o socialismo e o socialismo realizado". No entanto, "entre as duas encontra-se uma fase transitória: é o momento que se segue à conquista do poder político pelo proletariado e que precede à edificação do socialismo no plano econômico" (Kautsky, 1979: 29). A despeito da vagueza do entendimento político quanto ao que seria a preparação do socialismo e do fato de o próprio socialismo já se constituir, no marxismo, como uma fase transitória, Kautsky inaugura a figura da transição da transição, momento no qual assumiria importância cabal a conquista do poder político, como antessala da edificação do socialismo no plano econômico. Em resumo, para dirimir o emaranhado: 1) para Marx, Engels e Lênin, a conquista do poder político (produto de uma ruptura da ordem e não de conquista institucional por sufrágio) é a própria transição ao comunismo, o momento da ditadura do proletariado; fase da luta em que as minorias oponentes deverão ser reprimidas (motivo primordial para a defesa da manutenção provisória da máquina

estatal); 2) como o Estado não serve à classe trabalhadora, produto de relações de dominação de classe que é, seria tarefa dessa fase transitória promover o seu progressivo desaparecimento; 3) assim, a tese da *transição da transição* segundo a qual o poder político do Estado seria alcançado pelos trabalhadores no interior da ordem, enquanto, em paralelo, se promoveria a edificação do socialismo no plano econômico, não encontra qualquer estofo teórico no marxismo a que Kautsky se remete, tampouco amparo na realidade. Eis a fé supersticiosa no Estado de que falou Engels. Para a social-democracia, é como se o caráter de classe do Estado só valesse de acordo com o seu ocupante, a ponto de poder servir de instrumento para a edificação do socialismo. Ora, se a democracia pode ser pura, por que não seria puro o Estado?

A democracia significa, continua Lênin (1975a: 107), "ditadura da burguesia, por vezes, reformismo impotente da pequena burguesia que se submete a esta ditadura". Com essa noção, desmistificadora, toca em ponto central do debate com a social-democracia, inclusive moderna. A *fé supersticiosa* implica a ideia de que haveria dimensões legítimas e ilegítimas do Estado, equivocadamente pensado na sua genericidade e não no seu feitio moderno e burguês. Uma ditadura seria caracterizada exclusivamente pelo uso ostensivo da força em meio à suspensão temporária das ditas regras do jogo democrático. Ao contrário, o respeito formal dessas mesmas regras, o funcionamento *normal* das instituições representativas, a plenitude cidadã, equivaleria à observância da justiça, da liberdade, da igualdade de condições entre as classes (condições de uma suposta legitimidade), que permitiriam uma disputa franca, limpa e honesta por projetos distintos de sociedade. Nada mais falacioso, se, como sabemos, a tarefa do inimigo de classe é trazer o jogo para o seu campo próprio como se de fato o campo não lhe pertencesse. Em termos precisos, afirmou Lênin (1975a: 109): "A verdade é que o Estado burguês, que exerce a ditadura da burguesia através da república democrática, não pode confessar perante o povo que serve à burguesia; não pode dizer a verdade, é obrigado a mentir".

A revolução democrática burguesa só pode, portanto, abrir caminho à revolução socialista e não substituí-la ou tornar-se a sua antessala. A esta última, seguindo Lênin, cabe tomar lugar da primeira.

O eurocomunismo responde: reforma

Sumariamente, expusemos os pontos centrais em torno dos quais, ao longo do século XX, giraram a teoria e a prática política da esquerda marxista.

Para completar os traços abrangentes que estamos tentando caracterizar, atentemos para um importante movimento de partidos comunistas (PCs) na Europa, a partir dos anos 1970, conhecido como eurocomunismo.

Produto da Guerra Fria, o *welfare state* – reivindicado pelo ideário que prevaleceu no movimento sanitário – não só resolveu temporariamente a crise de acumulação do capital, como também logrou o apaziguamento da luta de classes pela integração das massas. Se as bases materiais do consenso de fato se traduziram em ganhos substantivos e avanços na qualidade de vida dos trabalhadores, notadamente europeus ocidentais, o custo da social-democratização do capitalismo foi a atrofia dos partidos comunistas e dos seus projetos de superação da ordem. Diante do "recesso da esquerda", como disse Hobsbawm (1995: 278) – especialmente nos anos 1950 –, indesejada em meio à fruição do clima de prosperidade que caracterizou a chamada era de ouro do capitalismo, o destaque nacional e internacional do PCI, desde o fim da Segunda Guerra, foi algo notável (Hobsbawm, 2003). O fenômeno do eurocomunismo,[4] a partir dos anos 1970, não pode ser considerado fora desse contexto.

Em brevíssima síntese, por eurocomunismo podemos compreender o esforço capitaneado pelos principais partidos comunistas da Europa (italiano, francês e espanhol) de promover uma recusa do modelo russo de revolução e de socialismo real, pela valorização da democracia como via pacífica para a superação do capitalismo. Quando Enrico Berlinguer, portanto, então secretário-geral do PCI, declarou em 1977 a "democracia como valor universal", observava-se o ponto alto de um processo de revisão (ou desestalinização) do marxismo, iniciado ainda nos anos 1950, após a divulgação dos famosos crimes de Stálin por Kruschev, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) (1956). Tal processo, se necessário no que tinha de propósito autocrítico para os comunistas, não passou à prática limpo de determinações do conflito de classes, evidentemente. Nem sempre essa apropriação, pela direita, dos propósitos eurocomunistas mostrou-se claramente. Na base, a conciliação de classes que marcou as décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial é parte importante da expressão eurocomunista nos anos 1970 e 1980.

É verdade também que, a partir da segunda metade dos anos 1970, a perda de espaço do marxismo expressou o início de uma longa crise teórica e

[4] O termo foi utilizado pela primeira vez pelo jornalista iugoslavo Frane Barbieri, em artigo publicado em *Giornale Nuovo*, a 26 de junho de 1975 (Berlinguer, 2009).

política da esquerda. E dessa conjuntura de descenso nem o PCI escapou. Mas o seu substrato, a democracia como via pacífica para o socialismo, manteve o fôlego, seja para a esquerda como formulação tático-estratégica, seja sobretudo para a direita, no que coube, como matéria-prima de mistificação ideológica.

O fenômeno do eurocomunismo também tem, entretanto, uma história intelectual. E esta, nos parece, está intimamente ligada a duas matrizes – a primeira oculta e a segunda declarada: 1) o desvio centrista da social-democracia a partir da virada do século XIX, expresso no pensamento de Bernstein e Kautsky, que acabamos de resumir; e 2) uma determinada leitura da obra de Gramsci, produzida pelo PCI, especialmente pelas mãos de Palmiro Togliatti e, um pouco mais tarde, por Berlinguer – e que chegaria ao Brasil e ao movimento sanitário pelas mãos de Carlos Nelson Coutinho. Na esteira desses autores, os eurocomunistas negaram simultaneamente o marxismo-leninismo e a social-democracia, apresentando-se abertamente como uma via do meio na busca pelo socialismo.

Uma premissa básica do eurocomunismo era a de que os rumos que cada realidade nacional deveria assumir para a construção do socialismo não poderiam ser reduzidos ao modelo adotado em outubro de 1917. As diferenças substanciais entre os tipos de formações sociais impunham a necessidade, então, de caminhos próprios. Essa perspectiva reunia a um só tempo uma motivação prática e outra teórica. A primeira dizia respeito a um distanciamento crítico da esfera de influência do PCUS – embora esse processo tenha se intensificado mesmo na década de 1970, pela condução de Berlinguer – como forma de se diferenciar das concepções e das práticas que engendraram o socialismo real. A segunda apresentava as credenciais insuspeitas de Gramsci como o atualizador de Lênin e formulador de uma nova teoria da revolução para o Ocidente. No lugar de um golpe de mão, de um assalto ao poder de Estado, um caminho institucional, eleitoral, com respeito à pluralidade, ao princípio da alternância de poder e aos valores democráticos, ditos universais.

Tal aposta também fora favorecida pela situação do sul da Europa em meados da década de 1970, que passava por uma crise generalizada das forças de direita. "A região parecia estar preparada para uma mudança profunda na ordem social" (Amadeo, 2006: 58). A mudança não veio, a esquerda caiu em forte refluxo já na década de 1980, mas o apelo à democracia se manteve de pé. Recuperemos um pouco da história e vejamos em que termos se sustentou.

Togliatti e a pavimentação do caminho

Inegavelmente, a formulação de Berlinguer da "democracia como valor universal" é a mais representativa e simbólica do que chamamos de eurocomunismo. A história de sua conformação, no entanto, vem de antes e remonta ao período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, à atuação do PCI e, dentro dele, especialmente, a Togliatti e sua noção de *democracia progressiva*.

Togliatti teve papel central na fundação e na construção do PCI e trabalhou ao lado de Gramsci desde *L'Ordine Nuovo*,[5] tornando-se o principal dirigente do partido durante a prisão deste, em 1926[6] (Coutinho, 1980).

Antes de chegarmos à sua formulação clássica, de um "caminho italiano para o socialismo", no entanto, atentemos um pouco para a formulação do congresso da III Internacional Comunista (IC), que carrega um alicerce importante para o que viria pelas mãos de Togliatti nas décadas seguintes. Em síntese, eis a resultante dos debates, conforme Coutinho (1980: 12)

> A classe operária deve se tornar o centro de uma ampla coalizão que tem como meta a defesa das liberdades democráticas, a consolidação e/ou a construção de um regime democrático aberto às transformações sociais e fundado na mais ampla participação organizada das massas.

Claramente se nota a intenção de unir esforços, num mesmo movimento, pela luta antifascista e pelo socialismo. Eis em essência o núcleo a partir do qual, quase uma década mais tarde, Togliatti formulou a sua concepção democrática de construção do socialismo na Itália. Em discurso proferido em Nápoles, em abril de 1944, ainda com o país sob ocupação estrangeira nazi-fascista, o "programa democrático e progressivo" recebeu contornos precisos:

---

[5] Semanário fundado em Turim, na Itália, por Gramsci, Togliatti, Umberto Terracini e Agnelo Tasca, do qual Gramsci foi editor-chefe. Circulou entre 1º de maio de 1919 e 24 de dezembro de 1920 (Coutinho, 2004).

[6] Togliatti destacou-se em sua atuação na III Internacional Comunista, como representante italiano, e teve papel preponderante no VII Congresso da organização, realizado em 1935, responsável pela adoção de uma nova linha de ação ante a questão democrática, que representou uma importante viragem na política até então adotada em relação ao fascismo. Participou da Guerra Civil Espanhola, entre 1937 e 1939, e viveu na URSS de 1940 a 1944, quando retornou à Itália. Nesse mesmo ano passou a ocupar altos postos do governo italiano, até 1946. No ano seguinte tornou-se deputado (Martens, 1991). Ao longo de sua larga trajetória política, ocupou o cargo de secretário-geral do PCI em diferentes oportunidades. Sua atuação teórico-política forjou as bases do eurocomunismo.

> O objetivo que proporemos ao povo italiano, concluída a guerra, será o de criar na Itália um regime de democracia progressiva. (...) Isso quer dizer que não proporemos absolutamente um regime que se baseie sobre a existência ou sobre o domínio de um só partido. (...) Não são os democratas nem os liberais que queremos pôr à margem da nação: são os fascistas. (Togliatti, 1980: 45)

Togliatti supunha o caráter progressivo da democracia como o instrumento por meio do qual o proletariado poderia alcançar o posto de classe dirigente, no registro gramsciano do termo (Braz, 2011). Para tanto, propunha uma ampla aliança nacional de todas as forças não fascistas por um objetivo democrático comum – e que redundou, após o fim da guerra, num governo de coalizão com os democrata-cristãos, do qual o próprio Togliatti foi, seguidamente, ministro e vice-primeiro-ministro. O clima aliancista era ainda o da guerra, mas é interessante notar que, se a construção do socialismo já está na ordem do dia, o contexto no qual se produz a formulação parece menos extraordinário do que poderíamos supor. Ao contrário, o que está sugerido é que toda a diferença de fundo, significativa, está na relação entre fascismo e democracia, e uma vez superado aquele e alcançada esta, adentrar-se-ia numa espécie de campo ético, democrático, no qual legitimamente a disputa entre formas econômicas, políticas, sociais e culturais distintas poderia se dar. Togliatti interpretou a necessidade prática apontada por Gramsci de *fazer política* como o caminho, por excelência, para a construção de pactuações e consensos capazes de debelar, culturalmente, as raízes do fascismo da sociedade italiana, como passo primeiro em busca do socialismo. No plano da institucionalidade, o caminho italiano para o socialismo deveria passar pela convocação de uma assembleia constituinte, como propunha Togliatti, tão logo terminasse a guerra. Eis a fase intermediária entre a luta contra o nazifascismo e a luta pelo socialismo que também Gramsci defendera.

O norte político sintetizado por Togliatti e exposto dessa forma pela primeira vez em 1956 – sob o impacto dos crimes de Stálin e da violenta repressão desencadeada em Budapeste pelas tropas soviéticas – exigiu algumas revisões conceituais importantes. Para dialogar com uma concepção de revolução processual, pela via democrática, por meio do acúmulo de reformas, alcançada sobretudo eleitoralmente, a compreensão do Estado como Estado de classe também sofreu mudanças. Este talvez tenha sido o registro mais importante do "Informe" apresentado por Togliatti ao Comitê Central do PCI, como

parte da preparação do VIII Congresso do partido, em junho daquele ano. Depois de reafirmar os princípios da democracia, de uma via pacífica para o socialismo, o então secretário-geral assim se referiu à problemática do Estado:

> Primeiro Marx e Engels e, depois, Lênin (...) afirmaram que o aparelho do Estado burguês não pode servir para construir a sociedade socialista. Esse aparelho deve ser quebrado e destruído pela classe operária, substituído pelo aparelho do Estado proletário. (...) Essa posição permanece plenamente válida hoje? Esse é um tema para discussão. De fato, quando nós afirmamos que é possível um caminho de avanço para o socialismo não apenas sobre o terreno democrático, mas também utilizando as formas parlamentares, é evidente que corrigimos algo dessa posição, levando em conta as transformações que tiveram lugar e que ainda estão se realizando no mundo. (Togliatti, 1980: 148)

Tal perspectiva, que revela uma compreensão do Estado como agente da transformação, disputável e potencialmente a serviço da classe trabalhadora, se filia a uma concepção de revolução em que se vislumbra a possibilidade de uma transformação dentro da ordem. Este caminho, na tese togliattiana, elidiria a necessidade de ruptura dessa mesma ordem, uma vez que ela poderia comportar a gestação de sua própria ruína.

Não por outra razão, a "democracia de tipo novo" proposta por Togliatti, ao contrário do que a nomenclatura pomposa pudesse sugerir, consistiu, para o caminho italiano, no cumprimento efetivo da Constituição, ou numa "linha política, portanto, de desenvolvimento democrático consequente" (Togliatti, 1980: 151), dito de outra maneira. Pela via das reformas realizadas no interior da ordem, adviria o socialismo; um socialismo consequente, acrescentaríamos, seja no registro temporal, etapista, seja mesmo como sinônimo de responsável. Mas em que bases? As massas, diria Togliatti.

Evidentemente, como já se supõe, a disputa eleitoral foi a forma prática, por excelência, pela qual se traduziu a estratégia democrática do PCI aqui apresentada. A aposta na construção de uma hegemonia alternativa à burguesa se concretizaria como maioria na disputa das instituições que, embora de classe na origem, estariam propensas a uma mudança de sinal, franqueando a construção do socialismo, numa disputa limpa, que "não faz violência a ninguém e não exclui ninguém da vida nacional, salvo os traidores fascistas" (Togliatti, 1980: 37).

Dois anos depois da primeira referência ao caminho italiano para o socialismo, Togliatti publicou, em 1958, um livro com o mesmo título, onde destrinchou o que apresentara em 1956 para o Comitê Central do PCI. Dos dois destaques que pretendemos fazer, o primeiro é uma tentativa de explicitação detalhada do papel da luta democrática por aqueles dias. Segue a citação, por partes:

> Combater pela democracia, conquistá-la e defendê-la é coisa bem diversa, no atual mundo capitalista, do que foi nos séculos passados. As primeiras liberdades democráticas foram arrebatadas pela classe média burguesa às classes feudais, que impediam o desenvolvimento econômico e a afirmação política dessa classe média, o desenvolvimento da sua atividade produtiva e do seu comércio, o advento à direção do Estado. (Togliatti, 1966: 102)

De início, a aposta de Togliatti na democracia subentende o seu caráter disputável na atualidade em que se inscreve, se comparada com a situação oposta que teria caracterizado o momento das "primeiras liberdades democráticas". Isto é, a democracia teria nascido burguesa. É importante reter essa passagem, uma vez que terá repercussão direta, mais tarde, sobre a afirmação da "democracia como valor universal", seja porque esta teria se tornado mais proletária do que burguesa, seja porque o fato de estar em disputa conferir-lhe-ia a medida de sua universalidade. Continua:

> Liberdade, igualdade e fraternidade foram a trindade da nova classe dirigente, pela qual o povo é chamado a bater e morrer, e por isso deviam ser apresentadas como algo sagrado, isto é, justamente uma trindade. Os limites começaram a ser postos quando a nova classe consolidou-se no poder e quis impedir que dos princípios da democracia e dos sucessos do movimento democrático popular surgissem consequências inaceitáveis para ela, em prejuízo daquilo que para ela é verdadeiramente sagrado, o direito de propriedade, a livre disposição de todas as riquezas sociais. Então, o bloco de forças populares que fundou as bases do Estado liberal rompe-se inevitavelmente e a realidade se apresenta como realmente é, despida de qualquer disfarce. O regime político não corresponderia a um ideal preestabelecido, mas à correlação de forças, ao seu relativo equilíbrio, à sua solidez e à ameaça de que ele rompa. (Togliatti, 1966: 102)

Ao longo do tempo, a mesma democracia, antes exclusivamente burguesa, teria sido apropriada também pela classe trabalhadora, a ponto de valer como terreno comum de disputa entre projetos de sociedade distintos. Essa mesma democracia, que franqueou à burguesia o advento da direção do

Estado, poderia servir agora à classe trabalhadora para o mesmo propósito, a depender da correlação de forças. Por fim:

> A violência fascista foi o meio ao qual se recorreu para restabelecer, sobre um sistema de relações de produção antiquadas e de relações sociais reacionárias, num momento em que o anterior equilíbrio instável ameaça ruir, um poder sólido das classes privilegiadas. Não se pode então voltar à democracia, não se pode restaurá-la e defendê-la senão com uma ação que incida sobre as relações econômicas e sociais, para destruir as bases que deram origem à violência fascista. (...) Um movimento que verdadeiramente intente eliminar as raízes do fascismo e de qualquer formação reacionária análoga necessariamente se coloca no grande caminho do aniquilamento do regime capitalista e de uma revolução socialista. (Togliatti, 1966: 102-103)

Marx, Engels e Lênin, para citar apenas as referências apontadas pelo autor, foram categóricos ao afirmarem que a forma do Estado burguês pode variar sem que varie a sua dominação de classe. A violência fascista, portanto, foi apenas um recurso disponível e possível para o momento. O retorno da democracia formal não só se deu como foi necessário para que a dominação se mantivesse depois do profundo desgaste da guerra. As raízes do fascismo são nada menos que as raízes do capital – diferente do que pensa Togliatti quando associa o movimento de luta contra o fascismo ao movimento de construção do socialismo –, mas a eliminação de uma forma pode funcionar no máximo como tática de acúmulo de forças ou, ao contrário, quando derrotada, produzir recuos em nome de um místico restabelecimento das regras do jogo. No trecho a seguir, o programa da democracia progressiva é exposto em sua forma pura, diríamos, como se fosse exigido pela realidade dos fatos:

> O caminho a seguir era manter e defender o mais longamente possível a unidade constituída na resistência e dar a essa unidade um complexo de objetivos realizáveis através de um movimento das massas, a partir da conquista do regime republicano até a aplicação das transformações econômicas, políticas, sociais que se impunham, transformações que eram indispensáveis ao País e reclamadas pelas classes trabalhadoras. A busca de um caminho democrático de desenvolvimento para uma ordem que não fosse mais a tradicional do capitalismo conservador e reacionário era, pois, sugerida pelos próprios fatos e pelas circunstâncias nas quais a Itália se encontrava. (Togliatti, 1966: 134)

Vejamos como Togliatti traduz essa nova ordem, não mais a tradicional, citando documentos do próprio PCI (e com isso chegamos ao segundo ponto que queríamos destacar na obra de 1958, o Estado):

> o nosso partido parte da exigência não da restauração de um regime democrático parlamentar de velho tipo, mas da edificação de *uma nova sociedade e de um novo Estado*, no qual sejam extirpadas para sempre as raízes do fascismo e seja possível encaminhar para uma efetiva e radical solução os problemas fundamentais de unidade nacional, de liberdade, de justiça social, de progresso econômico... Esse – agregamos – *não pode ser ainda um Estado socialista, mas não deve mais ser um Estado burguês*, dominado pela grande propriedade e pelos monopólios capitalistas. Tem de ser um novo poder, que tenha suas bases na classe operária, nos camponeses e na classe média trabalhadora, que destrua o monopólio da grande propriedade da terra, que dirija os seus golpes contra os monopólios da indústria, transforme as estruturas econômicas, garanta e estenda todas as liberdades, destrua as incrustações burocráticas e policialescas, subtraia o Estado ao domínio das velhas e reduzidas oligarquias, introduza um regime de ampla autonomia, dê a toda a estrutura democrática um novo conteúdo, que é aquele do avanço para uma transformação profunda da ordem econômica e social. *É deste modo aberto um caminho italiano para o socialismo*. (Togliatti, 1966: 135, destaques nossos)

Um novo Estado, nem socialista, nem burguês: eis a essência da formulação togliattiana. E aqui não se trata da polêmica do desvanecimento do Estado, do grau de sua instrumentalização na transição socialista ou coisa que o valha. O caminho italiano para o socialismo pretendeu um Estado puro, correlato da democracia pura de Kautsky, sem fortes marcas de classe, mas que ao mesmo tempo fosse parte da trajetória que desembocaria no socialismo.

Mais adiante, há outra passagem significativa a nos permitir um diálogo que é menos com os clássicos e mais com a compreensão do sentido da prática política, que se expressa também teoricamente nem sempre de forma coerente com as matrizes de pensamento declaradas. Referindo-se à conjuntura da segunda metade da década de 1940, quando os comunistas chegaram a ocupar postos no governo de coalizão, afirma Togliatti (1966: 161):

> Não fazendo mais parte do governo os partidos avançados dos trabalhadores, voltou este a ser o habitual comitê de negócios da camada dirigente, tornando impossível uma atividade de reforma e renovação organicamente ordenada de cima. Foi assim necessário impor e arranjar tudo o que fosse possível com uma enérgica pressão que partisse de baixo e com

> lutas sistematicamente organizadas. Isto custou aos operários, aos camponeses e à camada média trabalhadora um esforço e sacrifícios imensos, a extensão e a exasperação do movimento de reivindicação, conflitos em que tombaram dezenas de cidadãos; custou à sociedade nacional anos e anos de contínua tensão nas relações de classe e políticas...

Eis a reedição da fé supersticiosa no Estado aqui plenamente caracterizada, bem como outra concepção do que seria a ampliação do Estado para Gramsci. Em primeiro lugar, para Togliatti, a noção de Estado parece reduzir-se ao próprio aparelho, deixando de fora a sociedade civil, já que uma vez ampliado com a entrada dos partidos avançados dos trabalhadores no governo, teria voltado a ser o comitê de negócios da camada dirigente após a saída dessas organizações partidárias dos postos que ocupavam na máquina estatal. Em segundo lugar, em tom de lamento e reprovação pela quebra (que considera unilateral) do consenso, o autor atribui a esse fato (a saída do governo dos partidos de trabalhadores) a impossibilidade de realização de uma atividade de reforma e renovação organicamente ordenada de cima. E diz mais: esse (suposto) recuo do Estado obrigou sacrifícios às massas, que precisaram então se organizar e pressionar e lutar sistematicamente, acirrando a tensão nas relações de classe – o que teria sido o principal custo desse processo para a sociedade nacional.

Mas Togliatti e a síntese de classe que ele expressa são mais complexos do que o que vimos até agora apresentando. Vale notar que tal conjunto de perspectivas e defesas de atuação política convive com outro conjunto de afirmações teóricas de fundo, alertas táticos sobre o risco de não se conceberem como parte da luta os movimentos do inimigo de classe, a afirmação dos valores proletários junto da coerente negação dos valores defendidos pela sociabilidade burguesa em torno da propriedade privada e do caráter de classe do Estado. Assim, a afirmação da democracia contra a ordem do capital, compreendendo a sua realização plena como sinônimo da realização do socialismo, não parece significar, em Togliatti, a dogmatização da democracia como único método de luta. Vejamos:

> tanto nos países de capitalismo mais desenvolvido, quanto nos ainda economicamente atrasados, as formas e as etapas novas de desenvolvimento da democracia e de progresso para o socialismo serão necessariamente diversas, em algumas coisas ou em muitas coisas, do que foi feito até hoje. Quais são as diversidades? É quase inútil perguntar agora, e seria absurdo pretender, nesse momento, dar respostas que fossem além do genérico. Entra-se aqui, de fato, num campo onde o que decide são as circunstâncias

> concretas da luta de classes; é o grau de desenvolvimento das forças produtivas e de maturação objetiva, no seio da própria sociedade capitalista, das condições de passagem ao socialismo; é a capacidade da classe operária e das massas trabalhadoras de lutarem com sucesso pela democracia e pelo socialismo; são as formas e os métodos da inevitável resistência das classes burguesas; é o nexo entre as situações internas e as relações internacionais, e assim por diante. São todos eles temas que devem ser estudados na concreticidade de um presente, já que as conjeturas sobre as possibilidades do futuro podem ser as mais variadas. (Togliatti, 1980: 196)

Tal generalização, desencorajada aqui por Togliatti, vale ser notada não para que descongelemos o bolchevismo e autorizemos a fruição de um passado revolucionário heroico, mas para que as formulações estratégicas da classe trabalhadora não partam, de saída, de princípios dogmáticos que limitam o campo de ação e de reconhecimento do inimigo de classe. Inimigo de classe esse que se mantém *dirigente* e *dominante* precisamente porque utiliza todos os meios disponíveis de luta que desenvolveu ao longo de um conflito já secular – o que inclui o Estado e toda a sua violência, institucionalizada, obviamente.

Essa reflexão exige que não lancemos rótulos para o enquadramento da proposta italiana para o socialismo nesta ou naquela fôrma, especialmente em se tratando de Togliatti. Mas também não nos deve impedir de apontar as fragilidades interpretativas, os traços claramente reformistas, as contradições entre as bases teóricas assumidas e o proposto como tática e estratégia, ou mesmo alguma romantização da relação entre democracia e socialismo. E não se trata puramente das relações contraditórias entre teoria e prática, não somente porque no materialismo histórico não são concebidas em separado, mas também porque sabemos da extrema complexidade da relação dialética entre a intenção consciente dos sujeitos e o resultado final sempre distinto, como síntese, de cada uma de suas intenções e ações individuais potencialmente conflitantes (Engels, 1890).

É interessante notar como, mesmo após o término da guerra, estiveram fortemente presentes no elogio da democracia, além do espectro do inimigo tornado comum a capitalistas e socialistas, recém-derrotado, os ecos das divisões abertas no movimento comunista internacional em função da crítica aos desvios autoritários do socialismo real – o que sugeria um terreno democrático comum a ambos os blocos, a ser defendido a qualquer custo. Esse foi o caldo que possibilitou uma recusa comum entre aliados até então momentâneos contra o que seriam métodos incivilizados de luta política. Eis o campo ético

a que fizemos referência, servindo harmoniosamente, por suposto a inimigos estruturais. O quanto esse campo ético limitou as fronteiras e o alcance da luta que se pretendia e poderia travar nos seus domínios é a questão crítica do eurocomunismo, na Itália e também fora dela.

Antes de seguirmos, reunamos aqui e agora, oportuna e sinteticamente, algumas formulações clássicas da social-democracia alemã já identificadas e criticadas por nós nesta inicial exposição sobre as origens do eurocomunismo, com o fito de notarmos as aproximações: 1) o socialismo como desdobramento do desenvolvimento da democracia, ou a democracia levada ao seu "limite extremo", para usar os termos de Togliatti (1980); 2) uma concepção de reforma como se uma revolução diluída no tempo fosse e, portanto, portadora de leves e pequenos impactos, sem ruptura violenta; 3) uma determinada compreensão do Estado como agente das transformações, ao sabor da correlação de forças entre as classes e capaz, portanto, de funcionar a favor dos trabalhadores; 4) a aposta no sufrágio como meio efetivo de disputa do poder, capturável pelo contendor mais hábil e organizado para o acúmulo de forças necessário à construção socialista; 5) a definição da luta pelo socialismo em etapas, para o qual antes da transição socialista deveria haver um estágio intermediário, caracterizado pela presença hegemônica dos trabalhadores no controle do aparelho de Estado. Cabe ainda uma complementação: os socialistas italianos, desde Togliatti, têm sistematicamente negado a perspectiva de uma transição em dois tempos (um período prévio de luta democrática e, logo após, a ruptura), típica da formulação marxiana de *revolução permanente*. Tal negação foi desde sempre a própria negação do segundo ato, da ruptura. No entanto, o que estamos tentando evidenciar é que, embora com outro desenho (de uma fase de transformações gradativas para outra fase com as mesmas características), uma concepção *etapista*, que já estava presente na social-democracia alemã, nunca saiu de cena.

Berlinguer sinaliza a via[7]

Aproximemo-nos agora do período célebre da estratégia democrática italiana, no momento em que se configurou com a designação que a tornou conhecida: eurocomunismo. Berlinguer é o grande nome, entre as décadas de

[7] Trataremos lateralmente as experiências eurocomunistas francesa e espanhola, através de suas principais lideranças no período: Santiago Carrillo (secretário-geral do Partido Comunista Espanhol entre 1959 e 1985, publicou, em 1977, *Eurocomunismo e Estado*) e Georges Marchais (secretário-geral do Partido Comunista Francês entre 1972 e 1994, publicou, em 1973, *O Desafio Democrático*).

1970 e 1980, da condução do partido e da luta pelo caminho italiano para o socialismo.[8] Suas teses cumpriram uma trajetória tão polêmica quanto representativa de um tempo de crise do capital e das experiências socialistas e, mais particularmente, do contexto italiano, claro. As noções de "compromisso histórico" e "democracia como valor universal" (que dialogam intimamente) viriam dar cabo, a um só tempo, da revisão da estratégia de classe e da consumação do afastamento do PCI da órbita de influência do PCUS. Se a segunda noção é um tanto autoexplicativa, uma vez que indica o terreno comum no qual deveriam se travar as disputas políticas, por compromisso histórico Berlinguer designou uma aliança antifascista entre o que considerava as três grandes forças de esquerda na Itália: comunistas, socialistas e católicos – em nome da preservação, a qualquer custo, do tecido democrático nacional, especialmente mobilizado pelos acontecimentos no Chile, em 1973. Na prática, significou uma ampliação considerável do campo de alianças, além do espectro da esquerda, onde se concentrava até então.

Ao dar prosseguimento ao pensamento e à linha política da democracia progressiva de Togliatti, Berlinguer reafirmou constantemente o socialismo como desenvolvimento pleno da democracia, bem como o caráter processual da revolução por meio de reformas consecutivas. A questão das alianças necessárias para a efetivação desse programa também foi parte importante das definições posteriores que já apontamos. Para Berlinguer, reformas profundas da estrutura social, política e econômica não se concretizariam sem um amplo arco de alianças que pudesse lhes dar sustentação. O dirigente partidário reivindicou Gramsci como base da estratégia que propugnou, sugerindo o conterrâneo sardo, tal como fizera Togliatti, como precursor do caminho italiano. A invenção dessa tradição é parte da trajetória que redundou no eurocomunismo e que culminou com o próprio Berlinguer.

Em discurso datado de março de 1971, ainda como vice-secretário, Berlinguer expôs com clareza o princípio das alianças em nome das reformas:

> Para impor estas reformas, é necessário trabalhar e lutar para abrir espaço à formação de uma coalizão que compreenda todas as forças sociais interessadas neste desenvolvimento alternativo da sociedade nacional, isto é, todos os operários, as massas camponesas, as populações do *Mezzogiorno*,

[8] Berlinguer ingressou na agremiação, formalmente, em 1943 e teve uma rápida ascensão. Ocupou o cargo de secretário-geral entre 1972 e 1984, tendo antes sido vice-secretário entre 1969 e 1971.

> as massas juvenis, os estudantes, os intelectuais, os técnicos, as mulheres, os artesãos, os pequenos comerciantes, vastos estratos de pequenos empresários, um conjunto de forças produtivas em cujo seio existem e continuarão a existir contradições, mas que podem se reconhecer nas perspectivas novas que uma política de reformas, como a entendemos e desejamos (...), pode abrir a todos os estratos. (Berlinguer, 2009: 70-71)

Um primeiro aspecto a ser notado, e que ganharia contornos cada vez mais nítidos, é o abandono da categoria de classes sociais para a identificação das forças sociais com as quais seria pertinente travar alianças. Tal mudança carregava um viés eleitoral claro, que não é novo, mas que se apresentou crescentemente com especial gravidade, à medida que se diversificaram as classes. O chamamento se deslocou da luta de classes para um pacto social em nome de condições gerais que pudessem atender à maioria numérica dos aliançados. Conclui Berlinguer (2009: 71):

> Na nossa concepção, então, uma estratégia de reformas é inseparável de uma estratégia de alianças, e a luta pelas reformas está intimamente ligada à luta pelo crescimento do poder democrático na sociedade, pela mudança na direção governamental e nas forças dirigentes do Estado.

Confirma-se nesta passagem o mesmo que havíamos identificado nas proposições de Togliatti: a conquista da hegemonia estaria diretamente associada ao alcance de uma substancial maioria numérica, como o ponto alto do processo. E a essa maioria, que franquearia o acesso de forças progressistas à máquina estatal, atribuía-se o poder de promover a mudança de rumos do Estado até então apropriado pela burguesia. Esta foi também a posição de Carrillo e do eurocomunismo espanhol sobre o assunto. Vejamos:

> desenvolver toda essa ação de que vimos falando para virar os aparelhos ideológicos do Estado contra as classes dominantes e ganhar progressivamente a compreensão e o apoio, em parte pelo menos, dos aparelhos de força do Estado que permitem àquelas garantirem, até aqui, a sua dominação, o que equivale a lutar pela democratização da vida econômica, social, política e cultural; pela democratização da organização e do aparelho do Estado. (Carrillo, 1977: 87)

O início da marcha para o socialismo seria uma questão de governo, levada a cabo *pelo crescimento do poder democrático na sociedade*. Eis no que se configurou a defesa do pluralismo para essa corrente. A garantia das regras do jogo democrático tornaria legítima, mesmo em se tratando de uma disputa

entre classes antagônicas detentoras de projetos civilizatórios distintos, a alternância de poder entre concepções de mundo também, em tese, antagônicas, governo a governo. É oportuno lembrar que por hegemonia Gramsci não compreendia consensos provisórios, ao sabor da correlação de forças, à base de compromissos pontuais que pudessem ser construídos ou desfeitos de acordo com a conjuntura. Ao contrário, hegemonia pressupunha, para o autor, consensos duradouros, calcados em fortes elementos culturais e resultantes da superação de um estágio de consciência econômico-corporativo.

O que esteve por trás desse posicionamento de Berlinguer, que em última análise significou a negação da ruptura, foi a aposta de que em sociedades de capitalismo desenvolvido, como a italiana, as forças produtivas já se encontrariam plenamente desenvolvidas, anulando a necessidade de uma ditadura do proletariado para tal propósito, ao contrário do que se dera na Rússia atrasada de 1917. Por seu turno, a utilidade de defesa contra o inimigo, que seria o outro propósito da tática propugnada por Marx, Engels e Lênin, também estaria dispensada pelas possibilidades abertas pela disputa democrática, extraída a fórceps da burguesia pela classe trabalhadora e, desde então, supostamente ausente de marcas classistas, deixada ao sabor da correlação das forças em luta. Não teve outro sentido a afirmação de Berlinguer no mesmo discurso de 1977, em que proclamou o caráter universal da democracia:

> Eis por que a nossa luta unitária – que procura constantemente o entendimento com outras forças de inspiração socialista e cristã na Itália e na Europa Ocidental – está voltada para uma sociedade nova, socialista, que garanta todas as liberdades pessoais e coletivas, civis e religiosas, o caráter não ideológico do Estado, a possibilidade da existência de diversos partidos, o pluralismo na vida social, cultural e ideal. (Berlinguer, 2009: 116)

Carrillo, ao mesmo tempo, na Espanha, apontou para a mesmíssima questão. Tratava-se de saber se o tempo histórico continuava a exigir uma transição socialista como a que Marx e Engels previram para o século XIX e que Lênin vivenciou no início do XX. À questão que apresentara, se em países de capitalismo desenvolvido os trabalhadores poderiam impor sua hegemonia sem lançar mão da ditadura do proletariado, responde afirmativamente. O que diferenciaria, portanto, o século XIX do XX para que os comunistas de então pudessem apresentar resposta distinta da dos fundadores do socialismo científico e de Lênin? O fato de os trabalhadores desses países se constituírem em maioria numérica.

Neste ponto é oportuno lembrar a análise de Adam Przeworski (1989) sobre os dilemas da social-democracia. Em linhas gerais, argumenta, justamente, que o problema central dos partidos socialistas foi sempre alcançar uma maioria eleitoral que lhes permitisse ascender ao governo e implementar o seu programa. Esta pretensão é apresentada por Engels (1890) e pelo SPD em fins do século XIX, como vimos. Przeworski mostra, no entanto, com base em estudo bastante fundamentado, que o proletariado nunca representou, historicamente, a maioria numérica dos eleitores. A diversificação da classe trabalhadora, com a constituição das camadas médias, foi acompanhada, no plano da representação política, pela fragmentação dos partidos.

Desse processo resultou outro dilema correlato, que marca a história do movimento operário desde o século XIX, à medida que as conquistas democráticas se avizinhavam: participar ou não do jogo político institucional? Przeworski compreende que esta pergunta nunca foi de fácil resposta, porque a estrutura do sistema do capital, sobretudo depois das conquistas democráticas dos trabalhadores, abriu efetivamente possibilidades de mudanças nas condições de vida dos oprimidos. Esse caráter indefinido do resultado das lutas (dentro de certos limites, evidentemente) sob o "capitalismo democrático" é que institui a participação, precisamente porque a promessa e a possibilidade concreta de que mudanças se realizem funcionam como motivação elementar do movimento de luta. Porém, é incontornável que essa participação signifique consentimentos à ordem. Para tentar alcançar o centro do poder do Estado e implementar uma agenda socialista (que rapidamente se tornará uma agenda de reformas, ressalva), é necessário ampliar a base eleitoral restrita dos socialistas. Esse movimento, invariavelmente, institui compromissos de classe que amenizam e transformam a agenda socialista (Przeworski, 1989). Não foi outro o dilema dos eurocomunistas.

O ano de 1973 foi decisivo para as esquerdas socialistas e comunistas em todo o mundo. O desfecho da experiência chilena, com o sangrento golpe que pôs fim ao governo da Unidade Popular, de Salvador Allende, serviu tanto aos críticos da "via pacífica" quanto aos seus entusiastas. Berlinguer não ficou de fora do debate. O tom geral foi de apelo à unidade das forças para que guardassem apreço pela democracia, uma vez que o terreno comum que partilhariam se justificaria pela recusa aos "grupos conservadores e reacionários".

Perguntava-se Berlinguer se, diante da derrota imposta às forças democráticas no Chile, as classes trabalhadoras deveriam também abandonar o "terreno democrático e unitário em benefício de uma estratégia leviana"

(Berlinguer, 2009: 82) – entenda-se golpista, violenta. Obviamente, sua resposta foi negativa, reforçando o posicionamento oposto. Se a tática conservadora era divisionista, como sugere, uma vez que antidemocrática, as forças democráticas deveriam responder com mais unidade, evitando ao máximo a fragmentação do país – em alusão clara ao período de ocupação das forças nazifascistas – embora o inimigo já parecesse ser outro. A política de alianças (que nunca saiu de cena) reforçava-se com todo o vigor:

> Assim, não nos limitamos a buscar e estabelecer convergências com figuras sociais e categorias econômicas já definidas, mas queremos conquistar e incluir, em um articulado conjunto de alianças, grupos inteiros da população, forças sociais não classificáveis como classes, tais como são, precisamente, as mulheres, os jovens e as jovens, as massas populares do *Mezzogiorno*, as forças da cultura, os movimentos de opinião; e propomos objetivos não apenas econômicos e sociais, mas de desenvolvimento civil, de progresso democrático, de afirmação da dignidade da pessoa, de expansão das múltiplas liberdades do homem. Eis o modo pelo qual nós entendemos e cumprimos o trabalho concreto de construir e preparar as bases, as condições e as garantias daquilo que se costuma chamar um 'modelo' novo de socialismo. (Berlinguer, 2009: 83)

A tarefa que Berlinguer e o PCI se atribuíram, portanto, foi a de liderar um amplo arco de alianças que promovesse o isolamento político das forças conservadoras, a ponto de "evitar que se chegue a uma coligação estável e orgânica entre o centro e a direita" (Berlinguer, 2009: 83-84). O conjunto das *forças sociais não classificáveis como classes* exigiria que se abandonasse também uma perspectiva declaradamente de esquerda, tornando o socialismo, como já dissemos, um ideal ético, à moda dos socialistas utópicos. Senão vejamos como se combinaria um projeto revolucionário, socialista, que não comportasse classes nem se entendesse como pertencente à esquerda do espectro político:

> Eis por que falamos não de uma 'alternativa de esquerda', mas de uma 'alternativa democrática', isto é, de uma perspectiva política de colaboração e entendimento das forças populares de inspiração comunista e socialista com as forças populares de inspiração católica, além de outras forças de orientação democrática. (Berlinguer, 2009: 84)

Não se trata de um caso de mera retórica. Ao contrário, o discurso expresso pelo PCI revela o teor do compromisso histórico que propõe, traduzido em poucas palavras, um "caminho seguro de desenvolvimento, de renovação social e de progresso democrático" (Berlinguer, 2009: 84). Dito

de outra forma, o pouco que havia de uma retórica socialista e revolucionária refletiu o empenho na preservação de condições gerais que permitiriam uma atuação política previsível, calculada, sob um quadro seguro de regras democráticas. A avaliação de como e com que intensidade essa conduta proporcionaria condições para a luta socialista (ou, ao contrário, redundaria na apassivação da classe pela ordem) foi, por excelência, o dilema comunista. Não por coincidência, um pensador honesto como Norberto Bobbio, que certa vez chamou o eurocomunismo de "comunismo revisado", alertou para o limite estrutural a se antepor às disposições democraticamente respeitosas das regras do jogo dessa corrente, como método para a conquista do socialismo:

> Quem pode excluir a hipótese de que exista um limite de tolerância do sistema, de tal forma que o sistema se despedace somente para não se dobrar às exigências? (...) me parece mais que justa a suspeita de que o progressivo alargamento das bases democráticas encontraria uma barreira insuperável – insuperável, claro, no âmbito do sistema – em frente aos portões da fábrica. (Bobbio, 1983: 90)

Houve muita repercussão negativa por conta das ideias de Berlinguer relativas ao compromisso histórico. À direita e também à esquerda, o partido angariou descontentamentos: uns exigiram o rompimento imediato com o PCUS e a União Soviética, e outros o acusaram de se render à social-democracia. Gramsci continuava a ser o bastião com o qual o PCUS tentava se legitimar em sua prática política. O próprio presidente de honra do partido na época, Luigi Longo, cobrou do secretário-geral mais precisão teórica, posto que compreendia que falar de "bloco histórico" seria mais apropriado.

O conceito de bloco histórico é controverso em Gramsci, abordado em poucas passagens ao longo dos *Cadernos do Cárcere*. No entanto, parece haver consenso entre os seus exegetas de que uma aplicação reducionista do conceito tendeu sempre a corromper sua dimensão marcadamente analítica das relações entre *estrutura* e *superestrutura*, em nome de um viés tático-estratégico, "o que resulta no erro teórico de conceber o bloco histórico como uma simples aliança entre classes sociais" (Portelli, 1977: 14). Um novo bloco histórico não deve pressupor apenas a reunião de grupos de interesse sob um determinado conjunto de bandeiras, sem pretender alterar a própria estrutura que a superestrutura expressa, dialeticamente. Para os eurocomunistas, a relação deu sinais de inversão: pretenderam acessar a superestrutura e, a partir dela, promover a mudança na base, embora não neguemos que em Gramsci, precisamente pelo caráter integral, não fragmentado, presente na relação estrutura-superestrutura,

"afinidades de natureza cultural" possam também figurar como cimento de um novo bloco histórico, como aponta Coutinho (2007a: 73). Isoladas, no entanto, não passam de retórica.

Mas há ainda algo interessante a se notar, que marca a compreensão do conceito de hegemonia para o autor dos *Cadernos do Cárcere*: condução dos aliados, que implica a existência de consenso no interior do bloco, e domínio sobre os adversários, pelo consenso e também pela força. A formação de um bloco histórico, que se expressa na construção de compromissos, não pode abrir mão dessa posição de articulação, nunca meramente eleitoral e política (mas também econômica) ou constituída em bases puramente institucionais. O PCI e seu compromisso histórico não pareciam gozar dessa posição, o que os obrigou a abusar da categoria do pluralismo – estranha ao próprio Gramsci.

A partir desse desenho da estratégia chegamos aos elementos que lhes dão base, essenciais para a afirmação da democracia nos termos laudatórios em que foi expressa em 1977. Para os eurocomunistas, o impulso revolucionário de 1917 esgotara-se. Tratava-se da afirmação do socialismo em uma nova era, democrática e gradual – o que impunha a compreensão de que a oportunidade histórica da revolução não mais se apresentaria como numa *situação revolucionária*, em que um conjunto determinado de condições objetivas e subjetivas se configuraria em dado momento histórico. No discurso dos eurocomunistas, em face do que se acreditava ser o trabalho cotidiano, diluído e gradual de construção do socialismo pela via democrática, havia certo fatalismo (kautskyano) que dispensava a conjugação dialética de condições objetivas e subjetivas em cada conjuntura determinada, desde que observada a manutenção das regras do jogo democrático, por meio do qual se afirmava um progresso incessante que terminaria por desembocar no socialismo, consequentemente.

Sobre tal base é que Berlinguer falará de uma "revolução democrática". Para o eurocomunista, a revolução democrática seria o próprio caminho para a edificação do socialismo em sociedades de capitalismo desenvolvido ou, na sua significativa expressão, "a introdução de elementos de socialismo no capitalismo" (Berlinguer, 2009: 93). Tudo cabe na revolução democrática de Berlinguer, como se pode ver.

Se não bastasse, trinta anos depois de terminada a guerra, com a presença em discurso do mesmo inimigo (o fascismo) a justificar a unidade de todos entre todos, os valores a serem defendidos, que têm por base um desenvolvimentismo datado que não poupou os eurocomunistas, não pareceram nada universais. Na contramão de suas bases teóricas declaradas, a sociedade

civil para os eurocomunistas figurou como espaço de exercício da liberdade, no qual se reuniriam forças do bem empenhadas em conquistas civilizatórias universais. A dimensão da luta de classes na sociedade civil – o ponto alto da contribuição de Gramsci para o marxismo – estranhamente foi posta de lado.

Em fevereiro e junho de 1976 – com a aproximação das eleições –, duas entrevistas concedidas pelo secretário-geral do PCI a órgãos da chamada grande imprensa italiana contribuíram para pôr em evidência o peso e a predominância da tática eleitoral de sedução de novas massas de eleitores, bem como para intensificar o distanciamento do PCI da órbita de influência do PCUS. E já que comodamente, no balaio da radicalização da democracia, parecia caber de um tudo, foi possível tentar atrair quase todos mantendo o discurso a favor do socialismo e contra a social-democracia e o socialismo real. Na primeira dessas entrevistas, eis uma das perguntas do jornalista a Berlinguer: "Sobre os eurocomunistas, *The Economist* escreveu: 'Estão a meio caminho da independência, a meio caminho da democracia'. Em suma: pode-se realizar um programa comunista respeitando-se a democracia?". Antes de conhecermos a resposta, cabe dizer que o viés explorado pelo entrevistador não pretendia tocar no possível desajuste entre o desenho de um projeto contra a ordem (comunista) que pretendia utilizar-se da mesma ordem, paradoxalmente, mantendo-a intacta para subvertê-la. Antes, transitou pela vala comum que marcou no lombo das experiências socialistas a pecha da antidemocracia. A resposta do entrevistado, evidentemente, também foi sintomática das opções eurocomunistas, que, como de costume em casos de transição discursiva e prática no espectro político da esquerda para a direita, desagradam e afastam a primeira e geram desconfiança na segunda. Berlinguer ofereceu, então, um comunismo bem arrumado:

> Nego que estejamos 'a meio caminho' da independência: nossa independência – como já disse – é total. E total é também nossa adesão à democracia e às suas regras. Explicamos e repetimos que a assunção da direção política, por parte das classes trabalhadoras, pode e deve se realizar na Itália com total respeito às instituições democráticas, aos princípios da liberdade e às indicações transformadoras inseridas na nossa Constituição. Sabemos que a construção da sociedade socialista – que hoje está objetivamente madura e é necessária para a salvação da Europa – põe delicados problemas: econômicos, com o risco de quedas bruscas no desenvolvimento produtivo, e políticos, com a necessidade de evitar tentações autoritárias. Com estas preocupações, elaboramos nosso programa de renovação e de

> unidade. Consideramos necessárias várias formas de gestão econômica, reconhecendo amplo espaço à empresa privada dentro de uma programação pública nacional, elaborada e realizada democraticamente. Quanto às tentações autoritárias, o modo mais seguro de evitá-las é dar ao poder político a mais ampla base de consenso e de participação dos cidadãos, realizar uma aliança entre todos os partidos populares e antifascistas, e manter viva e desenvolver a adesão dos cidadãos às liberdades. (Berlinguer, 2009: 107)

Parece haver um propósito de, no lugar de abandonar completamente a retórica socialista (porque significaria uma explícita social-democratização do partido, também no discurso), tornar o socialismo outra coisa, mais palatável para amplas camadas sociais em permanente tensionamento e subversão das instituições democráticas empenhadas no zelo das regras do jogo e além delas. É apenas o que pode explicar que o socialismo seja apresentado sob tal feitio que, no máximo, "põe delicados problemas econômicos e políticos", como o abalo do "desenvolvimento produtivo" e as "tentações autoritárias". Ora, a quem senão às classes empresariais mais importaria a ocorrência de problemas na cadeia produtiva? Ou seria razoável supor que Berlinguer estivesse se dirigindo aos trabalhadores em geral para apresentar suas preocupações quanto à ocorrência de possíveis crises de abastecimento ou obsolescência tecnológica numa sociedade de transição socialista? Em que pese a crítica procedente à burocratização e ao viés autoritário dos regimes socialistas em geral, a quem mais, senão aos que poderiam ter seu direito de usurpação violentamente suprimido, Berlinguer apresentaria os seus receios de um desvio autoritário e também a fórmula para impedi-los? Notadamente, não era aos trabalhadores que Berlinguer e o PCI se dirigiam.

Alguns meses após essa entrevista, a poucos dias da eleição que viria a se configurar no melhor resultado eleitoral do PCI em toda a sua história, na disputa para o Parlamento, Berlinguer pronunciou-se sobre questões ligadas à "original via italiana para o socialismo". Indagado sobre uma possível intervenção soviética caso o socialismo italiano viesse a se consolidar e representar uma recusa explícita à centralidade do poder soviético dentro do bloco socialista – como ocorrera na cidade de Praga, em 1968, não titubeou: "Nós estamos em outra área do mundo. E, supondo-se que haja a vontade, não existe a mínima possibilidade de que nossa via para o socialismo possa ser obstaculizada ou condicionada pela URSS (...). Sinto-me mais seguro estando deste lado" (Berlinguer, 2009: 109-110). Como fica patente, para o eurocomunista

a ordem capitalista é o espaço mais apropriado e seguro para o desenvolvimento do socialismo italiano. Eis o terreno sobre o qual será lançada a "democracia como valor universal" um ano mais tarde.

Em 1977, portanto, por ocasião da comemoração dos sessenta anos da Revolução Russa, na cidade de Moscou, Berlinguer declarou contundentemente sua adesão e a do PCI aos valores democráticos ditos universais:

> O Partido Comunista Italiano também surgiu sob o impulso da Revolução dos Sovietes. Ele cresceu depois, sobretudo porque conseguiu fazer da classe operária, antes e durante a Resistência, a protagonista da luta pela reconquista da liberdade contra a tirania fascista e, no curso dos últimos 30 anos, pela salvaguarda e o desenvolvimento mais amplo da democracia. A experiência realizada nos levou à conclusão – assim como aconteceu com outros partidos comunistas da Europa capitalista – de que a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é forçado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista. (Berlinguer, 2009: 116)

Hábil com as palavras, no mesmo movimento Berlinguer apresenta a via democrática como produto da experiência italiana, condizente com a particularidade do feitio da luta pelo socialismo em cada realidade nacional, que acabara de defender, e como método universal que, como sugeria, deveria guiar, a partir de então, os rumos da conquista do socialismo no Ocidente – num exercício explícito de demarcação das fronteiras entre o que seria o mundo russo e o mundo europeu ocidental. Se a comparação do autoritarismo soviético com tirania fascista ficava no ar, na frase seguinte o secretário-geral faria a crítica, ponto a ponto, dos rumos do socialismo real com os olhos voltados para o seu centro de irradiação.

> Eis por que a nossa luta unitária – que procura constantemente o entendimento com outras forças de inspiração socialista e cristã na Itália e na Europa Ocidental – está voltada para realizar uma sociedade nova, socialista, que garanta todas as liberdades pessoais e coletivas, civis e religiosas, o caráter não ideológico do Estado, a possibilidade de existência de diversos partidos, o pluralismo na vida social, cultural e ideal. (Berlinguer, 2009: 116)

Há ainda algo mais. O teor do discurso e das formulações dos eurocomunistas, assumiu a ideologia do inimigo de classe, a ponto de, na prática, defender que a única alternativa para que o socialismo não se corrompesse

com tentações autoritárias era deixar de ser socialismo. Como já insinuamos, portanto, o fenômeno da fetichização da democracia é parte-síntese de um processo mais amplo que envolveu e envolve uma concepção de sociedade civil e de Estado muito pouco condizentes com as matrizes teórico-políticas marxistas declaradas por seus próprios defensores. *Caráter não ideológico do Estado*? Haja revisionismo para enquadrar Marx, Engels, Lênin e Gramsci nos quadros do liberalismo. Este último, inclusive, teria respondido ao vivo se tivesse tido a chance: "Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)" (Gramsci, 2007: 257).

Um Gramsci no caminho

Provocados, então, vejamos um pouco mais detidamente o pensamento de Gramsci, cuja herança foi pretendida pelos eurocomunistas. Neste autor não há espaço para neutralidade do Estado nem, portanto, fetichização de suas funções e da utilidade que poderia prestar às classes trabalhadoras em luta e que presta efetivamente às classes dirigentes/dominantes. O Estado dos eurocomunistas é *outro* Estado, como é *outra* a democracia:

> O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estrito interesse econômico-corporativo. (Gramsci, 2007: 41-42)

Estão claramente apresentados os elementos que permitem o desmonte da romantização do Estado, uma vez que sociedade política e sociedade civil se distinguem apenas analiticamente, como disse o filósofo. E se "a sociedade civil é o próprio Estado" (Gramsci, 2001: 85), se ambos se identificam na realidade dos fatos, pretender, por um lado, que o aparelho assuma uma ação transformadora ou mantenha-se pelo menos isento de interesses de grupos

(diríamos das diversas frações das classes dominantes) e, por outro, que a sociedade civil comungue em torno de valores universais significa precisamente aceitar o Estado como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais. Significa, em suma, o troféu das classes dominantes por mais uma batalha vencida. Se não, o que poderia ser mais ideológico do que a postulação, pela esquerda, de um Estado não ideológico?

Mas supondo que isso não baste, vejamos em Gramsci algumas passagens em que o filósofo analisa e discute a democracia, não antes de tratar, rapidamente, de outros dois conceitos centrais: *guerra de posição* e *guerra de movimento*. Em primeiro lugar, vale de uma vez afirmar: Gramsci não é o teórico da democracia que se tem tentado caracterizar. Sua preocupação central consiste em compreender como se organiza e desenvolve a dominação de classes. A questão da democracia, que está presente em Gramsci como um importante elemento de deslindamento da forma como se manifesta a *hegemonia* – tomada como a "democracia no sentido moderno" (Gramsci, 2006: 188), não pode se confundir com a problemática da via pacífica para o socialismo. Essa relação inextricável quem construiu primeiro foi a social-democracia alemã, e mais tarde os eurocomunistas a retomaram. Para Gramsci, embora a luta no Ocidente exija uma "estratégia de longo fôlego", com "uma concentração inaudita de hegemonia", não estão fora de cena os momentos de ruptura, que podem inclusive se multiplicar até o desfecho final (a vitória "definitivamente decisiva" da guerra de posição.

A guerra de movimento, em suma, carrega uma articulação com a guerra de posição, e nada no texto gramsciano parece indicar que devam ser esquematicamente pensadas ou isoladamente executadas. A caracterização, já clássica, que associa a primeira às sociedades de tipo oriental e a segunda às sociedades ditas ocidentais, aponta no primeiro caso a única possibilidade concreta de luta e, no segundo, ao que parece, a preponderância de uma estratégia sobre outra e nada mais. Não são, portanto, mutuamente excludentes. Vejamos uma passagem em que Gramsci (2007: 124) caracteriza tal articulação de que falamos:

> Na guerra militar, alcançado o objetivo estratégico (...) chega-se à paz. (...) A luta política é muitíssimo mais complexa. (...) A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que em determinados momentos se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea:

> o boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea.

Mas a questão parece chegar a termo se unirmos a esse ponto o anterior, referente à separação improcedente entre Estado e sociedade civil. Os adeptos de uma perspectiva de luta que desconsidera a ruptura (ou promovem o elogio de uma exclusiva e isolada guerra de posição) não coincidentemente são os mesmos que apostam todas as fichas na luta parlamentar e na conquista do aparelho de Estado. De fato, para uma luta que se pretende apenas institucional, a guerra de movimento parece ausente ou desnecessária. Mas se Gramsci estava correto quando identificou as formas contemporâneas da dominação e as possíveis maneiras de resistir a ela, unindo num mesmo esforço, longo e persistente, posição e movimento, talvez concluamos pelo desserviço apassivador e mistificante de uma luta que pretensamente se constrói e executa apenas ou preponderantemente pela via institucional.

Como garante Lincoln Secco (2006), o tema específico da democracia aparece escassamente ao longo dos *Cadernos do Cárcere*. Coerente com a sua preocupação central, via de regra o tema é abordado como forma de manifestação da dominação. Não há em Gramsci a associação incontestável entre democracia e Estado de Direito formal que a social-democracia criou e os eurocomunistas retomaram mais tarde. Vejamos uma primeira passagem, das mais significativas:

> A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às 'trincheiras' e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas 'parcial' o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra etc. (Gramsci, 2007: 24)

Não parece difícil concluir que o autor percebe a democracia como a forma política própria de um tempo a partir do qual a estrutura das classes e seus organismos de defesa de interesses (*aparelhos privados de hegemonia*) se complexificam. A democracia moderna se constituiria, portanto, numa espécie de colchão de amortecimento da luta de classes. O fato de a democracia, assim como o Estado, em seu sentido mesmo ampliado, estar sob plena disputa entre as classes não significa em Gramsci que os beligerantes detenham o mesmo grau de organização e força. A democracia, portanto, em uma concepção dialética, é parte da luta que precisa ser travada, mas na medida

em que nasceu sob a ordem do Estado burguês – mesmo que em parte contra essa mesma ordem – precisou respeitá-la para poder nascer, e isto a definiu em linhas gerais. Se é produto da complexificação da luta e produz canais por meio dos quais se escoam, arrefecem ou são parcialmente atendidas as demandas dos subalternos, num equilíbrio instável permanente, garante o controle dos dominados ao tempo que lhes permite conquistas, que podem variar em profundidade e abrangência, mas que sem ruptura nunca ultrapassarão o limite do essencial à reprodução dessa própria dominação.

Aqui já é possível apontar a operação que se constituiu na base fundamental sobre a qual o caminho italiano para o socialismo se fundou: a positivação do conceito de revolução passiva. O que para Gramsci se constituía, por excelência, em estratégia de dominação burguesa foi elevado, pelos eurocomunistas, à estratégia das classes subalternas para a construção do socialismo. Seria o caso de "apropriar-se dessa forma do movimento político da burguesia com o intuito de subvertê-la, invertê-la ou modulá-la" (Bianchi, 2006: 35). A associação feita pelo próprio Gramsci entre revolução passiva e guerra de posição não expressa nada além da compreensão de que a luta de classes nunca é jogada apenas por um só time e que, portanto, a burguesia também faz guerra de posição. No entanto, não é adequado que daí se conclua que a forma e o *modus operandi* da luta, para cada uma das classes antagônicas, deva se dar identicamente. Em suma, assumir como estratégia – na posição de subalterno –, uma tática do dominador, é aposta que Gramsci não fez e uma aceitação *a priori*, e portanto injustificável, das regras do jogo do inimigo.

Diante do que expusemos, não é possível considerar a validade da tese da democracia como valor universal apartada de todo o conjunto de conceitos reformulados em face da prodigalidade teórica dos eurocomunistas. O índice das condições objetivas e subjetivas para o socialismo se reduzia agora ao grau e à intensidade da democracia alcançada. Na ausência de um ponto a partir do qual se pudesse afirmar o nascimento de uma sociedade socialista, uma vez que isso indicaria a ocorrência de um ato de vanguarda revolucionária, de antecipação do que deveria vir sem irrupções, sobrou uma luta parcial eterna, que ao optar pela não ruptura impediu a possibilidade de avanços e saltos imprescindíveis, impraticáveis no estrito respeito da legalidade burguesa.

Ao contrário do que é comum ouvir da esquerda democrática, o sistema do capital e a democracia (no registro da ordem burguesa) já deram mais do que provas de que podem se suportar mutuamente, com certa facilidade. A necessidade de afirmar a democracia previamente ao socialismo,

como antídoto à experiência do socialismo real, tem impedido que digamos o necessário, com todas as letras: a "verdadeira democracia", afirmou Marx, é sinônimo da própria superação da sociedade de classes e, portanto, cotidianamente antagônica à ordem burguesa. A fetichização de que vimos falando é consequência de uma tentativa comportada de produzir, previamente, mais democracia do que a sociabilidade burguesa comporta, como antecipação de um vir-a-ser para o qual não se investia concretamente na construção. O resultado dessa operação tem sido flagrantemente mistificador. E parte dessa mistificação tem consistido em considerar o pensamento marxista como "entulho autoritário" e fazer de Gramsci, indevidamente, o seu antídoto.

Ingrao e Poulantzas: um desvio à esquerda

Até agora o debate da via democrática para o socialismo nos tomou inteiramente a atenção, no registro do que se configurou como resposta aos problemas do tempo em que a estratégia foi formulada (a luta contra o fascismo) e também como reação ao modelo russo de revolução e socialismo. Outro traço decisivo dos eurocomunistas diz respeito à aposta na transformação do Estado, que carrega atrás de si, como a questão democrática, um comboio de polêmica. Desta, em parte, trataremos agora. Mas não reside aí a fronteira que separa esquerda e direita no interior do eurocomunismo. Pelo menos uma questão de fundo se apresenta e justifica essa distinção que sugerimos. Ela diz respeito ao papel atribuído a esse Estado e não à possibilidade de sua transformação. Para a corrente que acabamos de ver, tal transformação era, em síntese, uma ação iniciada e dirigida pelo alto. A participação das massas se daria como desdobramento de uma direção impressa pelo Estado, uma vez que este passasse a ser controlado, democraticamente, pelas forças em aliança capazes de implementar a viragem da máquina.

A ala esquerda dos eurocomunistas não negou o papel do Estado, evidentemente, mas compreendeu a transformação desse Estado como parte de um movimento que resultaria de uma sólida democracia de massas, e não o contrário. Ou seja, a formação de uma maioria – objetivo declarado dos eurocomunistas – que daria base à consecução de um conjunto de reformas que, por sua vez, abririam as portas para o socialismo teria outros propósitos prévios ou concomitantes à conquista pacífica da máquina estatal. O Estado permanece central na estratégia, mas sua transformação não se traduzia por uma ação de cúpula, e sim por uma luta que se estabeleceria em seu interior, vinda de baixo.

Os autores indicados aqui cumprem, representativamente, o papel de defesa dessas ideias num espectro à esquerda. Pietro Ingrao, também importante quadro do PCI e alinhado com a oposição à linha política do compromisso histórico implementada por Berlinguer, denunciou o risco reformista de uma estratégia democrática que pretendia se efetivar mais pela institucionalidade e menos pela base (Berlinguer, 2009; Magri, 2011). Em seu *As Massas e o Poder* (Ingrao, 1980), endossou a aposta do PCI na via pacífica e democrática para o socialismo, mas não sem antes criticar os aspectos que considerava vulneráveis na estratégia defendida pelo partido.

Nicos Poulantzas, nascido grego mas radicado na França, em paralelo à carreira acadêmica, foi importante referência das correntes comunistas na Europa, também atuante junto aos PCs grego e francês, tendo se aproximado do debate eurocomunista italiano (Coutinho, 2008b), justamente de sua ala esquerda (Codato, 2008) e especialmente de Ingrao (Motta, 2009). Assim como Ingrao, Poulantzas compartilhou a aposta na possibilidade de transformação do Estado, mas não sem apresentar o imenso grau de dificuldade associado à tarefa, em face do *modus operandi* da máquina estatal, expresso por sua autonomia relativa ante o conflito entre as classes fundamentais. Embora o debate em torno da democracia de massas não se constituísse na sua questão essencial, como para Ingrao, figuraria como a única alternativa concreta de luta pelo socialismo.

O problema não era outro senão a construção de uma nova maioria. Mas como garantir a liderança de uma política de alianças com forças que, embora potencial e pontualmente interessadas no embate contra o grande capital monopolista, defenderiam a manutenção geral do sistema? Como defender o respeito às regras do jogo se elas poderiam ser usadas – com maior benefício, inclusive – pelas forças burguesas contra os trabalhadores? Ingrao respondeu a essas questões, de início, com a mesma convicção democrática que caracterizou os eurocomunistas em geral:

> a experiência vivida nos países de capitalismo maduro mostra-nos que a expansão da democracia em todos os níveis é hoje uma condição para enfrentar os novos modos de penetração e dominação do capital monopolista, para romper seu sistema de alianças e encaminhar a construção de um novo bloco de poder; nisso é que reside o nexo profundo, para nós, entre luta democrática e luta socialista. (Ingrao, 1980: 112)

Está tudo aqui: a convicção de que o desenvolvimento das forças produtivas em formações capitalistas maduras não exigiria mais uma transição socialista que se expressasse por uma *ditadura do proletariado*; a recusa da social-democracia, por um lado, e do modelo russo, por outro; e a aposta na construção de uma hegemonia alternativa que deslocasse o centro da dominação burguesa para as forças reunidas em torno da liderança dos trabalhadores e sob ela. Aqui nos detenhamos um pouco. Não exatamente ao contrário, mas de maneira distinta, a afirmação da democracia como condição para o enfrentamento do capital se apresentou de modo um tanto mais tático-estratégico do que como resposta aos críticos, à esquerda e à direita, dos desvios do socialismo real:

> Nossa posição sobre a democracia socialista não é um 'testemunho' feito para salvarmos a alma ou um truque astuto para desmontar os ataques anticomunistas em nosso país: é uma opção política, que corresponde a nossa visão estratégica da luta e da edificação do socialismo, que desde agora tem para nós implicações na ação. (Ingrao, 1980: 136)

Mas o que justificaria, além do que já estava dito em linhas gerais pelos eurocomunistas, que a democracia se constituísse em condição para a luta pelo socialismo? A resposta é até interessante, embora as implicações da estratégia não residissem apenas nesse ponto. Além do endosso implícito da perspectiva gramsciana para o formato da luta no Ocidente, que exigiria um trabalho mais paciente, duradouro e sólido, Ingrao sustentou a necessidade de que as forças conservadoras fossem derrotadas em presença, isto é, diante da possibilidade de exercício pleno de suas táticas e estratégias, sem limitações impostas pela suspensão das regras do jogo. Dessa explícita consciência das condições de luta e das capacidades do inimigo derivaria

> a necessidade de golpear com mais dureza e decisão as velhas estruturas, de demolir todos os privilégios das camadas conservadoras, de realizar a edificação socialista coerentemente. Diria que, quanto mais amplos forem os direitos de liberdade política, tanto mais rigorosa deverá ser a luta para golpear as bases econômicas da velha ordem, e a luta – eis um ponto decisivo – para renovar e desenvolver as instituições democráticas, para vinculá-las às massas, para animá-las e torná-las eficazes contra a resistência das forças do passado. (Ingrao, 1980: 112)

No entanto, a aposta numa vitória definitiva sobre um inimigo poderoso, em seu próprio território, não passou impune ao excesso de otimismo

também sobre a força dos trabalhadores. Ingrao chegou mesmo a afirmar que a "socialização da política" era algo necessário para a sustentação do próprio sistema, não como processo associado à socialização da produção, como apontara Marx, mas na medida em que estava em xeque a "capacidade racionalizadora da grande empresa, como (...) ordenadora não só da fábrica, mas do território e da sociedade civil". Uma vez em desgraça o privatismo, era o momento da refundação do poder local, por meio de um "sistema de assembleias políticas, que saiba ativa e simultaneamente unificar, sendo ponto de referência e de coordenação para uma vida social que se tornou tão complexa". Eis por que "a necessidade de 'socialização da política' apresenta-se cada vez menos como sonho generoso, como exigência abstrata de democracia, e cada vez mais como necessidade prática: 'econômica'" (Ingrao, 1980: 34-35). Em outra passagem, de forma ainda mais clara, defende: "construir uma democracia política que tenha condições não só de intervir na economia com fins igualitários ou solidaristas, mas também de mudar as relações de produção" (Ingrao, 1980: 124-125). Ou ainda: "o Estado deve tomar como tarefa explícita o favorecimento da agregação e a capacidade produtiva de novos sujeitos sociais (...). Por isso, a reforma do Estado é o verdadeiro banco de provas: é talvez a principal reforma econômica a ser realizada" (Ingrao, 1980: 32).

Eis a tática da socialização da economia por meio da socialização da política explicitamente apresentada – e que seria tão fortemente repercutida pela esquerda democrática brasileira anos mais tarde. A tentativa de não repetir a experiência soviética é evidente. Se por lá teria faltado precisamente a socialização da política a guiar a socialização da economia, uma vez que a segunda terminou por se realizar em sacrifício da primeira, garantir-se-iam as duas em uma quase concomitância, a segunda pelas mãos da primeira. Nas palavras de Ingrao (1980: 33), "a democratização das grandes decisões que orientam a economia".

Nesse ponto, Ingrao retoma Togliatti com a noção de Estado proletário, que para os eurocomunistas era o Estado de transição de que falaram Marx, Engels e também Lênin, mas algo revisto em sua concepção original: "nós projetamos organizar um poder socialista e um Estado proletário em que determinados direitos políticos – de voto, de palavra, de organização etc. – sejam conferidos a todos, inclusive a homens e grupos que não são de orientação socialista" (Ingrao, 1980: 111).

Tal como Togliatti, Ingrao supôs um papel distinto para esse Estado de transição, uma vez que, na concepção marxiana-engelsiana, sua serventia seria apenas temporária, puramente para a contenção dos inimigos de classe.

Ao contrário da corrente majoritária do eurocomunismo, Ingrao abordou, ainda que lateralmente, o tema da extinção do Estado. Sua referência, no entanto, não era mais do que esparsa e hesitante sobre a procedência da tese, que chamava de "difícil e contestada meta". Embora esta não seja, como dissemos, uma questão de relevo para os eurocomunistas, vale recordar o alerta de Lênin para a interpretação truncada sobre o tema pelos socialistas na época da Revolução de Outubro, de acordo com a clássica sentença de Engels de que o Estado não seria abolido, mas extinguir-se-ia:

> Pode-se dizer, sem receio de engano, que este argumento de Engels, tão notável pela sua riqueza de pensamento, não deixou, nos partidos socialistas de hoje, outro vestígio de pensamento socialista que não seja a noção segundo a qual o Estado 'se extingue', na opinião de Marx, ao contrário da doutrina anarquista da 'abolição' do Estado. Truncar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, porque, depois de tal 'interpretação', fica apenas a ideia vaga de uma mudança lenta, igual, gradual, sem saltos nem tempestades, sem revolução. A 'extinção' do Estado, na concepção corrente, geralmente divulgada entre as massas, é sem dúvida nenhuma o adormecimento, senão a negação, da revolução. (Lênin, 1978: 29)

Guardados os tempos e as diferenças entre as concepções de revolução de Lênin e Gramsci, não seria exagero notar algum encaixe da crítica expressa nessa passagem com a prática política dos eurocomunistas, se não diretamente em relação à questão da extinção do Estado, ao menos no que tange à problemática da edificação de uma sociedade socialista. De um modo ou de outro, não se trata de checar os acertos ou os erros teóricos dos eurocomunistas segundo o que disseram ou não disseram os clássicos. Nossa preocupação nesse debate não se traduz como um acerto de contas com o passado pelo passado, mas reside na avaliação das possibilidades práticas de luta que os trabalhadores construíram em seu passado recente e remoto, com base no manancial de experiência e teoria de que dispunham, em face do presente. Somente assim é que podemos interpretar criticamente o elogio da democracia, do pluralismo, do respeito às regras do jogo, e a valorização do Estado como agente da luta pelo socialismo. Senão vejamos a defesa de Ingrao da originalidade do caminho italiano:

> Efetivamente – eis a novidade da hipótese da esquerda italiana – nós não nos defrontamos com uma dupla dificuldade: queremos chegar à mudança das estruturas e portanto das relações de poder, para o que não basta apenas uma mudança de homens e de fórmulas políticas; por isso queremos atingir nosso objetivo através do consenso num regime de economia mista. (...) Assim, o 'gradualismo' reside na busca do consenso e no agir num contexto pluralista e de conflitualidade de poderes, que não se reduz apenas ao pluralismo partidário. Portanto, estamos experimentando a possibilidade de determinar 'compromissos', é verdade, mas compromissos que permitam o deslocamento de poder necessário sem levar imediatamente a uma ruptura vertical e ao isolamento das forças progressistas. (Ingrao, 1980: 215-216)

Em suma, lutar no terreno herdado do inimigo, com as regras arrancadas ao inimigo, exigiria acirrar o conflito, torná-lo explícito, não silenciá-lo por meio de uma luta ilegal; exigiria ainda travar uma luta lenta, longa, árdua, mas definitiva, plena de resultados. Nessas condições, sem rupturas, a conquista do consenso e a consequente transformação das estruturas atingiriam patamares incontestáveis.

> A expansão da democracia, a participação das massas na gestão do poder econômico e político, a análise crítica, a justa relação dialética entre a elaboração do partido político e a experiência da classe e das massas não são portanto um luxo, uma concessão a outros, mas uma necessidade nossa para desenvolver a luta, para criar uma força revolucionária duradoura, sem a qual nem mesmo a força militar se sustenta. (Ingrao, 1980: 134-135)

Tal situação requereria uma sólida democracia de massas, com intensa participação democrática, representativa e direta, uma vez que as massas não poderiam apenas coadjuvar ao longo do tortuoso processo, mas deveriam ser elas próprias os agentes da transformação do Estado e da construção do socialismo (eis aqui, marcadamente, o ponto de inflexão da esquerda eurocomunista). Ingrao via os anos 1970 como uma oportunidade sem igual para a aposta na força das massas. Sua presença na vida política, acrescenta, traria a reboque a necessidade de um executivo forte, posto que representativo, como expressão direta da socialização da política.

Ingrao e os eurocomunistas tinham clareza de que esse era um caminho novo, ainda pouco ou nada testado. Depois do que expusemos, cabe considerar as preocupações do comunista italiano quanto aos riscos potenciais da estratégia que, nos dias que correm, se confirmaram plenamente. O reformismo, na esteira da social-democracia alemã, não se constitui em mero

desvio moral e individual – ainda que a vilania e as mudanças individuais de posição de classe também ajudem a explicar as capitulações. O risco está dado como produto direto da luta de classes, de um equilíbrio instável permanente. Eis a correta percepção de Ingrao (1980: 122):

> emergiu – ou está emergindo – o absurdo, a abstração, a impotência demagógica de uma ação de renovação estrutural da sociedade italiana que concebe as reformas como muitos 'pedaços' separados ou separáveis uns dos outros. Uma ação que permaneça setorial, uma única reforma, mesmo a mais audaciosa, estão condenadas à falência. É necessária uma política de reformas, gradual, mas orgânica.

Em outra passagem, Ingrao ressalta o que considerava o momento crucial da luta, que não hesitava também chamar de "limites e dilemas", quando a prática democrática da classe trabalhadora encontrasse limites estruturais e só lhe restasse o recuo reformista ou o avanço revolucionário. Ainda que para Ingrao não estivesse na conta da estratégia (a não ser como risco em potencial) o recuo, tampouco a certeza cega do avanço o iludia. Do ponto em que estamos, podemos derivar dois posicionamentos tático-estratégicos de peso: a manutenção da aposta no *reformismo revolucionário*, como veremos adiante, ou a denúncia do estancamento da luta, como aponta, neste último caso, Przeworski (1989).

A contribuição de Poulantzas transitou neste mesmíssimo registro tático-estratégico. Sem abandonar, em essência, a noção marxiana/engelsiana de Estado de classe, introduziu uma perspectiva relacional para a sua compreensão, elevando-o ao patamar que Marx utilizou para o tratamento do capital. Valorizou ainda um aspecto apenas indicado por Marx e também por Engels: a autonomia relativa do Estado em relação ao conflito de classes. A associação dessa perspectiva com a defesa de um socialismo democrático, que significou a recusa da fórmula bolchevique de tomada do poder, ampliou a teoria da revolução formulada por Gramsci, na medida em que pôs em evidência a importância da aparelhagem estatal como centro estratégico da luta.

Seria empobrecedor tomar o eurocomunismo como rótulo do pensamento de Poulantzas, uma vez que se ele "explicitamente aderiu às propostas estratégicas" (Coutinho, 2008b: 64) dessa corrente do pensamento comunista, não o fez de modo integral e indistinto. Posicionando-se à esquerda do movimento, combateu um determinado conjunto de suas formulações, expressas especialmente por Berlinguer e Carrillo (Codato, 2008). Algumas

dessas críticas já podem ser apontadas: 1) a recusa do Estado como detentor de um poder apropriável (Estado-coisa), por um lado, e agente da transformação social (Estado-sujeito), por outro; 2) a compreensão de que um novo Estado seria produto de um conjunto de rupturas reais.

Poulantzas tinha claro em meados dos anos 1970, assim como os eurocomunistas, que eram reais as chances de a esquerda eleger-se para o governo central – pela conjugação dos ventos de maio de 1968, da crise do *welfare state* e a estagnação econômica a partir de 1974 (Codato, 2008; Hobsbawm, 1995). Mas a clareza de que a conquista formal do aparelho de Estado não só não era suficiente para a consecução da luta pelo socialismo, como as maiores chances, inclusive, eram de que essa luta fosse mais ou menos rapidamente tragada, motivou o seu empenho na busca pelo entendimento dessa máquina, a partir do legado marxiano e marxista. O que fez com que "o nó político crucial" (o Estado) figurasse na França de 1976 – bem como na Itália – como "ao mesmo tempo palco da luta da esquerda e muralha a seu acesso ao poder?", pergunta Poulantzas. E ainda: "Como transformar profundamente este Estado no caso de uma chegada da esquerda ao poder?" (Poulantzas, 1977a: IX-X).

Parte significativa das respostas às questões que formulou, Poulantzas apresentou em 1976, na obra que coordenou e da qual participou como autor, *O Estado em Crise*. Ali já estavam presentes, de forma condensada, as noções, hipóteses e perspectivas que seriam desdobradas dois anos mais tarde em sua última publicação, *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Conforme dissemos, a contribuição central de Poulantzas, em torno da qual circula a miríade de conceitos que criou, diz respeito à noção de Estado como relação. Essa percepção, de tacada, punha em xeque o papel do Estado na estratégia de luta comunista formulada até então, seja porque desmontava a tese de que o papel de classe desse Estado (*stricto sensu*) fosse absoluto, infalível e sem fissuras – algo que Gramsci já havia percebido –, seja porque, embora endossando Marx e Engels quanto à impossibilidade de utilização dessa máquina a favor dos trabalhadores, se mantida conforme os interesses da dominação burguesa, propunha a possibilidade de sua transformação. Com esta formulação, o autor recusava conceituações mais convencionais que davam conta do Estado como "coisa" ou como "sujeito". No primeiro caso, como "utensílio passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única fração"; no segundo, dotado de uma autonomia "considerada aqui como absoluta, (...) relacionada à sua vontade própria como instância racionalizante da sociedade civil" (Poulantzas, 1977b: 22).

"O aparelho de Estado não possui poder", afirmou. O poder de Estado não seria nada mais do que "o poder de certas classes e frações, a cujos interesses corresponde o Estado" (Poulantzas, 1977b: 22). Ou seja, o Estado, para Poulantzas, mantém-se como essencialmente concebido por Marx e Engels – não exterior, tampouco acima do conflito de classes –, mas desloca-se de uma percepção que o enquadra como mero resultante desse conflito fundamental. O Estado como uma relação é a própria luta entre as classes, "constituído-atravessado" por ela. Daí resulta que não pode ser concebido puramente, *grosso modo*, como instrumento de dominação de uma classe sobre outra, mas sim como espaço estratégico do desenvolvimento da contenda. Mas isso não equivaleria a tornar o Estado mero terreno do conflito de classes, desprovido de marcas de classe? Não, responderá Poulantzas, uma vez que, se o conflito fundamental expressa a dominação, e a dominação pretende perpetuar-se, o Estado também expressará a mesma condição e intenção, por meio de sua aparelhagem, de sua "ossatura material", que seria por definição dividida, fissurada e contraditória. Isto é, o Estado de classe da burguesia, ainda que vazado, penetrado, contraditório e permeável à luta dos trabalhadores, comporta exclusivamente a hegemonia burguesa. A construção de uma hegemonia de massas passaria, necessariamente, pela construção de um novo Estado. Manutenção da hegemonia burguesa ou dissolução desse espaço, eis os caminhos possíveis do conflito.

Ainda que mais notadamente o papel de Estado de classe se objetivasse pela repressão, controle e exercício da violência física sobre as classes subalternas, a sua função não poderia ser reduzida ao binômio "repressão-ideologia", como se a dominação pudesse se expressar apenas "pelo terror policial e pela repressão interiorizada" (Poulantzas, 2000: 29). Em paralelo, e de modo intimamente associado, caberia destaque para a manutenção de certo equilíbrio, "um certo jogo (variável) de compromissos provisórios" entre as classes em conflito, promovendo a organização-unificação do bloco no poder e a desorganização-divisão permanente das classes dominadas (Poulantzas, 2000: 142).

O autor fez, no entanto, uma ressalva importante: o aparelho de Estado não concentra apenas o conflito fundamental entre as classes antagônicas, mas também o conflito interno entre as frações da classe dominante que disputam a hegemonia do bloco no poder. E como o papel do Estado é organizar e unificar a dominação desse bloco, a ossatura material desse Estado, cristalizada nos seus aparelhos, refletirá a disputa interna do bloco no poder. Ou seja, "as classes dominadas não existem no Estado através de

aparelhos ou de ramos que concentrem um poder próprio destas classes" (Poulantzas, 1977b: 27). E qual não tem sido a pretensão da esquerda, desde a social-democracia, senão assumir os aparelhos do Estado, como se para tomar nas próprias mãos as ferramentas de dominação das quais vêm se servindo os seus inimigos? Poulantzas desabona tais pretensões.

Mas tal raciocínio então significaria que a luta das classes subalternas manter-se-ia exterior ao Estado? Também não, pois sua inscrição na ossatura material do aparelho estatal apareceria apenas como reflexo das lutas entre as frações de classe do bloco no poder que, ao fim e ao cabo, é a luta da dessas mesmas frações e, em conjunto, da classe dominante unificada, contra as classes subalternas. Exemplifica Poulantzas (1977b: 27):

> Se, por exemplo, tal ou qual aparelho reveste o papel dominante no seio do Estado (partidos políticos, administração, exército), é em geral não apenas porque ele concentra por excelência o poder da fração hegemônica do bloco no poder, mas porque ele consegue igualmente, e ao mesmo tempo, concentrar em si o papel político-ideológico do Estado com relação às classes dominadas.

Ainda assim, conclui o autor, os poderes de classe não são redutíveis ao Estado, mas, inversamente, detêm a primazia sobre os aparelhos que os objetivam. A mensagem embutida asseverará o caráter ilusório das lutas ditas contra-hegemônicas que se reduzem à dimensão institucional ou mesmo que a privilegiam, como veremos na segunda parte do livro. Mas isso constituiria então a negação de uma afirmação anterior acerca do espaço estratégico da luta de classes que o Estado exerceria, para ambas as classes? Não, apenas a ressalva de que o Estado, ou melhor, o poder de Estado, não se traduz tão somente pela existência concreta de seus aparelhos, mas reside nas relações de produção entre as classes e emana delas, fundadas, por sua vez, na divisão social do trabalho e na exploração. No âmbito do Estado é que esses poderes se articulam e se organizam estrategicamente. "Transformar os aparelhos de Estado numa transição ao socialismo não bastaria para abolir ou transformar o conjunto das relações de poder", sintetiza Poulantzas (2000: 41).

Na medida, então, que o Estado não concentra poder em si mesmo, mas condensa materialmente uma relação de forças, como "um campo e um processo estratégicos", a dominação não se pode fixar em um ou outro aparelho ou num conjunto deles que, uma vez conquistados, franqueariam a posse do poder de Estado ou da dominação de classe aos seus conquistadores. Ou dito

de outra forma: não se poderia acessar o centro da dominação de classe, a ponto de anulá-lo ou transformá-lo, pela conquista institucional do aparelho. Essa conquista, portanto, não consistiria no encurtamento do caminho para a destruição das relações de produção capitalistas, uma vez que suas bases não se encontrariam no Estado. Tal característica constitutiva do poder de classe e do Estado que nasce com ele é o que permite, explica Poulantzas (2000), que as classes dominantes desloquem o centro da dominação, taticamente, toda vez que uma ameaça se aproxima, como na conquista do governo pela esquerda.

O debate promovido por Poulantzas, portanto, não pode se perder na questão da transformação ou desaparecimento do Estado. O autor não dá destaque para esta problemática. Seu debate centrou-se na construção das condições para a transição socialista. Não há significativas referências ao que seria o Estado hegemonizado pelas massas. Fica sugerido que a conquista de uma hegemonia de massas não seria um capítulo definitivo de encerramento da dominação e da sociedade de classes, ao mesmo tempo em que há pelo menos uma passagem em que transformação aparece como sinônimo de desaparecimento do Estado (Poulantzas, 2000), o que sugeriria não a substituição de um Estado por outro, mas o fenecimento mesmo dessa forma especial e concentrada do conflito de classes – supomos, pelo próprio fim do conflito.

Mas como supôs, então, a transformação do Estado, se não se trata de destruí-lo desde o seu exterior? Pela combinação da luta externa com a luta interna, por meio de um sem-número de rupturas promovidas por "uma luta de massa tal que modifique a relação de forças internas dos aparelhos de Estado" (Poulantzas, 2000: 265). Mas alerta:

> modificar a relação de forças interna ao Estado não significa reformas sucessivas numa contínua progressividade, conquista peça por peça de uma maquinaria estatal ou simples ocupação de postos ou cúpulas governamentais. Significa exatamente um *movimento de rupturas reais,* cujo ponto culminante, e certamente existirá um, reside na inclinação da relação de forças em favor das massas populares no campo estratégico do Estado. (Poulantzas, 2000: 263-264, destaque nosso)

Poulantzas percebe o momento em que escreve, de crise do Estado nas formações de capitalismo avançado, como, a um só tempo, crítico e promissor para a luta dos trabalhadores. A intervenção crescente do Estado nos domínios do econômico, identifica ele, promovera uma alteração na configuração dos seus aparelhos. Assim, o "estatismo autoritário" – como denominou o

processo –, se, por um lado, para garantir a saúde do capital, promoveu o "declínio das instituições da democracia política", acentuou o Executivo em detrimento do Legislativo e patrocinou o afastamento das massas dos centros de decisão política; por outro, ampliou as fissuras de seus aparelhos, posto que sua nova forma também resultou de um processo de enfraquecimento, franqueando assim "aberturas inesperadas, rupturas internas, conflitos entre os ramos, fraturas entre as cúpulas e as bases e etc." (Codato, 2008: 84). Ou nas palavras do próprio Poulantzas (2000: 254):

> Finalmente, o estatismo autoritário engendra ele mesmo, por um lado, novas formas de lutas populares. Constata-se generalizadamente, nos países de que nos ocupamos, a emergência de lutas que visam ao exercício de uma democracia diretamente na base. Essas lutas são marcadas por um antiestatismo característico e se expressam na proliferação de focos autogestores e de redes de intervenção direta das massas nas decisões que lhes cabem: dos comitês de cidadãos até os comitês de bairros, passando por diversos dispositivos de autodefesa e de controle popular, o fenômeno é espantoso e propriamente inédito levando em conta seu caráter maciço.

Em suma, a estratégia de uma democracia de massas deveria tomar como ponto central a exploração máxima dessas contradições. Como fica claro, no entendimento de Poulantzas isso não significava investir apenas ou sobretudo na via parlamentar ou eleitoral, como efetivamente fizeram os eurocomunistas. A maioria eleitoral era apenas "um momento" da luta. Não se tratava, portanto, de uma transformação do Estado pelo Estado, isolado e acima dos poderes de classe que lhe confeririam o seu caráter relacional.

Caberia à esquerda, então, a articulação das formas de democracia representativa com a construção e o desenvolvimento de formas de democracia direta, na base, como única maneira de alterar a correlação de forças e promover o abalo da aparelhagem estatal visando à sua transformação.

Por fim, de acordo com a via que propôs, Poulantzas nos forneceu pistas para a amenização do dilema apresentado há pouco: se os impasses decisivos da luta dos trabalhadores têm sido, por um lado, o estatismo – que deposita todas as fichas na tomada do Estado-coisa – e, por outro, o impasse social-democrata – que aposta no protagonismo do Estado-sujeito e comete os mesmos erros –, a única saída possível "supõe o suporte decisivo e contínuo de um movimento de massa baseado em amplas alianças populares". Sem a luta popular, assevera: "nada poderá impedir a social-democratização desta

experiência". E conclui pela desromantização do apelo à democracia: "A via democrática para o socialismo certamente não será uma simples passagem pacífica" (Poulantzas, 2000: 269).

Arremate

Se nos anos 1970 a aposta democrática e pacífica eurocomunista em busca do socialismo pareceu em vias de se tornar realidade, logo a seguir se frustrou. A pretendida renovação do comunismo desaguou na sua dissolução. A democracia voltou-se contra os seus artífices e pacificou a luta de classes em favor das classes dominantes. Em 1991, o PCI se dissolveu dando origem ao Partido Democrático da Esquerda – posteriormente Democratas de Esquerda. Por seu turno, o Partido Comunista Espanhol (PCE), depois de seguidas derrotas eleitorais, viu sua importância política reduzir-se drasticamente. Em 1982, Carrillo demitiu-se do cargo de secretário-geral. Quatro anos mais tarde, em profunda crise de desagregação interna, o PCE passou a integrar a federação de partidos Esquerda Unida, para a qual transferiu sua soberania logo em seguida. O Partido Comunista Francês (PCF) também não experimentou dissolução formal, tendo Marchais permanecido como secretário-geral até 1994. Assim como os outros, amarga profunda crise desde a mesma época. No Brasil, também o PCB foi dissolvido em 1992, dando origem ao Partido Popular Socialista (PPS). João Quartim de Moraes sintetiza o desenlace histórico:

> A trajetória da corrente 'eurocomunista' (...) longe de confirmar-lhe as expectativas otimistas (supondo-se que não fossem meramente retóricas) conduziu rapidamente à deliquescência do PCI. (...) No 'terreno' da democracia realmente existente (...), quem retrocedeu não foi 'o adversário de classe', e sim os herdeiros de Berlinguer, incapazes de contrapor uma alternativa de fundo à ofensiva neoliberal. A degenerescência é um poço sem fundo. (Moraes, 2001: 10)

Se, como disse acertadamente Gramsci (2004: 396), "na luta os golpes não são dados de comum acordo", um balanço precisa considerar o quanto da derrota cabe à destreza do inimigo e quanto nos cabe. Os eurocomunistas, na linha da social-democracia que diziam combater, parecem ter facilitado a vida do inimigo, mesmo que involuntariamente. E aqui é importante também deixar claro que a crítica ao eurocomunismo não é, nesse caso, crítica às suas bases teóricas, mas à síntese que redundou numa determinada prática política e não em outra.

A teoria da revolução de Gramsci continua apropriada para os tempos atuais. O tema da necessária democracia no socialismo está fora de polêmica. O problema reside na sacralização da democracia e na associação (nada óbvia) desta com uma via pacífica e institucional para o socialismo. Essa combinação, que carrega uma marca social-democrata indelével, nunca se sustentou ao longo de sua trajetória, e hoje menos ainda. O permanente elogio das regras do jogo e uma política de cúpula, que absolutizou o Estado como agente da transformação, são a expressão prática dessa estratégia. A defesa do pluralismo político em uma ordem singularizada contribui grandemente para esconder a violência que pulsa sob as leis e as superestruturas jurídico-políticas. Os processos de ocultação e inversão próprios da ideologia burguesa não esperavam tanto sucesso. Por tudo, nada indica que o reformismo vá nos levar ao socialismo (Przeworski, 1989), em que pese a tentativa eurocomunista de concebê-lo como revolucionário. As opções tático-estratégicas, os compromissos e as apostas de até então pesaram justamente em contrário a essa perspectiva. "Quando se pode compor uma luta legalmente, ela por certo não é perigosa", novamente nos socorre Gramsci (2011: 277). Por certo ela nem sempre será perigosa, posto que também se desenvolverá sob a normalidade legal burguesa, mas o parâmetro da ameaça que se oferece ou não à ordem não pode ser perdido de vista, uma vez que se constitui em bússola sem a qual o perigo sempre latente do reformismo (Poulantzas) transforma-se em um inexorável processo de social-democratização.

O elogio consequente da democracia, na medida em que os fascismos, as ditaduras e o socialismo real – como questões candentes do breve século XX – precisavam de respostas, crescentemente assumiu dimensões desproporcionais. A elevação da democracia à categoria de estratégia (traduzida, na prática política, como objetivo final), concebida em paralelo à noção de via pacífica, representou e representa o auge desse processo. Uma síntese crítica geral pode ser feita mesmo a partir da contribuição de Poulantzas. A despeito das ampliações e superações dialéticas a que chegou e do combate às posturas mais moderadas da linha política berlingueriana, pesa negativamente sobre o autor, com o mesmo registro de certa fetichização da democracia, a atualização que promove e endossa de uma linhagem que vem desde Togliatti, unifica Berlinguer e Ingrao, e aposta na possibilidade de disputa do campo estratégico do Estado mediante uma correlação de forças favorável aos subalternos. No lugar da superação do Estado, fica sugerida, para o eurocomunismo, a possibilidade de sua transformação, como vimos.

Para finalizar, ainda em diálogo com os eurocomunistas, à direita e à esquerda (Poulantzas incluso), lembremos de Marx quando disse em *O Capital* que "o enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche mercadoria em forma patente e deslumbrante" (Marx, 2008d: 117). Para trazer luz ao nosso tema, talvez pudéssemos parafraseá-lo: *o enigma do fetiche 'democracia' é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche 'Estado' em forma patente e deslumbrante*. Vejamos na sequência como a questão democrática, também algo fetichizada, manifestou-se no Brasil.

2.

O Debate Tático e Estratégico da Esquerda Brasileira

"Manifestações de junho" é como se convencionou chamar os movimentos de massa em todo o Brasil, surgidos a partir das reivindicações pela redução do valor das passagens dos transportes públicos, iniciadas na cidade de São Paulo em 2013 e organizadas pelo Movimento Passe Livre. Seguidas de violenta repressão policial, em poucos dias, em diversas capitais do país, ao longo de semanas, diariamente, pôde-se presenciar o afluxo às ruas de manifestantes de todo tipo, vocalizando um conjunto multifacetado de discursos e reivindicações, que expressavam, em dose concentrada, questões práticas, acesas, da cada vez mais difícil vida cotidiana nas grandes cidades, revolta acumulada contra o governo, seus agentes e instituições – e também opressões históricas relativas à democracia sempre cambaleante e maltrapilha que caracteriza a sociedade brasileira contemporânea, cravadas no imaginário das classes trabalhadoras.

Não coincidentemente, o nome de batismo dos seguidos episódios não se deveu apenas à necessidade da imprensa de criar uma identidade capaz de tornar a transmissão das notícias diárias mais rápida e direta, mas substancialmente a uma situação peculiar do desenrolar da história que, embora não seja possível provar cientificamente, todo mundo que vive sabe do que se trata: aqueles dias marcavam a ocorrência de algo que se inscrevia, enquanto acontecia, na memória coletiva, como acontecimento histórico. Não isoladamente, mas em face de um elenco de questões das quais trataremos, isso talvez nos

indique o fechamento de um ciclo político estratégico da classe trabalhadora brasileira – iniciado nos anos 1970 com a emergência do PT e do novo sindicalismo, em meio ao processo de transição democrática do regime militar.

O exame da história é o recurso permanente para momentos de balanço como o nosso. Se o ciclo liderado pelo PT, com a Estratégia Democrático-Popular (EDP), inaugurou-se sob a autopercepção do novo – em movimento explícito de rompimento com a Estratégia Democrático-Nacional (EDN), sob a liderança do PCB, por décadas –, isso nos exige suspeitar, ao menos, da autoimagem construída, como forma de revelar mais permanências e vínculos do que a necessidade de instituir novas tradições costuma permitir. Para tanto, e por acreditarmos que o ciclo que talvez esteja se encerrando carrega elementos do que pretendeu superar (Iasi, 2012), nas páginas que se seguem recuperaremos, panoramicamente, o percurso transcorrido dos anos 1930 aos anos 1980, período em que se desenvolveram, em momentos distintos, as duas estratégias, de modo a caracterizá-las e debatê-las. O papel da questão democrática será evidentemente central para nós, como já é fácil de supor. Veremos como os dilemas do movimento comunista internacional se conjugaram com as peculiaridades da formação social brasileira.

Do saldo desse exame, esperamos extrair elementos que nos permitam compreender melhor o terreno onde emerge o movimento sanitário e as opções políticas que fez.

Bases teórico-práticas da Estratégia Democrático-Nacional

Em linhas gerais, para efeito de uma breve caracterização inicial, a EDN vocalizada pelo PCB, mais sistematicamente a partir dos anos 1950, partia da constatação da não ocorrência, no Brasil, de uma revolução burguesa clássica, portadora de uma emancipação política capaz de elevar o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte (numa perspectiva etapista), de gerar as condições para a revolução socialista. Em face das consequências obstaculizantes resultantes do passado colonial brasileiro, as forças retrógradas dominantes, as oligarquias rurais, latifundiárias, associadas aos interesses do imperialismo, sobretudo o norte-americano, eram consideradas as grandes responsáveis pela renitência do nosso atraso, pela miséria da classe trabalhadora, contra as quais a burguesia brasileira, considerada débil e frágil, não teria forças suficientes de embate. A reação a esse quadro, visando a uma sociedade socialista, só poderia passar então, segundo tal formulação, pelo cumprimento

de etapas preparatórias – a primeira consistiria, justamente, na realização retardatária da revolução burguesa no Brasil, de caráter antilatifundiária e anti-imperialista, como condição da inscrição do país na modernidade capitalista.

Esse programa exigiria a construção de uma ampla aliança pluriclassista, que pudesse congregar todas as forças progressistas e democráticas dispostas a unir esforços em nome da superação do atraso brasileiro. Idealmente, sob a direção dos operários e camponeses, tal aliança incluiria a burguesia dita nacional, identificada como uma das vítimas do mesmo atraso e, portanto, suposta e potencialmente interessada em sua superação.

Embora contivesse elementos de originalidade, essa leitura da realidade não redundou inteiramente na formulação de uma estratégia também original para a revolução brasileira, mas na transposição de modelos prontos e acabados que visualizavam na formação social do país, se não exatamente o mesmo, ao menos um passado próximo ao europeu para o vislumbre também de um caminho clássico para o Brasil, tanto capitalista quanto socialista. As dificuldades enfrentadas para uma elaboração teórica e prática autônomas, sob pesado domínio stalinista do movimento comunista internacional, formaram os principais elementos que deram base às formas de luta e pensamento da classe trabalhadora brasileira.

Como consensualmente aponta a bibliografia, é notória a debilidade da recepção inicial das ideias marxistas no Brasil. Tal situação se deveu em grande parte às condições periféricas do capitalismo brasileiro das primeiras décadas do século passado, rebatidas em sua parca e insuficiente produção teórica, bem como à peculiaridade da constituição da classe trabalhadora brasileira, hegemonizada em seus primeiros movimentos pelas correntes anarcossindicalistas. Apenas em 1923, um ano após a fundação do PCB, foi publicado por aqui o primeiro texto assinado por Marx e Engels, "O manifesto comunista", traduzido por Octávio Brandão, recém-filiado à agremiação (Moraes Filho, 2007).

A esse quadro devemos acrescentar o processo de burocratização do marxismo a partir da III Internacional Comunista (IC), que, já nos anos 1920 se iniciava com a subida de Stálin ao posto de dirigente máximo do PCUS e ao comando do Estado da ainda recente União Soviética. Eis o cenário de derrota da dialética, como chamou Leandro Konder (2009), que conjugou fatores internos, relativos às características da formação social e cultural brasileira, a elementos próprios do movimento comunista internacional. Para o que nos toca diretamente, essa conjunção ajuda a explicar o rumo assumido pelas formulações táticas e estratégicas da classe, expressas pelo PCB, calcados

na incorporação integral do programa da IC. A incipiência organizativa da classe trabalhadora brasileira em formação se refletiu diretamente na incipiência do próprio PCB, que na época ainda não se constituía em força principal entre os trabalhadores. Diante desse quadro, a filiação à IC, além da adesão teórico-prática ao movimento comunista internacional, funcionou como um meio de legitimação do jovem partido.

Cabe, no entanto, fazer justiça aos primeiros anos de existência do partido, quando, embora com parcos recursos organizativos, políticos e teóricos, arriscou uma interpretação original da realidade brasileira e um consequente posicionamento tático, que caminhava na contramão do sectarismo que começava a grassar no movimento comunista internacional. Esse breve período foi interrompido em 1930, quando a IC, em ato de intervenção direta, afastou Astrojildo Pereira – então secretário-geral – e Octávio Brandão da direção do partido. Tal processo culminou, em 1932, com a expulsão do primeiro e a imposição de uma desconfortável e insincera autocrítica do segundo, pelas posições assumidas em seu livro, *Agrarismo e Industrialismo* (Konder, 2009; Vianna, 2007).

O movimento comunista internacional vivia uma profunda crise após as derrotas dos movimentos revolucionários na Alemanha, Hungria, Baviera, Áustria e Itália. Já a partir da segunda metade de 1919 a perspectiva de uma revolução mundial começou a declinar (Del Roio, 2007a). O forte abalo experimentado no processo de internacionalização da revolução e o consequente redirecionamento dos esforços para as questões internas da União Soviética terminou por impor a ótica soviética como a própria situação do movimento comunista internacional, subordinando as especificidades das formações sociais de cada país a um modelo preestabelecido que se alinhava com a direção política que o PCUS imprimiu sobre a IC (Hobsbawm, 1995; Mazzeo, 1999).

No entanto, o dogmatismo que marcou a atuação da IC, mais notadamente a partir da segunda metade dos anos 1920, não pode ser visto sem mediações. Se para os países caracterizados como *coloniais*, *semicolonias* e *dependentes* – o Brasil foi enquadrado nesta última categoria –, consagrava-se o etapismo para o alcance da revolução socialista, não pode passar despercebida a admissão de um princípio de fundo que considerava a pertinência das particularidades nacionais (Iasi, 2011; Mazzeo, 1999) para o estabelecimento das táticas e estratégias mais adequadas a cada realidade. Tal princípio é parte da grossa polêmica sobre a possibilidade de desenvolvimento do socialismo num só país, que colocou Trotsky e Stálin em lados opostos.

Se cabe uma crítica que termina por quase invalidar esse princípio, no entanto, qual seja o profundo desconhecimento das realidades nacionais por parte da IC, não se pode elidir o fato de que o estágio mais ou menos precário da teoria marxista em cada uma dessas realidades nacionais contribuiu, em maior ou menor grau, para a aceitação ou recusa do dogmatismo já contido no programa da IC. Como bem caracterizou Del Roio:

> Para a IC, uma organização de caráter mundial, não restava qualquer dúvida na identificação do *imperialismo* como o inimigo principal de todos os povos. Partindo dessa premissa é que se buscou uma fórmula teórica suficientemente ampla que servisse às 'colônias' e 'semicolônias' (*sic*), com ênfase notável na questão agrária. A debilidade teórica e cultural dos comunistas sul-americanos encontrou-se com a ânsia de generalização dos dirigentes da IC (...), sem que no entanto tenha havido, em princípio, qualquer forma de imposição (...). O *stalinismo*, como regime político e como concepção teórica, só iria se impor por completo em meados de 1929, quando então teve início a interferência direta da IC nas seções nacionais. (Del Roio, 2007b: 81, destaques do original)

Há ainda outro elemento desse dogmatismo a se destacar antes de chegarmos ao ponto central do nosso debate. Na contramão da prática política avessa ao internacionalismo revolucionário da União Soviética, afiou-se uma retórica revolucionária que se fundou na aposta de uma crise final iminente do sistema do capital. A questão, no entanto, pareceu se tratar menos da compreensão exata da crise e da correlação de forças e mais do anúncio espetacular da derrota do inimigo. Tal retórica ultraesquerdista, que prevaleceu na IC entre 1928 e 1934, como atesta Hobsbawm (1995: 77),

> deve ser explicada antes pela política interna do Partido Comunista soviético, quando Stálin assumiu o seu controle, e talvez também como uma tentativa de compensar a cada vez mais evidente divergência entre os interesses da URSS (...) e o movimento cujo objetivo era subverter e derrubar todos os outros governos.

Esse desenho geral, no entanto, requereria a compreensão da especificidade dos diferentes contextos nacionais, o que só se deu precariamente, mediante abrangentes e genéricas classificações dos tipos de formações sociais. A cadabloco corresponderiam tipos de revolução: revoluções proletárias propriamente ditas; revoluções de tipo democrático-burguês que se transformariam em revoluções proletárias; guerras de emancipação nacional e revoluções coloniais (IC, 1928). A afirmação do etapismo vem na sequência:

> As circunstâncias tornam historicamente inevitável a desigualdade das vias e do ritmo da conquista do poder pelo proletariado; elas tornam necessárias em diversos países certas etapas transitórias para a ditadura do proletariado, bem como a diversidade das formas do socialismo em via de construção. (IC, 1928: 28)

Numa caracterização mais esquemática, o documento divide a diversidade de condições e as diferentes vias para a ditadura do proletariado, de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas de cada país, em três tipos: "capitalismo altamente desenvolvido", "desenvolvimento capitalista médio" e "países coloniais, semicoloniais e dependentes". Embora longa a citação, nos será útil mais adiante:

> [países que têm] um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o 'modo de produção asiático', tanto na vida econômica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária. (IC, 1928: 28)

Tal matriz teórica e de ação política da IC teve vida longa também no PCB. Ainda em 1928, o partido se reuniu em seu III Congresso, de modo a oficializar a sua linha política. São significativos os termos da adesão às teses da IC. Eis as suas linhas gerais:

> 1º) O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo (...). 2º) O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade (...). 3º) O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país (...) é entravado pelas forças de compressão imperialista (...). 5º) A burguesia nacional,

> que até um certo momento parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra (...). 7º) De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fato revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado. (Carone, 1982a: 71)

Qualquer semelhança com as formulações da IC não foi por mera coincidência. Cabe um destaque, no entanto, que nos servirá mais adiante, uma vez que tal postura sofrerá uma inflexão. Referimo-nos à posição do partido sobre a burguesia nacional. A aliança desta com os interesses do imperialismo consistirá num dos pilares das críticas mais severas e demolidoras que a EDN, aqui prenunciada, experimentará a partir dos anos 1960. Do mesmo modo, o vislumbre da pequena burguesia como aliada potencial será parte constitutiva da EDP. Guardemos esses registros e os retomemos em momento propício.

Seis anos mais tarde, em julho de 1934, o partido realizou a sua 1ª Conferência Nacional. Como principais resultados do encontro, reverteu-se a linha sectária e desastrosa de "proletarização" (que consistiu, *grosso modo*, no expurgo de elementos considerados não proletários autênticos da direção partidária e de seus quadros), predominante desde o início da década (Vianna, 2007), e instituiu-se uma frente antifascista. No documento final do encontro, pode-se identificar a manutenção da mesma linha política, com a caracterização da situação do Brasil naquele momento conjuntural. Torna a aparecer a referência à burguesia nacional, ainda associada ao imperialismo, mas agora implicada diretamente nas disputas no interior das camadas dominantes (Carone, 1982a).

Mantém-se a afirmação de uma revolução democrático-burguesa como etapa necessária da revolução socialista para um país nas condições do Brasil, como podemos notar numa publicação do partido (jornal *Classe Operária*). Em sua edição 208, de 2 de fevereiro de 1937, consta a seguinte passagem:

> É indiscutível que o proletariado, para sua libertação, deve facilitar a vitória da burguesia para que essa possa romper os entraves que impossibilitam o seu desenvolvimento e dessa maneira ajudar a própria libertação do proletariado. (...) O caráter da revolução brasileira é *democrático-burguês*. (...) A vitória da revolução burguesa, justamente pelo fato de não estarmos na França de 1789, mas sim no Brasil semicolônia de 1937, não será somente uma vitória da burguesia nacional (...) mas sim a vitória do bloco de classes que a levará a termo NOS QUADROS DA DEMOCRACIA BURGUESA, com a

> liquidação indispensável da dominação imperialista. (*apud* Vianna, 2007: 351-352; destaques do original)

Pouco antes, na edição de dezembro de 1936 do mesmo jornal, apareceu uma novidade importante na formulação da estratégia expressa pelo partido, que se tornaria habitual. Desagravava-se o papel da burguesia nacional, que de sócia passava à condição de mais uma vítima do imperialismo: "a dominação imperialista não só mantém a burguesia nacional oprimida, como agrava ainda mais as condições de vida do proletariado e de todo o povo" (Vianna, 2007: 351-352). Chegava-se assim à essência da formulação que se tornaria clássica da EDN.

Em agosto de 1943 realizou-se a 2ª Conferência do PCB, conhecida como Conferência da Mantiqueira. Desse encontro resultou a adoção de uma linha política de união nacional contra o fascismo e apoio ao governo Vargas no esforço de guerra. Nessa mesma ocasião, mesmo encarcerado, Luís Carlos Prestes foi eleito secretário-geral do partido (Vinhas, 1982). Três anos mais tarde, em julho de 1946, na esteira das expectativas democratizantes do pós-Guerra, com o partido já de volta à legalidade desde o ano anterior, realizou-se a 3ª Conferência Nacional, na qual se manteve a mesma linha política. Em seu documento final, reafirmaram-se as ideias-chave já aqui indicadas:

> A política de União Nacional defendida pelo nosso Partido visa conquistar as mais amplas massas sociais, desde o proletariado até as camadas da burguesia progressista, que sentem a pressão do imperialismo e desejam o desenvolvimento do país. O processo de União Nacional pode e precisa ser impulsionado na base de um programa mínimo de defesa e consolidação da democracia. (Carone, 1982b: 67)

Vale ressaltar, porém, a adoção de um tom moderado no discurso, que afirmava a luta pela democracia em clara referência negativa a toda e qualquer movimentação política que pusesse em xeque a ordem: luta pela melhoria salarial como "saída pacífica para o descontentamento popular", "governo de confiança nacional", "luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais" são apenas alguns exemplos (Carone, 1982b: 67-68). A tentativa de preservação da legalidade pode ajudar a explicar, mas não resolve. Na sequência da Conferência da Mantiqueira, o partido rearticulou-se e tornou-se efetivamente uma agremiação nacional, de massas, alcançando algo em torno de duzentos mil filiados em 1947 (Vinhas, 1982). O tom ordeiro, de luta dentro da institucionalidade, seria

o traço característico da agremiação nas décadas seguintes, mesmo quando na ilegalidade ou em refluxo, à medida que se ampliava a importância da questão democrática entre suas fileiras, assentada na formulação estratégica democrático-nacional.

É significativo, assim, que, em 1949, sob o efeito de uma inflexão à esquerda provocada por nova cassação do seu registro, ocorrida dois anos antes, a recusa (mesmo que passageira) da política de união nacional e da aliança com a burguesia tenha deixado intocada a questão democrática. Dito de outra forma, se a inflexão propriamente parece compreensível, como atesta Moraes (2007), ante o fechamento dos canais de participação política, é notável que ela não figure como contraditória com o tema da democracia, que resiste à guinada – o que fortalece a perspectiva que tentamos evidenciar em torno do papel central da democracia na história política da esquerda brasileira, e que alcancará o ponto mais alto com a afirmação do seu "valor universal", como veremos mais tarde. Conhecido como "Manifesto de janeiro" (1948), o documento que expressou tal guinada na linha política do partido atacou sem piedade a colaboração de classes adotada nos anos anteriores, denunciou o abandono dos objetivos revolucionários e a penetração de tendências reformistas em suas fileiras. A leitura de realidade mais geral, contudo, permaneceu a mesma, quase intocada. Mantiveram-se a caracterização da sociedade brasileira como "semifeudal e semicolonial", portadora de uma "estrutura econômica atrasada" e submetida ao imperialismo (Carone, 1982b: 73).

A aposta na democracia, no entanto, que em fundamento significa a afirmação da necessidade de uma etapa revolucionária democrático-burguesa como condição da revolução socialista, comprometeu a ácida crítica pretendida contra a burguesia nacional, que oscilou entre a condenação do seu caráter antidemocrático e antinacional e a denúncia de sua subjugação, suposta como involuntária, ao imperialismo norte-americano. É ausente do documento a expressão "aliança com a burguesia nacional", como se pode notar em outros momentos. Embora conste a ideia, o foco da argumentação é o reforço da organização dos operários e camponeses como principais integrantes de um bloco de forças democrático a ser construído. A condição supostamente atrasada das forças do capital no Brasil, segundo a interpretação hegemônica do partido, impediu sempre que se vislumbrasse a inserção interessada e voluntária da burguesia nacional nos círculos da exploração imperialista. Nada parece sobrar em face do que até então se afirmara:

> Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a 'burguesia-progressista' (...). Manifestaram-se em nossas fileiras tendências ao espontaneísmo na luta pela paz e o desenvolvimento pacífico, desvio direitista que nos levava a transformar *possibilidade em realidade*, a subestimar as lutas de massas e a própria necessidade da atividade do Partido (...). Nossa atenção se volta para o secundário e esquece o fundamental, o revolucionário (...). Levamos longe demais a preocupação de manter nossa luta dentro de formas estritamente legais e subestimamos as lutas extraparlamentares. (Carone, 1982b: 81, destaque do original)

Mas eis que se retomam as tarefas a cumprir e o objetivo estratégico, qual seja o progresso nacional, antilatifundiário e anti-imperialista. Para tanto, retornam à cena a burguesia nacional, na roupagem do conceito de "forças democráticas", cuja liga, como não se pode deixar de notar, é a própria agenda democrática, burguesa, capaz de superar o atraso brasileiro: "criação de um amplo e sólido bloco de forças democráticas e populares", "defesa da independência (...) da indústria nacional contra a concorrência imperialista, pela industrialização do país e maior facilidade de créditos aos pequenos e médios industriais" (Carone, 1982b: 87). Como se vê, o delineamento da EDN atravessou a conturbada história do partido muito mais como permanência do que como ruptura.

Cheguemos ao IV Congresso, realizado entre fins de 1954 e princípios de 1955. Mais do que em qualquer outra manifestação até o momento vista por nós, aqui se apresenta de modo mais nítido o delineamento da EDN – que ainda encontrará desdobramentos na "Declaração de março de 1958" e no V Congresso do partido, de 1960, como mostraremos. Nos marcos da sucessão de Getúlio Vargas, em 1954, que temperou dramaticamente mais uma difícil conjuntura que se avizinhava para o partido, é que, como confirmação de uma tendência, se valorizam "as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter a conquista das reivindicações populares" (Santos, 2007: 203).

Detenhamo-nos com algum vagar sobre o presente programa, uma vez que nos servirá de guia na sua crítica, em momento posterior. Estagnado, preso a um ranço colonial que se manifestaria na permanência dos grandes latifúndios, na existência de restos feudais e na obstaculização, por consequência, da revolução burguesa, estaríamos condenados à privação de direitos políticos, experimentando a miséria e a ignorância consequentes. Em face desse quadro,

o capitalismo não teria encontrado, no Brasil, condições plenas para o seu desenvolvimento, posto que uma das consequências nefastas dessa posição seria exatamente a relativa fraqueza de sua burguesia. Concentrados no imperialismo e no latifúndio, aí residiriam os principais obstáculos ao progresso do Brasil (Carone, 1982b). Notemos que a burguesia, como sujeito coletivo, em bloco e indiferenciada, ainda não havia sido apresentada sob tal caracterização de debilidade, o que não constitui detalhe à medida que a identificação dessa condição trouxe a reboque o chamamento para a união de esforços em nome do progresso e do desenvolvimento, mesmo que tardio, do capitalismo que não teria vingado no Brasil.

O programa da "revolução brasileira em sua etapa atual seria, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária antifeudal"; sua consecução lograria o deslocamento do Brasil para o "campo da paz, da democracia e do socialismo" (Carone, 1982b: 127-128). Mas como se comporia o arco de alianças capaz de enfrentar e debelar essas forças do atraso, como forma de viabilizar a etapa da revolução brasileira antes da qual não se poderia almejar o socialismo? Se da centralidade do proletariado e do campesinato nunca restou muita dúvida, qual o papel dessa burguesia caracterizada em razão de sua suposta fraqueza nesse movimento emancipatório? E ainda, como reagir a um poderoso inimigo externo, o imperialismo?

A caracterização do imperialismo nos documentos do congresso também apresentou novidades. Se antes fora visto em bloco, nos anos 1950 assumiu feições dominantes estadunidenses, em face da forte penetração norte-americana a partir justamente desse decênio. Para os comunistas, no contexto da Guerra Fria, não havia problema em distinguir o imperialismo ianque dos demais imperialismos e lhe conferir, em consequência, a posição de inimigo-mor, a ponto de se conceber taticamente a aliança com imperialismos concorrentes contra esse inimigo inconteste. E não foi outra a formulação do partido. Essa premissa permitiria avaliar as possibilidades de colher aliados inclusive entre os grandes capitalistas brasileiros que porventura estivessem associados a interesses imperialistas outros que não os norte-americanos. Vejamos os termos originais da formulação:

> Leva-se ainda em conta a atual situação mundial no campo imperialista, onde as contradições entre os países capitalistas e deles com os Estados Unidos, como ensina Stálin, tendem sempre a crescer. Existem possibilidades reais de utilizarmos tais contradições, desde que saibamos concentrar

> o fogo no inimigo mais forte – o imperialismo norte-americano – e abrir para os demais monopolistas imperialistas a perspectiva de entendimentos e acordos. Torna-se também mais fácil neutralizar os grandes capitalistas brasileiros ligados aos grupos imperialistas rivais dos norte-americanos, podendo-se, em condições particulares e temporariamente, chegar mesmo a tê-los como aliados na luta contra os monopolistas norte-americanos. (Carone, 1982b: 130)

No que tange à burguesia nacional, o partido não poderia ter sido mais explítico do que foi, profundamente coerente com a formulação estratégica conciliatória que expressava:

> No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional (...). A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais. (Carone, 1982b: 132)

Por suposto, avaliavam os comunistas que fosse andrajosa a burguesia brasileira e que, dado o fato, não poderia esta querer outra coisa se não superar a sua condição. E de tal forma relegada a um plano inferior no desenho do capitalismo internacional, não hesitaria em se engajar na estratégia de outra classe, mesmo que sua inimiga de morte, posto que não gozaria de autonomia suficiente que lhe facultasse uma estratégia própria. A história, no entanto, mostraria algo distinto.

Na sequência, vejamos a "Declaração sobre a política do PCB", mais conhecida como "Declaração de março de 1958". Morto Stálin em 1953, três anos mais tarde, por ocasião do XX Congresso do PCUS, Nikita Kruschev, que assumira o secretariado-geral do partido e o controle do governo soviético com a morte do antigo líder, pronunciou o famoso discurso secreto, no qual foram denunciados os crimes de Stálin durante as três décadas em que esteve à frente do poder na União Soviética. Não é preciso dizer que a declaração caiu como uma bomba sobre o movimento comunista internacional. O movimento de revisão e autocrítica que se inaugurou, então, em diversos PCs mundo afora, não deixaria o PCB incólume. Após um período inicial de vacilação, silêncio e atordoamento, o partido se posicionou em repúdio aos crimes denunciados e se viu, em pleno contexto de Guerra Fria, ainda mais espremido na tarefa de defender o seu retorno à legalidade.

No plano externo, o receio, desde o imediato pós-Guerra, de que os Estados Unidos construíssem um poderoso arco de influência na Europa que pusesse sob ameaça o Estado soviético, empurrou a política externa russa para a defesa da democracia no interior da ordem burguesa. Caberia, então, aos partidos comunistas, em suas conjunturas nacionais específicas, apresentarem-se como forças auxiliares de sustentação da democracia, o que, em tese, significava a própria sustentação do bloco comunista, concebido como o polo democrático na luta contra o imperialismo encabeçado pelos Estados Unidos. No entanto, "nesta ótica, diluía-se a luta de classes e a contradição entre socialismo e capitalismo" (Mazzeo, 1999: 86).

A "Declaração de 1958" foi produto direto, portanto, dessa conjuntura complexa, tanto fora quanto dentro do Brasil. O apelo democrático que caracterizou o documento, porém, não pode ser considerado propriamente como um divisor de águas na história do partido acerca da questão da democracia. Ainda que elementos novos de uma inflexão democrática tenham sido apresentados, a atenção que chamou sobre si desde então deveu-se mais à conjuntura especial do que propriamente ao seu conteúdo.

Dois anos mais tarde, as linhas gerais do documento de 1958 seriam reforçadas pela resolução política resultante do V Congresso do partido, em 1960. O atraso brasileiro, expresso pelas péssimas condições de vida da população em geral, especialmente no campo, em consequência da extrema concentração de terra e intensa exploração imposta pelo imperialismo, continuou a figurar como problema central a ser superado pelas forças interessadas no desenvolvimento nacional e nos valores democráticos. A novidade, no entanto, foi a constatação de que um desenvolvimento capitalista nacional, ainda que nos quadros de uma estrutura atrasada, estava em curso no Brasil, engendrando não só a ampliação e a renovação do operariado, como também uma burguesia nacional comprometida com o desenvolvimento e, portanto, potencialmente aliada da classe trabalhadora na tarefa de promover a superação do subdesenvolvimento brasileiro contra as forças do latifúndio e contra o imperialismo (Carone, 1982b).

Tal desenvolvimento seria produto de um capitalismo de Estado que teria caracterizado o governo de Juscelino Kubitschek, ainda que não isento de contradições. Mas no cômputo geral, o resultado mais latente dessa franca disputa entre o progresso e o atraso se expressaria num intenso processo de democratização da vida política nacional, em face dessa suposta nova configuração da sociedade brasileira:

> As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. (Carone, 1982b: 178)

Apresentava-se assim claramente para o partido um momento de embate aberto pelo controle do Estado entre forças progressistas e conservadoras. Abrir-se-ia para os trabalhadores a oportunidade de promover a etapa da revolução no Brasil: anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. Essa constatação, no entanto, não impedia que a transição para o socialismo fosse afirmada como a tarefa daquela época histórica – em condições favoráveis, asseveravam, no contexto internacional de "coexistência pacífica". Dentro de um arco mais amplo das tarefas históricas, no entanto, caberia antes a construção das bases sobre as quais o socialismo efetivamente teria terreno para se firmar e desenvolver. "A revolução no Brasil (...) não é ainda socialista" (Carone, 1982b: 184).

Para tanto, caberia aos trabalhadores organizados liderar uma frente única a ser formada com a participação dos camponeses, da pequena-burguesia, das frações da burguesia nacional e dos latifundiários rivais do imperialismo norte-americano. O programa da frente giraria em torno de cinco pontos: "1. Política exterior independente; 2. Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; 3. Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; 4. Elevação do nível de vida do povo; 5. Consolidação e ampliação da legalidade democrática" (Carone, 1982b: 190). Tal chamamento às forças consideradas progressistas ou interessadas na luta contra o imperialismo norte-americano foi acompanhado ainda de uma convicção expressa nos seguites termos:

> Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal (...). O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização da vida política, o ascenso do movimento e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. (...) O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação. (Carone, 1982b: 191-192)

Notemos que a suposta harmonia de interesses entre as forças progressistas que comporiam a frente é parte da justificativa para um desdobramento não violento da revolução brasileira, como se uma maré montante de consensos pactuados, em que todos sairiam vencendo, governasse o rumo da luta de classes. Se não pelos trilhos da legalidade, o socialismo não viria por qualquer outro meio, estava dito.

Ocorrido dois anos e meio após a divulgação da "Declaração de março", o V Congresso do partido reproduziu o teor fundamental da análise de conjuntura expressa em 1958, incluindo a reprodução de trechos inteiros daquele documento. Não difere o diagnóstico sobre a conjuntura brasileira e internacional, bem como o caráter da revolução brasileira e a amplitude do arco de alianças e o programa a cumprir para a superação do atraso brasileiro. Além da intenção de retorno à legalidade, expressa no documento por elogios consecutivos à ordem, houve a preocupação de conferir à disputa eleitoral que se avizinhava um caráter prioritário, conjugado à construção de uma aliança com a burguesia (Moraes, 2007).

Por fim, se formos ao VI Congresso, finalizado três anos após o golpe de 1964, veremos que não houve também mudança na linha política definida em 1958, que marcou, desde então, a adoção do reformismo como tática e que se manteve, com pouca variação, até a grande crise de 1992 e a dissolução do partido (Mazzeo, 1999). O endosso da linha política de fins dos anos 1950 foi explícito em 1967:

> Foi a partir de 1958 que se tornou possível a nossa participação consequente no movimento nacionalista. Com a ruptura ocorrida naquele ano, o Partido deu um passo histórico na sua evolução como organização revolucionária do proletariado (...). Com a Resolução Política do V Congresso, que confirmou, no essencial, a Declaração de 1958, pôde o Partido avançar rapidamente, passando a exercer influência política considerável na vida nacional. (Carone, 1982c: 50)

As linhas gerais da estratégia e da tática mantiveram-se as mesmas: a liquidação do imperialismo e do latifúndio – o que continuava impondo à revolução brasileira um caráter nacional e democrático, em aliança com a burguesia progressista. Tratava-se, então, de promover o acúmulo de forças no combate à ditadura, por meio de uma frente democrática que congregasse todas as forças contrárias ao regime de exceção – proletariado, campesinato e burguesia nacional (Carone, 1982c).

Uma vez alinhavadas todas os elementos da EDN, vejamos, a seguir, os termos de sua crítica.

A revolução brasileira de Caio Prado

Publicado em 1966, *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado, é uma obra de balanço, em momento imediatamente posterior à derrota imposta pelo golpe empresarial-militar de 1964. Ao ato de força em resposta à intensa mobilização dos trabalhadores ao longo de pouco mais de uma década, e que culminava com a luta em torno das "reformas de base", não houve quase resistência. Não vieram em socorro da revolução brasileira as forças democráticas, antifeudais e anti-imperialistas conclamadas pelo PCB, tampouco os camponeses, operários urbanos e camadas médias. A "burguesia nacional" não só não veio em socorro, como foi parte ativa das forças golpistas. Algo não combinava entre a estratégia concebida e a realidade concreta que se apresentava.

A avaliação de uma derrota não demole por completo os elementos que compuseram as táticas e a estratégia que contribuíram para o fracasso, assim como uma nova formulação nunca parte de uma terra arrasada para se conceber (Iasi, 2012). A crítica de Caio Prado, por intermédio de uma síntese do processo histórico da luta da classe trabalhadora naquela determinada conjuntura, evidenciou elementos de superação da estratégia, mas ainda sem superá-la (Iasi, 2011). Suas principais questões estiveram calcadas sobre as interpretações da formação social brasileira, acerca das quais havia se construído a EDN.

Em síntese, Caio Prado promoveu o desmonte das duas teses centrais do que chamou de "teoria da revolução brasileira": não há resquícios feudais a serem superados, tampouco se poderia falar da existência de uma burguesia nacional entre nós (Iasi, 2011, 2012). Para ele, o país já teria alcançado o estágio de sociedade capitalista, embora de um capitalismo dependente – como já supunham o PCB e mesmo a IC –, intimamente relacionado ao peso do passado colonial e ao papel destinado ao Brasil nessa ordem internacional. Com base nessas considerações, conclui, em primeiro lugar: não há revolução burguesa a ser feita, menos ainda nos moldes clássicos. Em segundo: a tarefa da revolução seria a superação do atraso brasileiro, incongruente com a modernidade ocidental. O impulso dessa revolução caberia à massa trabalhadora rural, mas sob a liderança dos trabalhadores urbanos. O Estado, na

ausência de uma burguesia nacional, orientaria a tarefa revolucionária, pela via democrática (isto é importante reter). Assim como na formulação estratégica que criticava, Caio Prado não via espaço para a revolução socialista na conjuntura imediata, além de condenar a via insurrecional. Detenhamo-nos sobre alguns desses pontos.

Fiel ao método do materialismo histórico e dialético, o autor interpretou a história da formação social brasileira sob o registro da totalidade. Isso exigiu a compreensão da situação particular do Brasil, desde a sua inserção no sistema colonial a partir do século XVI, como parte de uma engrenagem que não poderia ser compreendida e tomada como matriz explicativa com base em particularismos, calcados estes em elementos quase sempre não científicos, como traços étnicos ou psicológicos e mitos fundadores do povo brasileiro. Dessa forma, embora faça parte de uma linhagem do pensamento social brasileiro que se empenhou na compreensão e superação do atraso – e por isso não deixou de notá-lo e denunciá-lo –, não se propõe a explicá-lo no registro comum dessa tradição. Assim é que não hesita em classificar o passado colonial brasileiro como parte da ordem capitalista internacional em expansão, já na época colonial, numa perspectiva relacional que não atribui importância decisiva ao fato de que não se pudesse falar na existência de uma burguesia no Brasil.

Tal perspectiva institui uma compreensão mediada da ideia de atraso, como até agora anunciamos. Para Caio Prado, tratava-se de superar uma visão linear e imutável do desenvolvimento capitalista, com base no modelo europeu – o que traria como consequência lógica a compreensão de que derivam das formas dominantes de desenvolvimento formas particulares, mas subordinadas. A respeito desse aspecto, Coutinho acertadamente comenta:

> graças à utilização tácita do conceito de vias 'não clássicas' para o capitalismo, Caio Prado combateu corretamente a ideia de que esses 'restos servis' constituíssem óbices ao desenvolvimento do modo de produção capitalista entre nós, como sempre supôs o dualismo cepalino e aquele implícito nas propostas do PCB. (Coutinho, 2000: 229)

Esse teria sido, precisamente, o caso do Brasil, como elemento periférico do ordenamento central do capitalismo europeu que promovia a sua acumulação primitiva e ensaiava a mundialização das suas relações. É o que permite o historiador paulista concluir, sobre esse período inicial e decisivo da formação social do país, que "as premissas do capitalismo já se achavam incluídas na

ordem econômica e social brasileira" (Prado Jr., 2004: 115). Ou seja, seria um equívoco de princípio supor que as relações capitalistas, aqui ou em qualquer parte, precisassem se impulsionar a partir de dentro para se configurarem – e da mesma forma ou tanto mais caso se pretendesse enxergar no passado colonial brasileiro as mesmas condições das sociedades europeias onde se instituíram relações capitalistas clássicas. A combinação dessas perspectivas só poderia produzir duas conclusões: 1) as relações burguesas no Brasil se impuseram a despeito da não existência de uma burguesia brasileira em sentido clássico, uma vez que o movimento do capital, da sua forma dominante, se encarregou da empreitada; e 2) a visualização de restos feudais na formação social brasileira seria parte de uma operação enviesada e dogmática, que pretendia encaixar a realidade na teoria, a exigir da história uma revolução democrático-burguesa no lugar de promover a construção de uma teoria não clássica para uma situação não clássica como a do Brasil. Taxativamente, afirmará o autor: "um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado" (Prado Jr., 2004: 39).

A segunda crítica basilar de Caio Prado dirigida às concepções de fundo sobre a realidade nacional dizia respeito à inexistência de uma burguesia nacional, progressista, supostamente avessa aos interesses do imperialismo e disposta a lutar ao lado dos trabalhadores pela afirmação de uma ordem burguesa autônoma. Sobre esta trataremos de passagem, posto que sua refutação parte das mesmas bases já apresentadas para a questão dos restos feudais.

Para o autor, esse foi outro grave erro de leitura histórica e teórica capitaneada pelo PCB, com consequências desastrosas. A atribuição de um caráter nacional à burguesia no Brasil não passaria, portanto, de uma expectativa política de adesão dessas frações da classe dominante ao projeto de civilização do capitalismo, como cunhou Del Roio (2007b). Desprovida de essência, não resistiria ao exame da história e às determinações da realidade objetiva e concreta. Para efeito da crítica da noção de burguesia nacional, Caio Prado apresenta duas formulações de seus defensores, para em seguida pô-las em choque com a realidade. Burguesia nacional, portanto, "seriam os industriais que encontravam pela frente (...) a concorrência e oposição do imperialismo interessado em manter o Brasil na posição de simples fornecedor de matérias-primas" (Prado Jr., 2004: 72). No entanto, o abandono dessa caracterização foi imediato quando começaram a entrar no Brasil grandes empresas estrangeiras, profundamente

imperialistas, e responsáveis em boa medida pelo estímulo ao processo de industrialização no país. Ter-se-ia criado, assim, a necessidade de deslocamento, para outro registro, da vigência do conceito de burguesia nacional, que a partir de então reivindicaria o seu estatuto de existência na oposição aos interesses das empresas imperialistas instaladas no Brasil, pela concorrência desigual que estas fariam, pondo em risco e desvantagem a produção nacional (Prado Jr., 2004).

Embora a manutenção de uma condição primarizada da economia se constituísse num fato verificável desde há muito para um país capitalista periférico e dependente como o Brasil, assim como a distância entre capitalistas brasileiros e os grandes trustes estrangeiros também de fato existisse, não seria em torno de uma disputa aberta entre frações da mesma classe, especialmente em terreno nacional, que se constituiria a engrenagem do sistema-mundo do capital. Caio Prado não negava que pudesse haver conflitos de interesse entre capitalistas individuais, brasileiros e estrangeiros, mas não concluía com isso que fosse possível opor, em bloco, em campos opostos, frações da classe burguesa em disputa, em contexto nacional ou internacional.

A mesma compreensão de fundo acerca da existência de formas dominantes e subordinadas do capital que habitam funcionalmente o mesmo estágio histórico, num processo de retroalimentação permanente, serviu mais uma vez de base para o desmonte da noção. Não se tratava, pela lógica de funcionamento do capital, de compreender a posição do Brasil como se estivesse em atraso em relação ao capitalismo central no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas. Se isso era verdade e correspondia a um ordenamento previsto e coerente com as leis do capital, não teria sustentação teórico-prática a tese de que tal ou qual fração burguesa, engendrada por essas mesmas leis e ordenamentos, pudesse passar ao largo da repartição, embora bastante desigual, dos dividendos da exploração da classe trabalhadora. Eis a base sobre a qual Caio Prado operou para concluir:

> os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma, que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de 'contaminação' imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma 'burguesia nacional' anti-imperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução. (Prado Jr., 2004: 73)

Ficou patente para o autor que a posição de sócia minoritária da burguesia nacional na relação com o capital imperialista não era, por definição, desvantajosa. Muito pelo contrário, funcionava como a sua condição mesma de existência. Por isso, alertou:

> A 'burguesia nacional', tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico 'capitalismo progressista', o apoio das forças políticas populares de esquerda. (Prado Jr., 2004: 121)

No entanto, essa constatação não autorizava Caio Prado – e ele efetivamente não o faz – a supor que tais vantagens não pudessem sofrer as limitações das condições dependentes da posição ocupada pelo Brasil no sistema internacional do capital. Como dissemos, Caio Prado encontra-se numa transição entre uma estratégia e outra. Se não se descolou por inteiro da formulação que critica, também não foi capaz de formular integralmente uma nova estratégia, já que não se tratava, evidentemente, de uma tarefa individual, mas de classe. Classe em que seus intelectuais orgânicos atuam individualmente e na qual, sobretudo, expressam a voz de um sujeito coletivo. Nesse registro, passemos ao tratamento das pistas deixadas por Caio Prado para o que, entendia, fosse a correção de rumos estratégicos com base nas críticas que teceu.

A situação do campo brasileiro constituía-se em elemento central do que necessitava ser superado. A miséria e o retardo dos padrões civilizatórios resultantes da permanência herdada do estatuto colonial seriam o principal obstáculo à entrada do Brasil na modernidade, à "integração progressiva numa organização econômica nacional, a saber, estruturada em função e para o fim precípuo do atendimento das necessidades do próprio país e de sua população" (Prado Jr., 2004: 99). Isto é, o historiador defendia claramente o desenvolvimento do que seria um mercado interno de massas, por meio de relações capitalistas que, pela sua dinâmica, promoveriam a superação da condição subordinada do Brasil na engrenagem do sistema do capital.

Embora negue a possibilidade histórica de uma revolução burguesa no Brasil, clássica ou não clássica, já que para ele esse processo já se consolidara na Era Vargas, Caio Prado também não afirmou, de pronto, que o caráter da revolução brasileira devesse ser socialista (faltariam, para tanto, avanço

considerável das forças produtivas e meios de planejamento disponíveis no aparelho de Estado). Não se tratava, como dizia, de trocar um dogmatismo por outro. O caráter da revolução brasileira precisaria ser buscado na história. Em seu exame, no entanto, o historiador identificou pelo menos dois problemas, além dos já apontados, como impeditivos do socialismo no plano imediato: 1) estão em aberto ainda as tarefas democrático-burguesas não realizadas pela burguesia; e, pior, elas são incontornáveis; 2) uma vez que a burguesia já fez a sua revolução, a despeito do não cumprimento das tarefas democrático-burguesas, é forçoso que outro agente assuma essas bandeiras. Esse agente não poderia ser senão a classe trabalhadora. Ou seja: se as revoluções burguesas clássicas serviram, historicamente, para consolidar o poder burguês e a dinâmica do capital, mas a reboque garantiram um processo de emancipação política, a revolução burguesa brasileira, não clássica, de extração periférica e dependente, teria atingido apenas os objetivos restritos à própria classe burguesa. Era preciso ampliá-la. Retomemos rapidamente o teor da crítica, agora com as palavras do autor, para encaminharmos algumas conclusões acerca do que propõe no lugar da estratégia que deveria ser superada:

> o erro dessa teoria provém em última análise do sistema e do quadro geral em que ela se acha colocada, a saber, na suposição de que a conjuntura atual do processo histórico-social brasileiro reflete a transição de uma fase feudal ou semifeudal para a democracia burguesa e o capitalismo, consistindo pois as transformações pendentes e que se trata de promover e realizar revolucionariamente na superação dos restos semifeudais que ainda se incluem como remanescentes do passado, na situação e conjuntura vigente. Daí a ideia da revolução democrático-burguesa, agrária e antifeudal. (Prado Jr., 2004: 64)

Embora sob outra configuração de alianças, partindo de uma leitura mais sólida da realidade e com diferenças profundas na forma, não havia, em termos de conteúdo, distanciamentos inegociáveis entre o crítico e a estratégia criticada. Tratava-se para Caio Prado de concluir a revolução burguesa brasileira como condição para a consecução, no futuro, da luta pela revolução socialista.

O longo processo de parciais rupturas, a realizar-se por meio de um programa de reformas, proposto pelo autor, era essencialmente burguês. A superação das marcas do passado colonial se daria por uma reestruturação da economia brasileira que alterasse profundamente as relações de trabalho, especialmente no campo, elevando o Brasil a outro patamar

civilizatório, segundo projetava. Notemos ainda que para Caio Prado essa transformação interna, que faria saltar a economia brasileira de um patamar "colonial" para outro "nacional", seria responsável pelo enfrentamento das forças imperialistas, que não poderiam ser combatidas *a priori* sem que antes se promovesse uma luta de conteúdo nacional capaz de retirar o país da condição de abate.

Tal raciocínio não pressupunha a exclusão da iniciativa privada do processo, mas, ao contrário, a sua integração era parte essencial do programa. Havia uma distinção, no entanto, entre "iniciativa privada" e "livre iniciativa privada". Para o historiador, esta última deveria ser eliminada, uma vez que não seria capaz de harmonizar-se "com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população". A primeira, no entanto, era

> insubstituível e não poderia ser abolida sem dano para o funcionamento normal da economia, [uma vez que representaria] um poderoso fator de propulsão das atividades econômicas perfeitamente suscetível de se enquadrar no novo sistema econômico proposto, sem introduzir nele perturbações excessivas. (Prado Jr., 2004: 165)

Mas tomemos a pista deixada por Caio Prado: a livre iniciativa privada deveria ser eliminada, e apenas ela. A iniciativa privada pura, sem qualificativos, "uma vez devidamente orientada", poderia exercer papel decisivo. Eis aqui a ponta de fio do novelo: caberia ao Estado, como condutor do programa de reformas, a devida orientação da iniciativa privada, voltada para o desenvolvimento nacional e para o atendimento dos interesses da maioria da população – o que significou a inversão da mão que até então vigera no tráfego das relações entre Estado e classes dominantes no Brasil. A crítica do Estado pela ótica caiopradiana é a denúncia da sua captura por interesses privados, portanto – como faria também insistentemente o movimento sanitário nos anos 1970 e 1980. Submeter ao controle público, ao interesse geral, a iniciativa privada era parte essencial da mudança de patamar societário necessária à continuidade da revolução brasileira.

Mas o tema do Estado é, talvez, o mais problemático dessa obra de Caio Prado, pela importância lateral que assume no desenvolvimento da análise do autor – embora ocupe papel decisivo no programa. A caracterização do Estado "na generalidade dos países subdesenvolvidos do mundo moderno" cumpre apenas parte da tarefa que deveria desembocar numa compreensão

mais totalizante desse Estado-condutor. Para ele, atingiria "proporções excepcionais" nessas formações o locupletamento de cada burguesia local, tomando-os, muito além dos formatos ordinários e normais, como meros instrumentos de acumulação capitalista (Prado Jr., 2004: 122). Não é difícil supor que a medida de normal e ordinário dissesse respeito às formações estatais do capitalismo central. Mas segundo Coutinho, escapou a Caio Prado, no calor da crítica, a percepção de que, guardadas as devidas proporções do aparelhamento privatista que decerto também marcou presença na formação do Estado no Brasil, a serventia desse mesmo Estado ao processo de acumulação capitalista foi sempre "traço substancial de nossa modernidade". A falta de clareza sobre esse aspecto compromete em parte o programa vocalizado por Caio Prado, uma vez que atribui ao Estado um papel limpo que ele não pode desempenhar no contexto específico da sociedade brasileira, como a promover um "desenvolvimento capitalista saudável" (Coutinho, 2000: 238) – outro vício que o movimento sanitário e a esquerda democrática capitaneada pelo PT reproduziriam mais tarde.

A excelência e as opções teórico-metodológicas do historiador nos permitem ir ainda mais fundo na crítica: é praticamente ausente, em Caio Prado, o debate sobre o caráter de classe do Estado, posto que talvez considerasse, em face das condições civilizatórias brasileiras, a necessidade de realizar um programa mínimo que pudesse equiparar o Brasil a uma sociedade de classes em termos europeus. A conjugação coerente da constatação de uma revolução burguesa (embora não clássica), já realizada, e da inviabilidade conjuntural da revolução socialista parece forçada, mais ainda quando o que se propõe como meio termo, alternativa para o imediato, é o aperfeiçoamento do regime burguês com a participação incontornável da iniciativa privada sob a condução do mesmo Estado que até então cumprira à risca o papel para o qual fora criado. Ao fim e ao cabo, Caio Prado parece cair na armadilha que de início atentou-lhe o juízo para a crítica: um estaticismo sem estratégia, que a propósito de não se dogmatizar, enxergando na realidade mais do que ela de fato apresenta, terminou por circunscrever a subjetividade, o projeto, ao limite estrito de uma concretude adversa.

Como veremos na sequência, ora se aproximando, ora se distanciando de Caio Prado, Florestan Fernandes restituirá ao debate da estratégia a compreensão profunda do papel e da função do Estado.

Revolução burguesa e socialismo em Florestan Fernandes

Inegavelmente, a despeito das aproximações possíveis entre Caio Prado e Florestan Fernandes, o que os une de fato nesse breve panorama que tecemos é a crítica às formulações estratégicas da esquerda de então. Se a recusa das principais teses que embasaram a formulação pecebista é consensual, as leituras alternativas não são coincidentes, tampouco os pontos de partida e chegada. Tomaremos para análise, da parte de Florestan, a sua coletânea de ensaios *A Revolução Burguesa no Brasil*, editada em 1975, mas que reúne uma produção iniciada ainda nos anos 1960, após a derrota imposta pelo golpe empresarial-militar. Por essa característica da obra, e diferentemente de Caio Prado, Florestan reflete sobre o momento imediatamente posterior ao golpe e durante o desenvolvimento do regime, chegando até o ponto em que a sua distensão é anunciada, no governo Ernesto Geisel (1974-1979).

Comecemos, então, por uma distinção essencial. Florestan, que assim como Caio Prado encontrava-se no período histórico de transição entre uma estratégia e outra, destoou de ambas no que tange à interpretação das condições históricas para a transformação socialista no país. Ao contrário de seu predecessor, a partir de uma visão de conjunto mais ampla e menos fixada à conjuntura brasileira, percebeu a abertura de um ciclo revolucionário socialista, inaugurado pela Revolução Russa de 1917, bem como o encerramento do ciclo revolucionário burguês, que não só teria alcançado a sua plenitude como também o seu ponto de saturação (Fernandes, 2005). As energias da classe trabalhadora, portanto, no sentido de uma revolução democrático-burguesa, estariam sendo até então empregadas – como se não bastassem os equívocos táticos – em esforço anacrônico, funcional à dominação. A base para essa inferência, no entanto, foi a mesma de Caio Prado: a revolução burguesa já teria se dado no Brasil.

Florestan não endossava as teses dominantes, à época, a respeito da suposta existência de resquícios feudais na formação social brasileira, tampouco de uma burguesia nacional potencialmente capturável na contramão dos interesses imperialistas. Os anos 1930 haviam encerrado o ciclo da revolução burguesa no Brasil, asseverava. Mas assim como não se poderia falar em restos feudais, já que não houve feudos e relações feudais no Brasil, também não se poderia falar em burguesia, já que também não teria havido burgos e relações burguesas. Ao contrário de Caio Prado, que visualizava um sentido burguês na ação das oligarquias brasileiras desde a colônia,

Florestan identificava o burguês como um elemento recente na composição societária do Brasil, a ponto de concluir que a revolução burguesa não fora realizada propriamente pelo elemento burguês clássico, e sim assumida por um aglomerado de frações de classe (as elites cafeeiras e os imigrantes), que teriam tomado para si a tarefa de instituir um determinado padrão burguês de civilização. O que Florestan chamou, portanto, de revolução burguesa em certa medida aproximava-se da noção processual, não episódica, que é também de Caio Prado: "não constitui um episódio histórico [a revolução burguesa]. Mas um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis" (Fernandes, 2005: 37).

Noutra breve passagem, podemos captar também o processo efetivo de constituição de uma burguesia no Brasil, segundo a perspectiva do autor:

> A burguesia nunca é sempre a mesma, através da história. No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado. (Fernandes, 2005: 258)

Se a burguesia não é sempre a mesma no percurso histórico, isso indica a improcedência da adoção de modelos fechados de compreensão da realidade para contextos distintos. A noção de revolução burguesa não clássica surge em Florestan, assim como em Caio Prado, como ponto central para o entendimento das peculiaridades nacionais que deveriam ser consideradas para uma formulação estratégica da classe trabalhadora. A tecla em que Florestan bateu incansavelmente é a da dissociação, possível e perfeitamente dentro do *script*, entre relações burguesas e democracia – no contexto de uma revolução burguesa não clássica. Essa conclusão acarretou outra para Florestan, de suma importância para o debate no qual esteve inserido e que o colocou, dessa vez, na contramão de Caio Prado. Tendo sido a revolução burguesa no Brasil uma revolução dentro da ordem oligárquica – ordem oligárquica esta que "'se aburguesou', desempenhando uma função análoga à de certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo" (Fernandes, 2005: 45) –, isso não permitiria rotular de "fraca" a burguesia no Brasil. Ao contrário, a ocorrência da revolução em termos não clássicos, sem que tenha sido necessário derrotar o seu inimigo, demonstraria justamente a potência dessa burguesia, evidentemente amparada nas forças do imperialismo.

Uma vez caracterizadas a formação da burguesia no Brasil e o modo como se deu a sua revolução, Florestan passa a analisar a íntima relação dessa burguesia com o imperialismo. A convergência com Caio Prado, nesse registro, foi completa. O sociólogo paulista não só refutou a vigência de uma relação obstaculizante do desenvolvimento de burguesias nacionais, como a brasileira, em face do imperialismo, como também atestou a importância dessa relação para o seu crescimento – o que, evidentemente, não elidiria o caráter dependente dessas formações periféricas, limitadas pela sua condição, embora beneficiárias do arranjo que lhes garantiria a existência.

Florestan, no entanto, ao contrário de Caio Prado, levou às últimas consequências o papel desse caráter dependente. Se para Caio Prado tal situação de dependência poderia ser rompida no interior da ordem, por meio de um desenvolvimento econômico capitaneado pelo Estado, para Florestan o próprio *modus operandi* do capital em sua fase monopolista, na relação centro-periferia, não permitiria rearranjos que estivessem no registro apenas da vontade de superação do formato de uma determinada formação social ou subordinados à necessidade de manutenção do equilíbrio interno da dominação por parte dessas burguesias dependentes. Tal situação traria a reboque, para o sociólogo, o debate da democracia possível em sociedades sob tais determinações estruturais; a *democracia restrita* dos capitalismos periféricos seria apenas e tão somente a forma política da condição econômica dependente dessas nações. Em suma, a ordem burguesa pôde ser garantida a despeito do não cumprimento das tarefas democráticas e nacionais. Tal quadro se apresentaria de modo ainda mais dramático, posto que o caráter tardio do desenvolvimento burguês no Brasil teria se dado em meio ao período histórico das transformações socialistas, o que implicara uma ação de contenção ainda mais intensa sobre as massas despossuídas, pela potencialidade de suas lutas – conclui Florestan.

Eis que estão dados os elementos para a compreensão do que o autor chamou de "autocracia burguesa", que consistiria na concentração máxima e autojustificada do poder pelos poucos grupos e frações burguesas beneficiárias da ordem estabelecida. Tal exercício de dominação não poderia prescindir de um forte aparato estatal, uma vez que não seria capaz de construir sólidas ou mesmo relativas bases de consenso entre os dominados, precisando manter-se quase que exclusivamente pela espada, fazendo de um Estado de exceção a regra. Nas palavras de Florestan: "A democracia não só é dissociada da autoafirmação burguesa, como ela seria um tremendo obstáculo ao tipo de autoprivilegiamento que as classes burguesas se reservaram" (Fernandes, 2005: 404).

A arguta percepção de Florestan ofereceu uma explicação para o golpe empresarial-militar de 1964 e para o próprio papel dos militares na história brasileira (Iasi, 2012). A necessidade de manter uma contrarrevolução permanente explicaria a tomada preventiva do aparelho de Estado, num contexto em que as classes trabalhadoras se agitavam e organizavam. O golpe teria representado assim a própria garantia da consolidação da ordem e a necessária modernização estrutural exigida pelo capital monopolista que por aqui se consolidava no período. Em outras palavras, na ótima síntese do próprio autor:

> Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional* e *democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. (Fernandes, 2005: 346, destaques do original)

O papel que Florestan atribui ao Estado nesse concerto não combinava com o que Caio Prado lhe reservava no programa da revolução brasileira que propôs. Enquanto para o segundo, sob a direção dos trabalhadores, mas ainda dentro da ordem burguesa, o Estado poderia atuar em benefício das massas e dos interesses da nação, na contramão do papel funcionalizado que historicamente protagonizou; para o primeiro, como instrumento de luta, o Estado só faria sentido fora da ordem burguesa, no contexto de uma transição socialista. O Estado para Florestan, em suma, não só era incontornavelmente de classe, capturado precipuamente pelos interesses imperialistas e de suas burguesias locais, como – poderíamos acrescentar – atuava de fato como comitê executivo da burguesia, sem espaços para concessões, uma vez que sob um registro dependente.

No entanto, segue Florestan, havia um problema nesse formato de exercício da dominação autocrática. Se o convencimento pode ser adiado, não o pode indefinidamente – o que se sabe desde Maquiavel (2007), digamos de passagem. Não se vive apenas de *bons exércitos*, portanto, alerta o pensador florentino; e *boas leis* não se constroem sem bases de hegemonia. Mas teriam essas forças burguesas condições de responder a essa lei da dominação? Florestan crê que não:

> As forças burguesas, que lutam pela eternização de um regime autocrático, ignoram a essência do capitalismo privado (...) e, em consequência, o

> sentido da dominação burguesa (...). Ao confundir aquilo que 'foi preciso fazer' em dado momento, para preservar e fortalecer o poder burguês, com o que se 'deve fazer sempre', tais forças correm o risco de concorrer, ou para criar uma evolução alternativa dentro do capitalismo (...) ou para suscitar uma evolução anticapitalista. (Fernandes, 2005: 321-322)

A evolução dentro do capitalismo seria o fortalecimento de um capitalismo monopolista de Estado, que teria, por definição, de conter drasticamente o peso da iniciativa privada no contexto do desenvolvimento capitalista-monopolista. Mas Florestan não vê factibilidade nesta hipótese, pelo caráter mesmo da burguesia que se formou no Brasil. Isso o levará também a negar, em debate franco com Caio Prado, a possibilidade de que o desenvolvimento econômico pudesse promover a superação do modo autocrático burguês e sua dependência estrutural em relação ao capitalismo central. Tal perspectiva estava relacionada a uma percepção de fundo, que considerava o cenário de uma formação social dependente como algo estrutural e não apenas conjuntural. Assim, Florestan é coerente quando declara não enxergar possibilidade de que uma revolução dentro dessa ordem possa se estender ou se desdobrar para fora dela. A alternativa que visualiza, em face mesmo do caráter da autocracia burguesa, e do choque provocado pelas crescentes pressões vindas de baixo, é a ruptura revolucionária da ordem, uma vez que o mínimo atendimento das demandas das classes trabalhadoras, em nome do consenso – por meio do que denominou de uma "democracia de cooptação" –, já ameaçaria o poder dessa autocracia. Sua rigidez seria reflexo da base material restrita sobre a qual se sustentaria, e não obra desse ou aquele aspecto moral ou ético que pudesse determinar ou relativizar o grau de sua ganância ou a disposição de negociar os anéis para manter os dedos.

Em face do cenário descrito, o choque produzido pela reivindicação das massas com a recusa do mínimo de concessão por parte da autocracia burguesa já representaria a possibilidade de ruptura, capaz de gerar as condições para a luta revolucionária socialista – porque, como dito, Florestan não apostava que a autocracia burguesa aceitasse nem mesmo a democracia de cooptação, e também porque ele supunha que as massas, pelo acúmulo de sua opressão e péssimas condições objetivas de vida, não aceitariam apenas o mínimo. Prospectivamente, o autor intuiu acertadamente o recrudescimento da autocracia burguesa no pós-ditadura, cujo sinal máximo foi a abertura política sob controle, instituindo-se uma transição pelo alto (Iasi, 2012).

Mais tarde, com a continuação de sua obra e sua farta produção jornalística, prosseguiu sempre um furo abaixo do entusiasmo democrático que marcara os anos 1980, apontando a necessidade de radicalização da luta revolucionária pelo socialismo. Na sequência de Florestan, viria Carlos Nelson Coutinho, que com Caio Prado formam a tríade que elegemos para pensar a transição estratégica abordada. O mesmo Coutinho, em fins da década de 1990, dirigiu a Florestan uma crítica que nos será útil para uma posterior retomada. Para esse não menos importante pensador, a aposta de Florestan, de que a burguesia brasileira seria inflexível ao reequilíbrio da sua própria condição autocrática, não permitiu ao sociólogo paulista perceber o fato de que o processo de abertura política que se iniciara nos anos 1970, no Brasil,

> [fora] atravessado e contraditado por um *processo* de abertura, isto é, por um movimento social objetivo que resultou da ativação da sociedade civil, em particular dos segmentos ligados às classes trabalhadoras. O 'processo' de abertura, atuando de baixo para cima, abriu e conquistou espaços que nem de longe estavam previstos no 'projeto' geiseliano-golberiano, que previa apenas uma reforma da autocracia 'pelo alto', com a conservação de suas características essenciais. (Coutinho, 2000: 259, destaque do original)

Guardemos essa indicação. Aproximemo-nos agora, por meio de Coutinho, dos esboços da nova estratégia das classes trabalhadoras que viria a ter no PT a sua mais expressiva vocalização.

Carlos Nelson Coutinho e a democracia como valor universal

Desde a segunda metade da década de 1970, Coutinho estava empenhado num acirrado e importante debate interno do PCB – partido a cujas fileiras pertenceu entre 1961 e 1982 – que, embora não fosse propriamente novo, para o partido e para a tradição marxista, naquele momento de abertura política no Brasil e também de crise do movimento comunista internacional, adquirira um renovado fôlego. A questão democrática para o PCB remonta a fins da década de 1950, como tivemos oportunidade de conferir. No entanto, não se pode tomá-la como unificadora das dissensões internas do partido. O momento exigia a compreensão de como empreender o enfrentamento da ditadura, em meio à crise da EDN. Fazia-se urgente, então, um

redesenho da questão democrática para os novos tempos que se anunciavam, em face de um pujante movimento operário saído das greves do ABC paulista. A crise estratégica que se abatera sobre o partido, portanto, desde o golpe de 1964, e que se desdobrara em consequentes rachas e fragmentações em suas fileiras, assumia agora tons dramáticos com a incapacidade flagrante de liderar a classe trabalhadora no combate à ditadura (Konder, 1980). A durís-sima repressão sofrida a partir de 1974 pelos quadros de seu Comitê Central, que obrigou os que se salvaram a se exilarem, completava o cenário cinzento (Braz, 2012).

O desfecho da disputa se deu em 1982, com a realização do VII Congresso do partido. A corrente da direção partidária vinda do exílio, liderada por Giocondo Dias, ficou com o controle da máquina, provocando a saída de Prestes e da corrente eurocomunista – da qual Coutinho fazia parte. Foi sob esse fogo cruzado que, ainda em 1979, o autor tornou público o ensaio "A democracia como valor universal", em que não só fazia a crítica da estratégia etapista democrático-nacional como indicava as linhas gerais do que viria a ser a EDP liderada pelo PT na década seguinte. Nele encontramos também as bases teóricas que se tornariam dominantes entre a esquerda democrática brasileira pelas décadas seguintes. Ainda outras intervenções, na esteira do pioneirismo de Coutinho no tratamento mais contemporâneo da questão democrática, se fizeram presentes e serão aqui tratadas lateral e parcialmente.

Em essência, o valor universal da democracia defendido por Coutinho respondia, em bloco, a um conjunto de problemas em relação aos quais pretendeu reagir: o totalitarismo das experiências do socialismo real, a ditadura empresarial-militar no Brasil e a estratégia fracassada de seu partido. No primeiro caso, a afirmação de uma inabalável identidade entre socialismo e democracia marcou a posição a favor de um outro socialismo, distinto do que vigia na União Soviética e no Leste Europeu. No segundo e no terceiro casos, ainda que pela reafirmação dos valores democráticos, recusou a conciliação de classes que até então havia embasado a estratégia pecebista. Uma vez que democracia e socialismo eram considerados indissociáveis, apenas uma democracia de massas poderia fornecer a base da luta pela democracia que, nesses termos, já seria a própria luta pelo socialismo. Em todos os casos, sobressaía a corrente eurocomunista como influência direta nas proposições do cientista político. Vejamos os termos do ensaio um pouco mais de perto.

Logo na abertura do texto, Coutinho declara a sua fonte de inspiração, em referência direta ao discurso de Berlinguer, de 1977, já citado aqui por nós.

Além das questões estratégicas próprias de cada realidade nacional, a exigirem, todas, a luta democrática, a democracia figuraria como uma espécie de patrimônio da humanidade. Reagindo à ideia de que a democracia devesse ser adjetivada como burguesa ou operária, lançou mão do materialismo histórico para defender a ideia de que não seria correto atribuir uma identidade mecânica entre *gênese* e *validade*. Partindo da conclusão de Marx acerca da validade universal da arte de Homero, a despeito do desaparecimento da sociedade grega que a produziu (e vendo nessa formulação um "alcance metodológico geral"), concluiu que a origem burguesa (gênese) da democracia moderna não implicava necessariamente que o fim do sistema trouxesse a reboque o fim de todos os seus resultantes (validade) (Coutinho, 1979).

Se caberia então à democracia um valor estratégico e não meramente tático, é com base nessa constatação que Coutinho investiu contra "correntes e personalidades" que partilhavam, segundo ele, no Brasil, uma "visão estreita" sobre o assunto, que adviria de uma "errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa" (Coutinho, 1979: 34). Sua argumentação acerca das tarefas apresentadas para os trabalhadores brasileiros na época fornece os elementos de um programa:

> essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso País. (Coutinho, 1979: 35, destaque do original)

A outra hipótese central do autor girava em torno da percepção de que a história política brasileira fora até então marcada pelas mudanças *pelo alto* (via prussiana), conduzidas invariavelmente pelas classes dirigentes – da qual o regime de exceção vivido então pelo Brasil era apenas mais uma expressão. Essa conformação política, colada à ausência de uma revolução democrático-burguesa por aqui, teria sustado todo o processo de conquistas de direitos e liberdades civis experimentado pelos países em que revoluções burguesas clássicas aconteceram, deixando marcas de debilidade em nossa democracia. A via de superação de tal estado de coisas, ainda segundo o autor, passaria por um intenso processo de socialização da política, que funcionaria como uma espécie de acerto de contas com a defasada história de participação popular brasileira na política. A "*renovação democrática* do conjunto da vida nacional (...) não pode ser encarada apenas como

objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira", completa Coutinho (1979: 35, destaque do original).

Coutinho captou um processo de ocidentalização – no sentido gramsciano – em curso no Brasil de fins da década de 1970. O franco desenvolvimento da sociedade civil, impulsionado pelos novos sujeitos políticos que despontavam na luta contra a ditadura, sobretudo no movimento operário paulista, é o mote do qual parte. Diferentemente de Florestan, registremos, que concebe a autocracia burguesa como traço estrutural da formação brasileira e, portanto, insuperável sem o rompimento da ordem que a sustinha, Coutinho – mais próximo de Caio Prado nesse aspecto – considerava a via prussiana uma forma política, capaz de ser superada pela mudança do padrão de interação da sociedade civil com a sociedade política. A aposta na pujança da movimentação da sociedade civil de então pretendia acudir também à proposta de renovação do PCB em nome da qual o autor empenhava-se, na tentativa de restaurar o seu posto de liderança da classe trabalhadora organizada, perdida desde o golpe em 1964.

Repetia, assim, o cientista político a aposta dos eurocomunistas, embora de modo conceitualmente mais rigoroso, de que a socialização da política, corolário de um processo de socialização da produção, abriria a possibilidade de disputa do Estado para fins não apenas econômicos. O recado dirigido às experiências do socialismo real não poderia ser mais explícito: "o socialismo não consiste apenas na socialização dos meios de produção (...); ele consiste também – *ou deve consistir* – numa progressiva socialização dos meios de governar" (Coutinho, 1979: 38, destaque do original). Ou seja, se o custo (ou a condição) de uma socialização dos meios de produção forçada, violenta, embora mais célere no tempo, for a negação da socialização da política, o "humanismo socialista" não vingará e o socialismo não será socialismo. A socialização da política – que se expressaria na articulação da democracia representativa com formas de democracia direta – deve constituir-se na base sobre a qual serão buscados os pressupostos para a luta pelo socialismo:

> a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico como em sentido político), mas também *conservado* ao longo de todo o processo. (Coutinho, 1979: 43, destaque do original)

Coutinho constantemente tece associações entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo, aposta na incompatibilidade da plenitude democrática com o capitalismo e defende uma concepção processual da revolução socialista. Isso nos impede que imputemos ao autor a reprodução de um etapismo rígido na sua concepção de revolução – mesmo que qualitativamente distinto da estratégia pecebista –, mas também é inegável a presença de um traço kautskyano de uma transição que deve preceder a transição socialista, também claramente assumido pelo eurocomunismo. Certo inacabamento da revolução burguesa no Brasil é o que parece informá-lo no empenho por uma luta que não de imediato convergiria para o socialismo, também como assevera Caio Prado. Ainda que, para Coutinho – não será demais repetir –, essa percepção não se desdobrasse na defesa de uma aliança com a burguesia em nome do seu próprio desenvolvimento.

Se a socialização da política não é propriamente um corpo estranho para o capital e se mostra, ao contrário, potencializada por ele, como pensar a democratização da economia? Por meio da "aplicação de um programa econômico antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista" – repete Coutinho a tríade estratégica do PCB. E continua: "um programa que interessaria a amplas parcelas da população, desde a classe operária e os camponeses até as camadas médias assalariadas e a pequena e média burguesia nacional". Para o autor e para os eurocomunistas, este "consenso majoritário" significava a própria hegemonia (Coutinho, 1979: 43). Eis aqui, apresentados, os traços essenciais da EDP que veremos adiante. Com as devidas adaptações e condições nacionais particulares, não há significativas diferenças entre o que propõe e o compromisso histórico de Berlinguer, combinado à democracia de massas de Ingrao.

Coutinho investiu, assim, na recusa do modelo russo de revolução como alternativa válida de luta para a classe trabalhadora. Segundo considera, o "golpismo de esquerda" fora até então, na história da luta de classes,

> apenas uma resposta equivocada e igualmente 'prussiana' aos processos de direção 'pelo alto' de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso País. Quanto mais se torne efetiva a socialização da política, tanto menos será possível invocar a justificação relativa aos processos desse tipo. (Coutinho, 1979: 45)

A alternativa, como já se supõe, recairia sobre a guerra de posição gramsciana, que permitiria a "conquista de posições firmes no seio da sociedade

civil" (Coutinho, 1979: 44) e, ao mesmo tempo, inibiria ações voluntariosas, golpistas, que – antes de se configurarem apenas como inócuas diante da maior complexidade das sociedades ocidentais modernas – poderiam mesmo significar um retrocesso da luta. Tal situação poria em risco a unidade (em Coutinho, portadora de valor estratégico para a luta por hegemonia), seja pela ativação das forças de repressão e potenciais reedições de regimes de exceção, seja pelo rompimento das alianças que garantiriam uma correlação de forças favorável às classes trabalhadoras.

No final do ensaio, Coutinho roteiriza o programa que anunciara no início. A precisão – se não quisermos etapista, digamos gradualista – da exposição, bem como a fiel apropriação que as forças da esquerda democrática, capitaneadas pelo PT, fariam dessas linhas para a construção de sua estratégia, explícita ou veladamente, vale a citação. Depois de apontar a necessidade de reconquista e consolidação do estado de direito, mediante uma unidade com as forças dispostas e interessadas na manutenção das regras do jogo, que teria como um dos seus desdobramentos uma assembleia constituinte, nos diz o autor:

> trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política. (Coutinho, 1979: 46)

Não é preciso dizer que tais formulações geraram uma enorme polêmica. Ao longo das décadas seguintes, e diante das críticas recebidas, Coutinho voltou ao assunto diversas vezes. Em 1989, já filiado ao PT, reafirmou a tese controversa, mas acrescentou que se tivesse a intenção de retomar o tema, alteraria o título do trabalho para "Democratização como valor universal" – por inspiração de um texto de Lukács (2011) –, uma vez que a mudança permitiria conferir à tese, com maior precisão, o caráter processual que naquela oportunidade, embora dessa forma concebida, não havia sido expresso da melhor maneira que poderia (Coutinho, 2008a). Mas se em 1979 intuía um processo de ocidentalização da sociedade brasileira em curso, dez anos mais tarde já não sobravam dúvidas de que o Brasil se ocidentalizara. Essa constatação carregava alguns desdobramentos teórico-práticos importantes.

A resposta que Coutinho ofereceu para a necessidade de uma nova concepção de revolução, em face de um Estado que se ampliou, seguindo as pistas de Gramsci, chamou-se "reformismo revolucionário" – meio termo entre as estratégias revolucionárias próprias para os países ditos *orientais*, com suas táticas de assalto, e a capitulação da social-democracia, cujo grande produto histórico, o *welfare state*, atravessava em fins da década de 1970 uma profunda crise. Mas o autor avançou na caracterização do seu reformismo alternativo, para explicar como poderia ser revolucionário. E mais uma vez foi buscar suas ferramentas no eurocomunismo italiano. Defendeu, assim como Ingrao, uma "política de reformas (...), de novo tipo, efetivamente estruturais, que tenham como objetivo a progressiva construção de uma nova lógica de acumulação e de investimento, não mais centrado na busca do lucro e na satisfação do consumo meramente privado" (Coutinho, 2008a: 46-47). A aposta no gradualismo (e aqui Togliatti, com sua democracia progressiva, também se faz presente) se explicava pela constatação objetiva de que esse era o caminho para o socialismo, e também pela aposta de que as reformas sob tal configuração (não isoladas ou estanques e atuando sobre questões estruturais) a longo prazo seriam incompatíveis com a lógica da acumulação capitalista. Eis aqui o desenho completo da polêmica que se agrega à noção de democracia como valor universal.

Coutinho não aprisiona a sua defesa do valor universal da democracia, no entanto, ao que de mais trivial haveria no exercício democrático entre as classes antagônicas: as regras do jogo – embora também as valorize. Além de universal, a democracia se apresentava como essência mesma do socialismo – o que significava também o reconhecimento de que a democracia sob a sociabilidade capitalista não poderia ser plena e, portanto, deveria ser radicalizada. Em suma, a plenitude democrática exigiria o fim do capitalismo. E isto é bom que se diga, para demarcarmos, desde já, a diferença de Coutinho em relação a um conjunto de outros militantes da esquerda que, a pretexto de seguir o seu trilho, negaram a luta de classes e a perspectiva da revolução. Equivocado ou não em suas proposições, esse não foi o seu caso. Aqui, o debate é com as apostas que vocalizou.

Dois aspectos fundamentais sintetizam (embora não esgotem na sua variedade) as formulações do autor: o papel central do Estado na transição e o processo, supostamente progressivo e ininterrupto, de socialização da política. Nos dois casos, o *otimismo da vontade* de Coutinho supera, em

muito, o *pessimismo da inteligência*. Vejamos cada um dos pontos, destacando as suas limitações e problemas, antes de trazermos outros autores para o debate.

Na tradição marxista, o Estado sempre esteve no centro das estratégias de classe, revolucionárias ou reformistas, como não poderia deixar de ser. Esta constatação inicial não permite conferir ao autor em questão e à esquerda democrática qualquer originalidade no papel que atribuíram ao mesmo Estado para dar consecução à estratégia que ajudaram a formular – para o bem ou para o mal. *Grosso modo*, poderíamos dizer que, para essa tradição, inicialmente se atribuiu ao Estado (compreendido como máquina) o papel de pura coerção e concebeu-se, consequentemente, a sua tomada e destruição. Posteriormente, com a ampliação desse Estado, considerado em uma perspectiva relacional, decidiu-se pela sua disputa mais franca, embora essa postura não tenha necessariamente excluído a projeção de sua tomada e destruição. Seja, portanto, para indicar o centro da dominação burguesa, seja para abater o inimigo de classe ainda presente na transição socialista, para servir à classe trabalhadora na construção das condições de luta pelo socialismo, ou mesmo para manter uma existência fluida numa futura formação comunista (como sugere Coutinho), a constatação é que não se pode prescindir do Estado. Se isso é válido em termos gerais, no caso brasileiro haveria um agravante, segundo Coutinho, já que o nosso recente passado oriental – até os anos 1930 – estaria na origem de um grave equívoco teórico e político, o de conceber o Estado como "demiurgo das relações sociais". E a formação social brasileira ainda guardaria outro traço típico em relação ao Estado: por aqui o privatismo expresso na sociedade política, a despeito da caracterização privada do Estado capitalista em geral, teria assumido traços muito acentuados. A par dessas corretas percepções prévias, ou mesmo por causa delas, Coutinho (escorado nos eurocomunistas) apostou com muita ênfase na possibilidade de transformação desse Estado, na "reconstrução do Estado brasileiro", num "Estado controlado pelas forças populares" (Coutinho, 2008a: 145).

Mas o que significava esse Estado ampliado para o cientista político? "O Estado, ao se 'ampliar', deixou de ser o instrumento exclusivo de uma classe para se converter na arena privilegiada da luta de classes (que se trava agora também em seu interior)" (Coutinho, 2008a: 29). E quanto à sua autonomia relativa?

> Acho que o Estado tem uma autonomia relativa muito grande; é muito difícil derivar todos os movimentos do Estado a partir da lógica do capital. (...) o Estado não é simplesmente um instrumento na mão da classe dominante. O Estado capitalista não é mais – se é que alguma vez o foi, como o supuseram Marx e Engels na época do *Manifesto* – o comitê executivo da burguesia. (Coutinho, 2012: 414)

Retenhamos por ora algumas dessas conclusões.

A combinação para justificar tal ênfase é no mínimo controversa, uma vez que, se a transformação do Estado – e estamos falando agora da realidade brasileira – é parte da superação de um passado oriental e patrimonialista, autocrata, prussiano, típico de uma formação social dependente e periférica, não parece adequado atribuir ao Estado que é produto dessa formação características de autonomia relativa presentes nas formações sociais mais desenvolvidas do capitalismo central. É bem verdade que estamos tratando de múltiplas determinações, que os aspectos particulares da nossa formação social se combinam dialeticamente com os aspectos da formação capitalista em geral, mas o que sugerimos é que há um desequilíbrio entre a leitura da realidade particular e a consideração dos aspectos gerais para a compreensão do Estado no Brasil. Um alerta sobre essa problemática fez Florestan, no início dos anos 1990, considerar a necessidade de ir a fundo nas especificidades de nossa formação social antes da adoção, *a priori*, de verdades acabadas como as concepções absolutizantes em torno da democracia, sobretudo se resultantes, como lhe parecia, de uma vaga de repúdio ao comunismo (Fernandes, 1995).

Coutinho e a corrente democrática desconsideram (mesmo que apenas como possibilidade teórica) que o processo de ampliação do Estado talvez não necessariamente excluísse a possibilidade de recuos restritivos, a despeito, em paralelo ou mesmo contra a progressividade da ampliação da sociedade civil. Há um elogio incondicional do processo de ocidentalização brasileiro, sob um vetor de constante superação dos obstáculos societários presentes em nossa formação.

Causava certa estranheza em Coutinho o atravessamento da estratégia formulada sobre a realidade nacional apreendida por sua análise. Tal aparente descompasso impediu a apresentação do problema de forma distinta. Se era ponto pacífico que não bastava a tomada violenta da aparelhagem de Estado, não parece estar descartada – sobretudo ante o diagnóstico das formas assumidas pelo Estado burguês no Brasil – a indicação de Marx sobre a impossibilidade de utilização dessa máquina a favor dos trabalhadores. Mas se poderia

argumentar que a utilização de que falam os eurocomunistas, Coutinho e a esquerda democrática, não contradiz Marx e Engels: tratar-se-ia de um uso parcial, concebido, da mesma forma como nos clássicos, para um período de transição. O que diferiria, apenas, é a forma de acesso a essa máquina: pela via democrática e não pela tomada violenta. Isso não é tudo. Não seria demais nem contraditório com a nova teoria da revolução para o Ocidente, formulada por Gramsci, em primeiro lugar, considerar a combinação de formas de luta distintas, que não se reduziriam apenas e tão somente à via democrática, e muito mais ainda à conclusão, *a priori*, do caráter pacífico dessa via. Também não seria um rompante bolchevique relativizar a democracia como caminho por excelência para o socialismo e, mais ainda, como rota que não prevê desvio. Coutinho disse certa vez que a teoria do fim do Estado, afirmada por Marx, Engels e Lênin, derivou na ausência de debate sobre a forma que esse Estado deveria assumir no socialismo, o que teria trazido consequências graves para a luta dos trabalhadores.

À crítica de que transplantou para o Brasil a realidade italiana, Coutinho reagiu afirmando que o Brasil se ocidentalizou, embora não se tratasse de uma formação capitalista desenvolvida – modo como Berlinguer circunscreveu a validade geral do caminho italiano para o socialismo que propôs. Ainda segundo o historiador, tal processo de ocidentalização teria aberto espaço para concessões no Brasil, isto é, para negociações entre as classes, que estariam agora sob as condições clássicas de disputa de hegemonia, por meio da via democrática. Como dissemos, marcando a diferença com Florestan, o crescimento da sociedade civil e a ampliação do Estado no Brasil, dos anos 1930 para cá e, mais intensamente, a partir de meados dos anos 1970, abriram a possibilidade, para Coutinho, já na segunda metade dos anos 2000, da adoção do conceito de "revolução passiva" no lugar do de "via prussiana" para a análise e compreensão da realidade atual da formação social brasileira – embora o autor se considerasse cético, inicialmente, quanto a essa possibilidade, e apontasse para a pertinência ainda de um segundo conceito gramsciano, que seria mais apropriado para a época neoliberal: o de *contrarreforma* (Coutinho, 2008a).

Se pela via prussiana as mudanças pelo alto se caracterizariam por um forte autoritarismo, intimamente ligado e explicado pela inexistência de condições materiais para concessões, com a revolução passiva se facultaria a compreensão de formações sociais ocidentalizadas (ou em processo), ainda que sob o peso de uma forte tradição oriental, a partir de dois momentos, distintos mas combinados: *restauração* e *renovação*. O primeiro se daria pela

reação conservadora a toda e qualquer iniciativa de transformação radical da realidade, proveniente dos *de baixo*. O segundo, como relativização interessada do primeiro, diria respeito ao atendimento, ainda pelo alto, de parte das demandas populares, como forma de conferir margem de manobra à dominação e conter o ímpeto reformador e revolucionário dos subalternos. Dessa forma, Coutinho definiu as fases do processo:

> 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu 'subversivismo esporádico, elementar', ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução 'jacobina', a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de 'uma certa parte' das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização*. (Coutinho, 2008a: 96, destaques do original)

Assinalamos que é perceptível em Togliatti certa positivação da revolução passiva de Gramsci, e arriscaríamos dizer que ela também está presente em Coutinho. No entanto, repetimos, em Gramsci o conceito se presta muito mais à compreensão do exercício da dominação, ainda que sob o imperativo das concessões, do que a potencial reação contra-hegemônica. Não constitui propriamente um equívoco identificar na musculatura recentemente conquistada pela sociedade civil brasileira a possibilidade de construção de uma hegemonia alternativa das classes trabalhadoras, mas a aposta não elide as condições ainda especialmente adversas e talvez não autorize a adoção, *a priori* e incondicional, do campo do inimigo para a batalha, por mais que se reivindique que esse mesmo campo não tem dono ou que, em verdade, pertence aos litigantes que vêm de fora.

Se retomarmos rapidamente o conceito, veremos que, tratando-se de sua aplicação à realidade italiana do período do *Risorgimento*, Gramsci destaca a diferença essencial entre Cevou e Mazzini, qual seja: o primeiro, como agente da revolução passiva-guerra de posição, em nome das classes dirigentes interessadas na unificação italiana, "tinha consciência de sua missão (pelo menos, em certa medida), já que compreendia a missão de Mazzini" (Gramsci, 2002: 317). Poderíamos dizer que a socialização da política, o atendimento parcial das

demandas populares, e mesmo uma política de reformas, também fizeram e fazem parte da guerra de posição jogada pelas classes dirigentes, portanto a dialética restauração-revolução pode não caminhar progressivamente no sentido das modificações que abrem o caminho para novas modificações.

Essa preocupação é tão ou mais verdadeira se considerarmos que o próprio Coutinho cogitou que o conceito de contrarreforma – apenas marginal em Gramsci – pudesse ser mais apropriado para a compreensão da contemporaneidade. Segundo o autor, se na revolução passiva o que preside é a dialética entre o velho e o novo, em que para o velho se manter o novo precisa surgir, mesmo que como produto de apassivamento, na contrarreforma, embora a dialética entre a restauração e a renovação também se faça presente, prepondera o velho, isto é, uma restauração mais preservada do novo, mesmo que não isenta dele (Coutinho, 2008a; Gramsci, 2002). Coutinho enxerga a época neoliberal precisamente nesse registro, de preponderância da restauração do poder de classe da burguesia, escaldada por décadas de *welfare state*. Na configuração assumida pelo Estado capitalista na contemporaneidade, e dado o refluxo da luta dos trabalhadores, viveríamos um momento de profundo desequilíbrio na luta de classes, restando aos subalternos menos a conquista de novos direitos e mais a tentativa de preservação dos já conquistados.

O leitor já terá percebido que o substrato teórico e político que pode explicar as apostas do filósofo baiano, dos eurocomunistas e da esquerda democrática brasileira precisa ser buscado não apenas em um determinado Gramsci, mas também em Kautsky – formalmente ausente das formulações. Está tudo lá. O Estado burguês passaria a ser disputável em condições parelhas entre as classes. Suas marcas de classe teriam se esfumaçado de tal modo que franqueariam essa disputa e sua eventual conquista pelas forças da maioria, lideradas pelos trabalhadores. Kautsky previra, como parte da estratégia, uma luta concomitante por dentro e por fora do aparelho de Estado (a luta no Parlamento, pela ocupação dos postos institucionais, alcançáveis pela via eleitoral, em paralelo à criação de instâncias de democracia direta, na base) para a sua transformação:

> Mesmo que não se trate exatamente de democracia 'absoluta' ou 'pura', é, apesar de tudo, necessário ter bastante democracia para organizar as massas e informá-las regularmente. Esse fim jamais pode ser atingido de maneira satisfatória na ilegalidade. Alguns folhetos não podem substituir um jornal diário especializado. Não se pode organizar as massas na ilegalidade, e, ademais, uma organização ilegal não pode ser democrática. (Kautsky, 1979: 15)

Dentro ou fora do Estado, o conjunto da luta deveria se circunscrever aos limites da ordem. Esse movimento duplo, interno e externo, garantiria uma correlação de forças favorável aos trabalhadores, aliados às forças progressistas da hora – pois numa democracia "as maiorias mudam". Sob o seu império, "nenhum regime pode pretender durar eternamente". E ainda: "Se democracia é sinônimo de império da maioria, não é menos sinônimo de proteção da minoria" (Kautsky, 1979: 22). Eis que a negação da ditadura do proletariado exige de Kautsky que force às avessas as evidências do real, como bem mostrou Lênin, a ponto de considerar que as maiorias burguesas, uma vez supostamente tornadas minorias, aceitariam de bom grado a mudança do seu próprio *status* e também, consequentemente, da face do regime. Não é senão essa perspectiva do conflito de classes, a qual reconhece diferenças mas já não as considera insuperáveis dentro da ordem, que permite ao autor falar em *democracia pura*. E não seria equivocado se associarmos, por similitude, ainda que guardadas as proporções e o grau de elaboração, as *democracias* de Kautsky e Coutinho.

Em rápida síntese do que vimos até agora, podemos dizer que o teor da recusa à tese da democracia como valor universal gira em torno, essencialmente, do potencial abandono da revolução e do socialismo em nome da luta democrática e pacífica, por dentro da ordem, mesmo que por meio de um reformismo revolucionário que, se levado a termo, se desdobraria em socialismo. Tal processo, no entanto, lento e gradual, garantiria o amadurecimento das classes trabalhadoras para se tornarem *dirigentes*, ao tempo que lhes permitiria consolidarem-se nas *posições* assumidas.

José Paulo Netto, em texto também datado de 1979, trouxe importantes contribuições para o debate. Segundo o autor, o abandono da perspectiva em que se insere a luta revolucionária da classe trabalhadora fez por onde desmontar os sentidos das táticas e da estratégia que deveriam apontar para o objetivo final. Ou de outro modo e, ao que parece, em clara resposta a Coutinho: a democracia deveria ser assumida objetivamente como meio de luta na concretude dos embates de classe, e não como valor abstrato, como um valor em si mesmo. Alerta-nos ainda (aos partidários da estratégia das reformas e aos entusiastas da revolução como ato de força) para as idas e vindas, para os permanentes avanços e retrocessos inerentes à luta de classes, que não podem permitir, portanto, na leitura criteriosa da realidade, romantismos e apostas incondicionais:

> a prática histórica comprovou indesmentivelmente que certos estádios iniciais da socialização da política – aqueles que se caracterizam pela universalização da democracia-método – podem perfeitamente ser neutralizados, a partir de patamares verificáveis no exame de particularidades históricas, pela manutenção de estruturas econômicas excludentes, tanto como certas vias que pretendem a socialização da economia podem limitar a socialização da política. De um lado, o capitalismo tardio, com sua estrutura econômica monopólica, tem se mostrado apto para articular-se com ordenamentos democráticos bastante flexíveis, e não há motivos sólidos para supor que a sua capacidade de acomodação esteja esgotada, *desde que estes ordenamentos mantenham-se no interior de formas institucionais e testadas de representação*; de outro, o chamado *socialismo real* promoveu a supressão da propriedade privada dos meios de produção sem, com isto, instaurar um ordenamento político compatível sequer com os padrões de exercício da democracia-método. (Netto, 1990: 88, destaques do original)

A grande questão que se apresenta para essa aposta nas reformas por dentro da ordem, como alavanca para o socialismo, tem sua melhor formulação no trecho a seguir, pelo mesmo autor:

> O capitalismo, em poucas palavras, tem a capacidade de fazer uma distribuição universal de bens políticos sem colocar em risco suas relações constitutivas, suas coerções e desigualdades. Isso tem implicações de grande alcance para a compreensão da democracia e das possibilidades de sua expansão. (Netto, 1990: 23)

Se o Estado se amplia e deixa de ser monopólio de uma classe, isso não deve significar que a sua natureza de classe tenha sofrido alteração substancial. Se constitui "erro histórico e teórico", como defendeu Coutinho (2008a), associar a democracia formal ao capitalismo e qualificá-la como burguesa, pois com isso se ignoraria a luta histórica dos trabalhadores por direitos, não se pode concluir que a democracia seja fundamentalmente um poder exclusivo das classes trabalhadoras, tampouco ignorar que o funcionamento regular das instituições democráticas de Estado tem contribuído igualmente para a legitimação da ordem (Toledo, 1994). Se a dinâmica do capital, com a crescente divisão do trabalho, promove a socialização da política (Coutinho, 2008a), também não é possível esquecer que essa ponta do processo carrega na sua origem (como fato e não potencialmente) o aumento da miséria, da opressão, da escravização, da degradação e da exploração, como explicou Marx (2009), conferindo a dimensão de totalidade

necessária à compreensão da realidade que deve franquear as apostas. Segundo Quartim de Moraes, autor de uma das mais duras críticas à perspectiva do valor universal da democracia:

> No pensamento otimista de Coutinho, decididamente convencido, com Leibniz, de que vivemos no melhor dos mundos possíveis, a socialização da política acompanha a da economia, desenvolvendo gradualmente as virtualidades universais contidas nos 'regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia'. Basta 'eliminar o domínio burguês sobre o Estado' para que 'esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade trabalhadora'. (...) Infelizmente, parece-nos que o segredo de tão amplo sucesso está em que ele desarma ideologicamente a crítica à 'democracia' realmente existente. (Moraes, 2001: 40)

Décio Saes, em 1981, apresentou sua crítica por meio de uma busca às origens do debate sobre a questão democrática. Seu esforço identificou a necessidade de refutar duas velhas teses que se apresentavam de novo, requentadas, a informar o debate da esquerda no Brasil. A primeira delas correspondia às posições da corrente política dominante na Segunda Internacional, cujas expressões mais claras foram os trabalhos de Kautsky e Max Adler (*A Ditadura do Proletariado*, do primeiro, e *Democracia e Conselhos Operários* e *Democracia Social e Democracia Política*, do segundo), que na Europa inspiraram o eurocomunismo e no Brasil foram defendidas com rigor apenas por Coutinho, em seu ensaio de 1979. Essa primeira tese consistiria,

> fundamentalmente, em negar o caráter *burguês* das democracias que surgem, como consequência de revoluções políticas burguesas ou de revoluções democráticas subsequentes, nas formações sociais em processo de passagem para o capitalismo. Os autores que a sustentam separam radicalmente *instituições democráticas* e *Estado burguês*, considerando que a *democracia política* é a *forma* que, nas formações sociais capitalistas, recebe como *conteúdo* a dominação de classe burguesa (Estado). (Saes, 1994: 152-153, destaques do original)

A segunda tese é a justa oposição da primeira, posto que assevera o caráter burguês da democracia, ou seja, teria cabido à classe burguesa, no século XIX, a criação das instituições democráticas. Essa corrente teria em Trotsky a sua principal referência teórica. Em síntese, para Saes, o que alimentaria eurocomunistas e trotskistas seria a suposição de que

> a democracia burguesa, como produto histórico concreto de práticas de classe, tem de corresponder necessariamente, e de modo integral, aos objetivos, intenções ou finalidades de uma só dentre as classes sociais antagônicas. Ou seja: ou a democracia corresponde aos objetivos, intenções e finalidades do proletariado (primeira tese), ou ela corresponde aos objetivos, intenções e finalidades da burguesia (segunda tese). (Saes, 1994: 160)

Tais perspectivas opostas, ainda segundo Saes, retirariam da questão a dialética necessária à sua compreensão no registro da totalidade, uma vez que, em verdade, a democracia estaria em franca disputa, podendo tanto servir "como instrumento de reforço da dominação ideológica burguesa, como levar ao desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado" (Saes, 1994: 172). Esse caráter disputável, portanto, não significava a possibilidade de um resultado absoluto, favorável a uma ou outra classe, e não autorizava, assim, apostas no suposto caráter universal da democracia, tampouco na possibilidade de se constituir como via, por excelência, para o socialismo.

Na linha de Saes, Ronald Rocha também produziu uma importante crítica à esquerda democrática e à sua proposta central, vocalizada por Coutinho. Para o autor, membro do Diretório Nacional do PT na época da publicação do texto, o ponto central que se deveria observar dizia respeito ao deslocamento, preocupante, e à perda de espaço da categoria de revolução no debate estratégico, promovido pela questão democrática. Identificando os antecedentes internacionais da problemática, foi buscar na social-democracia alemã (mais notadamente em Bernstein e Kautsky) e no austromarxismo de Adler e Bauer a origem do debate democrático com esse viés estratégico para a transição. A principal operação teórico-política promovida por essas correntes do pensamento marxista teria sido a recusa das marcas de classe burguesas da democracia, permitindo a sua positivação e elevação a valor universal e, consequentemente, a "conduto privilegiado, fim manifesto e núcleo conceitual da política marxista" (Rocha, 1990). O autor também identificou nessa inflexão antecedentes nacionais, mas destacou especialmente a nefasta associação direta, que se tornara habitual, entre o fracasso das experiências socialistas e os processos revolucionários que lhes deram origem, a partir do que identificou como um idealismo moral dos críticos marxistas. Completa Rocha:

> Salta aos olhos o tratamento exclusivamente abstrato que vem sendo conferido à questão democrática: a democracia como valor universal. Divinizada como absoluta, como 'absoluta mediação', isola-se no alto de sua torre de marfim, sem o pecado original do concreto. (...) A democracia deve ser

> vista como totalidade. (...) Reduzir a democracia ao momento universal, transformá-la em universalidade abstrata, sem particularidade de classe, é uma postura que potencializa ilusões. (...) A democracia é vista como o terreno incolor das disputas políticas 'civilizadas' e o Estado como uma correlação de forças. Se tal concepção chega ao paroxismo, a democracia burguesa assume um valor supraclassista, como se fosse o *habitat* da igualdade política. (Rocha, 1990)

Como último aspecto a ser destacado, acrescentaríamos que o respeito à ordem estabelecida terminaria por desconsiderar, como nos mostrou Poulantzas no capítulo anterior, o tanto de violência que se esconde sob as letras de fôrma das constituições modernas. O debate sobre a legitimidade das regras do jogo, que traz a reboque a questão do pluralismo, chega então com toda a força. A constatação objetiva das condições específicas da luta em cada época e contexto exige a adequação da estratégia e das táticas, mas não elimina o direito histórico de supressão da ordem, democrática ou não. Seja para aqueles que apostaram na radicalização democrática como tensionamento para a ruptura da ordem, como Coutinho, seja sobretudo para os que abandonaram, no discurso e na prática, a perspectiva de construção do socialismo, como foi o caso de parte da esquerda democrática, a democracia não pode então ser afirmada, a despeito da ordem, como possibilidade de superação justamente das travas que a reduzem ao seu caráter procedimental.

Como bem notou Braz (2012: 278), "os *usos e abusos* feitos do ensaio de 1979 acabaram contribuindo para que se estruturasse ao longo dos anos 1980 e 1990 uma espécie de 'pensamento único de esquerda'" (destaque do original). Uma das sínteses desse pensamento único, com todo o seu conteúdo fetichizante da democracia, foi expressa por Francisco Weffort em *Por que Democracia?*: "O programa de uma democracia moderna no Brasil é o de uma verdadeira revolução" (Weffort, 1984: 130).[9] Muito mais tarde, como um risco em potência desdobrado em realidade, na esteira desse recuo estratégico travestido de retórica revolucionária que já se esboçava no momento de formulação da EDP, Coutinho manifestava o seu repúdio, que anteciparemos:

[9] Toledo reforça o que já expusemos: "O ensaio de Carlos Nelson Coutinho (...) estaria na origem das postulações da esquerda 'moderna' no Brasil" (Toledo, 1994: 28). Posteriormente, *Por que Democracia?*, de Weffort, contribuiu igualmente para a difusão das teses mais representativas desse setor.

> Hoje [em 2002], dado o tipo de combate ideológico que estamos travando, é necessário sublinhar que *sem socialismo não há plena democracia*. É preciso combater não só aqueles que negam a democracia no socialismo, mas também aqueles que, em nome da democracia, abandonam o socialismo – infelizmente uma tendência hoje muito presente no interior do PT. (*apud* Braz, 2012: 274, destaque do original)

Tinha razão Coutinho quando afirmou a urgência, para a esquerda, da definição do que efetivamente compreendia por democracia e, particularmente, "em que sentido se pode[ria] falar hoje que a democracia tem valor universal" (Coutinho, 2008a: 153). O debate se mantém em aberto.

A Estratégia Democrático-Popular: socialismo e democracia

Para o percurso final deste capítulo, digamos em linhas gerais no que consistiu, na sua origem, a EDP. Seus formuladores partem de duas premissas presentes, de maneiras variadas, em Caio Prado, Florestan e Coutinho: a revolução burguesa já foi realizada no Brasil e o socialismo está fora de cogitação num tempo próximo – embora se constitua no horizonte estratégico da luta. Daí resultam algumas assertivas e posições: a aliança estratégica com a burguesia está descartada, seja porque a revolução burguesa no Brasil já se realizou, seja porque não existe uma burguesia nacional empenhada na luta contra o imperialismo e o latifúndio – é por isso, inclusive, que a estratégia não se diz *nacional e sim popular*; a luta não se cumprirá em etapas: as tarefas democrático-populares já constituem parte do movimento, embora gradual, em direção ao socialismo; por fim, o Estado assume o centro da estratégia, como elemento que, embora reconhecidamente de classe, pode acelerar o processo de *acúmulo de forças* no sentido do socialismo.

Não constitui novidade a efervescência da conjuntura da qual resulta o PT. Em meio ao processo de abertura política, ainda que pelo alto, uma forte mobilização dos trabalhadores pôs sob tensão o retorno lento, gradual e seguro desejado pelas classes dominantes, em meio aos reflexos da crise do capital nos anos 1970, com os choques do petróleo, na antessala do período que, na melancólica sequência do *milagre econômico*, ficaria conhecido como a *década perdida*. Se a sua base veio do (novo) movimento sindical paulista, terminou por amalgamar um conjunto variado de frações da classe trabalhadora, de diversos segmentos, entre os quais partidos clandestinos já constituídos e com

uma organicidade própria, em torno de um projeto em permanente tensão e disputa (Coelho, E. 2012; Iasi, 2006; Martinez, 2007). Tal registro não é protocolar, mas o que nos habilita a eleger as formulações desse partido, dos anos 1980 para cá, como a expressão da síntese de uma estratégia de luta das classes trabalhadoras.

O processo de esvaimento da radicalidade do projeto de classe e do próprio partido na condução desse projeto não pode ser debitado apenas à máquina partidária e a seus dirigentes. A classe também recuou. No entanto, o partido não é o seu mero reflexo, para o bem ou para o mal. Ele tem papel importante – e esse é o seu sentido revolucionário de existência, quando é criado com tal propósito (como fora o PT), quando não se trata apenas de dançar conforme a música.

Desde os momentos iniciais de sua constituição, foi patente a afirmação de um caráter classista, independente, anticapitalista e socialista como marca desse novo partido que surgia. Expressava o desejo da classe trabalhadora de se vocalizar em seu próprio nome, negando a conciliação de classes e assumindo a compreensão do seu papel, na clareza do sentido da luta, que não poderia redundar senão em manutenção da exploração e da opressão ou em sua própria superação – pela superação, em última análise, do sistema do capital. Se era verdade que o socialismo expresso funcionou quase sempre como um desdobramento lógico das características e dos papéis autoatribuídos, sua marca mais presente ao longo de toda a trajetória foi a qualificação desse mesmo socialismo como *democrático*, numa clara e declarada tentativa de se distinguir, também, das experiências do socialismo real. Não é pouco significativo que todos esses elementos já estivessem presentes na "Carta de princípios", de 1979, assinada por uma comissão provisória encarregada da criação formal do partido – o que se efetivaria no ano seguinte. Lê-se, portanto: "o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes [exploradoras] (...). Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática (...). Pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo" (PT, 1979: 5-6).

Outros elementos importantes, que mais tarde vieram a compor a formulação completa da EDP, também se faziam presentes nesse momento inicial. A intenção declarada foi construir um partido de massas, capaz de organizá-las. Para tanto, propôs-se um movimento duplo que, a um só tempo, desse conta de desenvolver o trabalho de base indispensável junto às massas e disputar o plano institucional. Como em tantas outras

questões táticas e estratégicas, essa também não foi consensual no partido em formação (Coelho, E., 2012), mas vingou um termo de equilíbrio entre as duas dimensões – que mais tarde seria um dos melhores termômetros das profundas alterações de rota que o partido sofreria:

> O PT afirma o seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Nesse sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. (PT, 1980: 2)

A subordinação da via institucional ao trabalho de base não se incompatibilizou, no entanto, com o objetivo maior da conquista do Estado como "ponto estratégico fundamental" (Iasi, 2006: 359) de seu programa democrático-popular: "o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores", finaliza o documento (PT, 1980: 3). O crescimento exponencial do partido, que em menos de dez anos de existência se pôs a disputar a presidência da República, pode explicar em parte por que a balança terminou pendendo com muito maior força para o lado dos que defendiam a sua institucionalização crescente. Não à toa, o aspecto institucional teve peso determinante na estratégia da classe vocalizada pelo partido, como veremos adiante.

Na sequência desses movimentos iniciais, o partido precisou conviver com a falta de estrutura para administrar o crescimento acelerado de sua máquina, em escala nacional, bem como gerir politicamente as centenas de mandatos de vereadores e deputados, e ainda as administrações de prefeituras que crescentemente começava a conquistar. Questões dessa natureza e, como não poderia faltar, relativas à construção da estratégia de luta da classe trabalhadora povoaram os quatro primeiros encontros nacionais que o partido realizou. Em síntese, passemos às suas caracterizações.

Em 1981 realizou-se o 1º Encontro Nacional do partido após a fundação. Com caráter de convenção, foram aprovados um estatuto e um programa, bem como se elegeu o primeiro diretório nacional. Em linhas gerais, além das questões organizativas iniciais, retomou-se o processo de construção identitária do partido. Nesse aspecto, como os discursos de Lula, analisados por Iasi (2006), já demonstravam, repetiu-se o movimento de negação das tradições indesejadas, afirmando-se primeiro o que o partido não era ou não pretendia ser. Se "o mundo caminha para o socialismo", como afirmou o próprio Lula na abertura dos trabalhos, não se tratava certamente de qualquer socialismo.

Num movimento duplo, rechaçava-se, para um lado, a social-democracia e, para outro, o socialismo real. No meio do caminho se tentava erguer o socialismo petista ou socialismo democrático – expressões que acompanhariam a trajetória do partido e que faziam sua estreia naquele momento.

No ano seguinte, em face das eleições gerais que se avizinhavam, realizou-se o 2º Encontro Nacional. O documento resultante do evento apresentou, pela primeira vez, uma análise de conjuntura mais consistente (Iasi, 2006). A questão do socialismo reapareceu, no mesmo tom, como rechaço ao perfil do partido de vanguarda de extração bolchevique e como condição para o alcance de outro patamar civilizatório, no qual estaria superada a sociedade de classes. A construção do seu teor demandaria tempo: "será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia a dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos" (PT, 1982: 8). O partido se posicionou ainda em defesa do poder popular, com maior participação dos trabalhadores na política e na gestão dos serviços públicos, bem como sobre as questões gerais mais candentes acerca daquela conjuntura específica: pelo fim da ditadura, pela reforma agrária, pelo combate à fome, direito à educação, à cultura e à habitação, contra a discriminação racial, étnica e sexual, e também a favor de uma saúde pública e gratuita.

No final do processo eleitoral, abertas as urnas, o PT elegeu 117 vereadores em todo o território nacional, 12 deputados estaduais e oito federais. Levando-se em conta a falta de traquejo do jovem partido na disputa de pleitos eleitorais, e ainda a sua parca estrutura, houve méritos na conquista (Reis, D. A., 2007). Esse desempenho repercutiu sobre o encontro nacional seguinte, realizado em 1984. Questões relativas à estruturação e organização do partido, ainda débeis, visando ao melhor aproveitamento do potencial oposicionista conquistado, deram a tônica do 3º Encontro. O conflito que repousava, em potência, desde a "Carta de princípios", reapareceu em face dos ganhos político-eleitorais de 1982. Se o documento final não expressou as manifestações dos lados opostos desse conflito, conhecidas de todos, o tom ora defensivo, ora afirmativo do papel institucional que um partido também deveria ter deu mostras do clima do debate político interno: "a luta por eleições livres e diretas significa, para nós, apenas o começo do futuro democrático e socialista que desejamos para o Brasil (...) a democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições" (PT, 1984: 9).

A defesa da luta institucional se fez ainda por meio de um elemento cuja presença se inaugurou nesse encontro e que também teria vida longa (e controversa) na trajetória do partido: o acúmulo de forças (Iasi, 2006) – elemento de síntese de posicionamentos múltiplos. Se o socialismo petista era afirmado como o avesso da sua versão burocrática, soviética, isso significava o repúdio à ação de vanguarda, como já dissemos, vulgarmente compreendida como a direção da luta destituída de base social, que *toma o poder* em nome dos trabalhadores, mas a despeito deles. A sequência lógica seria a negação também da via insurrecional, célebre para a esquerda democrática da qual o PT é fruto. No entanto, façamos justiça, o partido nunca chegou a desabonar explicitamente a via insurrecional, a ruptura, embora tenha marcado posição a todo momento pela negação, pela defesa do que não fazer. Nesse sentido, o acúmulo de forças indicava que a revolução é processo e não *dia D* pelo qual se deva esperar, que o caminho é longo, gradual e cumulativo, e ainda que é legítimo e necessário investir na luta institucional sob as regras do jogo da burguesia. Não resta dúvida da honestidade dessas teses, mas não se pode negar também que essa fórmula ajudou a resolver em parte a tensão originária do partido, silenciar os críticos da institucionalização e, como um desdobramento que não era inevitável, mas possível, distanciar o debate estratégico e revolucionário do cotidiano da luta, como de fato aconteceu (Iasi, 2006).

O 4º Encontro Nacional, em 1986, como aponta Iasi (2006: 395), foi o primeiro "em que o partido se debruça sobre uma caracterização da formação social brasileira", e que servirá de base à consolidação da formulação estratégica apresentada no ano seguinte. De início, o capitalismo brasileiro é qualificado como portador de alto nível de desenvolvimento, embora de forma subordinada e dependente. Em consequência, uma poderosa classe burguesa, embora desigual regionalmente, havia se constituído, mostrando-se coesa em momentos críticos de ameaça à sua hegemonia ao longo da história do Brasil, ainda que convivesse com a existência de dissensos intraclasse (PT, 1986). Não será demais notar que, mesmo ocultos, Caio Prado e Florestan, mais do que Coutinho, se fizeram presentes em tal caracterização. Tanto para um quanto para outro, o capitalismo brasileiro era claramente de extração *dependente* e não havia contradição estrutural interna à própria classe burguesa, em âmbito nacional ou internacional, que pudesse justificar a aliança de classe defendida pela EDN. É verdade também que a compreensão da força dessa burguesia no Brasil se deveu mais a Florestan do que a Caio Prado, mas vale reter que já aqui está apresentado um dos elementos centrais da EDP: não cabe aliança

estratégica com a burguesia (o que Coutinho também defendeu, embora não tenha partido de um diagnóstico idêntico ao de Caio Prado e Florestan).

O Estado brasileiro, não coincidentemente, veio logo a seguir na análise dos petistas. Apresentado como "moderno, poderoso, aparelhado material e culturalmente", seu caráter de classe foi nitidamente destacado: "o Estado brasileiro é um instrumento da classe burguesa que não pode ser ignorado nem minimizado" (PT, 1986: 4). O caráter autoritário desse Estado a serviço da burguesia também não passaria despercebido à compreensão do partido. Embora não exatamente, fica sugerida a limitação da margem de manobra das classes dominantes, que as obriga a lançar mão da repressão em muito maior medida do que do consenso para lidar com as "contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade" (PT, 1986: 6). Aqui a dívida é maior com Florestan, que observou, registrou e criticou a implantação e consolidação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, em pleno regime militar, bem como explicitou o caráter classista desse Estado, sem titubeios. Florestan e Caio Prado, guardam nesse aspecto ainda uma divergência essencial. Para este último a condição dependente do capitalismo brasileiro poderia ser superada pelas mãos do Estado sob a direção da classe trabalhadora (tese da qual Coutinho se aproxima), com base em um modelo de desenvolvimento de caráter nacional, não selvagem. Entretanto, para o primeiro não havia alternativa dentro da ordem burguesa, uma vez que a mesma limitação dependente do capitalismo brasileiro, já que estrutural, só poderia ser superada pela superação da própria ordem que a engendrava e sustinha.

Uma das passagens mais importantes ainda do documento final do 4º Encontro, pelo que sintetizou em termos táticos e estratégicos, dá conta das tarefas e possibilidades daquela conjuntura:

> é possível afirmar que o estágio do desenvolvimento do capitalismo, da formação das classes e do grau de luta entre as classes, no Brasil, já apresenta as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares. (PT, 1986: 6)

Não parece faltar nada para a luta pelo socialismo. Há capitalismo desenvolvido, classes plenamente formadas e um grau considerável de luta de classes, um partido que unifica as frações da classe trabalhadora e suas lutas fragmentárias, uma dominação burguesa instável, pressionada em boa medida

pela força organizada dos trabalhadores, que tensionam a sua transição pelo alto. No entanto, falta. As condições estariam dadas para se estabelecerem as condições da luta maior pelo socialismo, por meio do acúmulo de forças (ou dito de outra forma, já um tanto íntima de nossa abordagem, as condições estariam dadas para o alcance de uma transição que pudesse proporcionar a transição socialista). A ideia do acúmulo de forças, se foi a um só tempo coerente, porque factível, e importante para manter a unidade do partido, só fez sentido (e continuaria fazendo, como expressão da luta política interna às próprias classes galvanizadas pelo PT) pelo seu significado de latência, de movimento incessante, de acúmulo permanente.

Essa formulação, porém, estabelece um marco zero e, por tabela, um momento de não acúmulo, de não luta, antes do qual não teria lugar nem bem a sua face gradual (ampliação do espaço democrático), nem bem a face vanguardista (ruptura e tomada violenta do Estado). A caricatura, embora pareça se referir ao passado da luta, a um divisor de águas entre o que teria vindo antes e o que se anunciava, serve para ilustrar, naquele presente, o certo desencaixe entre o concebido em teoria, em leitura do real, e o projetado em termos práticos. Iasi, submetendo à crítica outras partes importantes desse mesmo documento, que tratam de uma futura sociedade socialista e os argumentos para a suposta impossibilidade imediata de abolição da propriedade privada e de supressão do mercado, vai ao ponto: "Estamos diante do primeiro elemento que formará um dos exemplos mais nítidos de algo que o novo partido queria superar, mas que acabou por reproduzir: a teoria da etapa nacional e democrática no rumo de uma revolução socialista" (Iasi, 2006: 411).

Não é pouco significativo, no entanto, que nas formulações produzidas um ano mais tarde, em 1987, por ocasião do 5º Encontro Nacional, onde serão apresentadas as linhas mestras da EDP, afirme-se claramente:

> o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares (...) só poderá se viabilizar com uma ruptura revolucionária. (...) Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular. (PT, 1987: 17)

Marquemos, detalhadamente, as diferenças entre uma estratégia e outra.

Para o PT, o erro capital do PCB fora a importação de um modelo de revolução socialista para o Brasil, que impunha a necessidade de uma etapa democrático-burguesa para que se pudessem alcançar as condições, o terreno da luta pelo socialismo, mesmo que por aqui não houvesse um conjunto de forças do Antigo Regime para debelar. Assim como Caio Prado e Florestan, a leitura que fez o PT da formação social brasileira identificou uma revolução burguesa já plenamente realizada, um Estado forte para garantir as condições de dominação de uma burguesia dependente e a ausência de qualquer contradição estrutural entre a burguesia brasileira e o imperialismo. Tudo isso, como apontara Florestan, dissociado das conquistas democráticas características das revoluções de tipo clássico. Para o jovem partido, portanto, o processo revolucionário burguês esgotara-se. Chegara o momento da revolução socialista, embora isso não pudesse ser confundido – e a ressalva era correta – com a existência de condições objetivas de uma *situação revolucionária*. Tratava-se, em suma, de promover a luta revolucionária já, antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiária (como também endossara Coutinho), garantindo a independência de classe e ocupando os espaços institucionais conjugados à luta de base (poder popular), organizativa e conscientizadora das classes trabalhadoras da cidade e do campo.

Nessa conjuntura de luta contra a ditadura e contra os seus "entulhos autoritários", ao longo de toda a década de 1980, e ainda sob o impacto do desmanche do bloco socialista – que culminaria com a Queda do Muro de Berlim e com a dissolução da União Soviética, respectivamente em 1989 e 1992 –, a questão democrática confirmou o seu peso decisivo na formulação da nova estratégia para as classes trabalhadoras. Tratava-se de realizar o que Florestan chamou de "tarefas em atraso" deixadas pela burguesia, que Coutinho identificara como herança do "veneno prussiano" e que Caio Prado apontara como incontornáveis. Este parece ser o mote da EDP. É válido que percorramos, panoramicamente, o programa constante do documento final do 5º Encontro Nacional, a ser realizado por um eventual governo petista da República: retorno das eleições diretas, revogação da Lei de Segurança Nacional, fim da censura, liberdade de associação, autonomia sindical e direito de greve, rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e não pagamento da dívida externa, controle de remessa de lucros, reforma tributária e taxação das grandes fortunas, ensino público e gratuito em todos os níveis, criação de um sistema único de saúde (estatal, público e gratuito), estatização

dos serviços de transportes coletivos, da indústria do cimento (para programa habitacional) e do sistema financeiro, reforma agrária, reforma urbana, congelamento de preços de artigos da cesta básica, elevação dos salários, direitos de os trabalhadores se organizarem em comissões de empresas etc. (PT, 1987). Permitimo-nos uma síntese: democratização radical do Estado, um programa expressivo de políticas sociais e crescimento econômico associado à constituição de um mercado de consumo de massas – conforme indicara Caio Prado.

Mas o documento faz duas ressalvas importantes, que não nos podem escapar. Na luta pelo socialismo, seria necessário desdobrar a estratégia em dois momentos: a tomada do poder político e a construção da sociedade socialista. Diferenciar-se-iam ainda as atividades destinadas à conscientização dos trabalhadores sobre a importância da conquista do poder das que objetivam a conquista imediata do próprio poder. Assim,

> Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado (...). Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço. (PT, 1987: 8-9)

Eis a já referida tática do acúmulo de forças. Note-se que aqui tomada do poder não equivale à via insurrecional, mas sim à chegada ao poder de governo. Chegada essa que, coordenada à construção silenciosa e constante do poder popular, funcionaria como a construção mesma, ainda dentro da ordem burguesa, de formas embrionárias de um socialismo democrático, como propugnara Coutinho em 1979. Na medida em que, assim como a indefinição do socialismo petista, não há clareza sobre o *como* e o *quando* da ruptura, o desdobramento esperado parece ser apenas um: a dominação burguesa, de tão bombardeada pelo poder popular, em dado momento cairia de joelhos. Para a ruptura talvez sobrasse apenas o desfecho final, a confirmação da vitória.

Como correlato obrigatório do acúmulo de forças, reafirmou-se que o momento conjuntural não permitia "a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo" (PT, 1987: 5), sem maiores diferenciações entre os sentidos de um e outro processo. Parece razoável compreender, no entanto, que se estivesse negando a possibilidade imediata de uma ruptura violenta e também de um movimento contrário às leis de mercado e à propriedade

privada, que pudesse mesmo ser iniciado a partir da chegada do partido ao poder central. A alternativa sobrante só poderia ser a luta indireta pelo socialismo, dentro da ordem, com os instrumentos da ordem e sem negá-la frontalmente. Resta saber do que podemos chamar uma luta anterior à luta direta pelo socialismo, e que prepara as condições para o momento seguinte, se não de *etapa.*

A despeito das indefinições, no entanto, o centro da estratégia, não há dúvida, era o Estado. A via, democrática. A tática consistiria em ocupar os espaços institucionais e promover a luta na base, a um só tempo. Essa dupla articulação, a ser operada pelo partido, seria a estratégia que orientaria a conquista do socialismo. Eis os elementos da "teoria da pinça", formulada pela corrente interna Democracia Socialista (DS) e que ficou gravada como a imagem da EDP: "nosso movimento de longo prazo consiste no estabelecimento de um cerco à dominação burguesa sob a forma de uma pinça, onde a luta institucional e a pressão de massa representam os dois braços do instrumento" (Vannuchi, 1990). Em outra definição ainda mais precisa:

> a hipótese estratégica central deve basear-se na noção de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro do poder burguês – isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular. (Guimarães, J. R., 1990)

Antes da luta pelo socialismo, portanto, havia tarefas em atraso deixadas para trás por uma burguesia que fora e continuava sendo incapaz de realizá-las. Dessa constatação, resulta o princípio da não aliança estratégica com as forças do capital nacional, mas sim de aproximações táticas com a pequena burguesia. Saía o aliado de antes (a dita burguesia nacional), da estratégia que se pôs sob crítica, mas mantinha-se o programa a cumprir e também o etapismo da luta. Vale notar, porém, que embora o partido tenha adotado a formulação de Florestan referente ao papel não exercido pela burguesia no Brasil, este autor projetava o cumprimento das tarefas em questão não como um movimento imediatamente anterior à luta pelo socialismo, mas como parte mesmo dessa luta fundamental. Para o sociólogo paulista, o caráter autocrático da burguesia e sua marca dependente estrutural fariam com que se abrisse a possibilidade da luta revolucionária tão logo a classe trabalhadora tomasse para si as bandeiras das tarefas em atraso, em face da dura reação que resultaria por obra

da incapacidade de absorção das demandas por parte da autocracia burguesa. Não estava na conta para Florestan, portanto, a realização das tarefas em atraso como momento anterior e condicionante da luta pelo socialismo, ainda dentro da ordem burguesa. Repetimos: a ordem burguesa dependente, para o sociólogo paulista, não poderia ser superada senão pela sua extinção completa.

Realizar as tarefas em atraso, portanto, exigiria não só a conquista da máquina do Estado, mas também a "sua radical transformação revolucionária", o que poderia ser alcançado apenas como resultado de uma "nova hegemonia social" (Vannuchi, 1990), como produto de uma nova correlação de forças. Tal perspectiva, claramente inspirada na corrente eurocomunista, não sairia ilesa do debate interno do partido. Além de Carlos Vainer e Vladimir Palmeira (1989) e das críticas dos próprios entusiastas da estratégia – uma das quais veremos à frente –, podemos citar a intervenção de Augusto de Franco, membro da Executiva Nacional e da Comissão de Política do Diretório Nacional do PT em 1990. Passando em revista o 7º Encontro, ocorrido naquele ano e no qual se apresentou ao partido a teoria da pinça, Franco acusaria a DS de cair no que seriam os velhos vícios do leninismo. Sua interpretação apontava para um erro de concepção que faria do partido o demiurgo a operar, de fora, a articulação entre os braços da pinça, com base em uma estratégia fragmentada que, no lugar de articular, promoveria um conjunto de tarefas a cumprir, por meio de rupturas estanques e não articuladas. Ressaltava ainda que a conquista da sociedade civil era indispensável para o sucesso de qualquer estratégia de ruptura socialista. Criticava, portanto, o peso excessivo atribuído ao aparelho de Estado na estratégia, tocando num ponto central para a esquerda democrática: "a tomada do aparelho de Estado (no sentido restrito do conceito) não é suficiente para assegurar a realização de transformações socialistas" (Franco, 1990).

Juarez Guimarães, também ligado ao partido, declarou sem meias palavras no mesmo ano:

> nosso movimento político está *tensionado* para o desvio estratégico de direita – reformista ou socialdemocrata (...). Utilizando a imagem da 'pinça', é como se ela estivesse desequilibrada: o seu braço esquerdo (a construção do movimento socialista de massas) está deprimido e subordinado ao seu braço direito (a ocupação de posições na institucionalidade). E precisaríamos ter exatamente o inverso. (Guimarães, J. R., 1990, destaque do original)

Exatamente um ano antes, em 1989, quando as possibilidades de vitória da candidatura Lula eram reais e concretas, Vainer e Palmeira, já referidos aqui por nós, puseram a nu os vícios, os riscos já perceptíveis e a necessidade de compreensão, pelo partido, do papel revolucionário que o engendrou e do qual não poderia se esvair:

> Preparar-se para a possibilidade da crise revolucionária significa elaborar uma estratégia política e uma estratégia de governo que contemplem essa possibilidade, discutir essa possibilidade e a estratégia no interior do partido (dos núcleos até a direção), definir uma política de massas que ultrapasse os limites do governo. Essa estratégia, claro, deve contemplar, igualmente, a possibilidade (que hoje nos parece mais provável) de que a crise atual, mesmo com uma vitória de Lula, não venha desembocar numa crise revolucionária. O PT, por seu passado, sua disposição de luta e a dinâmica social e política que expressa, não pode apenas assistir e esperar a afirmação dessa possibilidade, não pode pensar o processo eleitoral exclusivamente no âmbito dessa possibilidade. Se o fizer, estará, na verdade, tornando o que é possível, o que é provável, inevitável. Estará, assim, se transformando num partido que retirou a revolução de seu universo político-ideológico (sejam quais forem os discursos), num partido cuja prática se transformou em mais um meio e instrumento de homologação da dominação e opressão burguesa. Um partido que abandonou a luta pelo socialismo antes de travar as grandes batalhas. (Vainer & Palmeira, 1989)

Não coincidentemente, esses autores anunciaram o processo de inflexão moderada do partido, que para Iasi começara a se dar exatamente a partir de fins da década de 1980 e se confirmaria no 7º Encontro (1990), quando "o contraponto ao capitalismo é cada vez mais a 'democracia' e não o socialismo" (Iasi, 2006: 455). A fórmula kautskyana e eurocomunista, endossada por Coutinho, de que se levada ao limite a democracia seria incompatível com o capitalismo, assumiu o posto de bordão máximo do partido. Assumir-se como *democrático* passava a equivaler a assumir-se como socialista. Eis a nervura por meio da qual o partido, doravante, sustentaria a sua cada vez mais crescente institucionalização, manteria de pé a tática do acúmulo de forças (mesmo que ameaçado o objetivo final) e tentaria se livrar de um passado incômodo, expresso pelo socialismo real. "Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia", consta em uma das resoluções resultantes do I Congresso do partido, em 1991 (PT, 1991: 18).

Os encontros e congressos seguintes, *grosso modo*, ainda que com especificidades aqui e ali, fizeram por onde reforçar essa perspectiva. Termos como *revolução democrática* e *democracia radical* se tornariam corriqueiros nas manifestações do partido. Do mesmo modo, e de maneira correlata, ampliação da participação cidadã, controle democrático do Estado pela sociedade, democratização do poder, ampliação da cidadania e construção de um mercado de consumo de massas tornar-se-iam as expressões práticas do que estrategicamente havia deixado de ser a superação da sociedade capitalista.

Passados mais de 25 anos da formulação inicial dessa estratégia, é forçoso reconhecer que as tarefas em atraso permaneceram e a democracia socialista mal foi tentada, mas o objetivo tático central foi atingido: o partido assumiu o governo central da República. Tal ascenso não se articulou, no entanto, com a construção do poder popular, tampouco o partido operou a pinça no sentido revolucionário que propôs. O socialismo petista e a revolução democrática redundaram na captura pelo inimigo de classe, que logrou circunscrever a potência das lutas dos anos 1970 e 1980 a um elogio democrático vazio de conteúdo e prenhe de mistificação. Há no tempo presente, incontornavelmente, uma constatação e uma pergunta candentes que não podem ser escamoteadas. Aquela, obrigatória, diz respeito ao acúmulo de forças; esta nos exige que perguntemos o que fizemos com elas, ou o quão distante nos conduziram das grandes batalhas.

LICA NÃO TEM DONO
FALTA
VACINA
REMÉDIO
CURATIVO
22/03
SUSTENTAR
GARANTIR

À SAÚDE PÚ
SAÚDE NÃO É MERCADORIA,
SAÚDE DO B

PARTE II

REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA E DEMOCRACIA: QUAL REFORMA E QUAL DEMOCRACIA?

3.

Reforma Sanitária Brasileira: ainda em busca de uma teoria para um debate necessário

Até agora vimos não só como há uma linha de continuidade entre a social-democracia alemã e a experiência eurocomunista, mas também de que maneira a crítica do Estado e da democracia sob o registro da ordem burguesa, feita por Marx e Engels, aponta com precisão as armadilhas teóricas e práticas nas quais incorreria o movimento comunista internacional nesses dois momentos da sua história. O recuo estratégico da classe trabalhadora, circunscrevendo – na prática política efetiva – à *emancipação política* o alvo central da sua luta, esteve diretamente associado à mudança de sinal atribuída ao Estado que, de centro da dominação burguesa a ser combatido, passou a suposto instrumento da *emancipação humana*. Por si só, a adesão a essa compreensão significou a consagração da vitória parcial da burguesia sobre os trabalhadores – seja pela integração da classe ou de parte dela ao sistema (material e politicamente), seja pelo aspecto da inversão e ocultação ideológica como se a função do Estado estivesse franqueada à disputa.

Essa luta em processo tem se reproduzido muito proximamente ao feitio que descrevemos, com resultados quase sempre desfavoráveis à classe trabalhadora. Se podemos dizer, sem susto ou direito a surpresa, que estamos observando o exercício vitorioso da dominação burguesa, sobrará distinguir em que a estratégia da classe trabalhadora já tem se *antecipado*, em função e a favor do conjunto de mistificações próprias e resultantes da luta de classe também jogada pela burguesia. Ou seja, a perspectiva da *transformação* do

Estado pela *via democrática*, em face do exame da teoria que até agora realizamos, se configura numa pretensão irrealizável por meio de uma ferramenta insuficiente. Está sugerido por nós que a linha de continuidade que apontamos virá desdobrar-se na esquerda democrática, no Brasil, e no movimento sanitário. Vejamos, na sequência dos próximos capítulos, como tem se realizado, no confronto com a teoria que expusemos, a expressão política dessa agenda de luta.

Iniciemos por um alerta. "O produto esconde o processo", disse Marx no capítulo de abertura de *O Capital*. Ainda que guardados os limites para uma analogia entre o produto como mercadoria, cambiável no mercado, e o produto como resultado da luta social, a observação guarda o seu mérito essencialmente no que tem de indicação metodológica. Partamos do concreto.

O Sistema Único de Saúde (SUS), inscrito na Constituição Federal de 1988, é reconhecido, dentro e fora do Brasil, como uma importantíssima conquista, inserida no bojo da luta contra a ditadura empresarial-militar. É consenso também na literatura especializada que a força da luta dos trabalhadores retardou em alguns anos a chegada da agenda neoliberal ao país. Logo, no entanto, o capital encontraria formas e instrumentos de fazer retroceder o alcance e o impacto das vitórias parciais da redemocratização. O SUS, como uma das mais importantes, senão a principal, não poderia passar incólume à contraofensiva e tem sido um dos alvos privilegiados dos ataques privatistas que objetivam extirpar dessa política pública de grande envergadura precisamente o caráter público e universal que ela comporta.

Esse mesmo SUS é também reconhecidamente obra da moderna Reforma Sanitária Brasileira, surgida na mesma conjuntura de retomada da luta organizada dos trabalhadores nos anos 1970. Tanto é verdade que contemporaneamente tornaram-se, praticamente, assuntos conjugados. Até se fala do SUS a despeito da Reforma Sanitária, mas à Reforma Sanitária, aos seus formuladores e militantes, é incomum uma referência que não remeta à obra que o SUS representa. Tal associação direta, no entanto, também reflete, contemporaneamente, a atrofia da agenda de luta do movimento sanitário.

Vê-se com alguma clareza na atualidade um movimento duplo que expressa a problemática que acabamos de indicar: um SUS cada vez mais distante do teor emancipatório inscrito na luta política de classes que o engendrou e uma retórica da Reforma Sanitária bastante recuada nos poucos propósitos políticos que tem conseguido formular, emparedada por debates técnico-administrativos, no mais das vezes restritos ao funcionamento do

SUS (Paim, 2008b; Fleury, 2009; Cohn, 2009). Não à toa, como é de se notar, iniciamos pela apresentação de uma crise – a exigir um balanço – que, embora focada na saúde, vai muito além dela, como tentaremos mostrar.

Tal quadro, no entanto, se remetido aos pouco mais de dez anos compreendidos entre meados da década de 1970 e fins da de década de 1980, seria bastante diverso. Os movimentos sociais se reorganizavam, o campo da saúde despontava na luta pela redemocratização e um novo ciclo da esquerda brasileira parecia se iniciar, com o surgimento do novo sindicalismo, a partir das célebres greves do ABC paulista e da fundação do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Desde os anos 1970, a idealização do SUS como parte de um projeto maior de sociedade, dito "civilizatório", "socialista", nas palavras das principais lideranças do movimento sanitário, é marca de sua construção (Gallo *et al.*, 1988; Fleury, 1997; Paim, 2008b, entre outros). A agenda do campo da saúde (e não só da saúde) empunhava a bandeira da democracia como carro-chefe da luta contra a ditadura. A pujança do movimento dos trabalhadores fornecia o esteio sobre o qual os projetos e demandas setoriais tomavam corpo, produzindo uma unidade nem sempre visível e perfeitamente articulada, mas suficiente para pôr, sob alerta, as classes dirigentes – já empenhadas na superação do modelo de acumulação que se esgotava com a ditadura.

Porém, conjugada à luta contra o regime de exceção, experimentava-se, a um só tempo, a crise do socialismo real, carregado de desvios autoritários. A combinação peculiar desses elementos conjunturais produziu, em um mesmo movimento, o antídoto e o veneno. Se no plano nacional a luta democrática consumou-se como verdadeiro elã da organização das classes trabalhadoras em luta, a habilidade com que as classes burguesas, em âmbito global, conduziram a luta de classes pelo viés da condenação do atribuído totalitarismo das experiências socialistas logrou a construção de outro sentido para os fins revolucionários da esquerda. Fins esses que, na sua origem, nunca se incompatibilizaram com a democracia, ao contrário do que uma crítica antileninista deseja mostrar.

Se a compreensão média do que viria a ser ausência de democracia centrou-se, em essência, em torno da não observância das regras do jogo institucional e da não garantia das liberdades civis, o Leste Europeu e a América Latina eram terreno fértil para o apelo e a união de esforços em nome dos valores democráticos. Essa compreensão, com toda a dialética que exige a luta de classes, nos permite sugerir que o sentido político atribuído à ideia de

reforma também variou no tempo, e sentidos distintos conviveram em disputa ao longo do processo histórico que estamos abordando. O espectro é amplo, mas não é difícil notar que, de uma concepção articulada entre reforma e revolução, que caracteriza a visão marxista assumida de início tanto pelos sanitaristas quanto pela esquerda democrática – da qual o movimento sanitário é parte –, no Brasil, como manifestação própria do processo de fetichização da democracia, transitou-se para um conteúdo conteúdo puramente tático, descolado da estratégia. Dito de outra forma, uma aposta nas reformas não mais como via, como acúmulo para a busca do socialismo, mas concebidas num plano estritamente setorial, desconectadas do movimento de superação da sociedade capitalista; reformas sem revolução, portanto.

Internamente ao movimento sanitário, é verdade, havia ainda, por opção política, os que defendiam a reforma pelo viés de um caráter técnico-administrativo, puramente institucional, e não necessariamente anticapitalista e emancipatório, mas nosso debate é com a perspectiva de esquerda que vingou como marca do movimento reformista da saúde. Parece inegável que a radicalização do movimento, nos momentos em que vocalizou, setorialmente, um projeto de sociedade alternativo, acompanhou o compasso abrangente da luta da classe trabalhadora brasileira, o que torna obrigatório compreender esse amplo arco da luta se quisermos decifrar o *produto* e extrair dele o *processo*. Afirmamos que essa perspectiva não só não é casual, dado o momento de fechamento de um ciclo político-estratégico da classe trabalhadora que, ao que tudo indica, experimentamos na atualidade, como é necessária, posto que pouco comum nas análises a respeito do movimento da Reforma Sanitária, quase sempre circunscritas aos limites do próprio campo.

Um traço importante, porém, entre os modernos sanitaristas é a afirmação constante da necessidade de um balanço de suas conquistas e limites, de suas promessas não cumpridas. A avaliação dos alcances e dos obstáculos do movimento é parte de sua própria história. Desde muito cedo também a sua presumida capacidade de aglutinar os movimentos sociais e extrapolar as questões do campo da saúde é destacada. Da mesma forma, são comuns as referências às vitórias particulares do campo da saúde, via institucionalização das demandas do movimento, como os seus momentos culminantes, o que se constitui em ponto de contato, como veremos mais a fundo, com a compreensão tática do papel do Estado, tanto da Estratégia Democrático-Nacional (EDN) quanto da Estratégia Democrático-Popular (EDP). São constantes ainda as afirmações da necessidade de busca de uma teoria para interpretar a

realidade. Embora funcionalizada em face das questões mais caras ao movimento, tentaremos mostrar como essa busca pertencia também ao movimento da classe trabalhadora como um todo, tendo no campo da saúde uma de suas expressões.

De seus enfoques mais tímidos aos mais audaciosos, portanto, que revelam também as suas divisões internas, o movimento sanitário não pôde – como não deixaria de ser – ir além das próprias contingências da luta de classes que vem caracterizando a conjuntura brasileira e internacional dos anos 1970 para cá. Tal reflexão, evidentemente, não permite desconsiderar as suas especificidades e eximi-lo da crítica de suas opções e rumos assumidos, mas também não permite que essa crítica, se a quisermos por uma perspectiva da totalidade histórica, circunscreva-se à média do discurso de seus próceres e, portanto, esquematicamente, estabeleça uma lista de checagem entre o declarado e o efetivamente cumprido.

O que se quer dizer com isso é que mediante a crítica da Reforma, em boa medida já realizada pelos próprios sanitaristas, é urgente que se faça a *crítica da crítica*, uma vez que apenas esta poderá pôr sob análise o lugar a partir do qual os sanitaristas voltaram os olhos sobre si mesmos, bem como reposicionar a Reforma Sanitária na totalidade que integra. E um dos seus calcanhares de Aquiles, talvez o principal, reside precisamente na certa dificuldade de alçar a vista para além do próprio campo. Por tudo, não seria exagero afirmar que a saúde se apresenta como um microcosmo da luta mais geral dos trabalhadores, inscrita no mesmo período. Suas conquistas e percalços, suas potências e limites, suas apostas táticas, são também as da classe trabalhadora brasileira, com os ganhos, as limitações e as armadilhas que nos últimos tempos puseram-na de joelhos. Esse raciocínio nos exige uma avaliação dos rumos assumidos até aqui, pois não se trata de requentar as mesmas formulações já testadas, sob o risco de que, como disse Gramsci (2007) sobre a situação de crise da classe dominante, "mesmo com o velho morto o novo não possa nascer".

Para tanto, não pretendemos recontar, em detalhes, uma vez mais, a história do movimento sanitário, desde as experiências do Movimento Popular em Saúde (Mops) ou dos debates travados nos departamentos de Medicina Preventiva (DMPs), passando pela organização dos trabalhadores da saúde – elementos que amalgamados produziram o movimento sanitário. Muitos já o fizeram. Faremos, isto sim, um brevíssimo apanhado e nos ocuparemos, de fato, dos temas/momentos-chave de inflexão política do movimento.

O SUS como ponto de chegada?

A década de 1970 constitui-se em marco de profundas alterações nos quadros sanitário e epidemiológico no Brasil. Em face de um intenso processo de industrialização e urbanização, observou-se, na área da saúde, a priorização da assistência médica individual, sob a esfera de influência da estrutura previdenciária do país, em detrimento da atenção à saúde coletiva. Tal quadro se explica por um movimento duplo e combinado: a manutenção, em condições mínimas, da reprodução da força de trabalho necessária às exigências da reprodução do capital e a transferência de vultosos recursos públicos ao capital privado do setor, levando, em consequência, a uma importante redução da participação direta do Estado no atendimento à população.

Foi nesse contexto que o movimento sanitário se articulou, nos termos em que atesta Sonia Fleury Teixeira:[10]

> [o movimento sanitário] opera uma leitura socializante da problemática evidenciada pela crise da medicina mercantilizada, bem como da sua ineficiência, enquanto possibilidade de organização de um sistema de saúde capaz de responder às demandas prevalentes, organizado de forma democrática em sua gestão e administrado com base na racionalidade do planejamento. (Fleury Teixeira, 1987: 95)

Assim, paulatinamente, uma série de iniciativas destinadas a repensar a estrutura de atenção à saúde no país foi sendo posta em prática, como: 1) a crítica ao modelo preventivista de saúde, no interior dos DMPs das faculdades de medicina, que primava por uma concepção de saúde centrada nos males do indivíduo isolado e não reconhecia as determinações sociais que interferem na produção da saúde e da doença (Arouca, 2003); 2) a pressão sobre o Executivo federal pela retomada da realização das Conferências Nacionais de Saúde – que expressa também uma pressão generalizada por maior participação social nas definições das políticas públicas – como importante canal de debate e difusão da crítica ao estado da saúde brasileira; 3) a constituição de núcleos de estudos em saúde coletiva em diversas universidades brasileiras; 4) a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), em 1976, e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em 1979, que buscavam articular teoria e prática política (Paim, 2009).

[10] Ao longo da exposição, será comum a referência formal a essa autora variar, posto que se assina constantemente como Sonia Fleury e também Sonia Fleury Teixeira. Para efeitos de padronização, nos referiremos à autora como Fleury ou Fleury Teixeira, inclusive nas Referências, a depender de cada caso.

Outra alternativa buscada pelo movimento sanitário foi o estreitamento da relação com o Congresso Nacional, em face da repercussão que o debate na saúde começava a alcançar. Pela leitura política dos sanitaristas, tal encaminhamento ia ao encontro da intenção do Parlamento de retomar sua interface com a sociedade, em meio ao processo de redemocratização em curso. Não coincidentemente, é também de 1979 o primeiro simpósio de saúde convocado pelas comissões de Saúde da Câmara e do Senado (Teixeira, 1987). Arouca sintetizou a tática do movimento:

> A questão da democratização da saúde passa pela política, a política passa por uma luta parlamentar, o Cebes detém o conhecimento técnico na área da saúde, então, ele pode se transformar num elemento de assessoria nas instituições da sociedade civil que estão levando a luta pela democratização. (*apud* Escorel, 1999: 86)

Com a iminência do fim do regime e a convocação próxima de uma Constituinte, os sanitaristas passaram a investir na ocupação de espaços na aparelhagem governamental, considerados estratégicos para a consecução da agenda setorial da saúde, uma vez que a análise de conjuntura que faziam indicava a factibilidade dessa tática (Teixeira, 1987).[11] Em paralelo, considerou-se fundamental a busca de um consenso que facilitasse a aprovação de suas propostas. A organização, por todo o país, de diversos fóruns de debate sobre as questões do setor, reunindo intelectuais, profissionais da saúde e militantes de movimentos sociais, foi outra das táticas então adotadas. A intenção declarada era ampliar ao máximo o arco de alianças e a interlocução com variados setores da sociedade, a despeito de suas filiações ideopolíticas e partidárias, de modo a viabilizar as transformações pretendidas.

Parte significativa dessa mobilização popular manifestou-se na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), que se constituiu como marco aglutinador de todo o movimento político da área àquela altura. Dos debates, resultou o projeto da Reforma Sanitária, que defendeu a criação de um sistema único de saúde, público e universal, mais tarde incorporado ao texto constitucional de 1988. Dessa conferência, originaram-se ainda propostas como a de garantir a gestão democrática e participativa dos cidadãos (controle social) sobre a produção e execução de políticas

[11] Nesse período, ascenderam Hésio Cordeiro à presidência do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps); Sergio Arouca à presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Eleutério Rodriguez Neto à Secretaria Geral do Ministério da Saúde; e José Saraiva Felipe à Secretaria de Serviços Médicos do Ministério da Previdência e Assistência Social (Paim, 2008b).

públicas para o setor. O chamado *conceito ampliado de saúde* aí se consagraria: "Não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem-estar social, é o direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e, até a informação sobre como se pode dominar este mundo e transformá-lo" (Brasil, 1987: 36).

Marco importante do período foi o documento "Pelo direito universal à saúde" (Abrasco, 1985), que se tornou célebre e teve importância capital no desenvolvimento dos debates em razão das propostas apresentadas e da representatividade alcançada (Paim, 2008b). Produzido pela Abrasco a partir do temário da 8ª CNS, forneceu elementos para o debate partindo de três eixos estruturantes (saúde como direito de cidadania e como dever do Estado; reorganização do sistema de saúde; e aspectos do financiamento do sistema de saúde). Em síntese, sistematizou os pilares básicos sobre os quais se assentou a agenda do movimento sanitário, consagrados na conferência do ano seguinte e, mais tarde, expressos no texto constitucional.

Para a confecção do documento, cada eixo específico contou com contribuições individuais solicitadas previamente, como forma de subsidiar ainda mais os debates nas conferências municipais e estaduais, como preparação para o evento nacional. Com diferenças pontuais e pouco significativas, todos os autores,[12] em suas respectivas áreas, reforçaram os princípios consagrados pelo debate àquela altura. Para o que nos interessa, cabe destacar as intervenções de Jairnilson Paim e Sonia Fleury Teixeira. Em paralelo à afirmação genérica dos valores da cidadania e da democracia, em pleno processo de redemocratização e do horizonte palpável de uma emancipação política que parecia se avizinhar, os autores expressaram uma clareza teórica própria de um momento em que a classe trabalhadora manifestava um pensamento e uma ação estratégica. Pouco tempo depois, esse debate, e com ele a clareza teórica, se esfumaçaria dentro e fora do movimento sanitário. Comecemos por Paim:

> O Estado, numa sociedade estruturada em classes, não é neutro. Seu desempenho é orgânico aos interesses das classes hegemônicas que, para evitar acúmulo de tensões sociais, passa a contemplar, dentro de certos limites, determinadas necessidades das classes subalternas. (...) O Estado

[12] Foram os seguintes os colaboradores em cada eixo: Jairnilson Paim, José Geraldo de Sousa Jr., Hélio Pereira Dias e Sonia Fleury (saúde como direito inerente à cidadania e à personalidade); Adib Jatene, João Yunes, José Alberto Hermógenes de Souza e Hésio Cordeiro (reformulação do Sistema Nacional de Saúde); Adolpho Chorny, André Cesar Médici, Pedro Luiz Barros Silva e Humberto Gomes de Melo (financiamento do setor Saúde).

> também não é um instrumento que pode ser manipulado livremente pelos grupos que controlam o poder. A presença de forças conservadoras ou progressistas no governo não muda, necessariamente, o caráter do Estado capitalista, ainda que possa torná-lo permeável ou não a determinados interesses sociais. (Brasil, 1987: 45-46)

Como tentaremos demonstrar na sequência, a tática institucional tendeu a caminhar e se desenvolver sem o apoio dessa compreensão.

Na outra ponta, Fleury Teixeira antecipou o risco de mistificação da democracia. Há nitidamente uma recusa ao clima de "porre democrático" (Faleiros *et al.*, 2006: 85) que, embora rapidamente curado com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, manteria seus efeitos inebriantes sobre boa parte da esquerda desde então:

> Autores que se dedicam ao estudo do sistema político latino-americano chegam mesmo a afirmar que, na medida em que a burguesia entre nós prescindiu da democracia para implantar a sua dominação, as bandeiras democráticas desfraldadas no continente nos últimos anos têm por sua vez um cunho revolucionário e anticapitalista. Embora concordemos com a singularidade do curso que a democracia teve e terá na América Latina, não nos parece que as consequências apontadas lhe sejam inerentes. Em primeiro lugar porque embora a questão democrática tenha sido posta pela e para a esquerda, está-se longe de ter alcançado um desenvolvimento teórico e político destes grupos que assegure uma compreensão homogênea e uma estratégia de luta clara, onde a relação entre democracia capitalista e a transição para o socialismo esteja elucidada. Em segundo lugar, é preciso ter claro que a luta pela democracia é hoje um projeto de várias facções da burguesia e das camadas burocráticas, mesmo que se desconfie da pureza e profundidade destas intenções. (Brasil, 1987: 93)

Retenhamos as duas passagens.

Concluídos os trabalhos da 8ª CNS, ficaria a cargo da Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS), criada por meio de portaria interministerial em 1986, o encaminhamento formal das propostas emanadas da conferência (Brasil, 1986b). Sua montagem consistiu no segundo capítulo da batalha política iniciada pela 8ª CNS pela implementação da Reforma Sanitária. Silvia Gerschman identificou no processo de constituição e composição da comissão o movimento típico de institucionalização e desarticulação, pelo Estado, de uma potente demanda que alcançara amplo consenso social. Originalmente,

a conferência sugeriu a criação de um grupo executivo da Reforma Sanitária, que não só foi descartado como substituído pela CNRS, de natureza apenas consultiva. Eleutério Rodriguez Neto ainda nos lembra que a CNRS só foi instalada após forte articulação de Cebes e Abrasco, por meio da interferência direta do então secretário-geral do Ministério da Saúde, José Alberto Hermógenes, e do presidente do Inamps, Hésio Cordeiro. As críticas da parte do próprio movimento sanitário que pesaram sobre a atuação da comissão não foram poucas, ainda que o balanço final de sua atuação tenha sido considerado positivo (Faleiros *et al.*, 2006; Gerschman, 2004; Paim, 2008b). Setores mais à esquerda ressaltaram, no entanto, que o texto final aprovado na comissão, a ser encaminhado como subsídio aos trabalhos constituintes, cedera em demasia às demandas do setor privado (Rodriguez Neto, 2003).

Em paralelo, como forma de garantir o processo participativo culminante na 8ª CNS, criou-se a Plenária Nacional de Entidades de Saúde, em meados de 1987 – articulada a diversas plenárias estaduais –, que reuniu partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, universidades e personalidades, com a coordenação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), do Conselho Federal de Medicina (CFM), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da representação de movimentos sociais (Paim, 2008b). Segundo Gerschman (2004: 58): "a Plenária (...) teve significativos avanços em termos de articulação de um movimento social de caráter nacional em torno da questão da saúde".

Em paralelo a tal movimentação, desenvolviam-se os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), instalada desde fevereiro daquele ano. Nessa arena, como se sabe, a disputa capital foi com o chamado Centro Democrático (Centrão),[13] composto pelos segmentos mais conservadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e ainda pelo Partido da Frente Liberal (PFL), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Democrático Social (PDS), representantes do grande capital no Congresso, que assumiu a tarefa de frear a inscrição de demandas e conquistas dos trabalhadores na nova carta constitucional.

[13] "Grupo suprapartidário criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República, José Sarney. Foi responsável pela reviravolta no processo de elaboração constitucional ao conseguir alterar, por meio de um projeto de resolução, as normas regimentais que organizavam os trabalhos constituintes" (DHBB, s. d.).

Dispondo de uma base social frágil, ao contrário do que parecia indicar a 8ª CNS no ano anterior, a emenda popular da saúde, por meio da articulação da Plenária da Saúde, angariou pouco mais de cinquenta mil assinaturas, apenas vinte mil a mais que o mínimo permitido para o seu aceite pelo Congresso Constituinte, conforme regimento da ANC – fortemente contrastante com os quatro milhões de assinaturas que as emendas favoráveis à reforma agrária e ao ensino público conseguiram juntas (Rodriguez Neto, 2003). Na base da articulação institucional, no entanto, o movimento sanitário não enfrentou muitas dificuldades até o momento da votação do projeto constituinte em plenário. O trabalho da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, que recebeu da CNRS a proposta de estruturação do setor, foi considerado participativo, democrático e satisfatório pelo movimento (Paim, 2008b; Rodriguez Neto, 2003).

Na sequência, durante os trabalhos da Comissão de Ordem Social – que deveria dar forma de anteprojeto aos conteúdos advindos das subcomissões –, algumas dificuldades se apresentaram para a área da saúde, seja em decorrência de propostas polêmicas, seja pela articulação mais orgânica dos interesses privatistas, que lograram criar alguma resistência na votação final. Ainda assim, a avaliação do movimento sanitário era de que o essencial do projeto da Saúde havia sido mantido (Paim, 2008b; Rodriguez Neto, 2003). Concluídos também os trabalhos da Comissão de Sistematização, na última fase do processo antes da votação do projeto de Constituição em plenário, veio a tentativa de golpe do Centrão. Por um artifício regimental, aprovado por uma maioria de ocasião, logrou-se a alteração do regimento original que havia vigido até ali e puseram-se sob ameaça as conquistas já praticamente sacramentadas, incluindo-se, claro, o SUS. Houve, inclusive, uma tentativa de retirar por completo a seção relativa à saúde do projeto final a ser votado em plenário, como atestou o então deputado Euclides Scalco (PMDB), um dos parlamentares identificados com as demandas da Reforma Sanitária (Cebes, 2008e). Uma tática de alianças com setores de centro e centro-direita começou então a ser desenvolvida para evitar derrotas significativas. O resultado, revela Eduardo Jorge – então deputado constituinte pelo PT e também defensor da agenda da Reforma Sanitária –, foi que

> o que estava muito conservador deixou de ser um tanto conservador, veio um pouquinho mais para o centro; o que era muito revolucionário deixou de ser revolucionário e hoje é meramente progressista, mas mesmo assim há perda de qualidade. (Cebes, 2008e: 185)

Scalco é ainda mais preciso:

> nós vimos, nas votações, que o Centro se aliou à Direita e nós da Esquerda de todos os matizes acabamos sendo derrotados. É por isso que, em determinado momento, entendemos que era necessário fazer aliança à nossa direita com liberais e conservadores e por isso surgiu o grupo que o Eduardo Jorge falou, o grupo do Consenso, o grupo progressista. (Cebes, 2008e: 189)

Notemos que, apesar de se tratar de uma conjuntura cujo destaque para as lutas travadas no interior do Parlamento era notório e do clima de otimismo e euforia diante das substantivas conquistas, a tática institucional, após a batalha da Constituinte, sairia ainda mais fortalecida. A aposta na força do movimento parecia vir muito mais da sua capacidade de articulação institucional do que de sua base social – seja porque de fato esta já minguava com a derrota global que se desenhava para a classe trabalhadora dentro e fora do Brasil, seja porque se concebia a luta taticamente como mais efetiva nesse terreno institucional. Eis o ponto que queremos sugerir e submeter à crítica.

Ao fim e ao cabo, por obra de fortes articulações institucionais, ação enérgica dos partidos de oposição e uma pressão popular ainda capaz de mobilização, conquistou-se o SUS universal, como direito de todos e dever do Estado. Em paralelo, aprovou-se também a participação complementar do setor privado no sistema, tal como o projeto propunha, que a rigor já havia sido motivo de controvérsia na 8ª CNS (Brasil, 1986a).

Estamos diante, nesse momento, do grande debate da 8ª CNS: estatização progressiva ou imediata do sistema de saúde. A tese da estatização imediata, derrotada, foi sustentada pelo Mops, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), por setores sindicais ligados à CUT e também pelo PT – que terminaria por votar contra o texto final da carta constitucional. A tese aceita, de estatização progressiva, foi apoiada por Cebes, Abrasco, PCB, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (Rodriguez Neto, 2003) e pelas centrais sindicais (Gerschman, 2004), com os seguintes argumentos principais: 1) dadas as condições estruturais e logísticas do complexo público de saúde, não haveria, naquele momento, possibilidade de prescindir da participação privada no sistema; 2) dada a correlação de forças expressa no Congresso Constituinte, uma proposta de estatização imediata seria certamente derrotada.

A despeito de maior ou menor pertinência e acerto dos argumentos vitoriosos da estatização progressiva do sistema, a moderação com a qual

o movimento sanitário captou a presença do setor privado nos espaços de luta e travou a própria luta contra os interesses privados se deveu à mesma questão central que temos anotado seguidamente. Tal questão diz respeito à compreensão da luta empreendida essencialmente como ocupação de espaços institucionais com o intuito de transformá-los, de modo que os interesses coletivos pudessem fazer frente aos privados, incidindo sobre os rumos do aparelho de Estado, numa disputa de *lobbies* contra *lobbies*. É de um membro da Plenária da Saúde a afirmação da mesma tática: "O Congresso Nacional, ou o Congresso Constituinte, ou Constituinte, está fazendo um grande treino democrático. A gente precisa entender que o setor privado vai lá com dinheiro fazer o *lobby* comercial, e a gente vai fazer o nosso *lobby* político, o nosso *lobby* social" (Cebes, 2008e: 193).

Vejamos ainda outras passagens no mesmíssimo registro dessa compreensão da luta política. A primeira referência importante a esse modo de conceber e praticar a disputa política entre classes pode-se encontrar no próprio documento da Abrasco que há pouco abordamos. Referindo-se à intenção da associação de mobilizar o movimento sanitário e tensionar o Parlamento e as instituições, visando à ANC que se avizinhava, afirma-se:

> Nesses eventos, a Abrasco poderá desempenhar o papel de convocar e articular os profissionais que ora ocupam cargos de importância na estrutura político-administrativa do MPAS e do MS, assim como seus organismos a nível estadual. Ou seja, constituir *lobbies* que permitam a difusão de informações e a consolidação de uma prática administrativa mais consentânea com a perspectiva de democratização do setor. (Abrasco, 1985: 35)

Rodriguez Neto (1997: 69) reforça a tática:

> A partir da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a atuação do movimento sanitário no e através do Parlamento passou a privilegiar o próprio processo legiferante, como seu objetivo estratégico maior; isto é, passou-se a investir na própria mudança da Constituição e das leis, a fim de criar a nova base jurídico-institucional para a Saúde, nos novos tempos democráticos. Mais ativo, com maior consciência de sua importância e representatividade, o próprio Parlamento passou a produzir fatos novos, pela sua própria dinâmica, ao mesmo tempo que se permeabilizava mais à própria influência direta e aberta de *lobbies*, entre os quais o do movimento sanitário. O que diferenciava este dos demais era a sua organicidade com os interesses sanitários e populares, ainda que fosse também um *lobby*.

A continuação dessa história é de conhecimento amplo. Sob forte recuo dos movimentos populares a partir da década de 1990, restou ao movimento sanitário, além de certo ostracismo, denunciar, como medida de contenção, o ataque ao SUS – que não tem cessado. A essa altura, por opção e contingência histórica, todo o debate estratégico foi praticamente abandonado. Projeto civilizatório, socialismo, aproximação das bases, construção de unidade entre lutas setoriais, tudo isso caiu em desuso. Assumiu a proa do debate a questão do financiamento do sistema, calcada, invariavelmente, sobre as articulações parlamentares para o estabelecimento formal dessa ou daquela fonte permanente de recursos, junto do tema da gestão da força de trabalho, extensão e agilidade na prestação de serviços de saúde.

Nesses termos, é significativo o comentário de Marco da Ros, médico e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do movimento sanitário em 1988 e membro da Andes: "Quando foi aprovada a Constituição, nós festejamos a conquista de direitos, como a universalidade e a equidade. Mas o complexo médico-industrial comemorou também. Alguma coisa estava errada" (Guimarães, C., 2013a: 7).

Reforma Sanitária em disputa

Um mapeamento preciso das questões em torno das quais os sanitaristas se dividiram nos tempos considerados áureos do movimento, entre as décadas de 1970 e 1980, ainda está por ser feito. Não são fartos nessa trajetória os momentos explícitos de tratamento das divergências, fossem elas pontuais ou de fundo. Daí a dificuldade de uma abordagem como a que pretendemos. Sobram para algumas poucas passagens de textos importantes sobre a história do movimento, depoimentos de militantes e uma polêmica ou outra de que se tem notícia, as possibilidades de reconstruir esse registro.

Esquematicamente, dois traços gerais se apresentam como lentes possíveis que nos permitiriam visualizar o movimento sanitário mais de perto. São eles: 1) uma divergência sobre a abrangência que a luta pela agenda sanitária do movimento deveria assumir, se restrita ao próprio setor e a uma dimensão mais técnico-institucional, ou se necessariamente como parte de uma luta maior, pela redemocratização (Fleury, 1997); 2) uma diferença de fundo ideopolítico, polarizada entre socialistas e social-democratas, sugerida por Gallo e Nascimento (2006). A conjugação permanente dessas duas vertentes é um dado, com maior ou menor procedência das relações de causa e efeito ou

mesmo do seu conteúdo e pertinência. Sua manifestação, no entanto, foi inteiramente atravessada pelo fenômeno da questão democrática, que tornou o quadro um tanto indiferenciado.

A unanimidade que conhecemos hoje em torno dos valores democráticos é um fenômeno recente e que nos anos 1970 encontrava-se em pleno curso. O engajamento numa luta mais geral, que dizia respeito às classes em disputa e à necessidade de um trabalho de base junto às classes trabalhadoras, e não somente junto aos grupos de profissionais ligados ao setor, foi motivo de alguma controvérsia no recém-criado Cebes, já em 1977, como mostram os editoriais de revista *Saúde em Debate*, editada pelo centro (Cebes, 1977). Escorel apresenta esse embate e mostra como daí derivou a adesão do Cebes – e do movimento sanitário que a entidade aglutinava – à luta pela democracia:

> De maneira geral, mas principalmente na Região Sudeste, os núcleos do Cebes dedicaram mais atenção ao trabalho com os profissionais – e, posteriormente, com as instituições – do que às atividades diretamente voltadas para a comunidade, através de suas organizações (...). A democratização passou a ser o princípio básico: da democracia tudo dependia. Nesses três primeiros anos de existência, o Cebes representou, com essa proposta, a sua adesão aos demais movimentos sociais, tais como o movimento contra a carestia e a luta pela anistia. (Escorel, 1999: 81)

Fleury define o conflito entre as duas orientações, uma *institucional* e outra *movimentalista*, como parte ineliminável do processo de transição vivido pela sociedade brasileira de então, "caracterizando diferentes concepções e estratégias democráticas que podemos designar como democracia como conflito, democracia como movimento, democracia como institucionalidade" (Fleury, 1997: 26).

Se bem notarmos, o segundo ponto destacado, o corte entre socialistas e social-democratas, também não nos serve aqui para compreender as tensões do movimento sanitário. Ao contrário, sugere a importância da questão democrática desde cedo como enlace responsável pelo chão comum que teriam partilhado uns e outros, com filiações, trajetórias e objetivos políticos mais ou menos distintos. De forma subjacente, em torno da democracia, como processo concreto e contraditório da luta e valor tático ou estratégico, parece ter se concentrado a disputa teórica e política que aqui se nos apresenta em fragmentos.

Fleury Teixeira, novamente, uma das intelectuais que vocalizaram de forma mais extensiva e fundamentada a importância atribuída à democracia para a luta política, dentro e fora do campo da saúde, defendeu:

> No Brasil, a Reforma Sanitária insere-se no processo de construção democrática na medida em que, ao propor o deslocamento efetivo de poder, desde um setor específico mas sem se reduzir a ele, trata de formular propostas contra-hegemônicas e organizar uma aliança entre as forças sociais comprometidas com a transformação. (Fleury Teixeira, 2006: 41-42)

Se retomarmos o documento da Abrasco, de 1985, veremos que em suas seções finais apresenta importantes análises sobre o quadro em que se encontrava a disputa entre projetos distintos na saúde naquele momento, bem como uma excelente localização dos conflitos internos do movimento sanitário. Quanto aos projetos em disputa, tomando como base as reflexões de Rodriguez Neto, identificam-se três forças: os *conservadores*, os *modernizantes-privatistas* e os *racionalizadores*. No caso dos primeiros, seus interesses estariam representados por entidades como a Federação Brasileira de Hospitais (FBH), interessada na continuidade do modelo de compra dos serviços privados pelo Estado, praticado especialmente pela previdência social. O segundo projeto, também associado diretamente ao mercado, teria seus interesses expressos pela Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge) – tal como no caso da FBH, interessada na manutenção da compra de serviços privados pelo Estado, mas especificamente voltados para a prestação de serviços aos trabalhadores urbanos, por meio especialmente dos convênios-empresas. Por fim, o projeto racionalizador, "em luta pela hegemonia", era onde se encontrava o movimento sanitário, cuja expressão mais evidente era a "estratégia das AIS – Ações Integradas de Saúde,[14] já em implantação em todos os Estados da Federação". O documento identifica ainda outros atores no cenário: o movimento sindical dos médicos e profissionais de saúde e as companhias seguradoras privadas. Finaliza conclamando os "segmentos democráticos e populares" a promoverem, por meio do debate e das análises de conjuntura, a "acumulação de forças", de modo a se viabilizarem "alianças" que possam neutralizar os projetos contrários à perspectiva do movimento sanitário (Abrasco, 1985: 33).

[14] As AIS estão inseridas no contexto de redemocratização da sociedade brasileira com o advento da Nova República. Diante da grave crise que atravessava a saúde no período, consistiram na canalização de recursos previdenciários para estados e municípios, como forma de fortalecer a prestação dos serviços públicos de saúde, exercendo certo poder de contenção da sangria de recursos públicos historicamente patrocinada pela previdência social (Paim, 2008b).

Tal perspectiva é acompanhada, no entanto, de um diagnóstico sobre as divisões internas do movimento sanitário que, embora não evidencie com clareza o terreno e as determinações do conflito, faz um apontamento bastante elucidativo da inserção e forma de atuação do movimento sanitário. O documento divide os grupos entre *teóricos* e *políticos* da saúde coletiva, e remete o início do conflito à definição da tática de ocupação de postos considerados chaves na administração federal. A conclusão sobre o descompasso entre teoria e prática política, ou uma prática política sem teoria é – além de uma tomada de posição pela causa dos teóricos – uma importante autocrítica que muito poucas vezes se pôde notar na história do movimento:

> Uma das causas dessa cisão está em que os fundamentos das propostas de intervenção não foram suficientemente escrutinados do ponto de vista da teoria e dos conhecimentos de saúde coletiva então existentes. Por outro lado, a atuação executiva tem se realizado de maneira dissociada da reflexão teórica, implicando no abandono da teoria como fio condutor da prática política. Esta dissociação principia a ser superada quando se toma consciência que a atuação ao nível executivo teve que enfrentar-se como uma problemática que não fora equacionada ao nível teórico, até porque não se tinha acesso ao aparelho estatal. A introdução destas novas questões reclama um desenvolvimento teórico compatível, capaz de resgatar a união entre teoria e prática social. (Abrasco, 1985: 38)

É interessante notar como essa breve passagem destoa do que há de mais corriqueiro em relação à autocrítica do movimento, uma vez que esta, quase sempre, permanece num meio de caminho entre uma certa reprovação da institucionalização e a sua afirmação como processo incontornável, na medida em que também representaria o êxito da Reforma Sanitária. Fleury chamou essa mão dupla de "dilema entre o instituinte e o instituído". Mas se essa condição é parte ineliminável do processo, sumamente mais grave se torna se não há ou se é frágil a teoria que deveria lhe conferir o norte. A autora vai além, no entanto, e se aproxima do alerta que faz o documento que acabamos de ver:

> O paradoxo da reforma sanitária brasileira é que seu êxito, ainda que em condições adversas e parciais, terminou por, ao transformá-la em política pública, reduzir a capacidade de ruptura, inovação e construção de uma nova correlação de forças desde a sociedade civil organizada. Em outras palavras, o instituído se impôs ao instituinte, reduzindo o caráter libertário e transformador da reforma. (Fleury, 2009: 751)

Retornemos ainda ao plano da crítica teórica do documento citado para constatar como ele começa bem e termina mal, numa relativização de princípios, *a priori*, que vulnerabiliza e desmonta a chamada ao pensamento estratégico, pela constatação do que aparentemente é o óbvio: "A saúde coletiva abrir-se-á, nos planos teórico e prático, à *pluralidade* de projetos, *sendo esta a ordem natural das coisas numa sociedade democrática*" (Abrasco, 1985: 39, destaques do original).

O problema é que o limite da pluralidade confunde-se com os limites da democracia formal onde está inserida. A pluralidade como fragmentação ou circunscrita aos limites da ordem não tem servido a perspectivas emancipatórias, desde que tal emancipação também deseje romper com a reprodução da sociedade de classes. É digno de nota perceber que já em meados dos anos 1980 (antes da derrota imposta pelo neoliberalismo, portanto), está apresentado para o movimento sanitário um conjunto de gargalos teórico-políticos que se tornariam mais visíveis a partir dos anos 1990 e seriam comumente debitados apenas àquela conjuntura adversa.

O fato é que se houve vencidos nessa luta interna, não se apresentaram como tal. A democracia como valor universal assumiu ares de unanimidade entre intelectuais e militantes. Toda e qualquer filiação pareceu mais ou menos dispensável em face da adesão, que exercia um papel amalgamador perante os inimigos comuns já identificados: a ditadura e o socialismo real.

A expressão concreta dessas divergências se apresentou de modo muito mais prosaico, embora não tenham faltado certos ares de nebulosidade a encobrir diferenças políticas que não tiveram o peso necessário para provocar dissensos fundamentais. Um dos episódios, entre os poucos havidos de modo mais explícito, deu-se em torno da disputa entre o grupo do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o do Ministério da Saúde (MS), durante o governo José Sarney, na implementação de uma arquitetura administrativa distinta da que até então vigia para o sistema de saúde brasileiro. Tais mudanças, tornadas práticas a partir dos momentos iniciais da Nova República, representavam certa inflexão na condução dos rumos da política de saúde, em face da ocupação, por sanitaristas, de importantes postos na máquina do Estado, como já vimos. Os grupos divergentes, *grosso modo*, eram liderados, respectivamente, por Hésio Cordeiro e Sergio Arouca. Não parecia haver questão sobre a necessidade de se unificarem os serviços de saúde, mas a disputa pelo papel central dessa unificação estava dada entre MPAS e MS. Até onde pudemos apreender, as diferenças diziam respeito às formas e à

abrangência da reorganização do sistema: se pelo interior da burocracia do Inamps/MPAS ou se pela descentralização concebida a partir da unificação das ações em torno do MS; se com a predominância de um ou outro ministério, portanto; se com o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds) ou com o SUS, por fim.

O Suds, surgido em 1987, por iniciativa do Inamps/MPAS, dera prosseguimento ao processo de unificação dos serviços e descentralização da administração do sistema, iniciado pelas AIS (Luz, 1991; Paim, 2008b; Rodriguez Neto, 2003). Desencadeou pela base a reformulação do sistema por meio da assinatura de convênios entre os governos estaduais e as secretarias e superintendências e promoveu a transferência de recursos federais para o âmbito regional. No entanto, essa compreensão era polêmica. O grupo contrário às ações do MPAS acusava este ministério de promover o esvaziamento da Reforma Sanitária (Paim, 2008b), na medida em que mantinha, na estrutura, a separação das ações de saúde entre dois ministérios e reduzia a importância prevista para o MS no projeto original da Reforma.

As percepções variaram em torno do tema. A maior parte dos militantes e estudiosos consideraram o Suds ~~como~~ um avanço, embora tenham endossado a crítica de que não caberia reduzir a ele o projeto da Reforma (Cordeiro, 2004; Escorel, 1999; Gerschman, 2004; Luz, 1991; Paim, 2008b; Rodriguez Neto, 2003). Mas ouçamos diretamente, entre os sanitaristas, as partes implicadas na querela. Comecemos com Saraiva Felipe, secretário de Serviços Médicos do MPAS no período: "a transferência do Inamps para o Ministério da Saúde, viável ou não politicamente, para alguns passou a ser o *leitmotiv* da reforma sanitária". Sua crítica vai mais fundo: "por viés profissional e corporativo, a reforma sanitária não tem conseguido sair do discurso e das proposições de cunho administrativo para trabalhar a questão do sistema de saúde real" (Felipe, 2008: 175, 178). E arremata:

> Em suma, todas estas iniciativas se inserem no corpo doutrinário e na práxis da reforma sanitária, que não pode ser concebida, cartesianamente, como um processo que tem princípio, meio e fim, desvinculada da luta política das forças sociais que interagem na nossa sociedade. Só se concebida abstratamente, como projeto intelectual e burocrático, pode-se pressupor um ponto final, demarcado por medidas administrativas, que significarão não mais do que o resultado provisório de um processo que avançará sempre mais com a democratização da sociedade (Felipe, 2008: 180).

A fala é clara o bastante, mas a sua compreensão, no interior do conflito, nem tanto. Felipe, no lugar de se posicionar como defensor de medidas técnico-administrativas, identificadas com o grupo de Hésio Cordeiro, que é também o seu, desmerece o problema apresentado pelos que orbitavam em torno do MS. Sua chamada à responsabilidade não só nega o motivo original da contenda (a suposta redução dos alcances da reforma que estaria sendo promovida pelas ações do MPAS), como reapresenta para *os teóricos* (se lembrarmos da caracterização feita pela Abrasco, em 1985) a perspectiva que deveria guiar a luta, denunciando neles próprios o teor técnico-administrativo que imputavam aos seus criticados. De um modo ou de outro, a maior abrangência da agenda da Reforma (tomando a luta de classes como a referência fundamental sobre como e pelo que lutar) ou a sua dimensão mais restrita não pareciam impor práticas políticas essencialmente distintas, tampouco opostas. O depoimento de José Gomes Temporão, também identificado ao grupo de Hésio Cordeiro, no Inamps, é revelador. Sua fala retoma a contundência de Felipe, sugerindo tratar-se de questão mais pragmática e menos de fundo ideopolítico:

> Quando a gente entra em 1986, o Arouca era presidente da Fiocruz, o Eleutério era secretário-executivo do Ministério da Saúde, o José Agenor, hoje [2005] secretário-executivo do Ministério da Saúde, era secretário de planejamento do Ministério da Saúde, e eu era o secretário de Planejamento do Inamps. Todos trabalhávamos juntos nesse contexto, mas havia uma tensão entre o grupo do Inamps e o grupo do Ministério da Saúde. (...) nós percebíamos, na perspectiva marxista, o Inamps como o setor moderno do desenvolvimento da saúde no capitalismo. E, exatamente por isso, nós falávamos que o motor de indução das mudanças do setor saúde estava no Inamps. O Ministério da Saúde, apesar de naquele momento contar com dirigentes progressistas, pelas suas características e pela sua estrutura não tinha as condições históricas, digamos assim, para fazer grandes mudanças. (Faleiros *et al.*, 2006: 76)

A disputa de sentido em torno da Reforma Sanitária, ao contrário do que diz Felipe, não aparece plasmada nesse episódio. O teor essencial daquela luta política, dentro de um determinado arco de compreensão de suas lideranças, isto é, a "ocupação de espaços estratégicos no aparelho governamental" (Teixeira, 1987: 98) para a efetiva "implementação" da Reforma, está inteiramente preservado por ambos os contendores – uma vez que, muito além de uma fase do movimento sanitário, como costuma ser apontada, sua tática

institucionalizante figurou mesmo como a marca de sua trajetória. Senão vejamos mais um pouco.

Fleury Teixeira, em 1987, no mesmo ano do texto de Felipe, tratou do problema em tom menos apaixonado e mais proximamente do exato teor do embate. A centralidade da dimensão institucional se torna ainda mais clara em sua abordagem:

> duas linhas de ação parecem ter sido as que mais claramente marcaram essa fase atual: a utilização dos instrumentos institucionais a fim de propiciar o aumento da organização técnico-política necessária para o avanço do projeto/processo da reforma sanitária e a transformação e/ou criação de mecanismos capazes de alterar, de maneira gradual e ascendente, a organização institucional do setor, em direção a um sistema público de saúde mais racional, eficiente e democrático. (Fleury Teixeira, 1987: 98)

Assim como dez anos antes, no conflito expresso nas páginas da revista do Cebes, a que fizemos referência, a distância entre vencedores e vencidos, se houve, não aparenta ter sido significativa. A unidade em torno do projeto da Reforma Sanitária estava dada, seja pelos princípios democratizantes e reformadores do sistema de saúde brasileiro, plasmados na 8ª CNS, seja por uma opção tática de não expor os conflitos em nome da preservação da unidade. A esse respeito, o depoimento de Fleury fornece todos os elementos para comprovar o que afirmamos. Em entrevista concedida em 2005, refere-se a esse período de embate entre grupos distintos pela condução dos rumos da Reforma Sanitária. Embora em tom jocoso, fica sugerido que não havia questões de fundo, na dimensão sugerida por Gallo e Nascimento (2006), que se compatibilizassem com a decisão tática, ao fim e ao cabo, pela preservação da unidade do projeto da Reforma Sanitária e do movimento:

> teve um dia que a grande tensão se deu quando o Ésio [*sic*], estando na Previdência Social e o Arouca, aqui na Fiocruz, que era a disputa entre esses dois. Então o Ésio [*sic*], a cabeça dele passa a raciocinar com a lógica da própria previdência, da instituição, e o Arouca com a outra. Então, os nossos grandes ídolos naquele momento se enfrentam com seus projetos conjunturalmente distintos... e foi muito difícil porque foi quando a gente quase racha como grupo. A Abrasco tentou costurar, mas estava muito difícil, então nós fizemos uma reunião, que foi no Hotel Novo Mundo, e num dado momento começou uma tensão muito grande, alguém falou assim: "eu acho que o importante é que a gente tenha clareza e adesão ao projeto", que era o projeto da reforma (...). Isso continuou e as demais

> falas acabaram sendo nesse sentido, de adesão ao projeto embora as diferenças tivessem fazendo com que um quase matasse o outro. Aí, num dado momento alguém perguntou assim: "mas então qual é o nosso projeto?", aí o Arouca disse assim: "Aí não... aí não, senão a gente vai rachar de vez!" (risos). Ou seja, num determinado momento a gente teve a clareza que nós não podíamos mais discutir isso, se a gente discutir a gente racha. Então foi o projeto e pronto, acabou! Agora vamos jantar, vamos tomar uma cerveja e acabou por aqui! (risos). (Fleury, 2005)

A questão, guardadas as proporções de uma luta setorial, não passava fortemente pelo embate estratégico em torno da definição dos objetivos finais da luta: se a saúde em uma perspectiva social-democrata ou socialista. Essa perspectiva de encaminhamento da luta, no geral e no específico, que crescentemente foi deslocada do posto de debate estratégico pela valorização da democracia e do processo de democratização brasileiro em curso, conduziu a prática política crescentemente para a dimensão institucional da luta, na medida em que lutar pela democracia, fosse ela *conflito, movimento ou institucionalidade*, fosse ela ruptura ou integração à ordem, parecia exigir os mesmos esforços e o percurso dos mesmos caminhos, ou melhor, dos caminhos *possíveis*.

Se o retomarmos agora, veremos como Felipe faz a crítica da burocratização da Reforma Sanitária, excessivamente institucionalizada, segundo a sua percepção, e encerra o seu texto apelando para que o movimento sanitário voltasse a atenção para a sociedade civil. Sua filiação técnico-administrativa nesse embate, se até então era esfumaçada, apresenta-se por inteiro:

> talvez possamos recuperar as nossas propostas, traduzidas hoje em algumas iniciativas institucionais, a partir da perspectiva da população, que é o que importa mais (...). Acredito que, explorando o possível de forma decidida, vamos diminuindo a distância entre a intenção e o gesto. Mesmo porque não existe ação no futuro ou transformação substanciada apenas no desejo e nos slogans. (Felipe, 2008: 181)

Fleury Teixeira arremata o debate tomando precisamente a parte final do texto de Felipe, restituindo à sua posição de origem o companheiro de luta, ao debate o seu caráter estratégico e ao projeto da Reforma Sanitária o seu papel transformador:

> Mesmo no interior do movimento sanitário, essa tensão se expressa cada vez mais intensamente na cobrança de uma unidade de ação em torno da dialética do possível, como afirma Saraiva Felipe (...). Ocupar

> os espaços institucionais e atuar de acordo com a dialética do possível aparece como uma decorrência natural de um projeto de transformação setorial em direção a uma democracia social fundada na concepção do cidadão como sujeito de um direito a ser garantido pelo Estado. No entanto, esse projeto também se fundamenta na concepção das classes como sujeito, não de um direito, mas de um processo de transformação da natureza do Estado capitalista enquanto pacto de dominação. (Fleury Teixeira, 1987: 101)

A despeito das diferenças sensíveis no plano discursivo, reforçamos, a tática institucional gozou sempre de forte e maciço apoio entre as lideranças do movimento, a ponto de unificá-lo na diferença, seja para a compreensão de que a democratização do Estado deveria ser o norte a ser buscado; seja para a compreensão que vislumbrava um movimento consequente de transformações tendo em vista o socialismo, pela via da transformação da natureza do Estado capitalista. Seria excessivo continuar reforçando a caracterização da defesa da tática institucional por parte dos sanitaristas, posto que não carece mais de evidenciação, mas queríamos destacar ainda uma passagem, pela sua representatividade, uma vez que a autora que virá foi capaz de admitir, em defesa da tática (mesmo que com alguma autocrítica), o custo político que havia e que, segundo ela, o movimento decidiu pagar para garantir a ocupação de espaços no aparelho de Estado. Com a palavra, Escorel (1999: 195),

> A partir de 1983, o movimento sanitário conseguiu pôr em prática uma de suas estratégias, a 'ocupação dos espaços institucionais'. Na tentativa de modificar o direcionamento da política pública, passou a fazer das instituições de saúde um *locus* de construção da contra-hegemonia. Com a adoção dessa estratégia, separou-se ainda mais do movimento popular. Ao privilegiar as instituições de saúde, relegou a segundo plano a ampliação e o aprofundamento da aliança com as classes populares e trabalhadoras – às quais o projeto dirige suas propostas e ações. Esse processo de 'institucionalização' dos projetos e propostas revelou-se uma faca de dois gumes: por um lado, era estratégico penetrar nos espaços para tentar implementar ideias e alterar os rumos da política; por outro lado, assim agindo o movimento passou a sofrer as limitações das alianças que a instituição impõe. O processo passou a ficar restrito a avanços e recuos no âmbito das políticas institucionais e, concentrado nesse espaço (político-legal ou jurídico-institucional) de luta, o movimento tendeu a perder de vista a necessidade de trabalhar melhor sua aliança com as classes populares.

E completa:

> Nos primeiros anos da Nova República, o movimento sanitário viveu um ciclo de euforia quando, inserido nas instituições de saúde, conseguiu promover uma inflexão na direcionalidade da política de saúde como um todo. Esse período foi caracterizado por alguns autores como a institucionalização do movimento sanitário, que perdera a base na sociedade civil e abandonara as propostas transformadoras em favor de simples reformas administrativas. Não há dúvida de que, excetuando-se a VIII CNS e a luta na Constituinte, a atuação do movimento sanitário esteve concentrada no plano das instituições de saúde. No entanto, as duas exceções foram profundas e marcantes, atenuando as supostas tendências 'institucionalizantes'. (Escorel, 1999: 196)

Em síntese, o que estamos vendo corresponde ao movimento da classe trabalhadora em transição estratégica, capitaneada pelo PT, representado nos dilemas vividos por este partido, que padeceu das mesmas contradições. Escorel, novamente, com uma útil alegoria, descreve o fenômeno consequente da tática como "fantasma da classe ausente", que teria consistido na incapacidade do movimento sanitário – dificultado também pela conjuntura repressiva, ressalta – de se articular sistematicamente com as "classes populares", uma vez que pretendia falar em nome delas (Faleiros *et al.*, 2006: 64).

O desenvolvimento da tática não pode ser debitado a mero oportunismo. Evidentemente, foi parte da luta e de suas contingências, incluindo as conquistas e as derrotas que também resultaram de equívocos.[15] O que estamos tentando marcar aqui é que, no caso do movimento sanitário, as tais divergências internas não se expressaram no debate/embate entre suas lideranças principais ou entre grupos divergentes, mas justamente no distanciamento do movimento de suas bases, que Escorel e outros autores identificam, embora não expliquem adequadamente, como se se tratasse de episódio

[15] Escorel confere à questão o peso da polêmica: "Eu acho que teve uma outra percepção que foi importante, e que foi objeto de discussão bastante acalorada naquele início (76 a 79, há muito tempo atrás), que era a coisa do papel do Estado. Se entrar no Estado, assumir alguma função num órgão governamental era se corromper completamente, fazer o jogo da ditadura, ou se era a possibilidade de por dentro do aparelho de Estado tentar iniciar uma transformação. (...) Essa linha de entrar no aparelho de Estado se revelou a mais correta, porque a briga foi travada por dentro, e muitas coisas que depois foram feitas, que conseguiram ser viabilizadas, foram porque pessoas ligadas a esse movimento eram contratadas como técnicas, pelo seu currículo, sua capacidade técnica, mas conseguiam dentro dessas instituições às vezes promover pequenas mudanças (...) de rumo da política" (Escorel, 2005).

fortuito, compensável aqui e ali por momentos de forte mobilização popular, como a 8ª CNS e o processo constituinte. O fantasma da classe ausente é o nó que acompanha a história recente da esquerda brasileira, que de espectral só tem o nome. Senão, vejamos.

Devemos a Gerschmann a melhor caracterização das relações entre as lideranças do movimento sanitário e o que seriam as suas bases, embora suas respostas para o fenômeno também não sejam suficientes. A autora identifica conflitos entre as lideranças do Mops e as lideranças intelectuais do movimento sanitário e contribui, dessa maneira, talvez involuntariamente, para o desmonte necessário do confortável consenso que se formou em torno da 8ª CNS – como espaço sobretudo de consensos e quase nunca de dissensos (ao menos não incontornáveis). Para ela, a essência do problema se concentrava nos movimentos populares, expressos por meio de outra ausência, dessa vez de maturidade para compreender e aceitar os rumos institucionalizantes da luta – tomados como inexoráveis.

De início, é possível testemunhar certo pesar pelo abandono do Mops do que seria uma escala evolutiva natural, que o teria levado da posição de movimento social de base à condição de *ator efetivo* da disputa pelo aparelho de Estado: "Precisamente no momento em que o Mops esteve mais próximo das decisões políticas substantivas, a ausência de maturidade para absorver a institucionalização como uma exigência do processo político no setor se traduziu em cisão interna" (Gerschman, 2004: 70).

Notemos que o problema não é apresentado propriamente como a própria cisão do Mops com as lideranças do movimento sanitário – este último detinha o acerto da tática, segundo a autora defende –, mas como a desintegração interna do próprio Mops. Na sequência, embora tenha sido de fato complexo o debate acerca da viabilidade prática de uma estatização imediata do sistema de saúde brasileiro, Gerschman (2004: 105) destaca o que seria o pecado capital responsável pelo isolamento do Mops diante de uma proposta irrealizável e, portanto, infundada: "Os delegados do Mops apresentaram uma proposta de estatização do setor, sem participação nenhuma do setor privado, a qual não contou com a aprovação da maioria das entidades representadas, dentre elas o Cebes, a Abrasco e as centrais sindicais".

Por fim, Gercshman nos apresenta a argumentação que se encontra subjacente a toda a construção de sua análise: o acerto incontestável da tática sanitarista reformista, que de tão acertada poderia prescindir de sua base social. É verdade, façamos justiça, que no final do trecho citado há uma reprovação

quanto à forma de condução das divergências pelas lideranças do movimento sanitário, mas nada que equilibre a concepção de *Estado, democracia* e *sociedade civil* que sua compreensão da realidade social expressa, direta ou indiretamente, dentro do conjunto de outros muitos intelectuais e militantes que marcaram essa geração. Não é demais constatar que em nenhum momento essa história, da forma como vem sendo tradicionalmente contada, foi pensada pelo avesso e confrontada com o tal *fantasma*. Perguntam as lideranças: onde estão as classes populares? Respondem as classes populares, sem se fazerem ouvir, dadas então como ausentes: onde estão e o que defendem essas lideranças em nosso nome? Senão, vejamos:

> A mudança no terreno da luta política se explica: o movimento sanitário, vanguarda do processo de transformação das políticas de saúde, tinha como estratégia penetrar nos aparelhos de Estado com o objetivo de tentar implementar suas táticas para mudar a direção da política e, assim, privilegiar o setor público... a participação nos organismos estatais acabou sendo uma decisão unilateral do movimento sanitário, o que dificultou sua relação com o Mops no transcorrer da década de 80. (Gerschman, 2004: 112)

O controverso antiestatismo do Mops e, especificamente no contexto da 8ª CNS, a recusa da participação do setor privado no sistema de saúde que se propunha são os pontos destacados por Gerschman para aludir ao que Lênin chamaria de "esquerdismo" e "doença infantil" do Mops, se tivesse escrito o livro de Gerschman e endossasse a sua perspectiva. Mas Lênin talvez não tomasse o comportamento crítico do Mops como simples imaturidade, num momento histórico crucial de construção de uma formulação estratégica. Para continuar no registro da fantasmagoria acadêmica, talvez o revolucionário russo tirasse uma média dos embates e recomendasse ao movimento sanitário, ao Mops e à classe trabalhadora brasileira o mesmo que repudiou em Kautsky: "O proletariado deve levar a revolução democrática burguesa até ao fim, sem se deixar 'enredar' pelo reformismo da burguesia" (Lênin, 1975a: 99). Ou num registro mais terreno, retomemos Vainer e Palmeira, em texto de 1989, contemporâneo do movimento sanitário, para satisfazer os mais presentistas ou que não guardam por Lênin muito apreço. Na época, ambos eram quadros do PT e tratavam, portanto, do que consideravam os desvios de rota do partido. Vejamos, então, para os autores, o principal sinal desse processo já em curso, como mais tarde de fato se pôde tristemente comprovar:

> Ela [a prática institucional] ameaça o PT, que pode ser domesticado pelo sistema institucional, envolvido pela institucionalidade e pelos compromissos que ela cobra de seus participantes (...). Neste processo, são vários aqueles que começam a acreditar que os gravíssimos problemas de nosso povo poderiam ser resolvidos no interior mesmo do capitalismo, por meio de reformas da própria institucionalidade burguesa (...). Em outras palavras, o que precisamos ter claro é que se a participação no jogo institucional burguês pode trazer, e tem trazido, importantes ganhos do ponto de vista da luta e organização dos trabalhadores, ela pode também fortalecer – e já começou a fazê-lo – tendências no interior do partido que o impulsionam para a adesão a projetos de reformas do sistema que poderiam ser operadas sem rupturas com a institucionalidade vigente. (Vainer & Palmeira, 1989)

Mais uma vez, a semelhança com a trajetória do movimento sanitário não se deve ao acaso. O insuspeito Berlinguer, analisando a Reforma Sanitária Brasileira, também foi direto ao ponto: "à medida que avança, a Reforma vai se tornando mais administrativa e menos sanitária" (*apud* Dâmaso, 2006: 88). Dissemos que os conflitos de perspectiva teórico-política mais centrais pouco se manifestaram no interior do próprio movimento sanitário. Para finalizar esta seção, passemos a eles, dado que, embora a sua ausência estrutural tenha sido responsável por uma condução quase em linha reta do movimento, mesmo a sua manifestação residual pode nos permitir vislumbrar o rebatimento das contradições mais gerais da luta de classes no campo da Saúde sob aquela conjuntura histórica.

Trata-se da polêmica entre Gastão Wagner de Souza Campos e Sonia Fleury Teixeira, em 1988, motivada pela resposta do primeiro a um texto de Jaime Oliveira. Antes, cabe dizer que Oliveira, um dos mais interessantes intelectuais da Reforma Sanitária, reforça a nossa compreensão de que o grau de radicalidade do movimento e a força da sua luta obedeceram a uma mediação que está situada entre a direção que lhe deram os líderes do chamado "partido sanitário"[16] e o substrato de luta política da classe trabalhadora. É também dele a percepção de que a conjuntura que se apresentava ao movimento sanitário, nos anos 1980, abria possibilidades de encaminhamento dessa luta setorial para além dela mesma. Sua formulação do problema é concebida no interior de uma estratégia, portanto. Embora não ignore os preceitos da luta setorial

[16] Segundo Escorel (1999), o apelido, de cunho pejorativo, pretendia caracterizar um conjunto de propostas e determinado grupo de sanitaristas que tinham vinculação ou eram simpatizantes do PCB. Por partido sanitário, portanto, ficou conhecido o grupo que hegemonizou a direção política do movimento sanitário, bem como os canais de divulgação de suas ideias.

em que se vê envolvido, sua preocupação fundamental é enxergar o *particular* inserido no *universal*:

> no meu entendimento, o conjunto de proposições que gira em torno da ideia de Reforma Sanitária tem seu significado inovador dado pelo fato de que estas proposições apontam numa direção que se situa para além destas preocupações e de suas autolimitações. Ou seja, se situa para além dos esforços de resolução de uma crise de legitimidade e fiscal do Estado. E, portanto, para além dos esforços de autorreprodução deste Estado e das condições econômico-sociais e políticas que ele ajuda a sustentar. (Oliveira, J. A., 2008: 203)

Oliveira apresenta claramente a questão da superação do Estado, identificando o seu papel reprodutor das relações de produção da sociedade capitalista, pondo em dúvida, assim, a tática de mera ocupação de uma máquina que tem por serventia a manutenção da dominação de classe. Esse texto foi publicado na edição n. 20 da revista do Cebes, *Saúde em Debate*, de abril de 1988, em pleno trabalho da ANC. Com base nos mesmos referenciais marxistas dos polemistas, o autor constata, acuradamente, que o momento conjuntural da luta de classes no Brasil era "marcado por uma tensão entre projetos de hegemonia alternativos" (Oliveira, J. A., 2008: 203). A caracterização do que chamou de "período anterior" da Reforma Sanitária, pré-8ª CNS, cujo projeto se resumiria à defesa de "interesses econômico-corporativos enraizados nesta área" conjugados a "esforços racionalizadores que compunham (...) um projeto de recuperação da eficácia político-ideológica das Políticas Sociais enquanto instrumento de hegemonia", apenas sugere que estivesse se referindo à dimensão interna do movimento sanitário. Pouco antes, a vinculação do projeto setorial com a luta de classes mais abrangente ficara evidenciada na seguinte passagem: "estas proposições [inovadoras] apontam numa direção que se situa (e hoje pode situar-se) para além destas preocupações e de suas autolimitações" (Oliveira, J. A., 2008: 203). Isto é, *se situa* porque superou, setorialmente, o seu momento econômico-corporativo; *pode situar-se* porque as contingências históricas permitiriam; e *para além de suas autolimitações* porque se constitui em luta parcelar, incapaz, portanto, de se colocar numa vanguarda cujo denominador comum seja o setor e não a classe. Em suma, a combinação do decisivo ato de vontade da luta com as condições para a sua consecução, a ponto de franquear uma disputa entre projetos com pretensões hegemônicas, estaria abrindo essa possibilidade.

Como se pode notar, Oliveira percebe um momento especial do movimento sanitário, conjugado à pujança da luta dos trabalhadores. E a partir do quadro que tece, avança para o debate tático e estratégico. Situam-se aqui os elementos que permitem o diálogo com as perspectivas dos sanitaristas. Dessas conjecturas, concebe o projeto de luta do qual o movimento sanitário seria parte: conquistas parciais, cumulativas, na esteira da redemocratização, mas não esgotadas em si mesmas e sim radicalizadas pela clareza do ponto a que quer chegar – tática com estratégia. Daí a importante ressalva que faz:

> o que queremos frisar é que a noção de guerra de posição/democracia progressiva inclui a noção marxiana-leninista de 'quebra do Estado'. Com a diferença de que esta 'quebra' é pensada, aqui, como algo que se realiza (tem que se realizar) anteriormente à tomada do poder político, do poder de Estado. E como condição para tal (...). Em síntese, a ideia de guerra de posição, e sua sucedânea (democracia progressiva) apontam, conjuntamente, no sentido da necessidade de promover, naqueles contextos, uma ação política, e ideológica (moral, cultural) ampla, que inclui, além dos problemas ligados à 'quebra' do aparelho de Estado, todo o processo de luta pela hegemonia nos aparelhos, públicos e privados, de hegemonia e de coerção. (Oliveira, J. A., 2008: 204-205)

A noção de democracia progressiva (Togliatti), portanto, compreende a conquista paulatina da democratização do Estado, mas o Estado no sentido ampliado de Gramsci, isto é, além do seu próprio aparelho (Oliveira, J. A., 2008) – o que constitui em boa medida um contraponto importante à tática institucional assumida pelo movimento sanitário.

Tal perspectiva, que talvez pudesse, mesmo que indevidamente, ser acusada de situar-se num plano teoricamente rigoroso mas distante da realidade concreta, foi enriquecida por Oliveira justamente no ponto que pareceria aos mais pragmáticos (no sentido da menor importância conferida à teoria e à estratégia) a sua fragilidade: as conquistas parciais e a relação com o Estado. Da constatação elementar do papel essencial de "manutenção e reprodução do *status quo*", o autor transita ao debate das táticas na consecução de uma estratégia – esta foi a busca que propôs por uma teoria que tratasse do fazer da luta naquele agora; o agora que se define, duplamente, pelo legado das gerações passadas e pela projeção do devir, ambos no presente. Ele indaga:

> como devem ser pensadas, alternativamente, as chamadas 'Políticas Públicas' (e, mais particularmente, as 'Políticas Sociais') no interior de um

> projeto de guerra de posição/democracia progressiva? (...) como devem ser encaradas, alternativamente, num projeto de transformação radical, revolucionária (embora 'progressiva') deste quadro? (Oliveira, J. A., 2008: 206).

E arrisca uma resposta nada óbvia nem tergiversante:

> identificar, no que tange ao âmbito das 'Políticas Públicas'/'Políticas Sociais', em que aspectos básicos daquilo que o faz ser o que é, o Estado capitalista precisa ser 'quebrado', e em que aspectos da sua participação no processo de constituição da hegemonia burguesa ele precisa ser enfrentado, [no] interior de uma tal estratégia de transição. (Oliveira, J. A., 2008: 206)

Ou dito de forma mais precisa:

> A questão que se coloca para nós é, portanto, a de como incorporar, concretamente, estes 'temas básicos' (a 'quebra' do Estado e a luta pela hegemonia) no desenho teórico das formas de enfrentamento da problemática das Políticas Públicas/Políticas Sociais, da perspectiva da estratégia da 'Democracia Progressiva'. (Oliveira, J. A., 2008: 208)

Gastão discordará de Oliveira não por sua perspectiva teórica ou opções políticas para o prosseguimento da luta do movimento sanitário, mas sim pelo diagnóstico a respeito do tensionamento positivo que Oliveira enxergava no interior do próprio movimento – perspectiva que não seria endossada "pelos próprios ideólogos da Reforma Sanitária oficial", diria Gastão. Em síntese, afirma categoricamente que não havia projeto inovador, mas sim uma agenda que se caracterizaria pelo seu aspecto restrito e racionalizador (Campos, 2008).

Gastão porá em xeque não só a tática institucional – que chama de "tentativa de impor reformas 'por cima', por intermédio do aparelho estatal" (Campos, 2008: 212) – como também dialogará, crítica e indiretamente, com o célebre "fantasma da classe ausente". Segundo aponta, possivelmente em referência indireta ao processo de reforma sanitária italiano,

> ao contrário de outros países capitalistas, que realizaram reformas na saúde, e nos quais os intelectuais progressistas tiveram que compor-se com o movimento sindical de trabalhadores ou com os partidos apoiados nessa classe, aqui, o principal agente das transformações teria sido o 'partido sanitário' encastelado no aparelho estatal e apoiado, evidentemente, por autoridades constituídas. Ou seja, a própria eleição dos instrumentos para implementação das políticas, em larga medida, já diz de seus limites 'transformistas' e da renúncia, *a priori*, de qualquer veleidade de trabalhar, junto à sociedade, pela construção de uma nova hegemonia, de um novo bloco

> político, capaz de dar concretude, apesar dos constrangimentos impostos pela realidade brasileira, a um projeto de socialismo. (Campos, 2008: 213)

O autor denuncia o que compreende como uma espécie de tática *prussiana*, pelo alto, para a implementação das reformas no campo da saúde. Sua crítica não recai, propriamente, sobre essa ou aquela bandeira específica defendida pelo discurso sanitário *oficial*, como qualifica, mas justamente sobre as suas limitações, sobre a circunscrição do projeto brasileiro de Reforma Sanitária aos limites da ordem, a despeito das manifestações discursivas existentes em favor do socialismo. "Causa estranheza a utilização desse conceito, dessa noção de revolução, para caracterizar a Reforma Sanitária oficial, imaginada por seus próprios idealizadores como um processo restrito de mudanças" (Campos, 2008: 216-217), afirma, em referência crítica a uma fala de Hésio Cordeiro[17] – a quem chama de "destacado dirigente do movimento sanitário".

Gastão esmiúça:

> Essa noção de reordenamento de um determinado modo de produção de serviços de saúde, sem rupturas importantes de sua lógica, se articula com outra, que também faz parte do universo teórico desses técnicos: a de tomar o Estado, e dentro dele, especificamente o governo, como principal base de sustentação para o desenvolvimento da reorganização da assistência médico-sanitária. (Campos, 2008: 215)

Trata-se, porém, do mesmo Estado, em processo de transição democrática, contra o qual brotavam reações em face do seu perfil autoritário e privatista. A conquista do Estado, para os sanitaristas, como sugere Gastão, parecia se confundir com a conquista de postos dentro do próprio aparelho. Não se pode, no entanto, considerar que os defensores da tática desconhecessem a noção de *Estado ampliado* de Gramsci, que extrapola a compreensão do aparelho estatal. O problema foi outro, se de fato estivermos conseguindo apreendê-lo.

O diagnóstico da realidade brasileira feito pelo movimento sanitário passava por dois entendimentos complementares e que informavam diretamente as suas práticas, até com certa coerência – o que não exclui o seu caráter controverso, no plano tático: 1) o forte papel jogado pelo Estado na condução das mudanças sociais e econômicas; 2) a fragilidade da sociedade civil supostamente em face da tradição autoritária das relações entre Estado e sociedade

[17] Hésio havia dito que o Suds significara "a maior revolução no setor saúde já ocorrida no Brasil" (*apud* Campos, 2008: 216).

civil no Brasil – com ênfase no período ditatorial inaugurado em 1964 –, o que teria impedido ou dificultado o processo de assunção, da classe *para si*, dos rumos da luta pela saúde (Fleury, 2008; Lucchesi, 2006).

Vejamos a essência da resposta de Fleury (2008: 222) às críticas de Gastão: "No caso dos países de industrialização retardatária, a relação Estado/Sociedade assume uma configuração particular, caracterizada pela marcada presença do Estado na condução dos processos econômicos e sociais". E ainda:

> Assim sendo, a predominância do papel do Estado nestas sociedades não é uma questão que possa ser resolvida ao nível da vontade dos pretensos formuladores dos processos da Reforma Sanitária. Ao contrário, trata-se de um reconhecimento pela configuração da relação Estado/Sociedade, que, no entanto, não pode ser identificada com uma posição de renúncia à busca de construção de uma nova hegemonia (...). Por outro lado, a análise da sociedade (...) não pode deixar de considerar a sua baixa capacidade de organização e mobilização em questões que transcendem os interesses corporativos. (Fleury, 2008: 223)

Não se trata aqui, portanto, de uma incoerência teórica, em que pese a pertinência de um questionamento diante da leitura de realidade apresentada: pelas lentes gramscianas, era o Brasil um país ocidentalizado? Se sim ou se não, qualquer das respostas impõe desafios teórico-práticos que nunca foram suficientemente abordados pelo movimento sanitário e pela esquerda democrática. Em suma, como explicar a adoção de uma prática política com referenciais gramscianos que considera o aparelho de Estado como o lócus central da disputa e da ação política, em nome de sua transformação e não de sua superação?[18] Uma sociedade civil fragilizada é coerente com a existência de uma sociedade ocidentalizada, onde, por excelência, se deveria adotar a

[18] O debate não se reduziu ao que por ora apresentamos. Jairnilson Paim afirmou a tática, com substrato teórico, categoricamente: "O referencial teórico que sustentava essa estratégia indicava que para avançar a Reforma Sanitária exigiria a utilização permanente das instituições para garantir os espaços conquistados e fortalecer a 'guerra de posição' na construção da hegemonia dos setores democráticos e populares". Recuperou, no entanto, a crítica de Edmundo Gallo, feita em 1991: "a tática utilizada pelo Partido Sanitário não correspondia à estratégia por ele propugnada: ao mesmo tempo em que se apontava o socialismo (...) isolava-se a possibilidade de efetiva participação popular, trabalhando-se cada vez mais em nome da população e não em articulação orgânica com os setores populares. Isso leva a crer que nessa não correspondência tático-estratégica (prático-teórica) situava-se o cerne daquilo que posteriormente se chamaria de dilema reformista" (Paim, 2008b: 138, 276-277).

tática de guerra de posição? Como pensar o papel dos intelectuais para a construção da contra-hegemonia sem o organismo, sem a base social, que lhes daria sustentação e sentido de existência?

Como tentamos caracterizar, parte importante do debate teórico do movimento sanitário ficou alheio a tais questões; estas sim, de fundo. A busca por uma teoria, como veremos, foi também sintomática desse alheamento, fruto, em boa medida, do comportamento autorreferente do campo da saúde. Sigamos com Escorel, ainda uma vez mais:

> A saúde – medida da existência em si, pois lida com a vida e com a morte – assim como outros direitos sociais, é um elemento potencialmente revolucionário e de consenso (...). Desta forma, a luta pela saúde adquire um caráter subversivo, inclusive em contraposição ao tratamento de mercadoria que recebe nas sociedades capitalistas. Porém, o que queremos destacar com o que chamamos de potencial revolucionário é o fato de a saúde constituir um campo privilegiado da luta de classes. (Escorel, 2006: 183)

Eis o autocentrismo da saúde representado por inteiro. A ampliação do conceito de saúde foi responsável, justamente, pela complexificação e politização do campo. No entanto, a pretensão de universalidade da saúde, pela simplória relação entre vida e morte, faz o movimento contrário, no sentido da vulgarização, porque pretende conferir à saúde um lugar especial, tentando retirá-la, em certa medida, da totalidade complexa que o conceito ampliado lhe conferiu, inserindo-a, isto sim, numa generalização – o que é substancialmente distinto. Em que pese o fato de que outros intelectuais do movimento não tenham tomado para si a íntegra da argumentação de Escorel, em coro potente endossaram o mesmo princípio relativo ao *campo privilegiado da luta de classes* que caracterizaria a saúde.

Quando a democracia vira estratégia: "reformistas graças a Deus"

A existência de um inimigo comum, a ditadura, capaz de unificar dissensos foi, ao que parece, funcional aos conflitos internos do movimento. Ainda assim, se fôssemos aos precursores do discurso sanitário moderno, eleitos entre os seus próprios pares, não seria difícil notar que a base conceitual que informa o pensamento sanitarista, hegemonicamente falando, é a de extração marxista (Arouca, 2003; Donnangelo, 1979), com destaque para o

pensamento de Gramsci como a principal influência teórica do movimento sanitário. E não podemos deixar de notar que o grosso dessa filiação encontra-se justamente na publicação que pretende empreender a busca por uma teoria. É curioso que uma resposta tão unívoca combine com a intenção por uma busca, como se faltasse chão. Tal movimento, podemos considerar numa rápida síntese, é parte de uma declaração, ainda velada, de iminente abandono das matrizes marxistas para a análise da realidade, em face da crise profunda do socialismo real que já se experimentava em fins dos anos 1980. Eis o descompasso de uma prática política vicejante que se percebe crescentemente carente de base teórica, abalada pelo fracasso de uma experiência histórica.

Sinteticamente, podemos tecer uma periodização, indicativa, embora não muito rigorosa, da predominância da matriz teórica marxista no movimento sanitário. O período de maior ascendência, com a utilização de categorias presentes essencialmente no pensamento de Marx e Engels e forte influência do estruturalismo althusseriano, é contemporâneo da estruturação do movimento, por volta de meados da década de 1970. Esse compasso se mantém até mais ou menos meados da década seguinte, quando a adoção do pensamento do comunista italiano torna-se mais evidente. Na sequência, a década de 1990 representa uma espécie de apagão do movimento sanitário, em todos os sentidos, incluindo os trabalhos de análise de sua trajetória. Mais recentemente, a partir dos anos 2000, retomam-se as referências a Gramsci. E não é coincidência que esse percurso teórico (e também prático) seja rigorosamente o mesmo da esquerda democrática, no mesmíssimo período. Tentemos, topicamente, uma rápida caracterização com o cuidado necessário para não cairmos em maniqueísmos.

A partir de meados da década de 1970, a necessária crítica do Estado autoritário encontrava terreno fértil no marxismo de viés estruturalista, que atribuía pouco peso à política. A forte crise internacional do capital, a partir das duas crises do petróleo (1973 e 1979), e o momento de rearranjo da hegemonia burguesa no Brasil, com o fim iminente da ditadura, permitiam vislumbres de superação da ordem do capital. A questão democrática, reapresentada pelas mãos dos gramscianos do PCB, produto do mal-estar de parte da esquerda comunista com os rumos da experiência socialista, já se fazia presente. Novamente, não por coincidência, é de 1979 o célebre documento do Cebes, "A questão democrática na área da saúde".

Ao longo dos anos 1980, com a aproximação da redemocratização no Brasil e a revitalização da política institucional, conjugadas à profunda e

declarada crise terminal do socialismo real, a matriz estruturalista foi perdendo terreno para o eurocomunismo, que propunha uma guinada do marxismo no sentido da via democrática para o socialismo, mediante uma particular leitura da obra de Gramsci. À democracia como valor universal unia-se a ideia do acúmulo de forças, via reformas parciais (*reformismo revolucionário*, na versão brasileira do eurocomunismo). Falava-se ainda em superação da ordem capitalista e construção do socialismo, sobretudo ante o diagnóstico do impacto que representaria o cumprimento das tarefas em atraso deixadas pelo caminho por uma revolução burguesa não clássica, se assumidas como bandeira de luta pela classe trabalhadora. Nesse programa democrático, visando à superação da ordem do capital, o Estado desempenharia papel decisivo na formulação tático-estratégica que se desenhava. Data desse período o empenho dos sanitaristas na tática institucional de ocupação de postos na máquina estatal.

Os anos 1990 foram de recuo, teórico e prático, dentro e fora do movimento sanitário. Como substrato, essa década serviu, diante do deserto neoliberal, para o amansamento e a vulgarização do pensamento gramsciano, bem como da democracia e da noção de participação democrática. Desaparece do cenário, praticamente, a agenda de *grande política* da Reforma Sanitária, como também os seus princípios, matrizes teóricas e objetivos societários. O teor socialista é retirado dos projetos e da prática política da classe trabalhadora organizada como um todo (à frente, o PT). Grassa um crescente pragmatismo político, com notável redução de horizontes. Para o movimento sanitário restou a defesa, no que foi possível, do SUS.

Nos anos 2000, pós-crise neoliberal, pós o dissimulado *mea culpa* do capital e tudo mais que de lá para cá tem servido como peça de ideologia para a manutenção da dominação, Gramsci reforça a sua presença, cada vez mais sem Marx, sem ruptura, sem revolução, sem socialismo e como tutor de uma democracia apassivada – embora dita *radicalizada* –, que de tão inofensiva ao capital tem sido capaz de produzir um consenso em torno dela mesma nunca antes visto em sua curta história moderna. No plano internacional, isso corresponde a um poderoso reforço da hegemonia do capital, embora a crise econômica do sistema tenha se mantido e agravado. O movimento sanitário aparentemente se revigora com a vitória da esquerda, encabeçada pelo PT. A EDP se realiza, também apassivada, coerente com o que foi se tornando nos últimos tempos. Os quadros do movimento povoam o Executivo seguidamente e o SUS mantém a sua curva de atrofiamento – em paralelo a conquistas pontuais. Assim como parte da esquerda que não sofreu com a labirintite petista, parte

do movimento sanitário afunda-se numa crise sem precedentes. Gramsci é virado do avesso e serve, à revelia, a todos os senhores.

Uma primeira e excelente oportunidade para o aprofundamento desse debate nos é dada pelo livro organizado por Fleury Teixeira em 1989, fruto de um seminário que pretendeu avaliar os rumos da Reforma Sanitária Brasileira até então. Significativamente, da referida obra constava em seu subtítulo o anúncio da busca por uma teoria.

Tomamos essa chamada por uma teoria e a polêmica em torno do caráter do movimento, que põe em discussão a sua prática política, como centrais e representativas do projeto da Reforma Sanitária, posto que se inscrevem num momento histórico em que toma corpo a EDP, onde se apresentam questões similares. O corte socialista preponderante entre os nomes que mais vocalizaram a agenda do movimento é um ingrediente a mais nesse caldo. E vale notar que, não por coincidência, parte expressiva dos principais canais de divulgação das ideias gerais do movimento – como o Cebes e a Abrasco – foi hegemonizado precisamente por grupos com essa trajetória, que se expressava também partidariamente, em especial por meio do PCB e, minoritariamente, do PT.

Já no texto de abertura da obra, assinado pela própria organizadora, ficam patentes as questões tático-estratégicas da classe trabalhadora – em seu esforço histórico, naquela conjuntura específica, de construção de um projeto capaz de disputar a hegemonia –, que ajudam a iluminar a declarada falta de uma teoria do movimento. De início, nos faz uma indicação de compromisso teórico – que em parte serviria como resposta à questão central que apresenta a obra – seguida do indicativo de um problema, de uma limitação:

> A introdução da concepção histórico-estrutural à área de saúde inaugura um novo paradigma no conhecimento da relação entre medicina e sociedade e consequentemente do papel do Estado nessa relação. (...) Reproduzem-se no campo da saúde as dificuldades encontradas no marxismo com relação à problemática da determinação entre os níveis infraestrutural e superestrutural. (Teixeira, 2006: 17-18)

Fleury Teixeira está pondo claramente em questão o paradigma estruturalista que ganhou terreno também no marxismo nos anos 1960 e 1970. Sua perspectiva não nega a determinação econômica em última instância, que é um postulado marxiano/engelsiano, mas questiona o peso atribuído à estrutura e o pouco relevo conferido às superestruturas – que traduz como

"nível político" e "nível ideológico" (Teixeira, 2006) – nas análises produzidas no campo da saúde. Sua motivação é pensar a saúde não apenas como "resultante", mas também como estruturante, uma vez que "se constitui em um espaço sempre específico de reprodução ampliada das relações políticas e econômicas" (Teixeira, 2006: 28).

Sua crítica adota claramente as lentes gramscianas, em face dos conceitos de *hegemonia*, *bloco histórico* e *guerra de posição*, dos quais se utiliza em uma ótica que dialoga diretamente com a perspectiva de Carlos Nelson Coutinho.[19] Assim, apresenta uma significativa agenda teórica que deveria, como propõe, nortear a ação política dos sanitaristas e em síntese: 1) repõe o caráter de conquista e disputa que deve caracterizar também as políticas sociais, deplorando uma concepção que enxerga nessas ações do Estado apenas uma funcionalidade para a dominação (Teixeira, 2006); 2) problematiza o papel do Estado como, supostamente, mero comitê executivo da burguesia, para trazer a reboque a importância da valorização de categorias como "cidadania" que, por sua vez, como crê, também não poderia ser reduzida à mera "mistificação da relação de igualdade burguesa"; e 3) confere à luta democrática um caráter central como essência mesma da luta política de classes, posto que "universal", apontando inclusive para a superação da sociabilidade burguesa (Teixeira, 2006: 21). Embora longa, vale a citação:

> Algumas correntes da esquerda teriam sido o primeiro e principal ator político a rever suas concepções e assumir uma proposta efetiva de redemocratização da sociedade (...). A luta pela hegemonia por parte das classes dominadas recoloca a questão da democracia não só como um valor tático, mas também estratégico. A democracia, enquanto uma modalidade plural de exercício do poder político, passa a ser vista como o espaço ideal de formulação de uma contra-hegemonia, ampliando o campo de alianças das

[19] Coutinho foi um dos convidados do seminário organizado por Fleury Teixeira e que depois se tornaria o livro *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria* (2006). Não pretendemos, evidentemente, afirmar que a simples presença do referido intelectual brasileiro como um dos autores do livro em questão seja decisiva para determinar a filiação teórica que identificamos em Fleury Teixeira. Nossa hipótese, secundária para este trabalho, se baseia na identificação de uma compreensão particular de Gramsci, identificável em toda uma geração de intelectuais que se desenvolveu muito proximamente à leitura do próprio Coutinho – não à toa o principal introdutor de Gramsci no Brasil. Dito isso, a referência a Coutinho torna-se um dado a mais a ser considerado. Cabe ainda acrescentar que o próprio autor, em texto de 2007 acerca da recepção do pensamento gramsciano no Brasil, citou o livro a que nos referimos como uma das importantes pesquisas realizadas nos anos 1980 "sob a influência de categorias ou problemáticas gramscianas" (Coutinho, 2007b: 165).

> camadas populares, de sorte que os intelectuais oriundos das classes médias e da burguesia vêm a ser um aliado fundamental neste processo de formulação de um projeto político e cultural dos setores dominados. Esta revisão da perspectiva 'golpista' das esquerdas (no sentido de buscar soluções de cúpula, sem mobilização das bases) aponta para a conquista de reformas no interior do capitalismo, como condição de consolidação de uma contra-hegemonia, e mesmo como uma via de transição a um socialismo que preserve as conquistas democráticas alcançadas. (Teixeira, 2006: 32)

Se não estivéssemos tentando acompanhar o percurso teórico-prático do movimento sanitário e, em maior escala, da classe trabalhadora organizada nessa determinada conjuntura histórica, talvez pudéssemos encerrar aqui o nosso percurso, pois estamos diante não só do resultado da busca que pretende fazer o livro como também da síntese da EDP. Se estivermos corretos na indicação da importância de Coutinho como um dos principais vocalizadores desse projeto político da esquerda democrática a partir dos anos 1980, vejamos uma passagem do autor, no mesmo livro, em que o conteúdo da citação dialoga intimamente com a anterior:

> Não é possível compatibilizar a plena cidadania política e social com o capitalismo. Assim como a expansão dos direitos políticos, da democracia participativa, quando impulsionada além de certo limite, entra em choque com a dominação capitalista, também a expansão dos direitos sociais termina por encontrar obstáculos na conservação da lógica da acumulação do capital. O avanço da cidadania, portanto, coloca na ordem do dia a necessidade do socialismo (...). A estrutura institucional que prepara e consolida essa nova hegemonia das classes subalternas é concebida como uma 'democracia de massas'; e sua estratégia pode ser definida como um 'reformismo revolucionário' (um objetivo revolucionário, superador do capitalismo, que se explicita por meio de reformas graduais). (Coutinho, 2006: 57-59)

Como dissemos, estamos tateando uma conjuntura extremamente rica e complexa, cheia de áreas de sombra, de avanços e recuos, revisões e novas formulações de projetos políticos de classe, tanto para a burguesia quanto para os trabalhadores, fortalecidos na conjuntura de luta contra a ditadura e forte crise do capital em âmbito internacional. Toda primeira impressão, portanto, pode ser sempre superficial e frágil.

A essência dessa visão do papel da democracia na luta pelo socialismo, por meio de um reformismo revolucionário, é notadamente de extração eurocomunista, como pudemos conferir de perto. Longe de ser consensual, a

leitura particular que, em primeira mão, Togliatti e o PCI fizeram de Gramsci (Liguori, 2007), fortemente incorporada no Brasil por Coutinho e pela esquerda democrática, e certa transposição da realidade italiana para pensar o caso brasileiro são dois dos principais pontos de crítica a essa perspectiva.

Por todas as razões, não é preciso muito esforço para caracterizar o movimento sanitário como reformista. Fleury é direta na caracterização dos embates teóricos e práticos que, segundo sua perspectiva, estavam apresentados para a classe:

> Porque havia uma perspectiva político-partidária que era de fazer uma transformação nessa realidade, enquanto que os colegas latino-americanos até nos acusavam de reformistas (...) desde aquela época dos anos 70, quando todo mundo estava querendo fazer a revolução na área da saúde, nós encaramos fazer a reforma porque essa era a perspectiva do Partido Comunista. Eu acho que a apropriação da categoria do marxismo, a análise dela aplicada à saúde coletiva (...) era mais particularmente de tentar interferir nessa realidade. Nisso eu acho que tinha a perspectiva reformista do Partido Comunista que já tinha feito a opção não-revolucionária, ou seja, reformista pela democracia, já nos congressos dos anos 60 e tudo mais. (Fleury, 2005)

Não sobram dúvidas. Fazer a reforma (e não a revolução) parecia significar pôr a mão na massa, interferir na realidade, investir no possível e no concreto. Com sua habitual honestidade, a autora não hesita em chamar de reformista a inflexão democrática experimentada pelo PCB desde fins dos anos 1950, ou seja, trabalha com os termos exatos dos críticos a tal inflexão sem que se apresente nessa posição crítica da estratégia pecebista.

Cabe, porém, alguma relativização da fala de Fleury, para que não se considere também, por tabela, uma objetividade da realidade tal como parece ser objetivo o discurso. É bem sabido que não se trata de uma simples escolha, pragmática: reformar ou revolucionar. Por certo há escolhas, mas sempre circunscritas a um arco de possibilidades dadas pelas condições materiais objetivas. A conjugação de umas e outras é que resulta nas opções táticas e estratégicas das classes em luta. Não se trata, portanto, de uma cobrança idealista, pelo simples acerto da teoria, tampouco de um determinismo historicista, como se apenas as condições objetivas dadas fossem determinantes para a consecução das ações humanas que, assim, não estariam mais no registro das opções. Disso resulta que, ainda que privadas de completa autonomia e controle absoluto sobre o processo real, é das escolhas, em tais condições, que estamos tratando.

Já foi possível notar que as posições divergentes identificadas dentro do movimento sanitário não correspondiam à sua realidade complexa de forma tão esquemática. As oscilações que podem ser notadas no pensamento de atores individuais e coletivos indicam um processo tortuoso e dialético de construção de uma teoria e de uma prática política, inteiramente atravessadas pela questão democrática. Nesse sentido, permanece válido o esquadrinhamento dos rumos assumidos pelo debate teórico que, de forma mais ou menos consistente, contribuiu para embasar a prática política do movimento sanitário. Voltemos ao sanitarista baiano:

> Na realidade, desde a sua emergência o movimento sanitário explicitava a sua opção reformista, tendo em conta os fracassos no Brasil dos movimentos revolucionários do final dos anos sessenta e início dos setenta. Parodiando o livro de Zélia Gattai – *Anarquistas, Graças a Deus*, Sonia Fleury declarava em diversas oportunidades: 'Reformistas, graças a Deus...'. (Paim, 2008b: 279)

Notemos que a síntese de Fleury Teixeira, apesar de jocosa, ganha plena validade com a justificativa que Paim apresenta para a escolha reformista dos sanitaristas: *o fracasso no Brasil dos movimentos revolucionários*; tal como expressara, em termos muito parecidos, Gastão: "Os caminhos que me levaram à saúde pública foram o desvio possível para o atoleiro que se revelou ser a via revolucionária" (Campos, 2005: 122). Mas isso significaria o abandono do socialismo? Cremos que não, se considerarmos a honestidade de princípios dos que se propuseram a transformar a realidade concreta por essa via, embora o que estivesse sempre em jogo não fosse apenas o norte pretendido, mas também e tão fundamentalmente quanto, os caminhos através dos quais persegui-lo. Todos os sanitaristas a que fizemos referência até agora de fato alimentaram expectativas de construção do socialismo por uma via democrática e pacífica. Hoje parece claro que essa escolha não vingou. Ao contrário inclusive de um avanço lento, como se poderia contrapor, só fez retroceder. O próprio desaparecimento do debate estratégico da esquerda foi o sinal mais dramático desse retrocesso.

Se estivermos corretos no modo de apreender as oscilações inerentes a um processo de formulação estratégica de classe, não estranharemos que a mesma Fleury Teixeira, em fins da década de 1980, expressasse ressalvas justamente à tática reformista que, a tirar pela referência de Paim (não datada pelo autor), teria defendido sempre, incondicionalmente. Diz a autora, citada por Gallo e Nascimento (2006: 109): "a Reforma Sanitária (...) seria um aspecto

setorial da construção de uma nova hegemonia? Isto é possível, viável, ou a transição pactada, as estratégias governamentais etc. *vão* reformar o reformismo?". A dupla entra no debate:

> Aqui há uma discordância com a autora em relação ao significado da categoria reformismo, que ela concebe como o que aqui se prefere chamar de atitude reformadora: a ação política que envolve reformas estatais ao [*sic*] interior do capitalismo, mas sem perder de vista a necessidade de sua superação; em contraposição ao reformismo, que seria essa ação contra um fim em si mesma, abdicando da necessidade do processo revolucionário, com consequências teóricas graves. (Gallo & Nascimento, 2006: 109)

A despeito das divergências quanto ao significado teórico dessa ou daquela categoria, os autores não refutam a prática política (seja como *reformismo*, seja como *atitude reformadora*) do movimento sanitário na luta por reformas que, uma vez acumuladas revolucionariamente poderiam abrir as portas para a construção do socialismo, democrática e pacificamente. O que os une é precisamente a *via democrática*, é a democracia compreendida como *valor universal*, como já indicamos.

Vejamos melhor, com a ajuda de Paim, a combinação possível (e quase obrigatória), nessa conjuntura, da negação do socialismo real e da defesa incondicional da democracia:

> Independentemente dessas diferenças, admitia-se, portanto, a superação da concepção que defendia a tomada súbita do aparelho de Estado e, também, daquela que supunha uma elite governando 'por cima' da sociedade. Reconhecia-se, enfim, que qualquer proposta de mudança ou permanência do *status quo* teria de ser 'conquistada na sociedade, nos marcos de regras democráticas, sob pena de inevitável fracasso'. (Paim, 2008b: 163)

Vale aqui um comentário. Há um fosso, de grandes proporções, entre a recusa do socialismo real e a formulação elogiosa da democracia, que não é só de Paim, Fleury Teixeira, Gastão, Gallo e Nascimento, mas do projeto de classe ao qual todos eles e outros tantos ajudaram a formular e aderiram. Da constatação primeira de ausência de democracia nos regimes comunistas em geral resulta uma valoração universal da democracia para, além de garanti-la em uma futura sociedade socialista – com o inimigo de classe derrotado, embora ainda vivo –, afirmá-la na luta daquele tempo presente contra o inimigo de classe ainda dominante. Para responder à flagrante ausência de democracia promoveu-se a sua

valorização indistinta – eis a operação da qual já sabemos as origens, recentes e remotas. O abandono, no entanto, da perspectiva da revolução violenta não representaria propriamente a recusa da ruptura ou da superação do sistema do capital. Também vale lembrar que o socialismo, sempre que afirmado, era tratado como consequência da radicalização da democracia, isto é, o resultante desta. Em nome dele ou por ele, nada mais seria preciso além de tornar a democracia o mais abrangente e sólida possível. Veremos mais adiante, como anunciado, o caminho mistificante que tal formulação assumiu a partir dos anos 1990, a despeito das mais honestas intenções socialistas e revolucionárias que possam ter havido entre os integrantes da esquerda democrática.

Sumariamente, relembremos também o marxismo gramsciano de Coutinho, que forneceu parte importante do estofo teórico do movimento sanitário nos seus momentos de auge: a ampliação do Estado, captada por Gramsci, teria resultado da complexificação da luta de classes, uma vez que, a um só tempo, a dominação de classe teria se tornado mais difícil de ser batida – já que espraiada e enraizada culturalmente por uma sociedade civil encorpada – e franqueado a representação de interesses também dos dominados, que passaram a tensionar e disputar tal dominação por meio dos seus aparelhos privados de hegemonia, como associações, sindicatos e partidos. Como consequência, as táticas e a estratégia também sofreriam alterações. Teria passado o tempo (de Marx e Engels) das revoluções por tomadas súbitas e violentas do Estado (compreendido estritamente como aparelho), uma vez que tais métodos não seriam mais aplicáveis a contextos de sociedades ocidentalizadas, isto é, nas quais o Estado teria experimentado tal ampliação. Abria-se um novo tempo de disputa *molecular* pela hegemonia cultural, desdobrada em reformas graduais que, seguidamente ampliadas e acumuladas, teriam o socialismo como norte. Para Coutinho (2006), a plena democracia, portanto, seria revolucionária e dessa forma incompatível com uma sociedade capitalista a longo prazo.

Tomando Pietro Ingrao como importante referência, Coutinho defendia um novo tipo de hegemonia que pudesse, nas sociedades complexas, superar o seu corporativismo capitalista intrínseco. Coutinho expõe, baseado em Gramsci, o papel crescente jogado pelo consenso em sociedades cujos interesses apresentam-se de formas múltiplas e variadas. Esse pluralismo seria parte "ineliminável das complexas sociedades modernas", como já pudemos conferir com Berlinguer e companhia. Diz-nos:

> [uma] nova concepção de hegemonia implica a criação de blocos majoritários que se articulem em torno de questões de abrangência nacional (como a da saúde, por exemplo), elaborando propostas globais de reforma que transcendam (mas sem ignorar) os interesses meramente corporativos dos múltiplos segmentos envolvidos. Essas reformas globais (...) deveriam apontar em conjunto, no sentido de um reordenamento da sociedade, de uma superação da lógica capitalista (...). Nessa nova concepção neogramsciana de hegemonia, torna-se possível conservar o pluralismo da sociedade civil e, ao mesmo tempo, evitar o corporativismo selvagem que desemboca na ingovernabilidade. (Coutinho, 2006: 59)

Se ainda pairava alguma dúvida sobre a origem eurocomunista/coutiniana do pensamento do movimento sanitário, ela acaba de se dissipar. O pluralismo é outra marca desse discurso de crise (do movimento comunista internacional e do projeto da esquerda). O seu elogio inverte a sua ordem de constituição. Se não foi plural a sociedade do capital, desde a sua origem, o tensionamento que engendra essa diversificação de interesses é próprio do movimento da classe trabalhadora, não pode restar dúvida. Evidentemente, podemos falar de multiplicidade de interesses intraclasses, mas não estamos tratando aqui dos interesses específicos de frações internamente às suas classes, uma vez que estes, embora conflituosos, não ameaçam a existência da própria classe. Ao pensar, portanto, no conflito fundamental entre as classes antagônicas, que disputam projetos de sociedade distintos, é notório que o pluralismo se inaugura com o irrompimento da classe trabalhadora no cenário político formal. Assim como ocorre com a democracia, ao pluralismo se atribuiu um caráter mais amplo do que o seu significado de origem. Tanto nessa quanto em outra situação, parece haver um chamado ao inimigo de classe para um terreno que ele já habita, posto que, se não o inventou, o absorveu.

Causa algum estranhamento também o receio da *(in)governabilidade* manifestado por Coutinho. O mote fundamental das reformas graduais, uma vez retirada da agenda a transformação abrupta e repentina da realidade concreta, era a garantia das melhores condições de vida possíveis até, digamos, a vitória definitiva. Mas isso também pareceu se confundir – e não falamos de uma confusão cognitiva, individual, mas coletiva, fruto das correlações de força entre as classes e espraiada ao longo das últimas décadas – com a manutenção do jogo social mais harmônico possível entre as classes, pela via da democracia e do respeito às diferenças de interesses.

Em outra passagem que consideramos seminal para a compreensão dessa complexa engenhoca conjuntural, Coutinho explicita o que seriam as bases materiais para a tática do "reformismo revolucionário":

> o aumento da produtividade do trabalho permite agora que a exploração do trabalhador passe a ser feita também através da mais-valia relativa, ou seja, permite um aumento simultâneo do lucro capitalista e da taxa de acumulação, por um lado, e, por outro, da massa salarial apropriada pelos trabalhadores. O jogo já não é mais de soma zero. É isso que cria o espaço econômico para concessões, ou seja, para que novos interesses se façam representar na formulação de políticas estatais. Então, eu diria que, por um lado, a velha ordem liberal, pressionada pela expansão dos direitos políticos, tende a se converter cada vez mais em liberal-democracia; e que, por outro, com a ampliação dos direitos sociais, chega-se finalmente ao que hoje se conhece como Estado do Bem-Estar (que poderíamos chamar de social-democracia). (Coutinho, 2006: 54)

Fica sugerido, portanto, que Coutinho concebe a ampliação dos direitos políticos, desde o século XIX, como parte de um longo processo de conquistas dos trabalhadores que, se acumuladas e com direcionalidade, podem servir à construção do socialismo. A direcionalidade é o socialismo, e o acúmulo, que deve ser norteado por ela, é o reformismo revolucionário. De passagem, vale lembrar que esse mesmo autor, em texto escrito em 2000, segundo afirmou, em face das "dificuldades em que se debatia o PT quando tentava articular, na teoria e na prática, democracia e socialismo", declarou:

> Penso ser chegado o momento de superar definitivamente os anátemas resultantes da divisão do movimento operário em 1917 (divisão pela qual, decerto, a social-democracia é em grande parte responsável) e reconhecer claramente que essa opção dos social-democratas pelo reformismo possibilitou às classes trabalhadoras do 'Ocidente' significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas, certamente mais amplas – sobretudo no que se refere à democracia – do que aquelas obtidas nos países 'orientais' que seguiram um caminho não capitalista (nos países do chamado 'socialismo real'). (Coutinho, 2008a: 44)

De modo muito semelhante, a Abrasco, em 1985, lançou um documento em que deixava clara a necessidade de avanços imediatos ou os mais próximos possíveis do momento da luta (Cebes, 2008b). Queremos dizer de chofre que não reside aí o substrato da nossa crítica. A questão decisiva é quando a luta pelo imediato consome todas as energias e se descola da luta mais abrangente,

quando a tática subjuga a estratégia, como ocorreu nessas últimas décadas com o movimento sanitário e com a esquerda democrática. Assumindo a problemática, cerca de vinte anos mais tarde, Paim (2008b: 22) provocou: "por que a Reforma Sanitária Brasileira não cumpriu o que prometeu?" Sua resposta foi direta: a Reforma Sanitária "institucionalizou-se por filtros", isto é, alçou-se ao aparelho de Estado, mas foi também tragada por ele à medida, justamente, que se institucionalizava. O mesmo Paim aprofunda a análise e enriquece a resposta à pergunta que formulou, dando contornos estratégicos ao problema, que ajudariam a explicar o recuo dos horizontes da luta:

> As análises realizadas durante a 8ª CNS identificavam dois pactos durante a redemocratização: o liberal-burguês e o democrático-popular (...). Essa análise da correlação de forças apontava para os limites de as classes trabalhadoras sustentarem reformas sociais mais amplas. Assim, a luta pela cidadania, não obstante a sua identidade social-democrata, representaria um 'pré-requisito' para projetos mais avançados, a exemplo da Reforma Sanitária. (Paim, 2008b: 270-271)

Fleury Teixeira, que ao lado de Paim, na primeira metade da década de 1980, defendeu a tática da institucionalização, retoma os termos da autocrítica:

> a estratégia reformista de ocupação de espaços 'estratégicos' e a quase absolutização da mudança ao nível formal da institucionalidade democrática encaminharam a Reforma Sanitária para fora das organizações sociais, acuando-a nas torres da academia, nos gabinetes da burocracia e nas antessalas do Parlamento. A pergunta que permanece nos debates é em que medida esta estratégia estava informada por um paradigma no qual as estruturas tomaram o lugar dos sujeitos, enfim, da própria história? (*apud* Stotz, 1994: 264-265)

A autora destaca aqui, mais uma vez, o peso de um determinado marxismo (estruturalista), contra o qual já advogava em 1989 como responsável por uma concepção enviesada do Estado e, em consequência, também da sociedade civil – que terminaria contribuindo com a formulação de táticas também enviesadas para o movimento sanitário. O ponto acerca do qual gira a análise (a via institucional), no entanto, extrapola esses limites, isto é, o viés estruturalista é apenas mais um elemento a ser considerado, mas nem de longe o único.

A autocrítica não abrevia o nosso trabalho, uma vez que nos seus termos podem ser identificados os mesmos problemas que deram ensejo à formulação

original da tática. Digna de nota é a distância que há – e isso não se constitui em particularidade ou imperícia dos autores militantes – entre a avaliação do percurso do movimento sanitário e o movimento mais geral da classe trabalhadora. A Reforma Sanitária figura como o próprio sujeito da luta (Elias, 1993). A conjuntura é chamada apenas para fornecer os obstáculos que supostamente travaram a transformação pretendida pelos sanitaristas. Como correlato do que acabamos de apontar, arriscamos dizer que não se trata propriamente de uma autocrítica, mas da identificação de acidentes de percurso. A tática sai ilesa, embora pareça desancada. Não fosse o grau exagerado de institucionalização, talvez os problemas não tivessem sido tantos, parecem indicar os autores.

Uma determinada compreensão do Estado e da sociedade civil (concebidos numa relação de opostos) contribuiu para a formulação e para uma prática política na consecução dessa e de outras táticas do movimento. Alguns temas específicos, que atravessaram a agenda política dos sanitaristas, são especialmente representativos dessa compreensão e úteis para a nossa análise: o papel da iniciativa privada no sistema de saúde brasileiro e a regulação que dela cabia ao Estado, o papel dos partidos políticos na mediação entre esse mesmo Estado e a sociedade civil, além do empenho pela democratização desse Estado que, em última análise, forneceria as bases para uma relação mais saudável, menos viciada, com a sociedade civil. Este último ponto o abordaremos no capítulo seguinte. Tratemos dos dois primeiros na sequência.

Diga-se, de antemão, que o que pretendemos apresentar é sumamente significativo exatamente porque os sanitaristas compreenderam sempre os interesses privados na saúde como opostos à agenda de reformas que propunham para o setor (Cebes, 2008e; Gerschman, 2004; Escorel, 1999, entre outros), mas também ilegítimos, como veremos, sob a vigência da ditadura, posto que escusos. E, por oposição, a normalidade democrática significaria dizer que, uma vez em condições de suposta igualdade (sob um regime formalmente democrático que, vigiado pela sociedade civil, não privilegiaria uns ou outros), seria legítima a disputa em tal arena. Em suma, o Estado, porque ditatorial, seria um inimigo por ser ilegítimo. Quando, com a redemocratização, recuperasse a sua legitimidade, se não deixasse de ser inimigo, passaria, no mínimo, à condição de disputável.

Atentemos para o relato de Paim a respeito do chamado de Arouca na abertura da 8ª CNS. Lembremos que o texto do sanitarista baiano é de fins da primeira década dos anos 2000, quando o "porre democrático" já tinha virado ressaca:

> Pediu licença aos profissionais para destacar um convidado especial – a sociedade civil brasileira organizada, conclamando a CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil], a ABI [Associação Brasileira de Imprensa], a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], as confederações nacionais de trabalhadores, associações de bairros, sanitaristas, pesquisadores, trabalhadores de saúde, *inclusive entidades ligadas ao setor privado*. (Paim, 2008b: 121, destaque nosso)

Observemos agora Arouca, diretamente, em seu discurso célebre:

> Há alguns dias atrás, algumas entidades ligadas ao setor privado se retiraram da Conferência, alegando que, como representavam uma grande percentagem dos serviços de saúde prestados ao país, deviam ter maior número de delegados (...). Mas eu lamento profundamente a sua ausência, porque nesta Conferência está se tratando é de criar um projeto nacional que não pretende excluir nenhum dos grupos envolvidos na prestação de serviços, na construção da saúde do povo brasileiro. Assim, a eles queria deixar uma mensagem: que, mesmo na sua ausência, vamos estar defendendo os seus interesses, desde que estes não sejam os interesses da mercantilização da saúde. Portanto, todo aquele empresário que está trabalhando seriamente na área da saúde, na qualidade da sua competência técnica e profissional, não precisa se sentir atemorizado, porque aqui ele vai ser defendido. (Brasil, 1987: 39)

Voltemos a Paim e seu comentário:

> Esta convicção democrática, assentada no respeito a possíveis oponentes, implicava um *agir comunicativo* na esfera pública a exigir argumentos para sustentar o projeto da Reforma Sanitária (...). Esta foi a convocação para um projeto nacional que tomava a Reforma Sanitária como referência para as mudanças necessárias com vistas a uma sociedade democrática e socialista no Brasil. (Paim, 2008b: 121-122, destaque nosso)

Eis o projeto de conciliação de classes expresso pelo movimento sanitário plenamente caracterizado. A *convicção democrática*, nessa perspectiva, pretensamente acolhe a todos e desconsidera o antagonismo insolúvel entre projetos distintos de sociedade. Tomemos agora para apreciação um documento de 1985 do Cebes, pela sua representatividade:

> Frente aos avanços das relações capitalistas na produção de serviços de saúde não podemos simplesmente desconsiderar ou ignorar a iniciativa privada no setor. Não há condições, quer econômicas, quer políticas,

> quer técnicas, para no contexto de um regime de transição democrática prescindir-se da iniciativa privada, responsabilizando-a simplesmente pelos problemas de nossa assistência à saúde. *Um Estado legítimo* e como principal agente financiador possui instrumentos e mecanismos suficientemente eficazes para superar muitos desses problemas. Desde que se proponha a enfrentar de modo realista as relações com os produtores privados e desde que na definição de suas políticas haja *possibilidade de participação dos diversos segmentos sociais interessados,* as políticas de saúde estatais têm condições de orientar, fiscalizar e promover estímulos àquelas modalidades que se revelam nessa conjuntura, adequados às necessidades assistenciais. (Cebes, 2008c: 161-162, destaques nossos)

O que fica patente, embora se afirme noutra parte do documento que o encaminhamento de soluções para o setor Saúde não poderá advir de medidas meramente racionalizadoras, é que se reputa à gestão do setor uma importância maior do que a devida. A aposta caiopradiana num Estado que dirija a iniciativa privada se mostra plenamente. Dito de outra forma, a gestão não seria capaz, sozinha, de resolver a sociedade (permeada pelo autoritarismo estatal), mas uma vez resolvida a sociedade, a gestão ganharia centralidade, uma vez que passaria a contar com a participação de amplos setores sociais na definição de políticas de saúde e controle de sua implantação. Em suma, em vez da luta de classes que permeia o todo indivisível formado por Estado e sociedade civil, a centralidade do conflito passaria a residir na suposta fronteira entre esse mesmo Estado e a sociedade civil, isto é, a burocracia. Fleury Teixeira (1988: 201) não deixa dúvida: "Não se trata mais de organizar a sociedade em torno de um projeto de transformação do Estado, mas se requer a utilização, o manejo do aparelho estatal na direção proposta". Não se trata mais de transformar o Estado, mesmo que transitoriamente, mas de assumi-lo assim como se configura no interior de uma formação social burguesa. Antes um Estado nocivo, porque ditador; agora um Estado ocupável, porque democrático. Eis a equação central, segundo interpretamos, a guiar o movimento sanitário e sua tática institucional.

O elogio da sociedade civil, pela crítica do Estado (ilegítimo), por um lado, e do mercado, por outro, também se mostra presente mesmo em autores pouco representativos do movimento sanitário. Luiz Felipe Moreira Lima, que assina um trabalho incluído na coletânea de textos clássicos do Cebes, mas publicado originalmente em 1987, afirma:

> A prática tem demonstrado que o Estado não tem cumprido o seu papel previsto, nem a livre iniciativa suprindo as comunidades daqueles bens com a necessária qualidade. Houve, e ainda há, um conluio entre o Estado e os interesses econômicos e políticos, que redundam no enfraquecimento do poder das comunidades. (Lima, 2008: 126)

É interessante notar a aposta do autor num papel *previsto* do Estado de impedir, sustar ou regular, que seja, a penetração de interesses particularistas em suas próprias estruturas, de modo a não permitir o enfraquecimento do *poder das comunidades* – entenda-se, da sociedade civil. Eis a base da noção de *ilegitimidade* do Estado, construída ainda durante a ditadura, pela denúncia, embora legítima e acertada no cotidiano da luta política, da promiscuidade entre interesses públicos e privados assinalável também no período da ditadura empresarial-militar.

Sigamos nosso percurso. Vejamos agora o que está dito num documento do Cebes de 1985:

> Claro está que um Projeto de Sociedade com estas características implica na participação política de todos os segmentos sociais em sua elaboração e implementação, o que pressupõe amplo debate de ideias num contexto de livre organização da sociedade civil, fortalecimento dos partidos políticos e da representação política e [no] nível do aparelho de Estado. (Cebes, 2008c: 159)

Como se pode conferir nos parágrafos que antecedem esse trecho do documento, a reação que implicaria outro *projeto de sociedade* é ao regime militar. A democratização parece valer como o signo da transformação. As diferenças estruturais, de base econômica, não são lembradas, mas o *amplo debate de ideias*, a partir da *livre organização* dessa sociedade civil, bastaria. Ou seja, a igualdade jurídico-política e a garantia da livre expressão e da livre organização, justamente o que um Estado autoritário costuma ferir – seja porque se ignora a centralidade das questões de base econômica, seja porque se considera que elas podem ser resolvidas ou amenizadas por meio do debate de ideias e da disputa política no interior da ordem burguesa, ou ainda pela aposta na construção, plural, de um projeto de sociedade.

Há um deslocamento do referencial da luta de classes com a redemocratização. A interpretação da tática por Gallo e Nascimento se mostra sumamente representativa do que desejamos apontar. Embora reconhecendo o caráter abrangente da luta que se travava no setor saúde (o que é diferente, ressaltamos, de compreender a luta setorial inserida na luta de classes), os autores

fazem uma distinção: "seria errôneo (...) remeter a luta na área da saúde à dicotomia classe operária *versus* burguesia, sob pena de estreitar a base social e política do Movimento Sanitário, e colocar em xeque o próprio projeto hegemônico" (Gallo & Nascimento, 2006: 93). Isto é, a negação da luta de classes se dá por conveniência e, da forma como se apresenta essa sentença, o conceito de hegemonia, em Gramsci, se reduziria, como já dissemos, a um grande pacto.

Desse ponto da análise podemos desdobrar outro, que diz respeito à postura do movimento sanitário ante os partidos políticos e à sua relação com os receios da partidarização da luta. Seja pela compreensão tática, declarada, de que essa aproximação poria em risco a unidade do movimento e acarretaria o estreitamento de suas bases de sustentação, seja pela via de justificação que colocava a saúde acima dos interesses parciais de cada agremiação partidária, estes foram sempre os grandes ausentes da teoria e da prática política dos sanitaristas (Cohn, 1989) – embora suas lideranças tivessem, quase todas, vinculação partidária. O interlocutor direto do movimento foi sempre o Estado (Elias, 1993), durante a ditadura e depois dela. No momento auge do movimento, a 8ª CNS, os partidos estavam também distantes (Rodriguez Neto, 2003). Este foi outro dos problemas percebidos, se não por todos, pelos mais argutos sanitaristas:

> No caso brasileiro, a base social do Movimento Sanitário está concentrada, desde suas origens, nas camadas intelectuais e [na] burocracia pública, progressiva, mas esporadicamente ampliando essa composição com a inclusão das organizações sindicais e dos movimentos populares. A ausência de partidos e organizações sindicais na base de apoio à reforma tem como consequência o deslocamento da luta para dentro do aparelho de Estado, correndo o risco de, ao assim fazê-lo, reduzir ainda mais as possibilidades de fortalecer uma organização social autônoma. (Fleury Teixeira & Mendonça, 2006: 209)

Escorel, outra presença importante nessa avaliação permanente, sai em socorro do movimento e dos acertos de suas opções táticas:

> o Movimento Sanitário fez valer uma de suas outras características que é o estabelecimento de alianças com setores progressistas, populares ou não, comprometidos com a luta. O que lhe permitiu consolidar alianças, manter-se enquanto movimento orgânico e organizado, foi 'conceber a unidade como valor estratégico' e tratar a questão da saúde como questão nacional. (Escorel, 2006: 186)

Não estaremos carregando nas tintas se afirmarmos que há aqui uma indicação clara de aliancismo de classes em nome da questão da saúde, que estaria, supostamente, acima dessas diferenças. A linha de corte é bastante generosa e imprecisa: o comprometimento com a luta. Escorel talvez estivesse fazendo uma referência indireta a parlamentares de partidos conservadores, quem sabe. Mas de um modo ou de outro o que há é uma secundarização do jogo de forças entre as classes, que necessariamente está além dos indivíduos. Há também a questão da *unidade como valor estratégico*, mas não sabemos ainda a que custo. Voltemos à autora:

> O Movimento Sanitário pode ser considerado como um *intelectual coletivamente orgânico* das classes trabalhadoras no campo de luta da saúde. Ainda se depara com o 'fantasma da classe ausente', já que no seu processo de desenvolvimento não foi capaz de estabelecer, de maneira permanente e profícua, não apenas alianças com os setores subalternos, mas sim a construção de uma estratégia comum de luta e de operacionalização do novo. (Escorel, 2006: 186-187, destaque do original)

Com base nessa passagem, o sentido das afirmações fica prejudicado. O movimento sanitário teria conseguido se fazer intelectual orgânico, por simples ato de vontade, de uma classe que não o reconhece nessa posição. Parece que esta é uma declaração flagrante da essência institucionalista do movimento, em que pesem as relações que construiu com os movimentos populares, mas que também dispensou quando julgou oportuno para dar consecução às formulações que trazia desde a origem. Como pensar, então, em unidade, sobretudo como valor estratégico? Escorel está, de novo, inflacionando a importância do setor Saúde e disputando posição com a própria classe trabalhadora pela qual o movimento se dispôs a lutar. A despeito das relações, mais ou menos intensas, e da adesão ou não da classe na luta setorial com potencialidades abrangentes, o aspecto central para a autora é a unidade do movimento sanitário.

Agora, Fleury Teixeira e Maria Helena Mendonça é que retornam para contribuir com o esforço explicativo iniciado por Escorel:

> A fragilidade do Movimento Sanitário decorria principalmente da incapacidade de ampliar suas bases de apoio, de forma a englobar os supostos principais interessados na mudança da política de saúde: a população deserdada pelo modelo econômico altamente concentrador levado a cabo pelos governos autoritários (...). Apenas uma pequena parcela

> distinguia-se dessa massa pouco politizada, estando organizada nas CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] vinculadas à Igreja Católica progressista, adepta da Teologia da Libertação. Neste caso, porém, predomina uma ideologia radical que rejeita qualquer possibilidade de alteração na política pública como estratégia de mudança social. (Fleury Teixeira & Mendonça, 2006: 206-207)

Em suma, os poucos que havia não serviam. As autoras reafirmam Escorel: "o Movimento Sanitário preservou sempre seu caráter suprapartidário e policlassista, condição essencial para manutenção da unidade política" (Fleury Teixeira & Mendonça, 2006: 206). Atentemos para o fato de que as táticas do movimento concebiam a relação com a sociedade civil sempre tendo em vista a mediação passível de ser exercida pelo Estado. Vejamos outra significativa passagem da dupla:

> A visibilidade que a questão da saúde começava a alcançar expressou-se também ao nível do Parlamento, onde, em associação com o Cebes, foram realizados importantes simpósios discutindo a política de saúde (...) o papel importante desempenhado por estes simpósios ficou por conta do encontro, *em igualdade de condições*, dos vários protagonistas do setor saúde: empresários, burocracia, Movimento Sanitário (...). Assim, o valor simbólico dos debates travados nos Simpósios de Saúde foi o de trazer para uma arena democrática os interesses divergentes no campo das políticas de saúde, o que certamente contribuiu para alterar auto e heteroidentidades políticas dos diferentes grupos. (Fleury Teixeira & Mendonça, 2006: 206, destaque nosso)

Eis, mais uma vez, o viés da leitura de realidade feita pelos intelectuais do movimento sanitário. A aposta de todas as fichas na redemocratização via como manifestação máxima da democracia que se restabelecia a participação de diversos setores da dita sociedade civil em, como se acreditava, *igualdade de condições*, nos espaços institucionais. Este é o substrato da *unidade* do movimento sanitário, supostamente resultante da defesa de um perfil *suprapartidário e policlassista*. Ao que parece, os sanitaristas fizeram *tabula rasa* dos antagonismos de classe em nome de conciliações e consensos possíveis na política partidária do Parlamento. Evidentemente que uma política de coalizões reúne interesses divergentes, mas não todo e qualquer interesse divergente. A coalizão é uma tática de enfraquecimento do inimigo de classe e não o ponto de chegada (Marx & Engels, 1850). Coalizão com setores progressistas não é o mesmo que interesses divergentes em condições de

igualdade. A tomada da disputa hegemônica apenas como disputa no plano das ideias é que conferiria sentido à afirmação de que esses encontros permitiriam uma *troca*, uma influência mútua entre classes.

A ocupação, desde bem cedo, dos espaços institucionais por parte do movimento sanitário, não coincidentemente, pôs em segundo plano a construção sólida de uma unidade teórica (secundária para a manutenção do viés institucionalista) e política (secundária ante a existência de um inimigo comum representado pela ditadura empresarial-militar), bem como o debate profundo sobre as opções táticas e estratégicas. Ocupar ou não o aparelho de Estado, manter-se na luta setorial ou avançar além dela, aproximar-se ou não das lutas populares, foram, entre outras, problemáticas que nunca assumiram um peso estrutural para a manutenção do próprio movimento. Em paralelo aos embates que houve, o movimento sanitário se manteve da forma como se criou: institucionalizado. Ajustemos alguns ponteiros.

Há que se perguntar no que consiste a dita *legitimidade* do Estado, uma vez que ele seguiu cumprindo a sua função precípua de classe a despeito da forma política que tenha assumido conjunturalmente. Tal bandeira, portanto, embora válida na disputa política, como discurso que pode construir unidade, parece não servir como critério de leitura do papel e das funções do Estado sob o capitalismo, seja ele do centro, seja da periferia do sistema. O segundo problema diz respeito ao que, supostamente, além de conferir a tal legitimidade ao Estado, permitiria não só vigiá-lo de perto, bem como garantir o consenso entre desiguais: a participação de todos os segmentos sociais interessados nos negócios do Estado. Ora, se o papel de classe desse Estado, supostamente, amainou-se, o que se poderia esperar é que sobre os ombros da democracia (formalizada, institucionalizada) fossem lançadas todas as expectativas de solução dos problemas do setor Saúde. O fato de se reconhecerem contradições fundamentais não elide a percepção enviesada que descuida dessas mesmas contradições como óbices que são à construção de um consenso entre os desiguais fundamentais. E ainda: parece despolitizada a noção de consenso dos sanitaristas, nesses termos que apontamos, uma vez que fica a impressão de que se poderia sempre alcançar, mesmo entre desiguais inconciliáveis, o melhor possível para todas as partes (classes).

Não será demais chamar a atenção para o fato de que o Estado significou sempre, para a EDP, *sujeito* ou *coisa*, como bem caracterizou Poulantzas. Os sanitaristas trataram como verdade consagrada, diria Caio Prado, a ideia de que, porque as relações sociais entre uma sociedade civil frágil, no Brasil, e

um Estado forte foram historicamente presentes, as transformações deveriam ser conduzidas necessariamente pelas mãos desse mesmo Estado, *demiurgo*. Se bem notarmos, ainda, eis um dos aspectos do dilema reformista: uma pretensa contra-hegemonia institucionalizada, que guarda, por sua vez, sérias aproximações com a atrofia da estratégia da pinça, como vimos no capítulo anterior.

Para o movimento sanitário, o que foi apenas e tão somente uma *forma* do Estado de classe da burguesia figurou como o próprio Estado, em uma suposta essência neutra. A forma ditatorial concentrou toda a carga da crítica, que permitiu, por sua vez, a aposta na sua disputa, supostamente garantida pelo processo de redemocratização. A partir de então, a receita era manter sob nocaute o autoritarismo pela extensão, *ad infinitum*, da participação democrática – como síntese máxima do consenso originado do conflito aberto, direto e legítimo.

O papel do consenso nas sociedades complexas, como apontou Gramsci, é produto do acirramento da luta de classes, e não resultado de uma dominação burguesa mais amena. As bases materiais do consenso denotariam precisamente as concessões que a burguesia, sob o Estado ampliado, precisaria fazer para se manter hegemônica. A constatação da maior força conquistada pelos trabalhadores por meio de seus aparelhos privados de hegemonia levou muitos a acreditarem que o poder de classe da burguesia estaria, desde então, constantemente posto contra a parede. Isso não parece de todo verdade, posto que se de fato, a partir de dado grau do desenvolvimento histórico das relações capitalistas, a burguesia não pôde mais ignorar o seu inimigo de classe, também soube sofisticar as suas próprias ferramentas de luta, a ponto de dificultar e, em algumas conjunturas específicas, neutralizar o poder das classes trabalhadoras, no Brasil e em outras partes. Mas se o consenso é a garantia de que a representação de interesses, guardadas as proporções das forças em jogo, tem espaço para ser exercida nas sociedades modernas e complexas, é também, ao mesmo tempo, a certeza de que foram mantidas as condições de reprodução do capital.

O consenso não pode ser tomado de modo descolado das forças representadas pela classe ou frações de classe, isto é, consenso é sempre o *consenso possível*, resultante de um embate. Se todos perderem ou não saírem plenamente vitoriosos, uns evidentemente perderão muito mais do que outros. Na base do consenso está, em última análise, o poder de coerção. Ou como bem lembrou o próprio Coutinho (2006: 56): "quando dois direitos iguais se enfrentam, o que decide – em última instância – é a força".

Para finalizar, o sempre citado Paim, em texto de 1997, remetendo-se ao debate de fins dos anos 1980 sobre os gargalos e potencialidades da Reforma Sanitária, apresenta os riscos de uma crítica obsessiva que a todo tempo aponta o que a Reforma não é, desconhecendo-a na realidade. Paim argumenta corretamente que, uma vez inserida a Reforma Sanitária numa "totalidade de mudanças", deve ser parte da radicalidade do processo "uma certa distância entre realidade e projeto na medida em que novos propósitos sejam historicamente estabelecidos". E completa: "Não parece convincente, portanto, aguardar o 'Grande Dia' em que seria declarada, finalmente, a implantação da Reforma Sanitária" (Paim, 1997: 15-16). A referência negativa feita por Paim, por analogia, ao modelo russo de revolução fica sugerida. Ao considerar válida a sua ressalva, tomaríamos a liberdade de completar o seu raciocínio, em se tratando de processo dialético, próprio de uma *totalidade de mudanças*, para também por analogia à recusa do Grande Dia lembrar que não se trata, porém, de considerar que o *movimento seja tudo* e o *objetivo final não seja nada*.

4.

Reeducar o Estado?

Estado e sociedade civil são conceitos caros, áridos e controversos para a filosofia e a ciência política. Não é de se estranhar, portanto, a relação também controversa que se estabelece na conjunção de teoria e prática quando se trata de analisar a realidade e atuar sobre ela com as ferramentas teóricas, as táticas e as estratégias disponíveis. Tal situação não indica, no entanto, para a luta de classes, a impossibilidade de construção de compreensões que se aproximem da precisão histórica e da coerência entre meios e fins. Ao contrário, serve para nos alertar precisamente sobre a importância e o cuidado que requerem as avaliações a respeito da situação e da conjuntura.

Neste capítulo, a proposta é buscar a materialidade do movimento sanitário nos resultados mesmos de sua prática política, como expressão das apostas e contradições presentes no seio da classe trabalhadora e até aqui indicadas. Para tanto, abordaremos a principal bandeira que expressa a questão democrática na saúde: a participação social. Serão retomados e aprofundados também alguns temas decisivos para essa agenda, como o papel central atribuído ao Estado e a importância da democracia formal para o que estamos chamando de uma *reeducação* desse mesmo Estado.

Participação social e o campo da saúde: o fenômeno e suas bases materiais

A chamada *participação social* na saúde tem sido tratada como sinônimo de *controle social*. Aqui não faremos diferente, mas consideramos importante,

de início, estabelecermos alguma distinção. Enquanto a primeira noção, para a sociologia, carrega um sentido mais abrangente associado à participação dos cidadãos nas decisões políticas – numa compreensão mais formal de democracia –, o segundo conceito foi ressignificado como controle da sociedade civil sobre o Estado. No Brasil, o conceito tem sido associado ao campo da saúde, mais acentuadamente (Correia, 2008; Stotz, 2008).

Segundo Maria da Glória Gohn, o termo participação "tornou-se parte do vocabulário e da agenda das nações ocidentais a partir dos anos 1960 [e] é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade" (Gohn, 2007: 14). Marcos Nobre nos informa que "participação e deliberação aparecem hoje no centro de um grande debate sobre a renovação da democracia, sendo que a experiência brasileira nessa área, por sua dimensão e vitalidade, ganhou um lugar de destaque no cenário internacional" (Nobre, 2004: 11).

É possível identificar pelo menos duas ordens principais de influências para a explicação desse fenômeno no Brasil e no mundo: a tradição conselhista de esquerda, inspirada na Comuna de Paris (1871) e nos sovietes surgidos durante o processo revolucionário russo (1905-1917), e as constantes reconfigurações do Estado sob a vigência do capitalismo monopolista, expressas pelas recomendações de incentivo à participação das agências internacionais (Ribeiro & Raichelis, 2012). No primeiro caso, a inspiração revolucionária é clara: como desdobramento da luta, promover a construção de espaços e formas de poder popular capazes de mobilizar um governo dos trabalhadores, pondo a ordem sob tensão, com o objetivo de superá-la. No segundo, trata-se de uma participação no mais das vezes rebaixada, incapaz de tensionar a ordem constituída, e que tem servido, desde então, como importante peça ideológica do sistema do capital para a legitimação de sua sociabilidade, no registro da divisão de responsabilidades com a sociedade civil e da redução dos custos com a política social (Côrtes, 1996, 2009a; Ribeiro & Raichelis, 2012). Caracterizemos melhor cada uma das vertentes, começando pela primeira.

Na história do pensamento marxista, uma nova democracia foi sempre base da defesa do socialismo, como modo de romper com "os limites formais e materiais" da forma democrática capitalista, garantidora de uma ordem em benefício da minoria (Martorano, 2011), ainda que a forma democrática capitalista historicamente tenha discursiva e ideologicamente postulado o contrário. É do jovem Marx, ainda um democrata radical, a tentativa inicial de desmonte das formas ilusórias que, identificava, cercavam o Estado capitalista

como suposta encarnação do universal. Em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, o revolucionário alemão, denunciando a distância entre forma material e conteúdo político que pesava sobre o homem real em seu cotidiano, quando confrontado com o cidadão político burguês – investido este de uma universalidade apenas formal –, destacava a necessidade de restauração do sentido de autogoverno (isto é, o reencontro de forma e conteúdo). Se superada a contradição, continua Marx, não faria sentido pensar em participação nos assuntos universais do Estado como algo que se faculta ou pelo qual se opta, uma vez que a essência mesma da religação entre forma e conteúdo seria a superação da forma ilusória desse mesmo Estado. O autogoverno, portanto, não precisaria abrir espaços à participação simplesmente porque a participação seria a razão de ser do próprio autogoverno (Marx, 2010).

Mas a primeira experiência histórica moderna que tentou aliar forma e conteúdo, por meio dos conselhos, foi a Comuna de Paris. Em pouco mais de dois meses, o governo dos trabalhadores de Paris aboliu privilégios, pôs em xeque a divisão social do trabalho, reduziu a sua jornada, tornou a educação gratuita, secular e obrigatória, instalou cooperativas de trabalhadores nas fábricas fechadas, desapropriou e ocupou residências vazias, extinguiu o exército permanente, entre muitas outras medidas que pretendiam desarticular o poder da máquina estatal (Pinheiro, 2011). Formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio nos diversos bairros da cidade, cujos mandatos eram revogáveis em qualquer tempo, e para o exercício do qual recebiam o mesmo salário médio de um operário, a Comuna instituiu uma combinação entre democracia direta e representativa – um corpo operante, segundo Marx, executivo e legislativo simultaneamente. O controle sobre a burocracia e a instituição de uma relação distinta entre os trabalhadores e seus representantes administrativos e políticos (Martorano, 2011) era a condição para tornar realidade a "destruição do poder de Estado" (Marx, 2008b: 404).

Lênin, algumas décadas mais tarde, em pleno processo revolucionário russo, em diversas passagens, como nas *Teses de Abril* e em *O Estado e a Revolução* (ambos escritos em 1917), reforçou a mesma compreensão por meio da valorização dos sovietes, que considerava a forma, em embrião, de um novo Estado de transição. Esse novo Estado seria capaz, a um só tempo, de conter a contrarrevolução burguesa e crescentemente democratizar as relações, na medida em que as bases materiais que instituíam o conflito de classe fossem perdendo terreno, tornando mesmo esse Estado transitório obsoleto, em franco processo de *definhamento*, como haviam indicado Marx e Engels.

Evidentemente, as concepções em torno do papel dos conselhos para a luta revolucionária variaram entre os diversos autores que compuseram o que se convencionou chamar de tradição conselhista ou comunismo de conselhos. Se Lênin e Trotsky representavam a posição mais à esquerda, cuja principal marca era a impossibilidade de conciliar a democracia conselhista com a dita democracia burguesa, expressa na existência do Parlamento, logo perderiam terreno para compreensões que primavam pela tentativa de promover justamente essa conciliação (Kautsky e Adler) ou mesmo que punham em xeque a centralidade até então atribuída a esse tipo de organização do poder proletário (Ebert e Cohen).

Gramsci, ainda nos tempos do Partido Socialista Italiano, ao lado de Amadeo Bordiga, foi outro importante pensador e revolucionário adepto do conselhismo. Mais tarde, a ênfase nessa perspectiva foi revista em sua obra de maturidade, embora nem de longe tenha abandonado a ideia de construção de um poder popular, paralelo, autônomo, próprio da classe trabalhadora e capaz, portanto, de tensionar a legalidade. Para Gramsci, que considerava os conselhos de fábrica equiparáveis aos sovietes, essas organizações, assim como para Lênin, não se configuravam apenas como instrumentos de elevação da luta dos trabalhadores a outros patamares, mas como o próprio modelo do Estado proletário (Bottomore, 1983). Caberia aos conselhos ainda a organização e a canalização da potência de ruptura dos trabalhadores organizados com a ordem burguesa para a construção de uma nova ordem (Buci-Glucksmann, 1980).

Passado o período das revoluções na Europa Central e institucionalizados e burocratizados os sovietes na União Soviética, reduziu-se a importância atribuída aos conselhos. Apenas em torno de Anton Pannekoek, na Holanda, e Paul Mattick, nos EUA, manteve-se acesa a produção teórica em torno do tema. Esses dois grupos retomaram a centralidade dos conselhos para a luta revolucionária dos trabalhadores, posicionando-se criticamente em relação a Lênin e à experiência soviética, acusando-os de promover o atrofiamento da pujança dos sovietes em nome da supremacia do partido (Bottomore, 1983). A despeito dos conflitos, a síntese da perspectiva revolucionária conselhista é de que "a luta pelo fim do Estado, presente desde o início da transição, é (...) o objetivo maior da socialização e da participação" (Martorano, 2011: 149).

Retomemos agora a segunda vertente anunciada, na qual a participação é produto das reconfigurações do Estado na fase do capital monopolista-financeiro. Embora tal fase se inicie na segunda metade do século XIX, o processo

participativo desdobrado dela apenas se configuraria com maior efetividade e presença no segundo pós-guerra, quando o fato político da Guerra Fria, a emergência do *welfare state* e a criação de um conjunto de organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas (ONU) – terminaram por se conjugar. Se a reprodução ampliada do capital esteve a todo tempo na base das transformações no ordenamento do sistema do capital e na sua dinâmica econômica, é forçoso notar que a considerável ampliação da esfera de influência comunista pela Europa Oriental e pela Ásia, sobretudo, trouxe uma dificuldade extra para as forças do capital. Se, de imediato, ao FMI e ao BM couberam, respectivamente, a manutenção da estabilidade financeira internacional, sob um novo padrão monetário, e o financiamento da reconstrução dos países destruídos pela guerra, logo suas atenções se voltariam também para a América Latina, em face do *perigo vermelho* representado por Cuba, que faria a sua revolução em 1959. Não coincidentemente, é de 1961, sob o governo de John F. Kennedy nos EUA, o programa Aliança para o Progresso, cujo objetivo central foi conter o possível avanço comunista no continente. Coube ao BM, por meio da United States Agency for International Development (Usaid), executá-lo. Conforme Ribeiro e Raichelis (2012: 52), as ações apoiadas pela iniciativa norte-americana objetivavam "instrumentalizar a participação da comunidade como veículo de promoção da sociedade de consumo".

Especificamente no campo da saúde, no Brasil tal disposição das agências internacionais em prol da participação das comunidades nos moldes que descrevemos conjugou-se, desde a virada dos anos 1960, com uma forte pressão de grupos organizados que reivindicavam, em âmbito local, maior permeabilidade nas decisões políticas relativas ao setor (Carvalho, 1995). Vale notar que nesse jogo de pressões e contrapressões, ao tempo que o Estado é mais flagrantemente capturado pela lógica monopolista-financeira, é que se dão também suas antecipações estratégicas de modo mais sistemático e constante. Precisamente para que pudesse se manter numa posição estratégica para a fração hegemônica do capital – e diríamos mesmo, acompanhando José Paulo Netto (2011: 27), no papel de seu "comitê executivo" – é que precisou, em paralelo, legitimar-se ampliando a sua base de sustentação, "mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais" que lhe permitisse organizar um *consenso* que assegurasse o seu desempenho. Esse é o registro que permite entender, por exemplo, as recomendações da Conferência de Alma-Ata (1978), patrocinada pela Organização Mundial da

Saúde (OMS), acerca dos cuidados primários de saúde, como "a principal referência para exemplificar a influência exercida pelas agências internacionais na origem de processos envolvendo a participação de usuários na área da saúde" (Ribeiro & Raichelis, 2012: 58).

É fato que estamos diante do contraditório permanentemente. Se Alma-Ata significou, por um lado, a incorporação de uma agenda de saúde numa perspectiva da manutenção das condições mínimas de reprodução da força de trabalho mundo afora; por outro, foi também um importante divisor de águas para a concepção *ampliada* de saúde. Fez valer um entendimento que necessariamente politizava a temática, por associá-la às condições socioeconômicas de indivíduos e grupos. No registro da participação defendida pela conferência conflitavam, portanto, o reconhecimento da amplitude do conceito de saúde conjugado a uma consequente responsabilização do Estado pela implementação de políticas públicas para o setor, com o chamamento para a autorresponsabilização das comunidades por suas próprias condições de saúde, em face da suposta escassez de recursos disponíveis (Declaração de Alma-Ata, 1978, p. 1, item VI).

A *participação comunitária*, portanto, como produto da medicina comunitária, surgida nos anos 1960 nos EUA (Paim, 2008a), toma corpo na América Latina nos anos 1970, por meio dos programas de saúde das agências internacionais (Côrtes, 1996; Ribeiro & Raichelis, 2012). O movimento sanitário, desde cedo, colocou-a sob crítica, denunciando o caráter reduzido e instrumental que preconizava (Carvalho, 1995, 2008; Felipe, 2008; Gerschman, 2004; Noronha & Travassos, 2008; Pellegrini Filho, 2008; Teixeira & Mendonça, 2006). Em paralelo, o movimento compreendia positivamente a mobilização popular em torno de uma agenda da saúde, em face de um regime autoritário que cerceava os canais convencionais de reivindicações (Cebes, 2008b).

Feitas as devidas caracterizações que anunciamos, sigamos mais uma vez com Netto, quando atenta para o conflito de classes como o fiel da balança para a compreensão do caráter multideterminado da realidade. O grau de investimento do Estado nas antecipações estratégicas para garantir o consenso e, ainda mais, a ocultação da sua condição de classe, esteve sempre na relação direta com o grau de organização e força de luta dos trabalhadores em cada contexto nacional. Ao contrário de desmerecer as conquistas, mesmo que eivadas de elementos contraditórios, o alerta nos serve para compreendermos que

> assinalar, portanto, a compatibilidade da captura do Estado pela burguesia monopolista com o processo de *democratização* da vida sociopolítica não é eludir o fenômeno real de que o núcleo dos sistemas de poder opera em favor dos monopólios – e, menos ainda, que jogue no sentido de reduzir os conteúdos de direitos e garantias de participação política. Ao contrário, equivale a indicar que um componente, mesmo amplo, de legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês no capitalismo monopolista; e não só é suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica. (Netto, 2011: 28, destaque do original)

As mudanças comportadas pela ordem, exatamente porque comportadas, podem indicar que o essencial da base do contraditório não foi comprometido. Sua importância, em uma perspectiva de superação da ordem capitalista, só pode servir para indicar a necessidade de avanço da própria luta e de suas formas. Gramsci nos faz o mesmo alerta, em passagem em que refuta a leitura amansada que tem sido feita de sua obra:

> O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial. (Gramsci, 2007: 48)

Se no imediato pós-Segunda Guerra o *welfare state* forçava um equilíbrio relativo entre as forças dos blocos capitalista e socialista, impondo concessões ao primeiro em nome de um consenso permanentemente em vigília, na sequência das duas crises do petróleo (1973 e 1979), esse jogo começou a virar. Dessa vez, uma nova conjugação, entre a crise de acumulação do capital, em face da saturação do modelo fordista (Harvey, 2002), e o processo flagrante em curso de derrocada do mundo socialista permitiu às forças do capital uma poderosa contraofensiva sobre o terreno que até então precisara ceder. Se à participação instrumental das agências internacionais, nos anos 1970, foi possível reagir com a pujança do movimento popular em saúde, ressignificando-a e tornando-a ponta de lança de uma bandeira civilizatória que nascia na saúde, mas extrapolava os seus limites setoriais, o mesmo não aconteceria nos anos 1990, com a chegada retardatária, ao Brasil, do neoliberalismo.

Tal processo, em toda a sua complexidade, com a consequente reconfiguração do aparelho de Estado, não pode ser desconsiderado se quisermos

compreender, em profundidade, a aposta convicta na democratização – que para o movimento sanitário, se expressou principalmente na participação democrática dos conselhos de saúde – e o arrefecimento de toda a energia empregada. Vejamos mais de perto, então, como o terreno praticamente livre encontrado pelo capital para a retomada das posições que precisou negociar, na combinação com as opções táticas e estratégicas das classes trabalhadoras em luta, logrou um dramático e brutal esvaziamento do conteúdo de classe da luta pela democracia, tornando-a objeto de puro fetiche.

Disse Hobsbawm (1995: 393) que "a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise". As respostas, de imediato, à desestabilização da Era de Ouro que se seguiu ao primeiro choque do petróleo não eram óbvias. E embora saibamos hoje da vaga conservadora que sucedeu tal descentramento, não se trata de supor que, a despeito dos caminhos encontrados no sentido da desconstrução do Estado regulador, as distintas escolas de pensamento (e de frações do poder burguês) tenham simplesmente se alternado, respeitosamente, na condução dos rumos de longo prazo do sistema do capital, após franco debate de ideias. A necessidade de encurtar o giro do capital para manter graus *aceitáveis* de acumulação e o aproveitamento das novas tecnologias de produção, comunicação, transporte e informática eram também dados objetivos da realidade a exigir novas práticas e novas formulações para o capital, consideradas em uma conjuntura de crise.

A tendência de maior presença do Estado na economia, desde a grande crise dos anos 1920, secundada por uma guerra de grandes proporções, não perdeu força no pós-1945. Ao contrário, o grande trunfo dos defensores de um *braço keynesiano* para a *mão invisível* de Adam Smith era precisamente a necessidade de controlar os impulsos do capital e, em consequência, as suas crises e os seus efeitos, como forma de evitar não só o abalo da paz no interior de cada nação, mas também a sangria da estabilidade que poderia fornecer munição ao inimigo socialista. Não é difícil notar, portanto, na tendência inversa, a partir de 1973 e ao longo do período indicado por Hobsbawm, a correspondência entre o crescimento da crítica liberal radical à forte presença do Estado na economia e a crise profunda por que passava o socialismo real.

Conjugada a essa conjuntura específica da luta de classes, o keynesianismo e a sua expressão prática no campo da produção, o fordismo, já apresentavam sinais de incapacidade na contenção das contradições próprias do sistema do capital, desde meados dos anos 1960. Nessa década, o papel

de principal centro fornecedor de produtos industrializados para o mundo, exercido pelos EUA, começava incomodamente a ter que conviver com a recuperação plena da capacidade produtiva da Europa Ocidental e do Japão, também interessados nos mercados mundiais para os seus excedentes. Em paralelo, como fato novo, também data dessa época o processo de industrialização fordista em diversos países do chamado Terceiro Mundo, com destaque para o continente latino-americano (Harvey, 2002). A consequente queda de produtividade e lucratividade das corporações estadunidenses depois de 1966 deu ensejo a uma crise fiscal na economia norte-americana. Restringiam-se as margens de manobra que permitiriam reagir às novas configurações do mercado mundial com a rapidez que a reprodução do capital passava a exigir.

Sob a ótica do capital, crescentemente essas dificuldades também se expressariam nos compromissos assumidos pelo Estado regulador com as classes trabalhadoras, justamente em uma conjuntura em que a crise fiscal constrangia a expansão de gastos públicos para o atendimento da questão social, bem como no considerado longo percurso para a valorização do capital, e ainda no processo de produção de mercadorias, nas formas de contratação de força de trabalho e mesmo nos produtos e padrões de consumo. Até que a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de aumentar os preços do barril e embargar as exportações para o mundo ocidental evidenciou a inviabilidade da manutenção do desenho da política econômica internacional vigente. A reação do capital se expressaria na concepção de uma nova forma de acumulação. *Acumulação flexível* foi o termo que o já citado Harvey criou para caracterizar o

> surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (Harvey, 2002: 140)

Essa configuração está diretamente relacionada à posição hegemônica do capital financeiro em relação às outras frações de classe da burguesia. O que se viu nas décadas seguintes, a começar por EUA e Grã-Bretanha ainda em fins de 1970, foi uma importante redução do *welfare state*, por meio sobretudo do "ataque ao salário real e ao poder sindical organizado"

(Harvey, 2002: 158). Para as regiões periféricas do mundo, que não experimentaram o Estado de bem-estar social, a receita não só foi a mesma, como as doses foram maiores, incidindo mesmo sobre a gordura que não havia para queimar.

O caso do Brasil foi ainda mais particular. Em face da resistência à ditadura e do significativo acúmulo de luta social ao longo dos anos 1970 e 1980, os trabalhadores brasileiros conquistaram importantes avanços em relação à assunção pelo Estado de um conjunto de demandas sociais, em forma de direitos adquiridos, justamente no momento em que as classes trabalhadoras do mundo desenvolvido amargavam sua redução. O certo adiamento da chegada até nós de uma agenda neoliberal, que só aportaria com verdadeira intensidade a partir da década de 1990, foi resultado da combinação dessa complexa conjuntura nacional e internacional. Era preciso, então, reformar a máquina do Estado, entendido este, pelos neoliberais, como avalizador das boas condições de negócio em cada âmbito nacional. A melhora constante da posição competitiva deveria ser obsessivamente buscada a partir de então. Residiria no suposto gigantismo do Estado, fruto de uma prática intervencionista e reguladora, o mal a ser sanado em benefício da saúde do mercado global. Um Estado gozando de boa saúde financeira (entenda-se: desonerado, enxuto, dono de uma importante poupança e de uma moeda sólida) seria o sinal mais claro de um bom mercado para o investimento privado (Harvey, 2012).

Abertura comercial, aumento vertiginoso dos juros, desregulação, privatização, flexibilização de leis trabalhistas e repressão/cooptação dos movimentos sociais e do movimento sindical têm sido, em síntese, a tônica da ação dos governos desde Fernando Collor de Mello (1990-1992). Mas coube a Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ao longo de seus dois mandatos consecutivos na presidência da República, implementar de fato o *ajuste estrutural*. Vencidas as eleições de 1994, um dos primeiros atos de Cardoso, em janeiro do ano seguinte, foi a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), para o qual convidou Luiz Carlos Bresser-Pereira, intelectual acadêmico, fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988, com larga folha de serviços prestados à iniciativa privada e experiência na administração pública. No Mare, Bresser-Pereira permaneceria por todo o primeiro mandato de Cardoso, e seria diretamente responsável por toda a arquitetura da *reforma gerencial* que habilitaria o Brasil a tornar-se plataforma de valorização do capital

internacional (Paulani, 2006), aplicando por aqui o receituário de agências internacionais que falam em nome das corporações transnacionais, como FMI, BM e Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), documento produzido pelo Mare e aprovado pelo Congresso Nacional, continha um conjunto de propostas que foram aplicadas e incorporadas à prática institucional do Estado, às relações de trabalho e ao trato da coisa pública (Behring, 2008). Para viabilizar o conjunto de medidas necessárias à adequação do Estado brasileiro aos novos ditames do chamado mundo globalizado, seriam imprescindíveis, segundo Bresser-Pereira: uma reforma administrativa da aparelhagem estatal; a criação de organizações sociais e agências executivas para liberar o Estado de tarefas que não lhe caberia executar (ao menos diretamente); alterações substanciais na legislação que regulava o regime de trabalho dos servidores públicos; definição e formatação dos contratos de gestão e do conceito de indicadores de desempenho para a definição dos termos da relação do Estado com as entidades e instituições que passariam a lhe prestar serviços; além de um nova política de "recursos humanos" para o "fortalecimento do núcleo estratégico do Estado" (Bresser-Pereira, 1998: 11).

Toda a caracterização apresentada até aqui nos servirá para compreendermos o lugar reservado à participação social no projeto neoliberal. Antes de prosseguirmos, vale termos em mente o alerta de Netto, páginas atrás, sobre a necessidade de legitimação do capitalismo monopolista pela via da democratização da vida sociopolítica. Com Bresser-Pereira, podemos constatar que a mensagem é bastante clara:

> A Reforma Gerencial ocorre hoje nos quadros do regime democrático. Se a globalização obriga as administrações públicas dos Estados nacionais a serem modernas e eficientes, a revolução democrática deste século que está terminando as obriga a ser de fato públicas, voltadas para o interesse geral, ao invés de autorreferidas ou submetidas a interesses de grupos econômicos. (Bresser-Pereira, 1998: 151)

Curiosamente, é também de Bresser-Pereira a desqualificação do processo democrático que redundou na Constituição Cidadã de 1988, a que chama de "retrocesso burocrático" e mesmo de "contrarreforma de 1988", por oposição à "reforma desenvolvimentista de 1967", implementada em pleno regime militar e que teria sido sustada pelo processo constituinte da Nova República (Bresser-Pereira, 1998: 163, 167).

Para o autor, que se autoproclama um homem de centro-esquerda e reivindica Marx como uma de suas três maiores influências intelectuais, "eficiência administrativa e democracia são dois objetivos políticos maiores das sociedades contemporâneas" – o que implicaria, seguindo o seu raciocínio, que a reforma gerencial só poderia chegar a bom termo se pudesse contar com um sólido regime democrático. Ou seja, os "controles administrativos" e a "competição administrada", responsáveis por um Estado mais eficiente, deveriam ser completados pelos "controles democráticos que estão sendo e deverão ser aprofundados: o controle social ou participativo, o controle da imprensa e da opinião pública, o controle da oposição política" (Bresser-Pereira, 1998: 17). Ou ainda: "a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo que o controla" (Bresser-Pereira, 1998: 48). Não precisamos de muito esforço para compreender que Bresser-Pereira considera o Estado como instância administrativa, e não como produto de uma sociedade de classes – a despeito da sua declarada filiação teórico-política. Caberia a esse Estado, assim, a busca pelo equilíbrio dos interesses e demandas dos diferentes atores e grupos presentes na sociedade civil. Não será por outra razão que o controle social será concebido como espaço complementar da gestão, capaz de fiscalizar o Estado, controlá-lo, mantendo-o imune ao corporativismo. Uma reforma gerencial voltada para os cidadãos, portanto, que pressupõe a sua organização em comunidades de interesses, clientes que seriam, não poderia prescindir da existência de "conselhos formais e informais dos mais variados tipos" (Bresser-Pereira, 1998: 112). A perspectiva é claramente conciliatória, visando à manutenção do consenso:

> A Reforma Gerencial convive melhor com um capitalismo de portadores de direito, na medida que o Estado, enquanto organização, é um sistema de cooperação, é um instrumento político (e não de mercado) de ação coletiva, que só pode funcionar bem se for capaz de limitar o conflito e promover a cooperação. (Bresser-Pereira, 1998: 138)

Toda a argumentação aponta para uma suposta democratização do Estado, consequente da sua reforma, e baseia-se no mesmo diagnóstico feito pela esquerda (e não só por ela) do caráter historicamente patrimonialista do Estado brasileiro. A reforma viria em boa hora para extirpar a praga contemporânea que atualizaria o passado patrimonialista: o corporativismo (Bresser-Pereira, 1998). Todo o teor das mudanças na administração da máquina estatal

teria o objetivo de *desparticularizar* o Estado, tornando-o verdadeiramente público, a serviço da sociedade.

Não por acaso, há pontos de contato da agenda vocalizada por Bresser-Pereira e as diretrizes do BM, expressas em documento já fartamente trabalhado pela literatura acadêmica. Trata-se do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (1997). Toda a cartilha de focalização, profissionalização da filantropia e resgate da cidadania vem acompanhada do incentivo à participação das comunidades, com o fito declarado de torná-las capazes de gerir a própria vida.

O tema central do documento a que acabamos de nos referir é o Estado. Em suas páginas são apresentadas todas as diretrizes para a reforma da máquina estatal. A revisão forçada do receituário neoliberal, que teve resultados sociais catastróficos ao longo de vinte anos de vigência nos países do Terceiro Mundo, e a consequente revalorização do papel do Estado para o combate da questão social estão afirmadas logo no Prefácio, assinado pelo então presidente da instituição, James D. Wolfensohn. O apelo a um Estado nem tão mínimo, como forma de aliviar as pressões sociais e manter, ao mesmo tempo, os índices de acumulação de capital, precisava continuar contando com a divisão das responsabilidades pelo ônus. O que mais senão a participação da sociedade civil poderia contribuir para a redução de um problema sem pai nem mãe e, portanto, supostamente pertencente a todos? Não por acaso, um dos capítulos do relatório intitula-se "Um Estado mais próximo do povo". Lá está dito o seguinte:

> Não é capaz o Estado que ignora as necessidades de grandes setores da população ao estabelecer e implementar políticas. E, mesmo com o máximo de boa vontade, o governo poucas probabilidades terá de atender eficientemente às necessidades coletivas se não souber quais são muitas dessas necessidades. Assim, é preciso que o revigoramento das instituições públicas comece com uma aproximação do governo com o povo. Isso significa inserir a voz do povo na formulação de políticas: abrir campo para que indivíduos, organizações do setor privado e outros grupos da sociedade civil expressem as suas opiniões. No cenário apropriado, também pode significar maior descentralização do poder e dos recursos do governo. (...) Incentivar uma participação mais ampla na preparação e provisão desses bens e serviços por meio de parcerias entre o governo, as empresas e as organizações cívicas também pode melhorar a sua oferta. (Banco Mundial, 1997: 116)

A funcionalidade da democracia em sua versão fetichizada parece servir indistintamente a todos, mas serve em verdade aos que precisam dela para legitimar a sua dominação. Virgínia Fontes apresenta os termos exatos da crítica:

> A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do capital, com ênfase para o próprio Banco Mundial (...). Tratava-se (...) de incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas a legitimar a ordem pela sua participação na gestão de recursos escassos. As reivindicações populares seriam canalizadas, por exemplo, pelos Orçamentos Participativos, que teriam forte papel pedagógico. Fruto de reivindicações populares pelo controle efetivo dos orçamentos públicos, resultariam na sua agregação à institucionalidade vigente, bloqueados economicamente e subalternizados politicamente (...). Essa inserção subalternizada, apartada das formas classistas e da problematização da dinâmica propriamente capitalista no Brasil, seria apresentada como o modelo fundamental para a participação popular e para o 'controle' popular a ser exercido sobre as políticas públicas voltadas para a questão social, em especial na saúde. (Fontes, 2008: 208-209)

Não é possível ignorar a apropriação da bandeira democrática da esquerda pela direita. Mas voltemos a Bresser-Pereira e seu Mare. A reforma gerencial patrocinada pelo governo de Fernando Henrique dedicou uma atenção especial à saúde[20] – único setor a receber tal tratamento. Dois elementos nos parecem centrais para as motivações que podem justificar tamanho interesse: o primeiro constitui-se na expressiva conquista de uma política pública de caráter universal que o SUS representou, resultante de um importante acúmulo de luta social ao longo dos anos 1970 e 1980. Em segundo lugar, se não bastasse a intenção de restauração do poder de classe, que explica em grande medida a ofensiva neoliberal (Harvey, 2012), o potente viés econômico do setor Saúde, vislumbrado pelo capital desde fins dos anos 1960 (Rizzotto,

[20] Em 1998, Bresser-Pereira publicou o livro *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*, cujo propósito foi sintetizar o processo que coordenou de reforma do Estado. É nessa publicação que nos baseamos para este debate. No que diz respeito à reforma do setor Saúde, em 1995, o Mare, em conjunto com o MS, elaborou o documento "Sistema de atendimento de saúde do SUS" para guiar o processo. Em 1998, o mesmo documento foi incluído no n. 13 da publicação *Cadernos do Mare*, com o título "A reforma administrativa do sistema de saúde". No livro em questão, o capítulo dedicado ao tema recebeu o título de "Reforma gerencial na saúde". Compõe-se de duas partes: na primeira, são descritas as linhas gerais da reforma adotada para a saúde e suas problemáticas centrais; a segunda é a reprodução de um artigo do autor, escrito em 1995, para embasar a proposta específica para o campo da saúde (Bresser-Pereira, 1998).

2012), forma o par perfeito a impor uma ação agressiva de desarticulação e desmantelamento da conquista em si, do potencial de mudança que carrega e dos grupos e frações da classe trabalhadora que empunharam a bandeira dessa luta. Não é por outra razão que o autor classificou o MS, na área social, como o mais difícil de reformar: "como trata de um direito humano fundamental, e com grandes somas de recurso, é um ministério altamente politizado e ideologizado, o que dificulta em muito sua administração". Não à toa, considera que "uma das maiores vitórias" da sua gestão foi ter "conseguido convencer os médicos sanitaristas (...) [dirigentes do] MS da superioridade do modelo proposto" (Bresser-Pereira, 1998: 253-254).

Assim, é na defesa de prioridade da área social que Bresser-Pereira enquadra a reforma da saúde. Da mesma forma, o seu elogio ao SUS como conquista de "grande envergadura" e que deve fazer valer os princípios que constitucionalmente o caracterizam não pode nos iludir. A redução da universalidade ao simples acesso, descolado da qualidade do serviço prestado; a defesa da equidade como focalização e não como tratamento desigual de desiguais; a descentralização como desresponsabilização do Estado e não como racionalização do sistema revelam o engodo.

O desmonte do SUS a que Bresser-Pereira e os interesses que representa se dedicam é carregado de sutilezas. O autor declara estar convencido, diante da falta de recursos para fazer funcionar o SUS assim como concebido, de que o melhor modelo de gestão a ser seguido pelo sistema de saúde brasileiro é o britânico ("financiado pelo Estado, mas provido por organizações públicas não estatais competitivas"), menos custoso se comparado ao norte-americano ("privado, baseado em empresas de seguro") e ao francês ("basicamente estatal"). Entre o essencialmente privado e o essencialmente estatal, tal perspectiva inaugura também uma terceira via na saúde. Sua proposta de reforma se baseia em quatro ideias básicas: descentralização e controle dos gastos; criação de um "quase-mercado entre os hospitais e ambulatórios especializados"; transformação dos hospitais em organizações públicas não estatais (leia-se: organizações sociais); e criação de um "sistema de entrada e triagem constituído por médicos clínicos ou médicos de família" (Bresser-Pereira, 1998: 252-253).

Se a economia de recursos é o norte a guiar a reforma, a que serve a declaração de um estado de emergência permanente, a má utilização dos recursos disponíveis também foi parte do argumento. Seria preciso reverter ainda o enrijecimento de uma administração centralizada, incapaz de dar

conta da capilaridade de um sistema nacional, num país com as dimensões do Brasil. A transferência da execução dos serviços para prestadores descentralizados – que competiriam entre si – tornaria mais eficiente o atendimento na ponta do sistema e desobrigaria o Estado de uma tarefa que, por princípio, ele não teria condições de cumprir. Esse modelo engessado ainda seria responsável, na prática, pela não universalidade do sistema e por sua não equidade. Idealmente, deveria caber ao Estado o financiamento e a fiscalização da efetividade e da qualidade do serviço prestado. Tomando ainda como base o sistema inglês, Bresser-Pereira defende uma espécie de *toyotização* do sistema de saúde brasileiro, cuja administração deveria primar pela demanda e não pela oferta (Bresser-Pereira, 1998).

Em suma, o SUS seria uma importante e inegável conquista e, como tal, deveria ser defendido, mas o problema é que a falta endêmica de recursos não permitiria que todo esse louvável edifício funcionasse a contento. Em face da dura constatação, seria preciso refundá-lo sob outro registro, isto é, o registro do mercado. Eis a mensagem final. E justamente sob esta conjuntura adversa os conselhos e conferências de Saúde foram tomando corpo e se expandindo no Brasil, incapazes de oferecer resistência ao desmonte do sistema de saúde e ao avanço dos interesses privados.

O controle social na saúde: um gigante com pé de barro?

Se o capitalismo monopolista trouxe a reboque da ampliação do papel do Estado (para a valorização do capital) uma forma política que guarda especial lugar para a participação e para a democracia, a ofensiva neoliberal radicalizou a democracia, mas na sua versão fetichizada. À correlação de forças atual, que vem resultando numa *direita para o social* e numa *esquerda para o capital* (Coelho, E., 2012; Martins, 2009; Neves, 2010), tem correspondido uma democracia de cooptação, retórica e apassivada (Fontes, 2008, 2010; Iasi, 2012).

O festejado processo de participação social no Brasil está no centro desse debate, dessa disputa e também desse impasse. Desde fins da década de 1980, o Orçamento Participativo (OP) – iniciado na cidade de Porto Alegre (RS) durante as administrações do PT – tem sido uma das experiências mais representativas dessa agenda – compreendida, mundo afora, como parte da dita radicalização democrática. O modelo vem sendo

copiado em outras partes do Brasil e também no exterior (Sintomer, Herzberg & Röcke, 2010).[21]

Ao lado dos OPs, o complexo participativo da saúde constitui-se numa das mais destacadas experiências de participação no Brasil recente, experimentadas desde a virada dos anos 1980 (Avritzer, 2009). Os conselhos de saúde mobilizam algo em torno de 72 mil conselheiros em todo o Brasil (Escorel, 2013). Da mesma forma, as conferências de Saúde, em âmbitos municipal, estadual e nacional, têm sido responsáveis pela reunião de milhares de pessoas, a cada quatro anos. Instituídos pela lei n. 8.142, de 1990, as conferências e os conselhos têm as seguintes atribuições, respectivamente: avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde e formular estratégias e controlar a execução da política de saúde. Se as conferências são compostas pela representação de vários segmentos sociais, os conselhos, cujo caráter é deliberativo, devem ser compostos por representantes do governo, prestadores de serviço (25%), profissionais de saúde (25%) e usuários (50%). O SUS garante aos estados, Distrito Federal e municípios a autonomia para administrar os recursos de saúde, de acordo com a sua condição de gestão, mas para isso é preciso que cada estado, município e região tenha seu Conselho de Saúde formalmente constituído (Brasil, 1990).

O processo participativo que acompanha conferências e conselhos de saúde, nos tempos atuais, é fruto inegável da luta social dos anos 1970 e 1980. No entanto, conferências nacionais de Saúde estão previstas em lei desde 1937 e ocorrem no Brasil desde 1941. Destinavam-se ao intercâmbio de informações entre a esfera central e as esferas regionais de poder do Estado, como forma de orientar a execução de ações locais e a concessão de subvenções federais. Não dispunham de caráter deliberativo (Escorel & Bloch, 2005). A 8ª CNS, de 1986, a única considerada parte efetiva do processo de Reforma Sanitária, foi a última a ocorrer antes da nova legislação, criada na sequência da Constituição de 1988. Quanto aos conselhos, sua origem remete aos movimentos populares da área, presentes desde os anos 1960 por meio de conselhos populares de saúde, conselhos comunitários e conselhos administrativos (Labra, 2005), mesmo que, na disputa de sentidos pelo teor da participação que expressavam também estivesse presente a concepção de

[21] No que diz respeito aos conselhos gestores de políticas públicas, se considerarmos, além do campo da saúde, outras áreas como assistência social, meio ambiente e criança e adolescente, chegamos à casa de dez mil conselhos em todo o país e um número maior de conselheiros do que de vereadores em todo o território nacional (Avritzer, 2009).

participação comunitária, de caráter mais fortemente instrumental e defendida pelas agências internacionais.

De um modo ou de outro, estabelecido o fluxo geral participativo entre conferências e conselhos, em 1990, cabe dizer, acompanhando Stotz (2006), que a despeito da conquista devidamente comemorada pelo movimento sanitário, o teor da participação presente no texto constitucional (1988) – que deu base à legislação específica a que nos referimos – plasmou-se como algo aquém da concepção formulada no projeto de Reforma Sanitária e expresso na 8ª CNS. Se os conselhos, pela legislação de 1990, formalmente já se reduziam, na prática, ao papel de fiscalização das ações do Estado, tal redução dialoga diretamente com o amesquinhamento promovido já em 1987/1988 pelo texto constitucional – que não desavisadamente refere-se apenas à "participação da comunidade" quando aborda as diretrizes organizacionais do SUS, por inspiração direta da noção de participação comunitária. Recorramos às formulações clássicas e originais do movimento sanitário, antes de abordarmos o conteúdo concreto da experiência dos conselhos e conferências.

Se formos ao importante manifesto de 1979 do Cebes, "A questão democrática na área da saúde", referido aqui por nós, veremos como sintetiza a agenda do setor Saúde que seria trabalhada ao longo da década seguinte, na medida em que localiza a luta setorial no contexto maior de luta contra a ditadura e promove a crítica do Estado. O aspecto que sobressaía nessa crítica, no entanto, já é de nosso conhecimento: o seu caráter centralizador, autoritário e empresarial, que favorecia os grupos de interesse do capital em detrimento das demandas coletivas e populares. Punha em xeque a sua legitimidade pela não observância das regras republicanas elementares de garantia do bem-estar geral da população, do direito ao debate público das questões de interesse geral, e pelo fechamento dos canais por meio dos quais se daria a participação democrática e popular.

Como resposta, a participação democrática da sociedade civil, a garantia de sua voz e do seu voto é que conferiria a legitimidade reclamada a esse Estado. Acreditava-se que os desvios privatistas, explicados pela tradição autoritária e patrimonialista brasileira, poderiam ser mediados, contidos, vacinados pela participação popular organizada, que exerceria o papel de vigilante permanente e insone:

> viabilizar uma autêntica participação democrática da população nos diferentes níveis e instâncias do sistema, propondo e controlando as ações

> planificadas de suas organizações e partidos políticos representados nos governos, assembleias e instâncias próprias do Sistema Único de Saúde. (...) Trata-se de canalizar as reivindicações e proposições dos beneficiários, transformando-os em voz e voto em todas as instâncias. (Cebes, 2008a: 150)

O verbo é bastante revelador das intenções. A percepção que parece vigorar é a de um controle de fora para dentro, por uma sociedade civil, vista em bloco, positivada na sua capacidade de, mediante uma ação organizada, equilibrar a gangorra da máquina estatal a favor dos trabalhadores. Não se pretende uma participação concentrada apenas em torno do aparelho central, no entanto. A referência a todas as instâncias significa precisamente a defesa da descentralização na administração do sistema de saúde, pela maior racionalidade que permite a integração, diminuição do risco da burocratização excessiva e proliferação dos canais de participação, em todos os níveis hierárquicos de poder.

Tal perspectiva expressava uma concepção geral sobre a nova institucionalidade almejada pelo movimento sanitário para a reforma do sistema de saúde. Para Arouca (2003), sua principal liderança, o Estado teria a tarefa de "promover a rearticulação do setor saúde", reorganizando o trabalho médico pelo desmonte de sua feição liberal – expressa na prática médica e típica do modelo preventivista, que punha sob crítica – e fazendo chegar ao usuário, na ponta do sistema (descentralizado), o atendimento de saúde. Mais tarde, em 1981, novamente o Cebes reforçaria a ideia de uma participação democrática institucionalizada, vislumbrada como a forma ideal para a garantia da efetividade do projeto: "Deve, sim, representar a manifestação democrática da vontade popular, dando acesso à população, a decisões e controle sobre o serviço a que tem direito. Esse acesso deve ser formalizado, dando assento às entidades nos vários níveis deliberativos do sistema" (Cebes, 2008b: 155).

À Abrasco (1985) também caberia a defesa do programa e da via:

> Nas sociedades industriais modernas, o caráter compensatório das políticas sociais permite reduzir, a níveis socialmente aceitáveis, as desigualdades sociais geradas pela estrutura das classes sociais. (...) Pretende-se lograr, como tendência, em um horizonte de médio prazo, que as políticas sociais no Brasil, como parte do processo de consolidação da Democracia, convirjam para a universalização ao acesso a serviços que atendem às necessidades sociais básicas (...) sob controle democrático da sociedade sobre o aparelho institucional que *define, implementa e executa* as políticas, planos e programas da área social. (Cebes, 2008d: 169, destaque nosso)

"Define, implementa e executa", retenhamos. Como parte do apelo à institucionalização, é perceptível ainda a referência ao modelo do *welfare state*, em franco processo de crise na Europa no momento de publicação do texto e tardiamente almejado no Brasil. Fica em segundo plano, no entanto, a consideração das forças do capital, no campo oposto, para a consecução do projeto. O vislumbre de um projeto civilizatório, mesmo sob os ditames da sociedade capitalista, foi parte do elenco dos caminhos possíveis para a sociedade brasileira que assumia ares de refundação com o fim iminente do regime empresarial-militar. Como vimos, é Coutinho (2006) quem fornece a elaboração sintética e representativa dessa compreensão em termos precisos, quando destaca o papel da mais-valia relativa na configuração contemporânea do capitalismo, o que franquearia a possibilidade da *representação de interesses* por parte das classes trabalhadoras, já que haveria bases materiais que permitiriam, simultaneamente, o aumento do lucro e da massa salarial.

A base teórica que sustenta essa percepção, que é a do Estado ampliado de Gramsci, veio acompanhada de uma aposta na democratização que seria capaz de transformar a natureza do Estado, tornando, supostamente, a disputa de interesses de classe menos desigual e fazendo recuar o liberalismo pelo avanço da democracia. O que em Gramsci significava o alerta quanto à maior dificuldade e necessidade de preparação da luta, em razão das novas ferramentas e estratégias da classe dominante, tornou-se, em tempos de luta contra a ditadura e forte organização dos de baixo, afirmação da possibilidade de extrair conquistas civilizatórias na ordem do capital como o elemento mais importante da equação – um projeto de *ocidentalização*, portanto, à luz de Gramsci. Evidentemente que não se trata de negar essa possibilidade como parte da luta política. Mas a formulação em torno de conquistas que resultam também da maior capacidade de resistência do inimigo sugere maior apreço pelas elaborações tático-estratégicas, que não devem perder de vista o objetivo final. A *ocupação do Estado*, a intenção de transformar a sua institucionalidade, se traduzia na penetração institucional por meio do controle (social) do aparelho de Estado, de fora para dentro, sugerindo a viabilidade do caminho.

Voltemos ao Cebes, em texto produzido também em 1985. Novamente está presente a aposta na restauração democrática e na mudança da correlação de forças que pudesse franquear a disputa de interesses majoritários sob um Estado transformado.

> Claro está que um Projeto de Sociedade com estas características [voltado para a melhoria das condições de vida e de trabalho de toda a população] implica na participação política de todos os segmentos sociais em sua elaboração e implementação, o que pressupõe amplo debate de ideias num contexto de livre organização da sociedade civil, fortalecimento dos partidos políticos e da representação política e [a] nível do aparelho de Estado. (Cebes, 2008c: 159-160)

Uma arena democrática pressuporia mais do que a socialização da política para as classes trabalhadoras. Significava trazer para um terreno considerado legítimo os contendores que se habituaram a fazer do aparelho de Estado um bem próprio. No entanto, a aposta na manutenção das regras mínimas do jogo não autoriza que a confundamos com mudanças na natureza do Estado, embora essa pareça ter sido sempre a expectativa depositada pelo movimento sanitário sobre a participação social. Avancemos um pouco mais.

A 8ª CNS, em 1986, como momento simbólico da luta do movimento sanitário, conseguiu reunir um conjunto importante de forças representativas dos trabalhadores e movimentos sociais da saúde e de outros setores, além de sindicatos e partidos, consolidando a agenda da Reforma Sanitária. Tendo contado com mais de quatro mil participantes – dentre os quais apenas mil eram delegados –, foi a culminância de um amplo processo de participação por meio das pré-conferências estaduais (realizada por todos os estados) ao longo do ano anterior. Como apontam Escorel e Bloch (2005), ali o que se viu foi a inauguração, ainda informal, não institucionalizada, da participação na saúde na Nova República. O relatório final do evento apresenta claramente o mesmo diagnóstico e o mesmo remédio para sanar o problema de um Estado com vícios autoritários e patrimonialistas e uma sociedade civil alijada da participação nas decisões políticas do seu interesse geral:

> Na área da saúde, verifica-se um acúmulo histórico de vicissitudes, que deram origem a um sistema em que predominam interesses de empresários da área médico-hospitalar (...). Para assegurar o direito à saúde a toda a população brasileira é imprescindível: (...) estimular a participação da população organizada nos núcleos decisórios, nos vários níveis, assegurando o controle social sobre as ações do Estado (...). (Brasil, 1986a: 6-8)

Os interesses privados, escusos, aparelhados no Estado, deveriam ser democraticamente confrontados com o poder da sociedade civil organizada, nas trincheiras abertas pela participação institucionalizada e pelo retorno à

normalidade democrática. Note-se, portanto, mais uma vez, que a opção tática termina por reduzir o Estado ao seu aparelho, uma vez que o movimento organizado da classe só se completaria com a abertura de canais formais ou ocupação de postos na máquina. O reconhecimento formal da atuação da sociedade civil que pudesse impedir ou dificultar o recuo conjuntural das conquistas, bem como a aposta na mudança de sinal do Estado pela incorporação dos representantes legítimos dos interesses gerais à sua estrutura, compunha o teor fundamental a guiar a luta dos sanitaristas. A fala de Eduardo Jorge, outro militante sanitarista, é reveladora do que temos sugerido: "uma busca da institucionalização em canais institucionais onde a pressão do movimento popular pudesse se refugiar e ter seu curso perene garantido, em tempos de cheia ou em tempos de seca, com as águas sempre correndo, mesmo que pouquinho" (Faleiros *et al.*, 2006: 35).

Vicente Faleiros, na introdução à obra que assina em conjunto com outros três autores, dois dos quais também sanitaristas, e na qual constam mais de três dezenas de depoimentos coletados, afirma na mesma linha de raciocínio do entrevistado que acabamos de citar:

> A democracia participativa do conselho de saúde permite ao povo falar em seu próprio nome, expressar seus interesses diretamente, pressionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Estado. A democracia participativa traz as 'ruas' para dentro do Estado, para os espaços do próprio poder executivo (...). Os de baixo passaram a ter mais um espaço para controlar o Estado e regular o mercado. (Faleiros *et al.*, 2006: 19, 22)

Não é difícil notar uma perspectiva de entendimento da sociedade civil como *terceiro setor* – peça decisiva para o sustento do processo de fetichização da democracia (Montaño, 2007). Dessa forma, tratar-se-ia de uma sociedade civil capaz de vacinar o Estado para se defender dele mesmo e também do mercado. Idealizada como espaço do bem, o processo se completa na confusão do Estado com a forma ditatorial encarnada e sua íntima relação com o setor privado (Fontes, 2010). Faleiros e seus colaboradores completam o raciocínio:

> A democracia participativa também se institucionaliza e se torna uma expressão plural da sociedade, não se impõe como um projeto hegemônico, mas vai minando a hegemonia das elites nos espaços dos conselhos, na conquista de lugares de voz, de pressão, de fiscalização, numa guerra de posições, na expressão gramsciana. (...) o Estado passa a ser inquirido

> como lugar de exclusividade do poder das elites ou de arranjos de poder dos dominantes e se torna um lugar público, onde o paradigma do direito passa a fazer parte da agenda do governo e do próprio Estado. (Faleiros *et al.*, 2006: 20)

O ciclo se fecha. A democracia expressaria a existência legítima dos conflitos pela ocupação não exclusiva do Estado por nenhuma das classes em conflito. A presença dos de baixo no mesmo terreno clássico da dominação burguesa, sugere-se, promoveria a asfixia paulatina das *elites*, *minando* o seu poder – concentrado, supostamente, no aparelho.

A arena política na qual entrariam em disputa os interesses divergentes parece assim tão mistificada como espaço neutro quanto o mercado, em que as relações de troca entre proprietários e não proprietários se dariam em condições de igualdade pelo simples fato da ocorrência de uma troca. Há por parte da esquerda democrática uma defesa, compreensível, da legalidade, ante uma ditadura armada; mas há também uma aposta subjacente no direito como garantia e condição da legitimidade do Estado, que ao fim e ao cabo figura como a legitimidade das regras do jogo que esse Estado institui e pelas quais, em tese, deveria zelar. Chama a atenção, no entanto, a absolutização dessa institucionalidade – que se explica pela projeção de sua transformação em favor das classes trabalhadoras com a entrada destas na arena estatal (pela via da participação). É de Humberto Jacques de Medeiros[22] uma interessante interpretação a respeito dessa característica que identifica no movimento sanitário, em comparação com outros movimentos sociais: "O movimento sanitário considera a lei uma vitória, enquanto outros movimentos sociais têm a lei como adversária. (...) há uma contradição permanente entre legalidade e legitimidade, entre direito e lei" (Faleiros *et al.*, 2006: 195).

Oportunamente, lembremos novamente de Poulantzas (2000), quando dizia que a ação das massas no seio do Estado é condição para a sua transformação, mas não é o bastante. A perspectiva desse autor nos sugere que a transformação do Estado não dá indícios de que possa se realizar tendo apenas ou principalmente o próprio Estado como instrumento dessa transformação. É fato que para Poulantzas o Estado, ainda que gozando de certa autonomia em relação ao conflito entre as classes, carrega, nos seus aparelhos, a própria

[22] Advogado entrevistado por Faleiros e colaboradores (2006) em abril de 2005 e na época vice-presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (Ampasa).

expressão da luta. Se nele habita o seu teor estratégico, a ele não se reduz; mas é resultado, não mecânico, da luta entre as classes e também entre as frações de classe burguesas.

> Se os poderes de classe não são redutíveis ao Estado e sempre transcendem seus aparelhos, é que estes poderes fundamentados na divisão social do trabalho e na exploração detêm a primazia sobre os aparelhos que os encarnam, notadamente o Estado. (Poulantzas, 2000: 36)

O autor pretende compreender o funcionamento do Estado (sociedade política), mas não confere a esse Estado uma centralidade em termos de estratégia política que possa significar o seu privilégio numa relação de oposição com a sociedade civil. "Integrar-se ou não nos aparelhos de Estado, fazer ou não o jogo do poder, não se reduz à escolha entre uma luta externa e uma luta interna", conclui (Poulantzas, 2000: 265). A ação das massas no seio do Estado não pode se reduzir à sua presença física nos aparelhos, nem a crítica a essa perspectiva pode significar o seu abandono ou um permanente deslocamento da luta entre a sociedade civil e o Estado, como se pudéssemos compreender esse processo como fenômeno oscilante entre lugares materiais distintos e não como luta orgânica, a um só tempo dentro e fora. Arremata o autor, como que a atender a uma encomenda para a contribuição no debate estratégico com a esquerda democrática e o movimento sanitário:

> Seria falso – deslize com consequências políticas graves – concluir que a presença das classes populares no Estado significaria que elas aí detenham poder, ou que possam a longo prazo deter, *sem transformação radical desse Estado.* As contradições internas do Estado não implicam, como particularmente acreditam certos comunistas italianos, uma 'natureza contraditória' do Estado no sentido em que ele apresentaria, atualmente, uma real situação de *duplo poder em seu próprio seio*: o poder dominante da burguesia e o poder das massas populares. (Poulantzas, 2000: 145, destaques do original)

Tal perspectiva, que nunca ecoou com muita força para o movimento sanitário no período de auge da sua luta, foi defendida por Fleury mais recentemente, em 2009, quando dramaticamente se desenrolava o processo contra o qual o seu chamamento teórico e político parecia soar:

> O problema que se coloca é de como desenvolver uma via democrática para um socialismo democrático – já que se considera que as instituições da democracia são necessárias para construção de um socialismo

> democrático – cujas lutas sejam travadas tanto fora como no campo estratégico do Estado, evitando os riscos de um mero transformismo, ou seja, da contínua e progressiva transformação estatal que termina preservando as condições atualizadas da dominação. (Fleury, 2009: 746)

O tempo percorrido desde os anos 1980, somado à parcial e insuficiente autocrítica já há algum tempo realizada pelo movimento sanitário (Cohn, 1989; Escorel, 1999; Fleury, 1992; Paim, 2008b; Rodriguez Neto, 2003) e também à passagem do vendaval neoliberal, permite a Fleury que reapresente o problema a ser enfrentado por uma prática política que se pretenda emancipatória e socialista:

> Na medida em que se considera que a luta estratégica pelo poder atravessa o Estado, será necessário realizá-la neste espaço sempre com a necessidade de diferenciá-la da ocupação de posições nas cúpulas governamentais e também do reformismo progressivo, que não passa de transformismo estatal. O que identifica a luta pelo socialismo, mesmo que no interior do Estado, será sua capacidade de realizar rupturas reais na relação de poder, tensionando-o em direção às massas populares, o que requer a sua permanente articulação com as lutas de um amplo movimento social pela transformação da democracia representativa. (Fleury, 2009: 746-747)

Não resta dúvida de que essa síntese teórica e prática significa uma resposta aos principais gargalos que o movimento sanitário (e a esquerda democrática de que é expressão) vem enfrentando desde a sua origem. É Poulantzas quem socorre a autora no reconhecimento de que a construção do socialismo não pode prescindir da luta social e de *rupturas reais*. E mais: o caráter autoritário da formação social brasileira e o papel de destaque que o Estado sempre desempenhou em face de uma sociedade civil incipiente, embora se mantenha como dado de uma realidade que não se supera facilmente, não podem se prestar a compor a justificativa para uma via institucional de transformação da realidade. Por fim, o enigmático *fantasma da classe ausente* reúne agora todas as condições para, de uma vez por todas, evaporar-se, junto do lamento inerte que o acompanha, para ceder lugar à compreensão de que a luta *por dentro* precisa escorar-se na luta *por fora* – da ordem e não (só) do aparelho de Estado – como par dialético indivisível. Evidentemente, o vislumbre de superação teórica e prática lançado por Fleury Teixeira não é uma panaceia, nem mesmo seria suficiente para produzir mudanças substantivas na prática do movimento sanitário, ou mesmo para reativá-lo, mas

parece significativo como passo necessário, sem o qual não pode haver saída para o impasse – especialmente se considerarmos que, a despeito da imposição de temas como a participação, herdeiros das lutas populares, o revés a partir dos anos 1990 não poupou ninguém, "tanto prática quanto intelectualmente" (Fontes, 2010: 266).

Como já salientamos, a estratégia burguesa de manutenção da dominação de classes como reação ao avanço organizativo da luta dos trabalhadores nos anos 1970 e 1980 – fortemente implementada no Brasil a partir dos anos 1990 – também guardou um papel especial para a participação e para a democracia. As virtudes e as fraquezas do controle social na saúde têm sido constantemente ressaltadas, quase sempre, em um caso ou outro, em nome de sua defesa. Têm sido habituais dois registros principais: o primeiro diz respeito ao contexto desfavorável (neoliberal) para a luta dos trabalhadores em que essa arquitetura participativa se implementou e consolidou (anos 1990) como a origem de boa parte dos problemas que apresenta e de sua pouca efetividade (Bahia, 2008; Bravo, 2008; Correia, 2000; Costa, 2007; Dagnino, 2002; Labra, 2005; Moroni, 2009; Pedrini, Adams & Silva, 2007; Ribeiro & Raichelis, 2012; Santos, N. R., 2008; Tatagiba, 2002). O traço autoritário, patrimonialista e clientelista da formação social brasileira, responsável pelo incipiente caráter republicano de nossa concepção e prática política, é o segundo traço que completaria o cenário dos males estruturais que dificultariam sobejamente o deslanche de uma participação política consciente e empenhada na defesa dos interesses gerais e coletivos, e que pudesse garantir o caráter público do Estado (Carvalho, 1995; Dagnino, 2002; Escorel, 2008; Guimarães, J. R., 2009; Sposati & Lobo, 1992). Em paralelo, e quase sempre pelas mãos dos mesmos autores, a despeito dos problemas apontados (que em boa medida giram em torno do tema da gestão e da capacitação de conselheiros), subsiste dominantemente uma aposta na novidade e no caráter potencialmente democratizante representado pelo controle social (Bahia, 2010; Côrtes, 2009b; Vianna, Cavalcanti & Cabral, 2009).

A despeito da aposta, os estudos disponíveis não apresentam balanços da experiência – como também consideram os trabalhos de Avritzer (2009), Moroni (2009) e Tatagiba (2002). No máximo, a sustentar o elogio, indicam tendências:

> não existem dados conclusivos sobre o papel dos conselhos na mudança do padrão de políticas públicas nas áreas nas quais eles estão mais bem estruturados (...). No caso dos conselhos de saúde e de assistência social, há uma tendência democratizadora da ação dos conselhos nos lugares em que eles são mais atuantes. (Avritzer, 2009: 37)

Tais tendências, no entanto, por diversas vezes, não se apresentam de modo muito convincente, e se devem à mesma aposta prévia na necessidade de consolidação, ampliação e aperfeiçoamento do aparato do controle social, também presente no restante das abordagens. A título de ilustração e para completar o conteúdo da citação que acabamos de fazer, apreciemos o caráter gelatinoso dessas tendências:

> levantamento de um conjunto de queixas e demandas sobre o funcionamento de postos de saúde, que acaba tendo um efeito positivo sobre a organização da política pública (...). Há também evidências de organização mais eficiente das políticas públicas na área da assistência social. (...) há uma tendência mais racional de distribuição dos recursos federais na área. (Avritzer, 2009: 37)

E conclui o mesmo autor:

> Assim, ainda que não tenha havido até o momento uma avaliação nacional do papel dos conselhos, existem evidências parciais de um funcionamento exitoso em algumas grandes cidades ou no caso do papel desempenhado por alguns conselhos nacionais, como os da saúde e da assistência social. (Avritzer, 2009: 37)

Como é possível observar, são *tendências* a partir das quais se extraem *evidências parciais*, das quais se extraem *novas tendências*, factíveis em algumas grandes cidades e alguns conselhos nacionais. Podemos ainda acrescentar que, mesmo no que diz respeito aos êxitos que seriam produto da democratização promovida pelos conselhos, o alcance parece bastante curto: queixas sobre o funcionamento de postos de saúde e melhor distribuição de recursos. O mesmo autor, que tomamos aqui como representativo do pequeno conjunto de estudiosos que tem tentado embasar empiricamente a avaliação da efetividade do controle social, indica outras três grandes tendências, mais abrangentes que as primeiras, das políticas participativas no Brasil: 1) fica sugerida uma relação de causalidade entre as gestões participativas exitosas e a continuidade dos governos que as implementaram; 2) constata-se a existência de "limites políticos claros às experiências de participação no Brasil hoje", e um deles seria a

menor incidência de instrumentos e canais participativos na região Nordeste; 3) há uma "pluralização dos formatos participativos no Brasil hoje", além dos conselhos e dos OPs – embora o autor só se refira a "audiências públicas" de âmbitos estadual e federal, afirmando: "há uma participação mais acentuada de ONGs do que de atores da sociedade civil" (Avritzer, 2009: 40).

Não é difícil notar como se caracterizam pela pouca precisão as tendências percebidas por Avritzer, uma vez que não basta a constatação de ampliação dos espaços e formatos (tendências 2 e 3) ou a mera associação de dados (tendência 1) para concluir que experiências administrativas mais permeadas pela participação social trariam a reboque maior politização e dessa forma, consequentemente, a manutenção ou renovação dessas administrações, posto que careceria de cotejamento com outras variáveis para que pudesse ser afirmada (ainda que como tendência). Até porque poderíamos pensar o movimento inverso: a politização massiva é que engendraria, de baixo para cima, mecanismos de democratização e construiria alternativas de poder que se expressariam na existência de experiências administrativas seguidamente mantidas e renovadas, como foi precisamente o caso de Porto Alegre.

Esse é, ao que se revela, o dilema teórico e político que temos enfrentado na saúde (e não só na saúde): a origem de baixo da energia democratizante que, já perdendo força, veio redundar no controle social tornou-se, de criador, criatura, engendrada que seria por esse mesmo controle social. Uma das consequências dessa perspectiva invertida tem sido voltar as atenções para os aspectos gerenciais e fazer deles o principal elemento de luta política.

De um modo ou de outro, mesmo se para nós a essência dos problemas não reside nos gargalos que dificultariam ou impediriam o funcionamento adequado do controle social (e sim no seu conceito e na estratégia a partir da qual foi concebido); mesmo se as análises em tal registro não apresentam musculatura suficiente, ainda assim é necessário fazer algumas considerações a respeito dos problemas identificados por essa bibliografia no mais das vezes frouxamente elogiosa, posto que sinaliza os vieses da prática política e dos anseios depositados sobre essa agenda.

É significativo que quase todos os textos que se propõem a abordar os problemas do controle social na saúde estudados por nós girem em torno, no geral, das mesmas questões. Embora variem na abrangência, dialogam intimamente entre si em face dessa similitude. Evidentemente, a depender da região analisada, do grau de organização popular local, do caráter e do posicionamento político da administração municipal ou estadual, da composição dos

conselhos etc., um ou outro conjunto de problemas, ou questão isolada, pode apresentar maior ou menor incidência aqui ou acolá; outros podem inexistir ou se fazerem presentes de modo evidente, mas compõem (no geral, frisamos) um conjunto que alcança uma rápida saturação por repetição.

Conselhos carentes de estrutura material para o funcionamento adequado, politicamente frágeis, extremamente burocratizados, com baixa capacidade propositiva e tomados pelos poderes executivos como meros legitimadores das ações do Estado. Excesso de demandas sobre os conselheiros, sobretudo de representação externa, que os impede constantemente de tomar pé dos assuntos regulares dos conselhos com a atenção que mereceriam. Presença constante de práticas clientelistas, tornando os conselhos espaços de jogos políticos escusos e na contramão dos interesses coletivos. Crescente redução, na prática cotidiana, das atribuições dos conselhos previstas em lei, que em muitos casos não têm atuado na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, mas apenas como *carimbadores de despesas*. Gestores autoritários, mal-intencionados ou pouco permeáveis ao exercício do controle social, que lançam mão de linguajar técnico, incompreensível para leigos, distorcem dados epidemiológicos, usam de artifícios contábeis para a manipulação interessada dos recursos do Fundo de Saúde e sonegam informações essenciais para a tomada de decisões. Conselheiros despreparados politicamente e também, frequentemente, com baixo grau de instrução formal. Desrespeito flagrante à paridade de representação estabelecida em lei. Entidades e organizações com assento nos conselhos defensoras de causas muito restritas e específicas, pouco ou nada representativas de coletividades numericamente significativas, frágeis politicamente, precariamente comprometidas com questões unificadoras de uma luta social comum. Baixo grau de articulação entre representantes e representados. Profissionalização da representação e desconhecimento, por parte dos conselheiros, das questões de saúde mais candentes de seu município ou região. No que tange às conferências, as questões giram em torno da incapacidade de vocalizarem demandas populares, refletindo, quase sempre, as agendas do MS, além de baixíssimo grau de efetividade em razão da inobservância, pelos poderes públicos, de indicações, conclusões e encaminhamentos dos conferencistas. E no conjunto, como questão de fundo, atribui-se também a uma sociedade civil pouco afeita ao jogo democrático, em face da tradição autocrática das elites manifesta no autoritarismo do Estado brasileiro, o maior obstáculo para o funcionamento de uma estrutura participativa inovadora e complexa, que exigirá um aprendizado

árduo e longo (Avritzer, 2008, 2009; Bahia, 2008; Bravo, 2008; Bravo & Correia, 2012; Ciconello, 2008; Bravo & Matos, 2008; Carvalho, 1995, 1997; Coelho, V. S. P., 2004, 2007; Correia, 2000, 2005, 2006; Côrtes, 2002, 2009a, 2009b; Costa, M. R., 2007; Dagnino, 2002; Delgado & Escorel, 2008; Escorel, 2008; Fleury & Guaraná, 2008; Gerschman, 2004; Gonçalves *et al.*, 2008; Guizardi & Pinheiro, 2006; Labra, 2005, 2009; Moreira, 2008; Moroni, 2009; Pedrini, Adams & Silva, 2007; Ribeiro & Raichelis, 2012; Santos, N. R., 2008; Silva, 2008; Sposati & Lobo, 1992; Stotz, 2006; Tatagiba, 2002; Vianna, Cavalcanti & Cabral, 2009).

Mas isso não é tudo. É bom que frisemos ainda que as análises desses autores, embora nem sempre o digam explicitamente e apresentem, entre si, diferenças de perspectiva teórico-política, nos permitem concluir que o controle social tem se mantido muito aquém do esperado. Em paralelo, a aposta no princípio democratizante de fundo – que não costumam entender como ameaçado – e na possibilidade de superação dos gargalos, equilibra a constatação do parcial fracasso da experiência. Mas uma vez superados os problemas, toda essa arquitetura participativa teria, em potencial, condições para funcionar em plenitude – e entenda-se aqui por plenitude o que está previsto em lei, isto é, um papel propositivo, formulador e fiscalizador da execução de políticas. Não é comum, portanto, que faça parte das preocupações dos autores, exceções para Sposati e Lobo (1992) e Stotz (2006), a perda de parte do teor participativo na tradução institucional do projeto em sua formatação legal. É de Sposati e Lobo (1992: 373) a observação de que "a organização da representação popular em conselhos é, sem dúvida, um avanço, mas um avanço face ao autoritarismo do passado". Ou seja, se a restauração democrática era o horizonte a ser buscado no contexto da ditadura, a conquista do restabelecimento democrático não se esgotaria nela mesma, o que sugere uma interpretação menos comportada do controle social e nos obriga a associá-lo à luta de base, que ao mesmo tempo talvez pudesse lhe dar sustento e permitir que desempenhasse o papel de catalisador, no interior da institucionalidade, da luta popular do setor.

Stotz, depois de ressaltar a certa impermeabilidade das conferências de saúde às demandas populares, sublinha o recuo da radicalidade do conceito de participação popular, reconfigurado em uma nova síntese teórica e prática: o controle social. Para ele, "o nascimento do termo 'controle social' e a inflexão de seu significado virá em 1992, com a 9ª CNS (1992)" (Stotz, 2006: 151), e representará uma redução do papel participativo concebido pelo movimento

sanitário e expresso na 8ª CNS, na medida em que a legislação específica que instituiu o complexo participativo da saúde foi contemporânea do governo Fernando Collor de Mello, já sob o refluxo da luta dos trabalhadores e da ofensiva neoliberal. A postura forçosamente recuada em face da conjuntura adversa dos anos 1990, então, diferentemente da que havia caracterizado as décadas de 1970 e 1980, teria inibido a participação, que "deslocou-se do âmbito da formulação para o da fiscalização das políticas e, principalmente, da gestão do sistema de saúde" (Stotz, 2006: 152). Não discordamos do essencial da análise, embora seja necessário relativizá-la, posto que, ao contrário do que afirma, tanto o termo *controle social* quanto o propósito do exercício de uma *fiscalização do Estado* já aparecem no Relatório Final da 8ª CNS, seis anos antes da 9ª CNS. Integram, portanto, além dos constrangimentos conjunturais que também ajudam a explicar os limites, a concepção de participação do movimento sanitário – como temos insistido.

Como processo associado a esse, Stoz chama a atenção para a fragmentação do movimento popular em saúde, traduzido nas diversas e variadas organizações de portadores de patologias, incapacidades e problemas de saúde, como um dos fatores que podem ajudar a explicar a burocratização dos conselhos e a pouca permeabilidade que apresentam às demandas populares com potencial de unidade e universalização. A inflexão conceitual da participação no sentido do controle social, isto é, de controle da sociedade sobre o Estado – insistimos que a noção e a perspectiva desse controle já se faz presente na 8ª CNS, mas concordamos com a *acentuação* que se dá nos anos 1990 –, teria resultado a um só tempo "do temor da perda de autonomia dos movimentos sociais diante do governo neoliberal de Fernando Collor de Mello, em plena ofensiva contra as organizações populares e a esquerda em geral" (Stotz, 2006: 152), e da consequente fragmentação das demandas (e da luta) centradas sobre os indivíduos e não sobre as coletividades, na disputa por recursos do fundo público de saúde no interior dos conselhos.

Eis, portanto, as questões atinentes a aspectos de maior e menor abrangência, de caráter mais ou menos conjuntural, de corte que se pretende mais gerencial ou inserido no registro da luta de classes. Sobre elas queremos ainda fazer algumas considerações. Para tanto, contaremos com a ajuda de três das autoras citadas entre as nossas referências para o estudo do controle social: em primeiro lugar, traremos novas contribuições de Maria Eliana Labra (2009); em segundo lugar, construiremos uma indagação com base em uma observação de Evelina Dagnino (2002) e, por último, ofereceremos uma problematização

das expectativas de Lucianan Tatagiba (2002) acerca do controle social, que consideramos sintética das apostas tático-estratégicas do movimento sanitário e da esquerda democrática.

Como vimos até agora, as abordagens avaliativas do controle social quase sempre tecem o elogio da arquitetura participativa e do seu potencial democratizante e cobram a conta de sua muito discutível efetivação – após duas décadas de implementação – dos problemas estruturais de nossa formação social clientelista, patrimonialista e autoritária. Labra promoveu e ajudou a divulgar um importante conjunto de estudos que vêm contribuindo para um abalo na solidez dessa tese, mas que não tem recebido a devida atenção. O que diz a autora, tomando como base, além de suas próprias análises, as investigações de pesquisadores estrangeiros sobre o fenômeno mundial da participação? Não há diferenças significativas entre os gargalos apresentados pela participação social no Brasil e também fora dele:

> Nas democracias ocidentais existem, hoje, variadas formas de participação dos cidadãos nas decisões públicas. No entanto, as avaliações do funcionamento desses esquemas mostram que, em geral, há problemas semelhantes, independentemente do contexto nacional ou local. Estudos dos conselhos gestores no Brasil (...) bem como dos arranjos participativos na Inglaterra (...), na Espanha (...) e na Itália (...) e comparações entre Rio de Janeiro e Barcelona (...), por exemplo, constatam anomalias similares nos planos nucleares de qualquer esquema participativo: autoridades, participantes, organizações sociais representadas e representatividade. (Labra, 2009: 182)

Na sequência, Labra passa à descrição minuciosa dos problemas em suas esferas principais. No que tange ao tema das *autoridades*, a constatação é que "buscam apenas legitimar suas políticas (...). Tendem a impor suas próprias decisões porque desconfiam da opinião leiga" (Labra, 2009: 183). Quanto aos *conselheiros ou participantes*, os problemas passam pela fragilidade dos vínculos das organizações com a sociedade, falta de clareza sobre os temas que têm para debater, profissionalização da representação e baixa incidência da ação dos conselheiros na gestão governamental. No que diz respeito às características do que a autora chamou de *mundo associativo*, o principal obstáculo é a baixa representatividade das entidades que têm assento nos conselhos. Por fim, a *representatividade da sociedade civil* apresenta-se como uma dificuldade a mais, diante da extrema fragmentação das causas e identidades, o que necessariamente acarreta alijamento de parte significativa das entidades que pleiteiam assento nos conselhos (e não são poucas).

Não resta dúvida de que, para a discussão que propomos, essas rápidas conclusões são de extrema significação, uma vez que permitem tomar a situação brasileira em termos distintos dos que até agora a bibliografia estudada caracterizou. Também nos reforça a ideia de que o teor do debate a ser travado a respeito do controle social no Brasil não reside nos aspectos gerenciais, tampouco se deve, exclusiva ou preponderantemente, às características de nossa formação social, mas deve se localizar no terreno da estratégia de classe que o concebeu e sustentou. Esse debate tem sido obstaculizado frequentemente em face da canonização da democracia, como temos sugerido. As semelhanças do Brasil com países, sobretudo, europeus, que experimentaram revoluções burguesas clássicas e emancipatórias, com sociedade civil fortalecida desde o século XIX, se podem confirmar a nossa ocidentalização definitiva, podem também contribuir para o reequilíbrio da questão democrática na balança do debate estratégico que tem sido relegado a segundo plano.

Dagnino atribui importância central exatamente para a necessidade desse balanço da experiência do controle social, tal como temos feito aqui. No livro que organizou, tece a seguinte consideração:

> Em primeiro lugar, a avaliação frequentemente negativa e o tom crítico que permeiam parte significativa dos estudos de caso podem indicar que os parâmetros dessa avaliação receberam uma forte influência das expectativas geradas com a constituição dessas experiências. Se este for o caso, corremos o risco de reproduzir os mesmos erros de análise que caracterizaram parte importante da literatura sobre o papel dos movimentos sociais nos anos 70 e 80 no Brasil. Os movimentos sociais foram entusiasticamente recebidos, em algumas versões como os novos sujeitos da Revolução (esta, por sua vez, com o novo nome de Democracia...). Quando não a fizeram, viram decretada a sua "morte", "crise", "refluxo" etc., ou, simplesmente, a sua "irrelevância" para a "consolidação" democrática, quando comparados a outros atores políticos como os partidos, por exemplo. Nesse sentido, atribuir indiscriminadamente aos espaços de participação da sociedade civil o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da sociedade, na eliminação da desigualdade e na instauração da cidadania, transformando as expectativas que estimularam a luta política que se travou pela sua constituição em parâmetros para sua avaliação, pode nos levar inexoravelmente à constatação do seu fracasso. (Dagnino, 2002: 296)

A autora identifica algum descompasso entre a expectativa que a constituição dessas experiências gerou e a avaliação dos seus resultados com base

nessas expectativas. A princípio, a prudência aconselhada traria, na base, apenas uma questão de método e outra de história, que em verdade configuram a mesma questão, com a qual não temos discordância: o projeto sofreu inflexões desde a sua origem, portanto não cabe diálogo apenas e exclusivamente com as suas formulações originais. Tais inflexões, rearranjos e adequações sofridos ao longo da sua implementação e efetivação carecem de uma análise que leve em consideração as alterações nas correlações de força. Mas há algo mais, que explica e legitima o que a autora percebe como apenas desencaixe: as apostas políticas e a luta social que permeiam também a ciência, uma vez que a compreensão do recuo das bandeiras ou da não realização das expectativas pode significar uma importante ferramenta de luta. Se formos além no debate, trata-se de saber, justamente, por que os *novos sujeitos da Revolução* tornaram-se *os novos sujeitos da Democracia*. Se atualmente parece anacrônico falar em transformação/superação do Estado e da sociedade, é preciso saber por quê.

Para tanto, o primeiro passo é reconhecer, politicamente, que das duas, uma: ou não podemos cobrar pelos percalços do que hoje se apresenta como o teor dessas experiências porque a história faz o seu movimento, e nos cabe apenas segui-lo no seu encalço para narrá-lo, a distância, ou porque houve equívocos de origem nas opções tático-estratégicas que lhes deram base; ou ainda, embora corretamente concebidas, essas experiências foram mal conduzidas. Em suma, mal concebidas, equivocadas taticamente ou não, não se pode elidir (nem deixar de daí extrair questões) que a polissêmica agenda participativa e democrática dos anos 1970 e 1980, se fez apostas táticas e estratégicas próximas do eurocomunismo, também pretendeu a transformação do Estado e da sociedade, o fim do sistema do capital e a instauração do socialismo. A correlação atual de forças por certo carrega a história da descoloração desse projeto, dessa estratégia, e precisa ser remexida e investigada. Não se trata de cobrar do presente o que se teria perdido no passado, mas de enxergar o passado como parte ineliminável do presente. O que estamos cobrando das experiências de participação e da agenda democrática, de modo mais abrangente, portanto? Precisamente o porquê da frustração que Dagnino pretende evitar. O contraste que deseja resolver na origem do processo de investigação – pela redução das expectativas – só é possível buscar na origem e no desenrolar do processo histórico, no movimento da concepção estratégica que engendrou e sustentou a experiência.

Por fim, Tatagiba (2002), no mesmo livro, endossa a perspectiva de Dagnino quanto às possíveis frustrações que poderiam ser evitadas se os limites

de atuação dos conselhos fossem compreendidos previamente; mas, curiosamente, é também dessa autora uma constatação do mais alto teor das expectativas depositadas sobre o seu alcance, em paralelo à identificação da principal pretensão que governou a estratégia que analisamos: o papel do Estado e a possibilidade de sobre ele se exercer controle. Afirma Tatagiba (2002: 55):

> Embora o pouco tempo de existência dos conselhos, pouco mais de dez anos, não favoreça afirmações mais conclusivas, a análise da bibliografia, a partir de uma perspectiva comparada, sugere que muitas são as dificuldades (...). Ou seja, apesar de a própria existência dos conselhos já indicar uma importante vitória na luta pela democratização dos processos de decisão, os estudos demonstram que tem sido muito difícil reverter, na dinâmica concreta de funcionamento dos conselhos, a centralidade e o protagonismo do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais.

A constatação da autora revela a manutenção do teor do projeto, como pudemos constatar também em sua origem conceitual, quando estudamos os documentos mais representativos do movimento sanitário. Se Stotz (2006) tem razão quando percebe uma inflexão conceitual na noção de participação popular nos anos 1990, que passa a significar, no todo, cada vez menos projetos emancipatórios e cada vez mais a tentativa insuficiente, infrutífera, de estabelecimento de casamatas no interior do aparelho de Estado, parece um contrassenso supor o controle do Estado por ele mesmo. Se levada às últimas consequências, portanto, a perspectiva de Tatagiba, significaria a negação da estratégia de classe em processo de transição (mas que não ameaçou o lugar do Estado em momento algum), no interior da qual o movimento sanitário se constituiu. Se no momento de auge da luta social, que encorpava a luta no âmbito institucional, pretender transformar o Estado por dentro, ou usá-lo a favor da classe trabalhadora ignorando a sua natureza de classe, já foi um equívoco fatal, produtor de mistificações e derrotas fragorosas, assumir como tarefa, em momento de recuo da luta social, o controle desse Estado pelas suas franjas, foi mais ainda. Com o agravante de que a aposta incessante nessa possibilidade – mesmo que as análises pontuais, objetivas, reunidas em bloco, digam o contrário – tem impedido o debate estratégico aclarado sobre esse mesmo Estado.

Provavelmente sem se dar conta, Tatagiba está lidando com uma bandeira atualmente esvaziada de seu conteúdo emancipatório, mas que não à toa conserva traços de sua forma e, por essa razão, funcionalmente para a dominação, pode mobilizar as energias dos trabalhadores em torno de uma

pretensão ilusória ou, no máximo, atuar sem promover qualquer abalo significativo à ordem.

Até agora indicamos as fragilidades das análises sobre o controle social, seus elogios incondicionais e o viés da sua crítica negativa, em face dos aspectos secundários que se costuma eleger, pondo-se de lado o debate estratégico – como se o teor institucionalizado assumido pela participação fosse isento de história e de conflitos. Assim, propomos um último e breve recuo no tempo, aos anos 1980, com o fito de retomar os termos do debate estratégico em torno da concepção de participação, expressa na forma de conselhos.

No campo da saúde, como ficou subentendido, o divisor de águas para esse debate foi a 8ª CNS, em que o rompimento do Mops com as lideranças do movimento sanitário expressou o ápice e o desfecho do conflito entre o encaminhamento preponderante da luta para as vias institucionais e a corrente que defendia a manutenção da autonomia completa em relação ao Estado, porque enxergava na via institucional importantes riscos de cooptação. Dentro do PT, esse debate assumiu tons de oposição mais rasgada com a rápida chegada do partido ao governo das prefeituras, a partir do início dos anos 1980. O tema da participação, em verdade, em tal registro, também se institucionalizou e foi crescentemente tomando forma de *questão de governo*. No começo da década de 1990, portanto, consolidada a via institucional para a esquerda democrática capitaneada pelo PT, o debate rarearia e a concepção de participação que até hoje vige, dominantemente, assumiria em definitivo o proscênio da questão democrática. Não coincidentemente, portanto, é do interior do PT que emergirá o debate que propomos. Representativamente, elegemos algumas intervenções de militantes que refletem as principais linhas de compreensão em disputa, na época.

É com Celso Daniel que abrimos o debate. Em 1988, em texto publicado na revista *Teoria & Debate*, com o título de "Participação popular", o futuro prefeito da cidade de Santo André (SP) expressou o seu entendimento acerca da participação no registro do que aqui denominados como questão de governo. Sua clara preocupação residia na busca da forma mais adequada de estabelecimento de uma relação entre sociedade e Estado que pudesse contribuir para "o florescimento de uma cultura política socialista" (Daniel, 1988). Para o autor – e não notaremos ineditismo nessa perspectiva, decerto –, com uma compreensão polarizada entre Estado e sociedade, caberia a esta última esfera, de preferência em uma administração petista, tomar a participação popular "como parte de seu projeto

político", que deveria encampar a constituição de canais formais (conselhos populares) de "participação popular independente" (Daniel, 1988). No entanto, ele apressa-se em fazer a distinção entre a criação de canais participativos e a própria ideia de participação. O exercício desta última dependeria da mobilização única e exclusiva dos movimentos sociais, o que lhes garantiria também total autonomia e independência. Já os canais participativos seriam parte do papel do Estado de se abrir ao governo da sociedade. Por isso afirma, ainda se referindo aos conselhos, que estes não deveriam ser confundidos com os sovietes, uma vez que sua natureza era bastante distinta. Pelo defende, sua composição, a depender da "força das circunstâncias", poderia ser alterada no sentido inverso de um espaço exclusivamente popular de participação – franqueado – no interior da institucionalidade do Estado, podendo incluir, "em certos casos, até mesmo setores do poder econômico" (Daniel, 1988).

A despeito do incentivo e da aposta no exercício de um "poder social alternativo", construído autonomamente pela ação dos movimentos sociais, a questão que move Daniel é a participação pela via do Estado. E mais: pela ação do Estado – compreendido como o agente por excelência da democratização e, em consequência, da construção do socialismo. A fala do autor não deixa dúvida: "É preciso (...) criar canais por meio dos quais possam adquirir poder aqueles que não o possuem; só assim será possível a estes – a maioria da população – contraporem-se ao poder econômico, administrativo ou das elites locais" (Daniel, 1988).

O protagonismo atribuído ao aparelho de Estado, em face da sua compreensão como *lugar de poder*, é latente. Noutra passagem, tal sentido se torna ainda mais revelador:

> Levar até às últimas consequências a ideia de que a construção de um poder popular supõe que o governo local abra mão do poder de tomar decisões. Supõe dotar os conselhos populares – canais de participação popular – de caráter deliberativo, nas questões a ele atribuídas. (Daniel, 1988)

Por fim, a despeito do trajeto para o sul ou para o norte, da maior ou menor intensidade da coloração ideopolítica, da afirmação mais ou menos convicta do socialismo, parece que retornamos sempre ao mesmo ponto – o que indica a compreensão média de uma dada conjuntura histórica e a existência de uma estratégia que transcende indivíduos, partidos políticos ou movimentos setoriais, embora, dialeticamente, seja produzida e operada por eles:

> Em que sentido, afinal, a ideia dos conselhos populares é efetivamente inovadora? É que eles se constituem em espaços para a administração de conflitos a partir da sociedade, e não a partir do Estado. Eles podem, então, ser um dos meios de concretizar o estabelecimento de canais de controle da maioria da sociedade sobre o Estado, invertendo a relação autoritária e excludente hoje dominante. (Daniel, 1988)

A conclusão de Tatagiba (2002) faz todo o sentido se pensarmos que o projeto foi concebido com este propósito: controlar o Estado, como primeira, mais importante e imediata tarefa. Porque, como fica indicado, a tomada do Estado pela *maioria da sociedade* permitiria administrar os conflitos de modo não tendencioso, interessado e parcial, subentende-se. É curioso notar ainda que a existência mesma dos conflitos é naturalizada. O Estado não teria sobre eles qualquer dose de responsabilidade ou participação. Seria o caso apenas de deslocar a sua administração (dos conflitos) para o controle da sociedade (o polo positivo do binômio). Para nós, no entanto, parte significativa do problema está no projeto, por isso a insistência no debate estratégico.

Outro militante do partido, na época, que traremos para o debate com Daniel é Mauro Iasi. Ele foi membro do Diretório Municipal do PT na cidade de São Bernardo do Campo. A perspectiva de Iasi, diferentemente da defendida por Daniel, põe a centralidade da luta na destruição do Estado burguês que, segundo acredita, não torna esfumaçada a sua natureza de classe mediante um determinado grau de penetração da sociedade na sua institucionalidade, fazendo pender a balança para o lado daquela. Há uma diferença capital entre a sua perspectiva e a de Daniel que não podemos deixar de mencionar para compreendermos com exatidão a divergência: para Iasi, Estado não é sinônimo de governo, mas de "conjunto dos principais instrumentos colocados à disposição de uma classe (...) para garantir a continuidade de sua dominação" (Iasi, 1989: 1). Diríamos que esta é a distinção marcante entre as duas concepções de participação que por ora apreciamos e que informa a nossa crítica ao controle social na saúde e, de modo geral, toda a agenda da dita *radicalização democrática*, que enxerga no Estado (tomado como governo) o seu principal aliado pela democracia ou pelo socialismo – ainda que se afirme pelo polo da sociedade civil.

O segundo ponto que coloca Daniel e Iasi em campos tático-estratégicos distintos, e se liga diretamente ao debate sobre os conselhos, diz respeito à noção de *duplo poder* – trabalhada por Marx, Engels, Lênin, Gramsci e também por Poulantzas. Enquanto para Daniel trata-se de minar o Estado burguês

por dentro, transbordando sua máquina de instâncias participativas (conselhos), Iasi endossa a conclusão de Marx que chama a atenção para a impossibilidade de utilização da máquina do Estado a favor da classe trabalhadora para fins revolucionários. Tratar-se-ia, portanto, de construir, em paralelo e na contramão do poder burguês, um poder popular, configurando uma situação de duplo poder.

Já está claro que essa perspectiva não permite confiar ao próprio Estado burguês a tarefa do seu desmonte. A luta legal, assim como em Lênin, precisa ser combinada com a luta ilegal, contra a ordem burguesa. Esta seria a forma de, a um só tempo, minar o poder burguês, pela negação do seu Estado e das relações sociais de que é produto, e construir as bases do Estado dos trabalhadores (transitório). Explica o autor, em outros termos, a essência do que nos acostumamos a ver cotidianamente com o controle social:

> O problema das formas institucionais criadas pelos trabalhadores que não conseguem converter-se em duplo poder e nem tampouco implantar o poder proletário, é que elas podem, e normalmente é o que acontece, ser deformadas e cooptadas pelo poder burguês que não foi derrotado. (Iasi, 1989: 6)

Coerentemente, Daniel rechaça o formato dos sovietes para os conselhos que propõe no âmbito da institucionalidade burguesa (que não considera burguesa, evidentemente). Sua aposta tático-estratégica é outra. Iasi, diferentemente, faz a defesa da forma soviete, mas toma o cuidado de não desmerecer o papel do partido: como instrumento capaz de construir a unidade da classe, necessário à luta contra um dominador unificado (em torno do Estado), e conter o espontaneísmo das massas.

Em síntese, o papel dos conselhos, ou melhor, o papel de um contrapoder, popular, a ser gestado no exercício de uma democracia negadora da ordem burguesa, se constitui na contraface de uma perspectiva que pretende abreviar o trabalho mudando o sinal da máquina existente. Tal raciocínio não quer sugerir que um governo, local ou nacional, comprometido com a luta dos trabalhadores, não possa se configurar num importante aliado na tarefa de "debilitar a eficiência desta instituição particular de exercer a dominação" (Iasi, 1989: 10), mas esse momento conjuntural não pode elidir a necessidade da luta ilegal, tampouco pode ser confundido com a própria conquista do Estado. Da luta legal construir-se-ia a ilegal, o que significaria não cair no paradoxo de "na legalidade lutar pela legalidade" (Iasi, 1987: 10).

Do exposto concluímos que o que se entende por (e se pratica como) *controle social* consiste, hoje, em um processo fortemente institucionalizado, pouco permeável à luta combativa da classe trabalhadora, e que guarda muito pouco da rica experiência democrática que o engendrou – a despeito do fato de que a opção institucional foi acima de tudo uma opção, franqueada pela combinação da pujança e das fragilidades da luta social presente no momento mesmo da formulação estratégica da classe. No que vai além das escolhas estratégicas da classe trabalhadora, posto que diz respeito ao inimigo, a questão parece recair na disjunção formal entre política e economia, reforçada pelo processo de fetichização da democracia que, uma vez reconhecida como peça ideológica, não pode passar despercebida na luta. A construção do socialismo não pode ser assumida como um processo histórico contínuo, sem rupturas, como se o acúmulo de forças, em dado momento, pudesse lograr o fim de uma dominação de classes calcada em sofisticados processos de mistificação, a começar pelo próprio Estado (Tonet & Nascimento, 2012).

O que vemos, portanto, é que esse Estado, fazendo jus à sua natureza de classe, pretende franquear uma determinada participação – dentro de limites seguros para a dominação do capital – que seria integral e parte constitutiva das relações sociais de produção se a própria reprodução da ordem capitalista não necessitasse apartar da política a economia – e da participação, a esfera da produção. A cidadania política (almejada pela agenda da radicalização democrática, da participação, do controle social) só pode se efetivar pela submissão ao conjunto de regulamentos que institucionalizam justamente a alienação dos meios pelos quais, não fosse o sistema burguês (!), se alcançaria a emancipação plena (isto é, o reencontro do produtor direto com o produto do seu trabalho).

Tais diferenças, de base material, são flagrantemente ignoradas na abstração que caracteriza o Estado, por meio de sua expressão jurídica (o direito), mas têm peso notório na política, em que os atores igualados formalmente nunca são de fato iguais materialmente. Daí se constituir em contrassenso a defesa da pluralidade no jogo democrático do Estado burguês, precisamente pelos que têm sua existência política condicionada ao aceite e à naturalização das diferenças de poder material como algo dado e não determinante para a luta política. O que acabamos de descrever sobre as opções estratégicas democráticas da classe trabalhadora na luta contra o capital e pelo socialismo, no Brasil recente, se completa com a explicitação das condições do terreno onde se optou pela luta institucional como tática primordial.

Invariavelmente, pelas determinações objetivas, mas também pelas subjetivas, fomos empurrados para posições de extração liberal (Paniago, 2011), em nome da efetivação de uma luta institucional que pretendia o controle do Estado para a construção socialista. Essa aposta não deu certo. Não se extrairá um caminho para o socialismo do controle social sobre o Estado burguês, que em última análise é tentativa de controle do capital. Isto é parte significativa do enredo da luta de classes no Brasil nos últimos trinta anos – e o recuo não tem cessado.

Em debate promovido pela revista *Cadernos de Saúde Pública* sobre os 25 anos da Constituição de 1988 e do SUS, em que o texto (principal) de Jairnilson Paim foi comentado por oito autores – entre os quais estiveram presentes nomes como Amelia Cohn, José Carvalho de Noronha e Sarah Escorel –, a pesquisadora Ana Luiza d'Ávila Viana afirmou a seguinte pretensão política para os desafios civilizatórios expressos pela envergadura de uma política pública como o SUS – elemento central do texto de Paim:

> A política precisa domar os interesses do capital na área da saúde, para que ganhe poder, pois o momento atual é aquele em que o econômico se liberta da política e a política fica destituída de poder. Gestores sem poder e interesses corporativos pautando as decisões da política, é o que se vê nos diferentes níveis de governo. (Viana, 2013: 1.944)

A manutenção da mesma batida pelo discurso emancipatório na saúde, na tentativa permanente de afirmar a importância e a validade da Reforma Sanitária – atribuindo o ônus do fracasso à conjuntura adversa e às mazelas de toda ordem que caracterizam a formação social brasileira –, ao contrário do que fica sugerido, não exime os que proferem tal discurso justamente da consideração, em termos estratégicos, do que afirmam e reafirmam como tática e estratégia incessantemente. Essa talvez seja, atualmente, a fronteira que pode delimitar a retomada da pujança ou o ostracismo definitivo do movimento e da Reforma Sanitária. É de chamar a atenção que continuemos anos-luz distantes do debate estratégico, insistindo no mesmo brado.

Na pista de Iasi (1987), lembramos Ernesto Che Guevara em texto sobre a tática e a estratégia da revolução latino-americana, preciso e atual:

> *Frente a esta táctica y estrategia continentales, se lanzan algunas fórmulas limitadas: luchas electorales de menor cuantía, algún avance electoral, por aquí; dos diputados, un senador, cuatro alcaldías; una gran manifestación popular que es disuelta a tiros; una elección que se pierde por menos votos que*

la anterior; una huelga que se gana, diez que se pierden; un paso que se avanza, diez que se retroceden; una victoria sectorial por aquí, diez derrotas por allá. Y, en el momento preciso, se cambian las reglas del juego y hay que volver a empezar. ¿Por qué estos planteamientos? ¿Por qué esta dilapidación de las energías populares? Por una sola razón. En las fuerzas progresistas de algunos países de América existe una confusión terrible entre objetivos tácticos y estratégicos; en pequeñas posiciones tácticas se ha querido ver grandes objetivos estratégicos. Hay que atribuir a la inteligencia de la reacción el que haya logrado hacer de estas mínimas posiciones defensivas el objetivo fundamental de su enemigo de clase. En los lugares donde ocurren estas equivocaciones tan graves, el pueblo apronta sus legiones año tras año para conquistas que le cuestan inmensos sacrificios y que no tienen el más mínimo valor. Son pequeñas colinas dominadas por el fuego de la artillería enemiga. La colina parlamento, la colina legalidad, la colina huelga económica legal, la colina aumento de salarios, la colina constitución burguesa, la colina liberación de un héroe popular... Y lo peor de todo es que para ganar estas posiciones hay que intervenir en el juego político del estado burgués y para lograr el permiso de actuar en este peligroso juego, hay que demostrar que se puede estar dentro de la legalidad burguesa. Hay que demostrar que se es bueno, que no se es peligroso. (Guevara, 2014: 10-11)

5.

Reforma Sanitária, SUS e Socialismo: questão de princípios

Ao longo dos últimos dez anos, ao se avaliar pela percepção dos militantes de diferentes origens, reconhecidas lideranças históricas, acadêmicos e entidades representativas do movimento sanitário, a Reforma Sanitária "ainda se move!" (Paim, 2013b: 1.952). Embora mais ou menos distintos, mais ou menos discordantes entre si, todos indicam, em medidas e perspectivas também variantes, que a luta e o projeto precisam se reinventar – para retomar uma agenda forte, reformar efetivamente o Estado, intensificar a luta pelo SUS, revitalizar a luta de massas, resistir à privatização no setor, recuperar a perspectiva do socialismo dos anos 1980 etc. (Bravo & Matos, 2008; Bravo & Menezes, 2011; Cebes, 2013; Cohn, 2013; Costa, A. M., 2013; Escorel, 2013; FNCPS, 2011;[23] FRSB, 2005, 2006;[24] MRSB, 2014;[25] Paim, 2009, 2013a; Teixeira, 2009; Viana, 2013).

[23] A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), criada em 2010, congrega um importante conjunto de entidades, entre movimentos sociais, associações, universidades, sindicatos, centrais, federações e partidos.

[24] O Fórum da Reforma Sanitária Brasileira (FRSB) começou a se reunir em 2005, na esteira do 8º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, na Câmara Federal dos Deputados, realizado em junho do mesmo ano. O Fórum foi composto pelas seguintes entidades: Abrasco, Associação Brasileira de Economia em Saúde (Abres), Ampasa, Cebes e Rede Unida (Associação Brasileira Rede Unida) (Bravo & Menezes, 2008).

[25] O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) tem se reunido constantemente também como resultado da tentativa de rearticulação do movimento sanitário. É uma iniciativa das seguintes entidades: Abrasco, Abres, Ampasa, Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), Cebes, Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), Rede Unida e Sociedade Brasileira de Bioética (SBB).

A constatação de que a Reforma Sanitária e o SUS ganharam uma tradução liberal por parte das forças do capital também não é estranha aos defensores/rearticuladores do movimento. Autores como Paim (2013a) apontam mesmo a ocorrência de um *transformismo* na saúde. Bravo e Matos indicam a existência de dois projetos em disputa: o da *Reforma Sanitária* e o *Privatista.* Se o primeiro não precisa de apresentação, o segundo seria consequência do ajuste estrutural neoliberal e teria as seguintes principais tendências: "a contenção dos gastos com racionalização da oferta, a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização" (Bravo & Matos, 2008: 200). Em referência específica à conjuntura de transição do primeiro para o segundo mandato de Lula, que teve o sanitarista José Gomes Temporão como seu ministro da Saúde entre 2007 e 2010, Bravo e Menezes, assim, caracterizaram o comportamento do movimento sanitário em face da conclusão de que a combinação de um governo petista com um ministro sanitarista estaria redundando, estranhamente, em manutenção de políticas focais, articulações com o mercado e universalização excludente:

> Diversos sujeitos sociais do Movimento Sanitário não têm enfrentado a questão central do governo que é a subordinação da Política Social à política macroeconômica. A grande bandeira do movimento, nos anos 80, era a perspectiva de Reforma relacionada à mudança de projeto societário, ou seja, tendo como horizonte a transição para o socialismo. Esta questão aparece, na atualidade, de forma muito tênue. (Bravo & Menezes, 2008: 21)

Novamente Bravo, em evento público de que participou em 2013, chamou de "Reforma Sanitária flexibilizada" um terceiro projeto político que se localizaria na fronteira entre os dois primeiros, uma vez que encabeçado por sanitaristas de origem, mas que teriam aberto mão das bandeiras históricas do movimento. Bravo e Menezes (2011) também identificaram uma inflexão teórica entre os sanitaristas, pelo abandono dos referenciais marxistas – que caracterizaram o movimento sanitário nos anos 1980 –, em favor do pluralismo e do ecletismo teórico-político. Não difere de Bravo, Matos e Menezes a suspeita de Paim:

> Uma hegemonia às avessas parece ser construída pelas forças que defendem o SUS, pois na aparência constata-se uma direção cultural e moral, quando integrantes do movimento sanitário chegam a ocupar posições de governo, a ponto de um ex-presidente do Cebes tornar-se ministro da Saúde, mas na essência prevalecem os interesses do capital, assegurados por seus representantes dentro e fora do setor. (Paim, 2013a: 1.934)

A despeito da factibilidade das hipóteses e da concretude dos fatos, nada surpreende se notarmos que, extrapolando os limites setoriais da saúde, podemos identificar o mesmo processo em curso num registro mais ampliado da classe trabalhadora, expresso na realização mitigada da EDP liderada justamente pelo PT no mesmo período (Coelho, E., 2012; Iasi, 2006). Não pretendemos, no entanto, traçar um quadro da captura de sanitaristas e de bandeiras do movimento sanitário pelos grupos e frações de classe associados às forças do capital. Nossa intenção é explorar a problemática de como e por que meios a aposta na transformação da institucionalidade não só se acomodou como assumiu um teor avesso ao projeto original que a concebera. Este passa a ser o grande nó do movimento sanitário e da esquerda democrática já na sequência do ajuste estrutural na década de 1990 e que, mais tarde, assumiria proporções dramáticas a partir da posse de Lula, em 2003. Não parece haver dúvida, assim como se deu e tem se dado com toda a esquerda, de que um governo oriundo das mesmas bases, em franco processo de burocratização e enquadramento pela ordem do capital, tenha provocado fissuras no movimento sanitário. Tal é o impasse que se apresenta nos dias de hoje, à cata de solução – o que nos exige o acompanhamento do debate estratégico do movimento dos anos 1990 para cá, de modo a podermos perceber as inflexões do pensamento sanitarista a partir de 2003.

Antes, porém, cumpre que exploremos um pouco mais o debate em torno da questão democrática a partir dos anos 1990. Seguindo a pista de Iasi (2012), o que hoje se configura é o que Florestan chamou de uma democracia de cooptação, como importante chave para compreendermos o transformismo, o impasse e a crise estratégica que vivemos nos dias atuais – o que inclui a trajetória do movimento sanitário. A tessitura desse quadro compreenderá os contornos do terceiro momento-chave do processo de fetichização da democracia na periodização sugerida no início do livro.

A questão democrática na saúde: cooptação e apassivamento

Ao escrever nos anos 1970, Florestan visualizava uma situação-limite apresentada para as classes em luta no Brasil: diante do caráter autocrático e não reformável da burguesia brasileira, estruturalmente dependente e periférica, portanto limitada para concessões, as *tarefas em atraso*, típicas da não ocorrência em nossa formação social de uma revolução burguesa clássica,

não encontrariam espaço para que pudessem ser realizadas no interior da ordem. Com a ditadura caminhando para o fim e a ascensão da luta dos trabalhadores, uma alternativa do desenrolar dos conflitos de classe, em benefício da burguesia, dizia Florestan, seria uma "democracia de cooptação", que consistiria na concessão de muito pouco aos trabalhadores em troca da aceitação da ordem, de um novo pacto social – considerando-se que uma nova edição de um regime ditatorial estaria por algum tempo descartada. O próprio autor, no entanto, rechaçaria essa hipótese porque considerava que nem os trabalhadores estariam dispostos a aceitar tão pouco, nem a burguesia quereria ceder o mínimo que fosse. Tal cenário, ainda segundo o sociólogo paulista, colocava as classes trabalhadoras diante de um desafio: empunhar a bandeira das tarefas em atraso e, diante do conflito que se instituiria em face da recusa da burguesia em negociar e ceder, aproveitar-se do flanco aberto e viabilizar um caminho para uma revolução fora da ordem. Para Florestan, portanto, não haveria etapa prévia, democrática, a ser cumprida. A luta em torno das tarefas em atraso já faria parte do curso da revolução socialista. Tratava-se de combinar uma revolução *dentro da ordem* com uma revolução *fora da ordem* (Fernandes, 2005; Iasi, 2012).

Ao contrário de Florestan, Coutinho diria, com base em Gramsci, que em face do processo recente de ocidentalização da sociedade brasileira, com a potente ampliação do Estado, a *via prussiana* que caracterizara a história política brasileira desde a Independência – isto é, as transformações pelo alto, por meio da conciliação entre frações da classe dominante – poderia ser superada (acrescente-se: dentro da ordem burguesa). Coutinho faria a crítica de Florestan, pondo na conta deste uma dureza na análise da situação brasileira, que não teria lhe permitido enxergar o processo de ocidentalização vivido pelo Brasil. Em suma, Florestan apostou na incompatibilidade de situações de classe extremadas, e Coutinho vislumbrou espaço para a consecução das tarefas em atraso, prévias ao curso do socialismo e no interior da ordem burguesa. A realidade, no entanto, surpreenderia ambos.

A EDP, em sua formulação inicial, partia de um pressuposto similar ao de Florestan: a impermeabilidade da burguesia brasileira se constituiria em obstáculo para o atendimento das demandas represadas da classe trabalhadora brasileira. No entanto, e aqui chegamos ao ponto, toda a energia da luta popular que se acumulara nos anos 1970 e 1980, de onde brotara também o movimento sanitário, sofreria um profundo esvaziamento a partir dos anos 1990, com a reestruturação produtiva neoliberal. Tal processo, embora tenha

posto de joelhos o movimento organizado dos trabalhadores, não anulou a possibilidade de disputa do Estado no plano institucional. Não é coincidência que as importantes conquistas plasmadas na Constituição Federal de 1988, tendo o SUS como carro-chefe, tenham se dado concomitantemente à possibilidade concreta da eleição de um governo de esquerda, encabeçado pela candidatura do PT, em 1989. Porém, seguindo a trilha de Iasi, uma combinação inesperada de chances reais de conquista do governo federal e ausência de uma correlação de forças, na base, que pudesse garantir a radicalidade das reformas democráticas, impôs um caminho distinto do originalmente formulado:

> A solução encontrada, ainda dentro do campo de uma estratégia democrática e popular, é que seria possível e desejável seguir o acúmulo de forças agora dentro desse espaço institucional estratégico, assim como já se supunha se realizar nos espaços institucionais menores conquistados nesse processo (administrações municipais, mandatos parlamentares, máquinas sindicais etc.). (Iasi, 2012: 311)

De início (anos 1980), portanto, se a tática de implementação de reformas radicais era *democrática* e *popular*, em face da impossibilidade da luta direta pelo socialismo, uma vez que a correlação de forças e o grau de consciência precisavam ainda obter ganhos de musculatura diante do novo quadro (anos 1990), com o recuo do acúmulo inicial, as reformas praticamente sairiam de cena, reduzindo o programa a um horizonte *democrático* apenas (Iasi, 2012). Não é fortuito que a Reforma Sanitária também tenha saído de cena no período. O fato é que o recuo da classe vulnerabilizou a sua liderança que, por sua vez, alimentou a ilusão de se manter na institucionalidade do Estado, em compasso de espera, no aguardo da classe e da correlação de forças favorável. Iasi dá contornos ao debate:

> A metamorfose, ou o transformismo, se preferem, se dá no processo pelo qual acabam por se chocar dois interesses que até então formavam uma unidade: os interesses da classe trabalhadora retomando seu processo de luta com a crise da autocracia e os interesses de uma camada burocrática que se especializou na gestão dos espaços institucionais ocupados (partido, sindicatos, espaços governativos ou parlamentares). Tal contradição se materializa na questão das eleições presidenciais e nas sucessivas derrotas de Lula (em 1989, 1994 e 1998), o que leva um setor do PT a defender a tese segundo a qual seria necessário ampliar as alianças, o que implicaria uma moderação programática, para que fosse possível ganhar as eleições. (Iasi, 2012: 312)

A própria intencionalidade expressa na decisão política de perseguir o objetivo de ocupação do aparelho de Estado, a despeito da correlação de forças que pudesse conferir radicalidade àquela ocupação, já resultava da democracia de cooptação, que logrou engolfar, aos poucos e constantemente, a expressão de vanguarda resultante da luta social dos anos 1970 e 1980. O alerta de Vainer e Palmeira, ainda em 1989, além de política e estrategicamente importante, recoloca no seu devido lugar os argumentos que tentam imputar apenas à conjuntura complexa – às contingências da história – os descaminhos recentes da esquerda no Brasil: "a domesticação do PT traria automaticamente sua transformação em instrumento de domesticação do movimento popular" (Vainer & Palmeira, 1989).

O desenlace da questão se deu com a chegada de Lula ao governo, após garantida internamente a uma determinada corrente do partido do futuro presidente a condução do objetivo de alcançar o governo central por meio de um amplo arco de alianças, que punha para escanteio, em definitivo, o princípio da independência de classe que inicialmente a formulação da EDP tratava como ponto pacífico. As formulações do 12º Encontro Nacional, que antecedem a vitoriosa eleição de 2002, são reveladoras. A despeito da defesa do socialismo e da convocatória para uma verdadeira "revolução democrática" no país, o projeto se apresenta por completo em sua face institucional:

> Nosso maior desafio é construir uma candidatura e um programa de governo que possam viabilizar um novo governo para o Brasil, com uma nova maioria parlamentar, que sustente as grandes mudanças históricas. Nosso objetivo deve ser o de construir uma aliança ampla, com forças políticas de esquerda e de centro que estejam em oposição ao governo FHC e às políticas neoliberais (...). (PT, 2001: 13)

As referências à participação ativa das massas se restringem à noção de democratização do Estado, por meio principalmente da *gestão participativa* e da *gestão estratégica*. A ênfase na reforma política, a despeito de sua pertinência, revela o traço que apontamos também no movimento sanitário e no projeto da Reforma Sanitária, já presente no seu momento de auge e reforçado em sua crise e recuo para posições de defesa quase exclusiva do SUS.

Segue o trecho capital do documento:

> Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a

> inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo. (PT, 2001: 39)

Não teria sido preciso chegar à "Carta ao povo brasileiro", de 2003. Se a EDP nascera na contramão da conciliação de classes que corretamente percebia e criticava na EDN liderada pelo PCB, se acomodaria, por seu turno, pouco mais de uma década após sua formulação original, no interesse precisamente da burguesia e como expressão da adequação definitiva do PT à ordem (Coelho, E., 2012; Iasi, 2006).

Desde então ficaria claro não só que a burguesia estaria, sim, disposta a ceder um mínimo, como também os trabalhadores estariam dispostos a aceitá-lo, e pior: o agente a estabelecer tal mediação (Iasi, 2013, 2012, 2006, s.d.) e fazer com que essa concessão em troca da aceitação da ordem fosse efetiva e exitosa seria, precisamente, a liderança da própria classe trabalhadora construída a partir de sua base. Eis o que nem Caio Prado, Florestan e Coutinho reunidos num ser pensante único teriam sido capazes de intuir com um mínimo grau de previsibilidade.[26]

Se estendermos ainda o panorama da questão democrática para uma resultante que extrapola a absorção pela ordem da liderança da classe trabalhadora, mas é consequente dela, constataremos que a democratização tomada como condição da luta política, tendo a participação social como principal tática, foi não só suportada pela ordem burguesa como fagocitada

[26] Dois anos depois de escrito este texto, consumou-se no dia 31 de agosto de 2016 o que parte dos analistas têm chamado de um *golpe parlamentar* no Brasil. Sem evidências objetivas, aliás, e a despeito da existência de pareceres técnicos e jurídicos solidamente embasados e contrários à acusação de "crime de responsabilidade", a presidenta da República, Dilma Rousseff, do PT, teve seu mandato cassado. Embora também tenha dado sinais de recusa às migalhas que vinha recebendo, o que se expressa, por exemplo, num ciclo de greves que assolou o país nos últimos anos, a classe trabalhadora não esboçou reação à altura das suas perdas. Do outro lado da luta de classes, no entanto, a burguesia descontentou-se com o mínimo que concordara em ceder em troca do apassivamento do inimigo. Eis a realidade a nos impor rasteiras e quedas desconcertantes. Ao fim e ao cabo, até agora, a burguesia riu por último e riu melhor, como nos alertou sempre o pessimismo da razão de Florestan.

e amesquinhada na medida para manter sob controle uma classe crescentemente acéfala. Na impossibilidade da anulação imediata da força organizativa acumulada da classe trabalhadora, apostou-se no seu apassivamento por meio também de uma suposta adesão às suas causas e à ampliação, seletiva, da sociedade civil e dos espaços de gestão pública do Estado (Fontes, 2010).

Na saúde, se a redução da Reforma Sanitária ao SUS é parte do recuo teórico e político do movimento sanitário desde a década de 1990, também é verdade que, sendo a sua expressão mais concreta, não é possível ignorar os processos que têm se erguido em torno dessa política pública justamente para neutralizar a força política da luta e o projeto que a engendrou. De alvo privilegiado da ofensiva neoliberal, portanto, o SUS passou a ponta de lança do projeto do capital para a saúde. Evidentemente, a cooptação e a tentativa constante de anulação política do movimento sanitário e dos seus focos de resistência indicam que um SUS constitucional, público e verdadeiramente universal não só é possível como, sendo possível, vem sendo seguidamente minado pelo grande capital.

O desafiante dessa constatação, no entanto, é que tal processo desabrochou na última década, justamente sob o governo do partido que liderou a EDP, cuja essência foi a disputa do Estado pela transformação da institucionalidade – no sentido do estabelecimento de reformas e conquistas democráticas secularmente presentes na agenda de lutas dos trabalhadores, por não realizadas ou inacabadas. O que estamos chamando de *reeducação do Estado*, isto é, a aposta na sua democratização em nome dos interesses das classes trabalhadoras, a transferência das energias de luta para a construção de uma nova institucionalidade, transmutou-se em *educação de seus educadores*. A institucionalidade construída em nome dessa agenda é hoje a mesma institucionalidade que serve à negação da emancipação da própria classe que deu base à sua construção. Ainda que o nosso debate seja com a própria esquerda e com as estratégias que concebeu, retomemos e avancemos rapidamente no tema das bases econômicas sobre as quais, contemporaneamente, os conflitos têm se desenrolado.

Vimos com Harvey (2002, 2012) que a crise do *welfare state* e a investida neoliberal não se deveram apenas a um contexto político de crise do socialismo real, que permitiu então às forças do capital a retomada do terreno perdido em tempos de Guerra Fria. O modelo de produção fordista e o seu correspondente Estado intervencionista haviam também esgotado a capacidade de promover a reprodução ampliada do capital. O aprofundamento da crise

estrutural de acumulação do capital, que não é processo recente (Mészáros, 2007), tem exigido novos meios para a sua reprodução e um correspondente papel do Estado, tão ou mais intenso do que antes, mas doravante distanciado do relativo caráter arbitral que encarnara durante a chamada Era de Ouro. Contemporaneamente, a ampliação significativa de sua face coercitiva, no equilíbrio instável entre consentimento e força, tem correspondido ao desempenho de uma função claramente castradora de direitos conquistados e drástica redução de políticas sociais e distributivas abrangentes. Esse é o cenário no qual se amplia crescentemente a importância do "fundo público" como alvo privilegiado do capital. Constituído principalmente a partir da arrecadação de impostos e contribuições, é a principal fonte de financiamento das políticas sociais. Sua colonização pelo capital, portanto, não deixaria de afetar diretamente tais políticas (Granemann, 2012) – entre as quais o SUS se inclui, evidentemente.

No Brasil, não vem de hoje, no entanto, o beneficiamento da saúde privada por meio de subsídios e políticas públicas. A ditadura empresarial-militar já o punha em prática, embora a dimensão que vem assumindo desde a Nova República seja algo de se notar. Atualmente, é pela renúncia fiscal que o Estado brasileiro mais tem incentivado a iniciativa privada na saúde. O argumento que orientou até bem recentemente o incentivo estatal a um mercado que não tem parado de crescer foi o suposto desejo de consumo de serviços privados de saúde (e educação) por parte de um contingente de 35 milhões de supostos novos integrantes da classe média, que nesse estrato teriam ingressado entre 2002 e 2012 – como consta da cartilha *Vozes da Classe Média*, produzida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), ligada à Presidência da República (Brasil, 2012). Não são pouco duvidosos os critérios metodológicos utilizados para a apuração desses dados e que franqueiam tais conclusões sobre o desejo de consumo da suposta nova classe média. Mas para além da vitória política, ideológica e prática do capital na saúde, quais os determinantes que garantem o sucesso recente desse imaginário que se expressa em política pública em benefício do sistema privado?

O caso do SUS é exemplar para nos proporcionar uma resposta aproximada. Lembremos que no seu plano mais objetivo e imediato, a Reforma Sanitária previa o reordenamento institucional da prestação dos serviços de saúde, uma vez tendo garantido o direito universal do acesso e a responsabilização do Estado pela prestação do serviço, estruturação e financiamento do sistema. O diagnóstico do movimento sanitário passava pela compreensão de

que a saúde não poderia ser pensada e executada de modo estanque, não sistêmico e com base em excessiva centralização. A extinção do Inamps e a concentração das ações pelo MS, a organização do sistema em uma rede descentralizada, em que a cada esfera de poder corresponderiam também graus de complexidades variados no atendimento de saúde – de modo a racionalizar a assistência e romper com uma lógica hospitalocêntrica e meramente curativa, não preventiva –, eram parte do projeto de uma nova arquitetura jurídico-administrativa a ser exigida em decorrência de uma nova concepção de saúde. Não por outra razão, a inscrição do SUS na Constituição Federal representou importante conquista, embora os sanitaristas tivessem clareza de que, uma vez encerrados os trabalhos constituintes, teria início uma nova batalha para a regulamentação do que previra a Constituição e para a implementação efetiva do sistema. Mas talvez nada pudesse fazer crer que, justamente durante os governos da esquerda democrática, não só essa institucionalidade não seria posta em funcionamento pleno como, ao contrário, figuraria como elemento central de um movimento anti-Reforma Sanitária, que ressignificaria e instrumentalizaria o SUS mantendo-o a serviço da saúde privada, de quem deveria ser referência – tornando-o, ele sim, secundário, suplementar.

Dados de uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam o importante volume de gasto tributário do governo com a saúde, em razão do abatimento que concede a contribuintes pessoas físicas e jurídicas. Seus estudos estabeleceram como corte o período compreendido entre os anos de 2003 e 2011 – tomando como marco o início dos governos petistas. Apenas neste último ano, o gasto tributário em saúde correspondeu a 22,5% do total de gastos federais no setor. Se percorrermos a série retroativamente, veremos que tal percentagem nunca foi menor que 20%, tendo chegado ao seu pico em 2006, quando bateu a casa dos 30% (Ocké-Reis, 2013). Nesse mesmo período, enquanto o gasto federal em saúde cresceu duas vezes e meia – se tomarmos o primeiro e o último ano da série –, o lucro líquido do mercado de saúde quadruplicou (Ocké-Reis, 2013).

Outras modalidades de incentivo público à demanda por saúde privada são conhecidas, como repasse direto de recursos públicos para pagamento de planos de saúde para funcionários públicos, por exemplo.[27] Há ainda incentivos

[27] Instituído pela lei n. 11.302, de 2006, prevê a introdução da possibilidade de assistência ao servidor mediante a forma de auxílio-ressarcimento do valor parcial dos gastos com planos ou seguros privados de assistência à saúde (Bahia, s.d.).

governamentais à oferta, que passam pela isenção de impostos devidos pelo mercado privado de saúde, atingindo principalmente aqueles que financiam as políticas sociais (Guimarães, 2013b), além de linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para hospitais particulares, por exemplo. Não é difícil notar, portanto, mesmo que breve o nosso panorama, que o alarde em torno de uma nova classe média, supostamente ávida pelo consumo de planos de saúde, responde muito mais à intenção de colocar o fundo público a serviço do crescimento do capital privado na saúde. O que isso significa senão o princípio da universalidade do acesso posto às avessas? Até o momento não foi preciso extinguir o SUS para abrir inteiramente o mercado de saúde à concorrência do capital – embora, de 2016 para cá, a possibilidade de extinção dessa política pública de grande envergadura venha se colocando crescentemente na ordem do dia. Tem bastado, por ora, a transformação em *consumo* de um princípio calcado na noção de *direito*.

Tudo isso compõe a base material que se expressa na disputa de sentidos que os últimos governos do PT produziram em torno da saúde. A inclusão pelo consumo – por meio do subsídio público e da farta oferta de crédito e consequente endividamento dessa nova classe média (Luce, 2013) – tem sido vendida como a própria universalização do direito de acesso. A dificuldade adicional que todo esse processo traz diz respeito ao fato de que tal inclusão rebaixada se realizou sem que os representantes clássicos da burguesia e os mais claramente identificados a ela precisem estar à frente da sua condução – o que talvez explique o imobilismo tático e estratégico do movimento sanitário.

Embora esse cenário não fosse nada óbvio, vejamos como pensou estrategicamente o movimento sanitário em meio à ocorrência dos processos que acabamos de caracterizar e as fissuras que foram provocando o abalo de sua unidade.

Reforma Sanitária e pensamento estratégico: balanço em pleno movimento

Para seguir no mesmo rastro, cheguemos agora ao debate estratégico travado no mesmo período (dos anos 1990 para cá) no interior do movimento sanitário e confiramos como aqui ele se expressou. Para tanto, metodologicamente optamos por percorrer os editoriais da revista *Saúde em Debate*, editada

pelo Cebes, além de documentos representativos do pensamento sanitarista, produzidos por eventos públicos da saúde ligados a essa agenda, e de manifestações coletivas de organizações resultantes da luta conjuntural – como o Fórum da Reforma Sanitária Brasileira (FRSB), o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) e o Fórum da Reforma Sanitária Brasileira (FNCPS) – todas expressões dos rearranjos do movimento sanitário, com o objetivo de recuperar o terreno perdido ou reagir aos abalos da conjuntura pós-Lula.

Ao abrir dos anos 1990, a ressaca da derrota da candidatura Lula, no ano anterior, é que dava o tom do ânimo da luta organizada dos trabalhadores. No papel de um dos principais organizadores da luta no setor, o Cebes assumiu postura oposta. O editorial do número 28, de março de 1990, intitulado "Otimismo incorrigível", convoca o movimento sanitário para a luta:

> Com a posse do novo presidente eleito, o Cebes renova o seu otimismo (incorrigível). (...) Não compactuamos com o pessimismo, desânimo, desesperança ou mesmo a perplexidade que toma conta de setores da sociedade brasileira. (...) Nossa opinião inclusive é de que a crise, o modelo neoliberal e suas projeções devem se constituir no eixo central de nossa atenção política. (...) Enfim, estamos otimistas de que a consolidação da democracia aqui e alhures constitui-se no ingrediente fundamental para continuarmos avançando. (Cebes, 1990a: 3)

Do otimismo inicial e da aposta na *consolidação da democracia*, o movimento sanitário despencou na perplexidade com a inércia diante dos ataques às conquistas do setor e da constatação de que a arquitetura institucional prevista em lei estava sendo flagrantemente boicotada. É sintomático que, três meses após o manifesto otimista, a edição seguinte mudasse o tom. "Saúde abalada" é o título do editorial:

> O momento é crítico. (...) O que não se esperava era a letargia de setores organizados da sociedade e do movimento sanitário. Estamos acuados, medrosos, incapazes de reação. É verdade que alguns setores já se movimentam, greves se realizam, decisões jurídicas sustam o avanço autoritário. Na saúde, porém, ainda são tímidas – apenas esboçadas – as reações. (Cebes, 1990b: 3)

Nesse mesmo número, um artigo assinado por Fleury Teixeira inaugurava o teor do debate que passaria a vigorar desde então, ora pela denúncia do que o movimento não fora, ora pela iniciativa de sua retomada. A autora segue o tom do editorial, denuncia o vazio deixado pelo movimento sanitário e se diz

surpresa com o imobilismo. Mas o que de fato interessa são as quatro razões que sugere como pistas para elucidar o enigma: 1) a perda de hegemonia das forças do movimento sanitário, seja pela diversificação provocada pelo processo de redemocratização, seja ainda pela identificação desses grupos e indivíduos com a condução institucional recente da Reforma Sanitária; 2) a ausência de uma resposta imediata que pudesse recolocar nos termos exatos a apropriação desvirtuada das bandeiras do movimento pela agenda neoliberal; 3) a ausência de uma visão estratégica sobre o mercado de saúde e suas transformações recentes, que pudessem permitir uma crítica autônoma sobre os rumos do setor; 4) a incapacidade de uma atuação política, por parte do movimento sanitário, distante dos vícios do clientelismo e do corporativismo – o que teria impedido a devida cobrança ao movimento sindical médico de uma postura ética a ser preservada no exercício médico (Teixeira, 1990). É notável como a aposta na força do movimento, na sua capacidade articuladora contra o setor privado na saúde e no desenrolar do processo democrático, um tanto a despeito da correlação de forças (como o editorial de marco de 1990 ainda reflete), cai por terra, de súbito.

O "esfacelamento" do movimento sanitário (e operário, diga-se de passagem) – para usar os termos de Fleury Teixeira nesse mesmo artigo a que acabamos de nos referir – é mais do que evidente no período. Em 1991, o tom de estupefação diante do imobilismo dos sanitaristas permanece (Cebes, 1991a, 1991b). Começam a se esboçar com maior clareza, daí em diante, duas expressões do recuo do movimento sanitário (e da classe trabalhadora): o abandono do debate estratégico (como alertara Fleury Teixeira) e a consequente redução da agenda da Reforma aos limites do SUS, além do enclausuramento do discurso político aos limites estreitos da *ética na política*, em face das denúncias de corrupção no centro do governo federal – que redundariam, pouco tempo depois, no *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Com tais registros, a bandeira da reforma do Estado (Cebes, 1992, 1993) se descolore ainda mais, pairando sobre um conceito genérico de democracia e outro puramente gerencial de reforma. Mas além do recuo que apontamos, ainda na relação direta da força do inimigo, que recuperava terreno a passos largos, a reação vislumbrada pelo movimento sanitário se expressou nos seguintes termos: "A situação atual não corresponde em nada à proposta da Reforma Sanitária. O problema é da proposta ou das conjunturas políticas nacionais tão adversas?", pergunta o editorial de *Saúde em Debate* de março de 1994 (Cebes, 1994a: 3). As respostas, ou as tentativas para tanto, virão na sequência.

Em meio ao reajuntamento dos cacos e à rearticulação das forças em luta, que abruptamente se viram tolhidas e dribladas justamente no terreno que até há pouco parecia o lugar por excelência onde as conquistas da luta deveriam se realizar e confirmar, o caminho preferencial, institucional, manteve-se o mesmo. Em junho de 1994, às vésperas das eleições presidenciais que levariam Fernando Henrique Cardoso ao governo, o editorial de *Saúde em Debate* repunha sobre o Estado as expectativas, como que a retomar uma frente de batalha para o movimento. O tom saudoso é sintomático da perspectiva que apontamos:

> Lá se vão dez anos, estávamos todos nós, brasileiros, frente à iminência do fim do regime militar e a esperança (maior para uns e menor para outros) do advento da redemocratização (...). No setor saúde, em particular, a unanimidade era maior, dado o alto grau de consenso existente sobre as propostas para a reorientação do setor que vinham, também há quase dez anos, sendo amadurecidas no seio do movimento Sanitário. A recente implantação das AIS – Ações Integradas de Saúde –, dava a certeza da direção: unificação, descentralização e participação. Vale a pena conferir a RSD [revista *Saúde em Debate*] nº 17 (...). As vicissitudes do processo com, inclusive, enfrentamento de concepções no interior do movimento, não impediram, todavia, a construção de um novo arcabouço jurídico legal para o sistema de Saúde. (Cebes, 1994a: 3)

Mas então sobreveio o choque:

> Entretanto, o clientelismo deslavado do governo Sarney e a prática predatória e recentralizadora do governo Collor (...) abriram espaços para uma deterioração setorial intolerável (...). A derrubada de Collor e a ascensão de Itamar, se num primeiro momento pareciam criar novas expectativas, não foram menos frustrantes (...). (Cebes, 1994a: 3)

O que esperar senão por um novo governo que pudesse reabrir os flancos da disputa institucional, a começar pelo simples cumprimento do que fora conquistado legalmente? No mesmo número da revista, foi divulgado o documento "Carta da Saúde: por uma Reforma Sanitária contra a exclusão social, pela dignidade da vida humana", produzido com o fito de apresentar aos presidenciáveis nas eleições gerais daquele ano um retrato do setor e extrair deles o comprometimento com as bandeiras da Reforma. Ao fazer a crítica das condições de miséria de parte significativa da população brasileira,

o documento expressava a recusa ao neoliberalismo que pretendia anular os marcos dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988: "Mesmo que os maiores avanços da Reforma Sanitária estejam em sua base legal, está ainda por ser consolidada. Para tal, é fundamental que seja aprovado um conjunto de leis que completem a regulamentação da Constituição" (Cebes, 1994b: 5).

A validade da disputa legal é perfeitamente defensável. Não se trata de desaboná-la. O que é passível de crítica é o aparente nivelamento entre os distintos projetos de sociedade em disputa – representados pelas candidaturas à Presidência –, em razão da questão legal. O que se percebe nessa manifestação é um traço típico do movimento sanitário – qualificado costumeiramente como suprapartidário, mas que costuma promover certa indistinção das forças políticas em nome da saúde como algo maior, acima das classes[28] – onde o debate político de princípios se reduz a um aspecto formal.

Já no início de 1995, derrotada a candidatura Lula, o Cebes decide conclamar os sanitaristas à retomada da ofensiva, uma vez mantidas e aprofundadas as medidas do ajuste estrutural neoliberal. Mas no que consistia, em tal conjuntura, recolocar em órbita a radicalidade da Reforma Sanitária?

> O Cebes entende que é hora de se parar de atuar apenas reativamente às políticas governamentais e retomar o nosso projeto original da Reforma Sanitária com radicalidade. Afinal, já faz tempo que descobrimos que o *nosso* SUS não é o *deles* (...). E, assim, retomamos o *nosso* projeto, apontando para o seu avanço, numa real perspectiva de modernização e democratização do Estado (...). O que importa é nos perguntarmos até que ponto estamos dispostos a reavaliar e rever estratégias e, consequentemente, as nossas pautas de lutas, especialmente as corporativas, e participar ativamente das reformas necessárias, que deem mais consequência ao projeto da Reforma Sanitária, seja em termos constitucionais, legais ou jurídicos. (Cebes, 1995a: 3-4, destaques do original)

Notemos de saída que por projeto original e radicalidade não fica sugerida a articulação de massas como base na qual se reergueria o movimento sanitário – ou a adoção de uma perspectiva que tomasse como ponto de partida o rompimento do insulamento do campo da saúde e a união de esforços com outros setores com suas lutas parciais. Os passos a serem dados

[28] Tal como afirmara Escorel, em 1988: "Podemos considerar a saúde como valor universal, como parte do ideário universal, elemento constitutivo da humanidade e portanto um valor para todas as classes e acima das classes" (Escorel, 2006: 182).

para a retomada são todos no campo da institucionalidade: mobilização dos atores favoráveis ao SUS e modernização e democratização do Estado. Poder-se-ia argumentar, legitimamente inclusive, que a conjuntura recuada para a classe trabalhadora explicaria o recuo nos propósitos e formulações políticas do movimento. Não temos dúvida disso. No entanto, é significativo que esse aspecto do recuo não conste da análise de conjuntura que habilita a tomada de posição. Ao contrário, a conjuntura serve apenas para indicar a dominância, nos espaços institucionais, de uma maioria conservadora. A base de compreensão do jogo político praticado pelo movimento sanitário, como fica demonstrado, passa pelas negociações e alianças de cúpula nas altas esferas institucionais do Estado.

Em nome dessa retomada, e consequente aos objetivos declarados de como deveria se configurar, ainda no primeiro semestre de 1995 o Cebes realizou, na Câmara dos Deputados – tradição do movimento sanitário iniciada em 1979 e reputada como elemento importante de sua capacidade *instituinte* – o seminário "Para onde vai a saúde no Brasil?". Tal seminário contou com a presença de Fleury Teixeira, pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz); Lenir Santos, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Maria Alícia D. Ugá, pela Ensp/Fiocruz e pela Abres; além de Eleutério Rodriguez Neto, pelo Cebes.[29] Em linhas gerais, com destaque para Rodriguez Neto e Fleury Teixeira, os palestrantes indicaram a necessidade de superação do imobilismo e da reconfiguração das estratégias do movimento sanitário para aquela conjuntura específica. Puseram em evidência ainda outros aspectos como a burocratização da Reforma Sanitária, na medida em que esta se reduzira à defesa do SUS e do cumprimento da lei, além do insulamento da saúde no interior de uma batalha política que poderia agregar outros tantos aliados de outros setores (Cebes, 1995b). E não houve tanto mais para ser dito ao longo do restante dos anos 1990, década "hostil ao 'processo' da Reforma", como disse Paim (2009: 32), já que pouco depois, em 1996, como sinal dos tempos, a revista publicou o seu último número antes da suspensão de suas atividades por um período de três anos, tendo voltado a circular apenas em fins de 1999.

[29] Rodrigues Neto integrou a gestão 1994-1996 do Cebes como primeiro vice-presidente. Os demais componentes da diretoria eram: Volnei Garrafa (presidente); Roberto Luiz Brant Campos (segundo vice-presidente); Jorge Adriano Feitosa Solero (secretário); Samara Rachel Vieira Nitão (tesoureira); Ivo Ferreira Brito (primeiro suplente); e Maria Angélica Gomes (segunda suplente) (Cebes, 1995b).

Somente na primeira metade dos anos 2000 é que a Reforma Sanitária voltaria a aparecer nos editoriais do Cebes. Paim (2009: 32) completa o panorama: "[a Reforma Sanitária] esteve ausente, também, dos editoriais da Abrasco durante duas diretorias (1994-1996 e 1996-2000) (...) foi banida dos Relatórios Finais da 9ª, 10ª e 11ª Conferências [Nacionais de Saúde], só reaparecendo na 12ª, ocorrida em 2003".

A relativa perda de empuxo por parte da agenda neoliberal a partir da segunda metade dos anos 1990 – combinada à possibilidade de subida ao poder de partidos de esquerda e centro-esquerda – está certamente ligada, não só no Brasil, à relativa retomada da força de mobilização dos trabalhadores, em face dos desastrosos resultados sociais das políticas de ajuste para os continentes de capitalismo periférico (Harvey, 2012). É nesse contexto que o debate sobre a Reforma Sanitária Brasileira reaparece. Por ocasião das eleições gerais de 2002, que terminariam por consagrar a vitória de Lula para a presidência da República, a Abrasco publicou nas páginas de *Saúde em Debate* o documento "A agenda reiterada e renovada da Reforma Sanitária Brasileira". Apesar do título, pouco se apresentaram os termos do que viria a ser a renovação. Basicamente, além da crítica à política econômica restritiva e às condições de desigualdade social no Brasil, reafirmam-se as proposições da 11ª CNS, entre as quais o fortalecimento do controle social, a urgência da solução da questão do financiamento e a defesa da gestão pública (Cebes, 2002) – o que já se constitui como pauta contra a privatização, é importante destacar. Na sequência, já com Lula empossado, o editorial do primeiro número da revista, em 2003,[30] destoou do certo clima de euforia pela chegada da esquerda ao governo:

> Ano novo... Vida nova? A esquerda está no poder. Lideranças do movimento estudantil de 68 e dirigentes do 'novo sindicalismo', que deflagraram as greves de 1978, estabelecem, em 2003, os objetivos e os rumos do desenvolvimento

[30] A gestão 2000-2003 do Cebes contou com a seguinte composição: Sarah Escorel (presidente); Armando de Negri Filho (primeiro vice-presidente); Eduardo Freese de Carvalho (segundo vice-presidente); Carlos Botazzo (terceiro vice-presidente); Alcides Silva de Miranda (quarto vice-presidente); Rogério Renato Silva (primeiro suplente); e Maria José Scochi (segunda suplente) (Cebes, 2003). Entre 2003 e 2006, Escorel cumpriria um segundo mandato consecutivo à frente do Cebes, tendo contado com os seguintes nomes na composição da diretoria: José Gomes Temporão (primeiro vice-presidente); Carlos Octavio Ocké-Reis (segundo vice-presidente); Rita Sório (terceira vice-presidente); Jacob Portela (quarto vice-presidente); Maria Ceci Misoczky (primeira suplente); e Carmen Teixeira (segunda suplente) (Cebes, 2005a).

> nacional. Grandes expectativas costumam gerar imensas frustrações. Os fatos não mudam no tempo nem na forma desejada. (Cebes, 2003: 3)

A tônica dessa relação com aliados históricos que se tornaram governo oscilou –, embora no mais das vezes tenha se expressado por uma crítica tímida, *um morde e assopra* que tem feito refém não só o movimento sanitário, mas a classe trabalhadora organizada em geral. Dessa forma, o receio inicial, conjunturalmente marcado pelo mal-estar gerado pela Reforma da Previdência, logo nos primeiros meses do governo Lula, deu lugar a um importante entusiasmo com a convocação da 12ª CNS, cercada de sinalizações positivas do então ministro da Saúde, Humberto Costa, quanto ao respeito e cumprimento das diretrizes que fossem apontadas por aquele fórum. No final do processo não foi exatamente isso que se viu, tendo tardado em muito, inclusive, a confecção do Relatório Final, pela extrema desorganização do evento que, tecnicamente, não chegou a ser concluído.

Em 2005, cumprido mais da metade do tempo do novo governo, um novo capítulo dessa oscilação, agora crítico, aconteceu. Diante da manutenção de uma política econômica restritiva, da permanência do subfinanciamento do SUS e da implementação crescente de uma agenda *focalizada* para as políticas sociais, o movimento sanitário tentou uma vez mais colocar-se em ação. No mês de junho, o Cebes, em meio a uma grande crise financeira e de projeto, organizou na Câmara Federal dos Deputados o 8º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, do qual resultou o documento "Carta de Brasília", em que os princípios gerais do movimento, nos termos que temos visto nesse rápido panorama, foram mais uma vez reafirmados.

No entanto, mais significativo que o simpósio foi a criação do Fórum da Reforma Sanitária Brasileira, reunindo entidades empenhadas na luta pela saúde e na retomada da agenda da Reforma Sanitária – entre as quais Cebes e Abrasco. Esse grupo, no mês de novembro daquele ano, em ato também na Câmara Federal dos Deputados – como forma de pressão política sobre os parlamentares, em face da reivindicação de aprovação da emenda constitucional n. 29, visando à destinação de fontes e percentuais permanentes de recursos para a saúde –, lançou um manifesto intitulado: "Reafirmando compromissos pela saúde dos brasileiros". Recheado de dados sobre o funcionamento do SUS, ressaltava seus méritos e destacava as suas limitações em face do subfinanciamento. Defendia a "intensificação da realização da Reforma Sanitária" como forma de caminhar

no sentido da correção das imensas distorções sociais expressas nas preocupantes condições de vida e acesso à saúde, especialmente da população de baixa renda. O documento reforçava ainda a ideia de que desvios estavam ocorrendo na implementação do SUS e que deveria ficar a cargo de uma nova pactuação política a correção de rumos, uma vez que a carência de recursos para a saúde era apenas parte de uma política econômica perversa e comprometida, isto sim, com o pagamento dos juros da dívida pública. Uma reforma política, que franqueasse ao movimento da sociedade brasileira a ampliação do "seu controle sobre o Estado", era o norte a ser buscado:

> O Estado Brasileiro vem regulando a Sociedade para seguir com um modelo econômico excludente, quando, nos moldes de um Estado democrático, deveria estar regulando a Economia para assegurar, ampliar e proteger os direitos e bem-estar da Sociedade. Este Estado vem propiciando governos e coalizões, que levam a graves crises políticas e aprofundam na população a perplexidade e descrença sobre a política e a ética como o caminho para as necessárias transformações. (FRSB, 2005: 4)

O pesado clima político de então, em meio às graves denúncias de compra de votos de parlamentares do Congresso Nacional, e ainda o fato de se constituir em resultado de esforço coletivo das diferentes entidades componentes do Fórum, pode servir para que relativizemos a crítica. Mas é impossível não notar mais uma vez uma concepção de corte liberal sobre o Estado que prejudica a criteriosa análise política do documento, na medida em que a legítima bandeira da reforma política, por exemplo, assume uma dimensão decisiva quando em verdade é, na luta política, apenas episódica e paliativa. Implicitamente, o que é parte da natureza de classe do Estado traveste-se de questão democrática ou problema de fundo ético e moral. Dessa forma, ainda que não estejamos cobrando um *principismo* revolucionário que precise ser afirmado com todas as letras em cada manifesto ou documento, não há dúvida de que cada uma das batalhas, individualizadas, expressa uma prática política e uma teoria que informarão a luta seguinte e a combinação tático-estratégica ou o esgotamento da energia a cada novo fôlego. Nesse registro é que o substrato desse documento é a recusa de horizontes utópicos, a redução da importância dos meios (uma reforma política para servir a uma tática comportada) e a manutenção da regra de ouro (também a serviço de uma tática comportada – e ilusória): o controle sobre o Estado.

Nesse mesmo simpósio, uma assembleia geral do Cebes definiu não pela sua extinção ou fusão à Abrasco, como chegou a ser aventado diante da grave crise (Cebes, 2005a), mas pela sua refundação.[31] A última edição de *Saúde em Debate* daquele ano trouxe dois importantes textos: a plataforma de refundação do Cebes e o documento "A identidade do Cebes: pontos de partida para se repensar a atuação do Centro" – o que em boa medida refletia a crise e o repensar do próprio movimento sanitário. Em ambos recuperavam-se formulações que estavam fortemente presentes na agenda do movimento sanitário dos anos 1980 e que se apresentavam um tanto enfraquecidas. De início, afirmava-se mais uma vez que a superação do clientelismo e do patrimonialismo incrustados no Estado brasileiro só poderia se dar pela "transformação do aparato institucional" (Cebes, 2005b: 227). No entanto, dessa vez, retomava-se um vocabulário que havia perdido terreno nos últimos vinte anos. Diz o primeiro documento:

> Mais do que atuar na trincheira do aparato estatal, o Cebes tem como missão a luta pela *hegemonia* (...). A disputa por projetos de sociedade – da liberal à *socialista* – se dá com cada vez maior intensidade (...). Se o poder é mais bem percebido pelo que ele é capaz de concretizar institucionalmente, ele só tem sentido e direção se [se] mantiver unido às bases sociais que radicalizam a demanda democrática. (Cebes, 2005b: 227-228, destaques nossos)

Mais adiante, o texto põe em dúvida os alcances do processo de democratização no Brasil, terreno até então intocável:

> A sociedade civil organizada tem se articulado em redes que buscam pensar formas mais eficazes de atuação política, permitindo superar os limites impostos pela setorialização, fragmentação e tentativas de cooptação. O Cebes necessita assumir um papel neste movimento social, articulando-se com a sociedade civil organizada para pensar *os limites da democracia brasileira*. (Cebes, 2005b: 228, destaque nosso)

O documento seguinte confirmaria a tentativa de uma inflexão à esquerda que estamos sugerindo, desdobrada na intenção de reaproximação do movimento sanitário de suas bases, próprias dos anos 1980:

[31] Para o triênio 2006-2009, a diretoria seria composta por Sonia Fleury Teixeira (presidente), Lígia Bahia (primeira vice-presidente), Ana Maria Costa (segunda vice-presidente), Luiz Neves (terceiro vice-presidente), Mario Scheffer (quarto vice-presidente), Francisco Braga (primeiro suplente) e Lenaura Lobato (segunda suplente) (Cebes, 2005a).

> Reafirmamos os princípios expressos na Plataforma de Refundação do Cebes, e entendemos que este é um processo que apenas iniciamos, mas que já nos reposiciona na cena política de forma a poder participar da construção coletiva de uma direção política para a saúde e para a democracia brasileira. *Entendemos que a identidade coletiva que nos agrega é a de uma instituição comprometida com o socialismo* e, portanto, com a radicalização da democracia, o que requer participar da construção de uma nova correlação de forças na sociedade brasileira e também mundial, que permita um real deslocamento do poder em direção aos setores dominados e excluídos. (Cebes, 2005c: 397, destaque nosso)

Em 2006, com as eleições presidenciais se aproximando, um novo documento se apresentava, mais uma vez assinado pelo FRSB. Verdadeiro programa de governo para o setor Saúde, "O SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade", continha propostas de encaminhamentos para diversas questões ligadas à gestão do sistema. Além da defesa da participação não apenas como instrumento de gestão, mas como forma de tornar a democracia algo concreto, que se expressasse em medidas que pudessem afetar positivamente a vida das pessoas, o seu eixo central foi – também mais uma vez – a construção de um pacto, de uma aliança, a despeito de divergências ideopolíticas ou partidárias, em nome da saúde e do SUS:

> As eleições que se aproximam repõem a saúde na agenda de prioridades dos candidatos e dos partidos. Nossa intenção é abrir este debate de forma ampla, com todos os partidos políticos, de forma a alcançar um lugar de destaque de nossas propostas em seus programas. A luta pela democratização da saúde sempre foi suprapartidária e permitiu a construção de uma ampla e sólida coalizão reformadora que tem dado sustentação ao processo da Reforma Sanitária. (FRSB, 2006: 8)

É interessante notar, na ação política mais direta (e menos no debate estratégico), certa artificialidade nos esforços do movimento sanitário para fazer da saúde uma questão nacional, uma vez que, concretamente, não era o reflexo da classe desde os anos 1990. Esse mesmo movimento que dez anos antes ousou reconhecer a existência de um SUS *deles*, privatista, na contramão do projeto da Reforma Sanitária, e que pelas páginas do seu ator coletivo mais representativo, o Cebes, acabava de expressar a tentativa de retomar o norte socialista para uma luta que não poderia restringir-se ao setor, faz apelo supostamente incolor, insípido e inodoro a todos os candidatos, como forma de tentar garantir na gestão e na institucionalidade um *SUS pra valer*. Embora esta seja de fato uma marca da atuação do movimento sanitário,

talvez possamos especular que o custo de uma correta percepção do inimigo significasse, naquele momento conjuntural, um difícil reconhecimento dos antigos e históricos aliados como *eles* e não mais como *nós*.

Estavam postos todos os ingredientes para um novo capítulo do esgarçamento da esquerda. O Cebes, que acabara de reafirmar o socialismo como meta, adotou postura cautelosa, ressaltando a necessidade do debate:

> A retomada do debate em torno à reforma do Estado, depois do longo período em que ele esteve aprisionado pela lógica de redução do Estado e privatização, é mais que bem-vinda. (...) A polarização em torno do projeto governamental de criação das Fundações Estatais de Direito Privado tem o potencial de fazer o processo avançar, ao ampliar o debate sobre tema tão relevante para a conjuntura atual da reforma. Mas também corre o risco de ter este potencial esvaziado, se for impedido o debate ou se o projeto for deslocado para uma perspectiva de isolamento das fundações em relação ao SUS e aos preceitos da reforma. (Cebes, 2006: 136-137)

A rebeldia da institucionalidade na qual se apostou parecia não ter fim. O estado ditatorial saíra de cena; saíra de cena também um governo alinhado explicitamente com as forças do capital, privatizante e antipopular. Assumira o governo *a esquerda de 68 e de 78*, do movimento estudantil e sindical. No Ministério da Saúde, seguidamente, nomes históricos do sanitarismo se sucederam, sem grandes resultados. Como explicar? Continuemos com o Cebes:

> Não há governo progressista sem articulação com a sociedade civil. (...) Retomar o projeto da Reforma Sanitária, na conjuntura atual, é superar esta dissociação entre Estado e sociedade, entre governo e forças sociais organizadas, entre as políticas e o sistema público e as necessidades e aspirações da população. (Cebes, 2006: 129-130)

O que seria a *superação da dissociação entre Estado e sociedade*? Em termos marxistas, o fim das classes, o fim do Estado, mas é de se suspeitar que o sentido que o texto pretendia conferir não fosse exatamente esse. Se "as contradições de classe constituem o Estado" e "a política do Estado é o efeito do seu funcionamento no seio do Estado", como disse Poulantzas (2000: 135), como esperar que a *articulação com a sociedade civil* redundasse em simbiose, como fica sugerido? A democracia de massas de Poulantzas e o Estado por ele apreendido em sua dinâmica – referência teórica com a qual o movimento sanitário também dialoga – não preveem um caminho harmônico e sem sobressaltos. Mas sigamos com o diagnóstico:

> A institucionalidade criada até aqui também não deu conta de estabelecer, no campo da saúde, relações republicanas, transparentes e efetivas entre os três poderes (...). Precisamos avançar neste sentido, colocando controles a práticas inadequadas e deletérias de cada um dos poderes, aumentando a transparência e reduzindo a corrupção na alocação de recursos no interior do sistema de saúde. (Cebes, 2006: 135)

A institucionalidade não deu certo não só na saúde. *Grandes expectativas costumam gerar imensas frustrações*, como se afirmou pelas páginas de *Saúde em Debate*. O curioso é notar como as frustrações têm se acumulado, mas não têm sido suficientes para, senão promover uma mudança de rota, ao menos alterar profundamente as expectativas. As oscilações ressaltadas denunciam o fenômeno: basta um respiro na correlação de forças, que se traduz ocupação de postos no Estado ou na mobilização de agentes capazes de atuar no interior dessa institucionalidade, para que as esperanças de uma tática *prussiana* se renovem. No "I Documento de Estratégia do Cebes", produzido em 2007, durante a gestão da mesma diretoria responsável pela refundação do Centro, está dito:

> A trajetória da Reforma Sanitária é um enredo complexo entre a força de um forte movimento de transformação social, ou seja, instituinte, e a bem-sucedida estratégia de ocupação de espaços instituídos. Contraditoriamente, a cada vez que se avança nos espaços instituídos, o que representa nossa pujança e presença na correlação de forças, novas contradições se colocam, a principal delas sendo a redução do poder de transformação do movimento sanitário. (Cebes, 2007: 1-2)

Eis uma passagem interessante, reveladora de uma estratégia de um projeto que hesita em se afirmar na sua plenitude e se vê obrigada a reclamar uma força instituinte que foi decisiva, não resta dúvida, mas em nome da qual a liderança institucionalizada do movimento sanitário não investiu muita energia depois dos anos 1980. *Contraditoriamente* diz muito pouco para uma força instituinte que se anula ao invés de se reforçar toda vez que a ocupação dos espaços instituídos avança. Como pode avançar a luta nos espaços instituídos se as *novas contradições* que *se apresentam* fazem por onde, precisamente, reduzir o *poder de transformação do movimento sanitário*? A questão não é insolúvel, tendo sido inclusive objeto de estudo de autores debatidos aqui por nós. A afirmação da estratégia do movimento sanitário, expressa pelo Cebes, é uma aula involuntária do papel de absorção e esvaziamento da luta de classes desempenhado pelo Estado. Não se trata de uma relação de mão dupla que

precise de ajustes para deslanchar, mas precisamente do que deve ser atacado, isto é, a capacidade de reprodução da dominação de classe que tem no Estado o seu centro estratégico.

A absolutização da tática institucional desarticulada da luta de massas, se já carrega um problema em si mesma, tende também a secundarizar a batalha teórica, uma vez que, a despeito de aonde se quer chegar, com a lanterna da teoria, o caminho a percorrer será sempre o mesmo. Tal raciocínio explica apenas em parte o fenômeno da oscilação, que é também teórica, portanto, mas se trata de um aspecto que não podemos desconsiderar. Assim, a despeito de suas questões específicas, o movimento sanitário não passou incólume ao abalo teórico dos seus fundamentos marxistas, que veio a reboque do fim do socialismo real e da profunda crise em que mergulhou a classe trabalhadora no Brasil e também fora dele. Se os anos 1990 o preservaram dessa crítica em razão da sua hibernação, o mesmo não aconteceria a partir dos anos 2000, quando procura se rearticular. A reafirmação do socialismo, embora tenha sinalizado uma inflexão à esquerda, não se desdobrou numa prática política efetivamente correspondente. Também por essa razão, pôde ser mais facilmente escanteada, a pretexto da necessidade de decifrar um mundo em rápida transformação. Essa nova inflexão se dá já a partir do final da gestão da refundação (2006-2009).

Em 2008, a OMS lançou um relatório sobre determinantes sociais da saúde, expondo situações de iniquidades associadas às condições de vida de imensos contingentes populacionais pelo mundo. Ato contínuo, a Fiocruz publicou o seu próprio relatório tomando o contexto brasileiro como objeto. O debate que se seguiu em torno dos dois textos gerou no Cebes um documento-base, como subsídio para um seminário a ser realizado meses mais tarde. Nesse texto, de fevereiro de 2009, constam posicionamentos contrários, de fundo, à matriz positivista da epidemiologia tradicional, que promove a fragmentação da realidade pela identificação dos fatores responsáveis pelas iniquidades sem, no entanto, identificar os processos sócio-históricos que estão na origem dos fatores. Atribui-se à matriz marxista o fundamento teórico-político que serviu, nos anos 1970, para a construção da epidemiologia social latino-americana e exerceu influência decisiva sobre o movimento sanitário e o campo da saúde coletiva. O texto diz ainda que o abandono da matriz marxista pela saúde coletiva, nos anos 1990, foi flagrante, em nome do que defende a retomada da reflexão crítica. Contudo, prossegue o documento:

> não acreditamos que tal retomada passe necessariamente pelo resgate do pensamento marxista nessa área. O marxismo é hoje apenas uma das múltiplas teorias críticas que nos permitem ter uma posição politicamente comprometida com a mudança social. Sabemos que a crise do pensamento e do movimento marxistas é profunda e ocorre atualmente em escala planetária. E, por outro lado, reconhecemos como legítimas e dignas de serem igualmente auscultadas todas aquelas correntes de pensamento que têm em comum o fato de salientarem os aspectos da autonomia da ação do sujeito, da ética e da intersubjetividade comunicativa (como Heller, Arendt, Habermas, Bourdieu, Taylor, Giddens, Rorty e outros). (Cebes, 2009: 3)

Nenhum problema com a última parte da citação. Com os autores, seus pensamentos e as perspectivas de mundo que expressam em nome de classes ou de suas frações, dialogamos, discordamos, aproveitamos ou descartamos seus pontos fortes e incongruências. O problema surge quando os colocamos todos, díspares como podem ser, em pé de igualdade, mediante um denominador comum que se torna, então, abstrato: o *comprometimento com a mudança social*. Como compatibilizar a superação da sociabilidade capitalista aliada a um ecletismo teórico que termina por informar ou justificar uma prática política eclética, pouco preocupada com a independência de classe? Não há saída, a não ser abrindo mão da perspectiva de ruptura e superação da ordem. Eis a disputa de sentidos que está apresentada para a esquerda mundial desde a chamada crise do marxismo, na qual se inclui evidentemente o movimento sanitário.

O curioso, porém, é que a crítica à OMS e à epidemiologia tradicional se dê precisamente no registro do pensamento marxista – que rechaça uma perspectiva fragmentária da realidade – e logo em seguida se volte contra o próprio marxismo. Não há uma única linha de argumentação conceitual que justifique a perda da centralidade do marxismo. Há, sim, adesão a uma recusa em razão da derrota da classe trabalhadora e da sua consequente perda de espaço com o fracasso do socialismo real. O substrato desse fenômeno, planetário, é uma inversão ideológica fantástica, como diz Iasi (2012: 286): "os expropriadores continuam expropriando (...) e é o projeto socialista e revolucionário que parece perder a atualidade sendo apresentado como pura anacronia". A abertura para outras matrizes de compreensão da realidade, portanto, não é em si um problema, evidentemente, mas também evidentemente não estamos tratando apenas de uma opção intelectual ou bibliográfica,

e sim ético-política, que é determinada e ao mesmo tempo determina uma prática política; que detém instrumentos e legitimidade para difundir valores e sentidos de uma determinada compreensão do mundo e não de outra.

Mas o quadro comtemporâneo do movimento sanitário apresenta novidades importantes. O surgimento, em diversos estados e municípios, de fóruns de saúde, que vêm se articulando autonomamente por meio da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, no bojo da reação contra os processos de privatização que tentam vampirizar o fundo público, como mostramos, expressa um novo momento da luta pela Reforma Sanitária. É certo que o sentido da Reforma e sua condução estão em franca disputa. A luta contra a privatização da saúde tem sido o ponto de contato a unificar, potencialmente, projetos distintos do movimento sanitário ou táticas distintas de um mesmo projeto. Não tem sido simples o equacionamento dessa questão (o combate à privatização e a definição da essência do projeto) no interior da dinâmica de um movimento sanitário que se diversificou a despeito, e por vezes ao largo, dos seus canais clássicos de legitimação, difusão de ideias e debate: Cebes e Abrasco. Analisemos um polêmico editorial do Cebes[32] de 2011, por ocasião dos 35 anos do Centro:

> Em anos recentes, o movimento sanitário foi retomado e renovado com a adesão de quadros jovens e a incorporação das tecnologias da informação, o que permite que se junte a nós uma multiplicidade de vozes que provém de todos os lados do território nacional. Mas, por motivos difíceis de entender, deu-se um afunilamento das energias políticas do movimento. Boa parte da militância se concentrou em torno de dois tipos de problemas que são de natureza inteiramente setorial: 1) a defesa do SUS como modelo de sistema nacional de saúde diante do avanço dos planos de saúde; 2) a defesa do modelo público da gerência dos hospitais do SUS diante da alternativa de contratação por organizações sociais. Acerca dessas duas questões, e sobretudo da segunda, não vem ocorrendo propriamente um debate, mas um confronto ideológico e político muito aguçado com o 'outro lado'. (Cebes, 2011a: 4)

[32] A gestão 2009-2011 foi composta por Roberto Passos Nogueira (presidente); Luiz Antonio Neves (primeiro vice-presidente); Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato (diretora administrativa); Paulo Duarte de Carvalho Amarante (diretor de política editorial); Ana Maria Costa, Guilherme Costa Delgado, Hugo Fernandes Júnior, Lígia Giovanella, Nelson Rodrigues dos Santos (diretores executivos); e Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (diretor *ad hoc*) (Cebes, 2009).

Vamos por partes: em primeiro lugar, a privatização hoje não se reduz a uma questão setorial, como concretamente nunca foi. A sofisticação das formas de escoamento de recursos públicos para os cofres privados – não só na saúde, mas talvez nela principalmente – tem exigido esforços à altura para o seu deslindamento e posto na defensiva a classe trabalhadora que, quando muito, tem conseguido postergar o desmonte de políticas sociais e direitos conquistados. Sugerir que o debate da privatização, no que afeta diretamente o SUS, signifique um recuo setorial é, isto sim, ignorar que a saúde não se configura numa ilha que pode, pela capacidade articuladora de suas lideranças sanitaristas, abster-se ou conferir importância secundária a esse tema. Em segundo lugar, já passou o tempo de supor que o debate de ideias não reflita e não seja parte do conflito de classes. Mas vamos além:

> O combate à privatização do sistema de saúde não é estranho ao espírito do movimento sanitário. (...). Contudo, por mais importante que se considere a questão da privatização, não se pode desconhecer que ela estreita o horizonte do nosso debate. O que fica de fora deste debate, ao estar concentrado unicamente nos aspectos institucionais e setoriais, é a relação que desejamos estabelecer entre o conjunto da sociedade e o setor saúde, tomando em conta as características da conjuntura peculiar das décadas de 2000 e 2010. Neste caso, é preciso retomar com seriedade outra tradição do movimento sanitário, que é a análise da conjuntura política e econômico-social como base para a formulação das estratégias do movimento. (Cebes, 2011a: 4)

É verdade que a pura retórica contra a privatização acompanhada da ausência de mediações, na prática política, que permitam a um só tempo defender o caráter público do SUS e atuar com a tática adequada para cada realidade concreta, é tarefa que não se pode negligenciar. Mas insistimos: o combate à privatização na saúde carrega a potência inversa, rompendo com a pretensão de que a institucionalidade do setor, ou sua capacidade instituinte, lograria passar incólume a um processo que tem como um dos principais alvos, justamente, as conquistas setoriais – o que nos sugere, portanto, o avesso do estreitamento do debate. Também não fica explicado por que o debate da privatização contribuiria para o afastamento do *conjunto da sociedade* em relação ao *setor saúde*. Quanto à compreensão da realidade pela ótica de uma *conjuntura peculiar*, este é o desafio que se apresenta para a superação do impasse em que nos encontramos. A reivindicação de retomada da análise de conjuntura que é própria do movimento sanitário não

pode se confundir com um argumento de autoridade que reivindica exclusivamente para a liderança a definição dos debates importantes e secundários dos rumos táticos e estratégicos a serem seguidos pelo conjunto. Segue outro trecho preocupante:

> Uma análise desse tipo [de conjuntura] indicaria, primeiramente, que o projeto do Sistema Único de Saúde (SUS) não está ameaçado. Interessa a todas as forças políticas hegemônicas que o SUS seja preservado e ampliado, embora apenas uma minoria defenda a criação imediata de novas fontes de recursos para esta finalidade. Para os demais, o SUS pode esperar o aporte futuro de novos recursos, como, por exemplo, quando o país começar a explorar o petróleo do pré-sal e alcançar um alto salto desenvolvimentista. Mas o debate estreitado acaba por ofuscar a necessidade de se discutir exatamente esse modelo de desenvolvimento. Com efeito, tal modelo já está em grande parte desenhado e será seguido nos próximos anos tendo por base as chamadas PPPs, parcerias público-privadas. (Cebes, 2011a: 4-5)

A conclamação para o debate da conjuntura, a fim de alinhavar caminhos estratégicos, não impediu que da sua ausência se extraíssem conclusões que, no mínimo, careceriam de mediações, como a de que o projeto do SUS não está sob ameaça, ainda que saibamos que o SUS desperte interesses ao capital. A *conjuntura peculiar* é a única explicação possível, uma vez que sob a sua batuta estariam *todas as forças políticas hegemônicas*. Mas há ainda um ônus a ser dividido com a fração do movimento sanitário responsável pelo estreitamento do debate: a definição pelo governo do modelo de desenvolvimento para o país, à revelia, sem participação democrática da sociedade civil, e de cujos flancos abertos à iniciativa privada já teria se apossado pela inabilidade tático-estratégica dos que insistem num debate *ideológico* e *muito aguçado*. Finalizamos com uma última passagem:

> O que deve ser rechaçado em definitivo é a ideia de que tanto o SUS quanto o processo de desenvolvimento estejam voltados para consagrar somente os interesses do capital. (...). Em primeiro lugar, devemos fazer finca-pé na persistência e pertinência da questão democrática. (...) Quanto a isso, é imperioso que haja instâncias de diálogo e de deliberação entre Estado e Sociedade Civil. Em segundo lugar, é preciso haver garantias de que os frutos do desenvolvimento possam ser revertidos para objetivos sociais de relevância nacional e que favoreçam a maturação progressiva de um Estado de Bem-Estar. (Cebes, 2011a: 5)

Tragamos de volta a questão do ecletismo teórico (e prático). O que mais pode contribuir para que expliquemos o aceite, a naturalização, por uma perspectiva que se pretende socialista, de que uma política de desenvolvimento deva combinar interesses públicos e privados, considerando-os harmônicos e não, em essência, conflituosos? Como explicar, sem que tenha havido uma *análise de conjuntura*, em qualquer tempo, que se pudesse embasar uma posição como esta, a recusa da estatização progressiva do SUS aprovada pela 8ª CNS? E eis que surge a surrada questão democrática, a despeito das concepções de desenvolvimento e público e privado que se tenha. No final das contas, o caminho apontado é sempre o mesmo: controle democrático do Estado, por meio de *instâncias de diálogo e de deliberação*, que possam *garantir* a distribuição dos frutos do desenvolvimento, num jogo em que todos ganham, e a partir do qual, ordeira e civilizadamente, alcançaríamos o *welfare state*.

Mas sigamos ainda um pouco mais no rastro de outras manifestações que têm vocalizado o debate estratégico do movimento sanitário. Tomemos um documento de 2012,[33] preparado pelo Cebes para das eleições municipais daquele ano. "Radicalizar a democracia para garantir o interesse público na Saúde: o Cebes nas eleições municipais de 2012" foi o título conferido. Cabem aqui dois destaques importantes: a defesa de uma nova institucionalidade e de uma democracia participativa, não coincidentemente também institucionalizada, contra a constante colonização do Estado por interesses privatistas, vem acompanhada de uma convicção: "o Cebes reafirma a necessidade de construção de uma democracia na qual as instituições possam sobreviver livres do jogo do poder, como espaços reais de efetivação de direitos" (Cebes, 2012: 2). Como supor um mundo sob tal feitio se não com o auxílio de uma concepção de democracia que privilegia o consenso no lugar do conflito? Em rota tortuosa, do reconhecimento de diferenças de classe que redundam em propostas de superação (*democrática*) da ordem capitalista, escorrega-se para posições que supõem a possibilidade de uma acomodação ótima de interesses antagônicos, à moda do "Estado livre" lassalleano, criticado por Marx (1975).

[33] A diretoria para a gestão 2011-2013 teve a seguinte composição: Ana Maria Costa (presidente); Alcides Silva de Miranda (vice-presidente); Aparecida Isabel Bressan (diretora administrativa); Paulo Duarte de Carvalho Amarante (editor de política editorial); Eymard Mourão Vasconcelos, Luís Bernardo Delgado Bieber, Lizaldo Andrade Maia, Maria Lucia Frizzon Rizzotto, Pedro Silveira Carneiro (diretores executivos); Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato e Paulo Navarro (diretores *ad hoc*) (Cebes, 2011b).

Pouco antes da divulgação desse documento, que data de agosto, era possível encontrar no *site* do Cebes, desde o mês de abril, na aba "Análise de conjuntura", reproduzido na íntegra e desacompanhado de qualquer comentário da entidade que o desabonasse ou criticasse, um texto de Tarso Genro, importante quadro do PT, e que, ao lado de Juarez Guimarães (também quadro do PT) e Leonardo Avritzer, é um dos principais vocalizadores da agenda da esquerda democrática na atualidade – além de entusiasta incondicional das diversas formas de participação social institucionalizadas que se têm experimentado nas últimas décadas. Consideramos razoável supor que, nas condições que expusemos, o Cebes entende como válida a contribuição do autor e não guarda com ela nenhuma divergência importante ou de fundo, uma vez que não a manifestou, sendo esta (a análise de conjuntura) uma tradição reivindicada pelo movimento e com a qual, imaginamos, não haveria pouco cuidado. A argumentação de Genro sobre uma agenda para a esquerda guarda profundas semelhanças com as posições que têm sido expressas pelo movimento sanitário. De início, faz o mesmo gesto de recusa do marxismo como matriz explicativa central do mundo contemporâneo, ao que adiciona a constatação de que, nas condições atuais, não estaríamos a ponto de lutar pelo socialismo, mas espremidos entre o neoliberalismo e a única reação possível ao *status quo*, qual seja: "saídas neo-sociais-democratas" (Genro, 2012). Mas no que consistiriam tais saídas? Em controle do capital pelo Estado, e do Estado pela sociedade – por meio da participação direta na gestão pública. Genro (2012) acredita que

> Só a recuperação da força normativa e da legitimidade política do Estado é que pode gerar um centro aglutinador de poder para enfrentar, concomitantemente – na esfera da política e da economia – uma nova saída neoliberal, ainda mais autoritária e elitista, para a crise do capital.

Continua:

> É preciso subtrair o Estado da tutela do capital financeiro, que crescentemente esgota a sua capacidade de financiar políticas públicas de dignificação da vida comum. Isso certamente não ocorrerá fora da política, seja ela processada na sociedade civil, para interferir sobre a gestão do Estado, seja ela infraestatal, a saber, a que se processa entre as instituições e agências políticas, administrativas e financeiras do próprio Estado.

Ao menos a aposta desse grau de controle do Estado sobre o capital, da política sobre a economia, é coerente com a recusa do marxismo como

matriz central de explicação da realidade, posto que ignora a determinação da política, em última instância, pela economia. Não se trata de negar o papel do Estado e a necessidade de disputá-lo como forma de efetivar o quanto mais a universalização de direitos e dificultar a reprodução da dominação burguesa. Daí a torná-lo o principal instrumento de luta, absolutizar a sua capacidade, por exemplo, de se *subtrair à tutela do capital financeiro*, vai uma distância que não se constitui em preciosismo teórico, mas é fronteira sem o reconhecimento da qual, mais cedo ou mais tarde, (a história tem mostrado), se constatará que o tanto de institucionalidade não bastou, a lei não foi cumprida, a classe trabalhadora não apareceu, as classes dominantes não respeitaram a democracia tão cuidada, perdemos a batalha ideológica, o objetivo socialista virou *revolução democrática* e a esquerda comunista tornou-se social-liberal.

De 2013[34] para cá, em razão das *manifestações de junho*, o clima de retomada da luta por parte dos movimentos sociais e da classe trabalhadora organizada voltou à tona. O movimento sanitário não ficou para trás. Destacaremos dois documentos e os apresentaremos em síntese. Trata-se de "Universalidade, igualdade e integralidade da saúde: um projeto possível – agenda política e estratégica para a saúde", do MRSB (2013), e tese do Cebes para o biênio 2014-2015 (2013), "Novas vozes, novos rumos: por mais democracia, mais direitos e mais saúde!". O primeiro começa pela caracterização das manifestações de 2013 expressão de uma combinação das *melhorias sociais,* que teriam sido conquistadas na última década decorrentes dos programas de distribuição de renda do governo federal, com a cobrança por parte dessas camadas beneficiadas, em consequência da uma elevação de nível de vida do qual não se toleraria regressar. Considera que, no campo da saúde, a resposta governamental às demandas da população deveria passar por dois compromissos: "assumir, concretamente, a implantação do SUS" e "promover a democratização e a 'republicanização' do Estado, com reformas política, tributária e administrativa". A denúncia do processo de privatização da saúde por meio de subsídios públicos é outro ponto de destaque. Por fim, as entidades que compõem o MRSB

[34] Ana Maria Costa foi reeleita para uma segunda e consecutiva gestão (2013-2015) à frente do Cebes. O restante da composição da diretoria foi o seguinte: Isabela Soares Santos (vice-presidente); Ana Tereza da Silva Pereira Camargo (diretora administrativa); Paulo Duarte de Carvalho Amarante (diretor de política editorial); Thiago Lopes Coelho, Gabriela Monteiro, Liz Duque Magno, Paulo Henrique de Almeida Rodrigues e Maria Lucia Frizzon Rizzotto (diretores executivos). Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/ata-da-assembleia-geral-do-cebes-gestao-2013-2015.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

destacam a necessidade de ampliação do raio de ação dos conselhos de saúde, que deveriam estar atentos para o "resgate da participação direta das entidades e dos movimentos da sociedade civil", bem como para a retomada da mobilização de forças nas bases dos movimentos e das entidades neles representados, incluindo as manifestações de rua da população, para a efetiva democratização do Estado (MRSB, 2013).

A tese do Cebes, mais completa e abrangente, na contramão do editorial citado há pouco, acompanha a radicalização das ruas. Pede também o fim dos subsídios e das muitas formas de financiamento público disponíveis para as empresas privadas de saúde e ensaia uma crítica, demonstrando preocupação com a "tendência atual de fortalecimento de formas de gestão privada no SUS, como as Organizações Sociais e Empresas Públicas de direito privado" (Cebes, 2013: 9). O documento oferece dois elementos para explicar as manifestações de rua: o modelo econômico seguido pelo governo brasileiro, pautado pelos interesses do capital financeiro, e as limitações da democracia representativa para a efetivação dos anseios populares. Conjugada à retomada de uma agenda política para a saúde que tivesse como centro a Reforma Sanitária, o documento ressalta a importância da "formação de uma massa crítica (...) que permita o redirecionamento do modelo" (Cebes, 2013: 6).

Considera, entretanto, que o modelo diz respeito à forma do Estado e sua capacidade gerencial limitada, carentes de uma reconstrução – o que permitiria, por exemplo, a ampliação da governabilidade estatal sobre a iniciativa privada e, especificamente, sobre o setor privado de saúde, para além do que vem sendo realizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Assim como o documento anterior, o Cebes reforça a necessidade de oxigenação do controle social na saúde pelas *novas vozes* que foram às ruas, o que proporcionaria "um aprofundamento da radicalização da democracia participativa e direta". Em busca da classe sempre *ausente*, o centro se une "aos movimentos sociais de mulheres, dos trabalhadores sem-terra, passe livre, LGBT e demais movimentos urbanos" (Cebes, 2013: 12, 14), na luta pela superação das desigualdades secularmente reivindicadas pela sociedade brasileira.

Para finalizar, se retomarmos o debate promovido pela revista *Cadernos de Saúde Pública*, em 2013, notaremos que Paim indica, em linhas gerais, o processo que tentamos demonstrar nesta seção: o enredamento da Reforma Sanitária Brasileira nas teias do mesmo Estado que tentou reeducar. Além do destaque para o transformismo de sujeitos da luta em prol da Reforma, Paim aponta para o *filtro da revolução passiva* – processo ao qual o transformismo

se conjuga, segundo Gramsci – como agente direto do atrofiamento da luta, que se expressa em boa medida nas carências, deficiências e baixa efetividade do SUS (Paim, 2013a). Uma de suas comentadoras, Amélia Cohn, embora concorde com Paim em diversos pontos de sua abordagem, faz uma ressalva importante: o lugar onde se colocaram os sanitaristas e a partir de onde empreenderam a luta, qual seja, o aparelho de Estado. "O processo de sua implementação [a democratização da saúde] centrou-se no Estado, distanciando-se da sociedade" (Cohn, 2013: 1.937). Paim, em sua tréplica, endossa a compreensão de Cohn. A despeito das duas posições de peso, é forçoso reconhecer, pelo panorama que tecemos acerca do debate estratégico contemporâneo do movimento sanitário – e que se estende para toda a esquerda democrática –, que a tática se mantém com força, frouxamente combinada a uma intenção constantemente anunciada, renovada, mas inerte, de reaproximação com os movimentos sociais, de reativação da sociedade civil, de rearticulação das forças organizadas da classe trabalhadora – demos o nome que quisermos dar.

Não nos parece que baste, portanto, reivindicar a Reforma Sanitária dos anos 1980, embora a retomada forte e decidida – e não puramente retórica – de uma perspectiva socialista represente um enorme avanço. Insistir na superação da ordem do capital por meio das estruturas do Estado, que funcionam como ferramenta de manutenção dessa mesma ordem, tem sido um erro capital e secular das esquerdas em diversas partes do mundo. Se é correto afirmar que o socialismo é democrático porque a sua via de construção também o é desde o primeiro passo da luta, não se pode negar que a desfetichização do Estado (e da democracia) é passo prévio sem o qual se corre o risco da institucionalização, uma vez que a democracia na base, não institucional, anti-institucional, que seria o pilar de sustentação da batalha no campo estratégico do Estado, tende a evaporar-se ou tornar-se mera palavra de ordem, da qual se lança mão constantemente sem que se construam, teórica e politicamente, meios para a sua efetivação.

O desafio é imenso, mas vale relembrar o mesmo Poulantzas, também chamado pelas lideranças do movimento sanitário para legitimar a luta no campo estratégico do Estado. É dele um alerta que não pode passar despercebido, em que pese a aposta controversa na transformação do Estado:

> o problema para a esquerda no poder não é apenas o da elaboração de uma política que supere a simples gestão da crise econômica do capitalismo. Como transformar o aparelho econômico de Estado a fim de poder conduzir

> uma política diferente? É evidente que esse processo não deveria situar-se sob a égide do estatismo, ou seja, não deveria apoiar-se exclusivamente, ou mesmo essencialmente, no Estado, mas conclamar, no espaço econômico igualmente a iniciativa das massas populares, pelas formas de democracia direta na base e pelos núcleos autogestores. (Poulantzas, 2000: 201)

Democracia direta na base e núcleos autogestores, no espaço econômico, não podem se confundir com participação democrática institucionalizada. Também para Poulantzas não é razoável a tentativa de exercer controle sobre essa máquina, muito menos reeducá-la pela vigilância cotidiana e interna. A disputa do Estado não é a disputa pelo controle de suas ferramentas de dominação, mas, ao contrário, deve ser pela quebra da engrenagem que se retroalimenta incessantemente. E isso não se dará com cinco ou dez mil conselhos gestores de políticas públicas, nem com um número de conselheiros superior ao de vereadores do país, se regulados pelo Estado e harmonizados na sua engrenagem.

Se de fato o socialismo foi e deve ser o princípio a dar sentido e coerência à Reforma Sanitária e ao SUS, é hora de desromantizar o Estado e *radicalizar* a própria concepção de socialismo, posto que a democracia não precisa ser anunciada como o seu salvo-conduto. É importante sabermos exatamente pelo que e contra o que lutamos, sem ambiguidades. A plena realização do SUS e todos os seus princípios (universalidade, integralidade e participação da comunidade) são possíveis no interior da ordem capitalista. Resta saber se isso bastará ou a universalização de direitos será tomada como conquista civilizatória, como emancipação política, que se articula e combina estrategicamente pela superação da ordem que produz o seu avesso e exige a luta.

Da Democracia ao Socialismo

Se tivermos conseguido chegar a bom termo até aqui, nestas considerações finais será hora de arrematar ainda algumas questões e reforçar outras. Para isso, retomemos o título do nosso livro como mote.

Do *socialismo à democracia* há claramente, no feitio que emprestamos ao problema, um sentido de redução, recuo, predomínio da tática sobre a estratégia e a teoria. Não se trata, evidentemente, de negarmos a democracia como ferramenta possível de luta, como se algo negativo fosse, na oposição ao socialismo; mas negativa é e tem sido a sua absolutização e, a reboque, o abandono da perspectiva de superação da ordem capitalista. O centro da nossa preocupação diz respeito ao fato de que a reunião de *socialismo* e *democracia* numa mesma sentença (socialismo democrático) expressou, inversamente ao que pode aparentar, uma disjuntiva entre os dois termos que refletem a compreensão da luta.

A qualificação do socialismo como *democrático* passou a figurar como identidade própria dentro do movimento das esquerdas, mundo afora. Nada mais consequente do que qualificar os seus agentes como *esquerda democrática*, como fizemos, a despeito de todos os riscos de generalizações e imprecisões. O problema da nomeação dessa esquerda, portanto, é caudatário do seu próprio movimento de diferenciação do conjunto. O essencial é o deslocamento que ela promoveu, ou pretendeu promover, da centralidade do socialismo para a centralidade da democracia. O que esperamos ter conseguido

apontar é que se democracia e socialismo são indissociáveis, e achamos que são, tal associação não pode valer apenas para a crítica ao socialismo real, mas precisa valer também para a crítica do capital e suas formas de exercício de dominação, isto é, deve servir para manter vivo o socialismo no discurso e na prática democrática. Se o socialismo não pode deixar de ser democrático, tampouco a democracia pode deixar de ser socialista.

Em1979, Florestan já indicava os contornos do problema, em pleno auge do debate sobre a questão democrática:

> O refluxo da contrarrevolução exige esse mínimo de coerência e a condição em que nos encontramos deixa patente que a nova oportunidade histórica não deve ser perdida. Se ela for negligenciada ou se não soubermos aproveitá-la, deixaremos o campo à disposição das 'forças democráticas' do capitalismo monopolista, que poderão chegar ao *welfare state*, mas para impedir a revolução socialista. Os que falam em socialismo democrático devem meditar sobre esse fato. O socialismo democrático não constitui um instrumento do proletariado e da revolução socialista. Ele constitui a nova versão do oportunismo da social-democracia e a última barreira de defesa do sistema capitalista de poder. (Fernandes, 2011: 35)

Florestan percebe claramente que o registro do debate havia extrapolado perigosamente as fronteiras da esquerda, rifando a sua autonomia na condução da autocrítica que precisava ser feita. O desenrolar desse processo parece mais claro hoje. Mais do que nunca é preciso que afirmemos que a democratização burguesa não se constitui como alternativa ao socialismo (Lukács, 2011).

Se formos aos fundamentos da questão, veremos pela retomada que Lukács faz de Marx como a sociedade do capital expressa ao mesmo tempo um avanço civilizatório e um obstáculo para a realização plena desse avanço. Se a antiga Atenas revelava ainda a correspondência entre a vida social e a sua expressão política, a realização da democracia para um conjunto bastante reduzido de indivíduos proprietários refletia a condição de sua cidadania. Tanto que os escravos, como não proprietários, estavam automaticamente excluídos desse exercício. A elevação, civilizatória, de valores como liberdade e igualdade, como condição de humanidade e a despeito, portanto, da inserção econômica dos indivíduos, é produto consolidado da modernidade.

O problema, continua Lukács, é que o alcance desse patamar não significou o exercício pleno das condições materiais que pudessem conferir expressão concreta aos valores civilizatórios. O descompasso da sociedade do

capital é precisamente este. Dito de outra forma: a um só tempo, a expressão política dos sujeitos na modernidade capitalista não mais reflete apenas a sua condição material (o que é um avanço), mas os obstáculos interpostos ao acesso às condições materiais que estariam na base desse pleno exercício civilizatório (obstáculos não naturais, não mais civilizatoriamente aceitáveis como naturais) não só resultam de uma contradição insolúvel nos termos dessa nova ordem, como criam uma mistificação igualitária no plano da superestrutura, mediante uma base material concreta desigual.

É nesse registro que Marx notara, continua Lukács (2011: 90), que na democracia burguesa "os outros homens constituem não a realização, mas o limite de sua liberdade". A genericidade do homem alcançada como valor civilizatório coincide, de maneira insuperável, com a expressão do homem egoísta que caracteriza a sociedade do capital. Eis a síntese do impasse histórico que está na base do mundo burguês. Nessas condições, em se mantendo viva a ordem social contraditória, a expressão política desse *homem egoísta* só pode se produzir pela mistificação do *cidadão*. Ou seja, apenas a superestrutura política e jurídica é capaz de expressar uma universalidade que não guarda correspondência na estrutura e, portanto, é uma universalidade fetichizada – ainda que ao mesmo tempo seja produto de uma elevação civilizatória. Nas palavras do próprio autor: a "antítese entre o materialismo da sociedade civil burguesa e o idealismo de seu Estado" (Lukács, 2011: 91). Ainda de forma mais clara:

> No capitalismo, estamos diante de uma sociedade verdadeiramente socializada; trata-se de uma realização da genericidade humana *em si*, mas que ocorre numa sociedade que só pode ser posta em movimento por contradições insuperáveis, numa sociedade na qual o homem, por motivos econômicos necessários, não pode elevar-se, em sua dimensão social, à verdadeira genericidade, ao verdadeiro ser-homem. (Lukács, 2011: 98, destaque do original)

Lukács conclui, assim, que o processo de democratização burguês não pode fugir a essa contradição de fundo; ao contrário, ele a reproduzirá obrigatoriamente, por meio do idealismo de seu Estado, não custa repetir. Não é necessário que nos estendamos muito na caracterização para que possamos afirmar a impossibilidade de alimentarmos ilusões quanto aos alcances civilizatórios da democracia no registro burguês. A fetichização da democracia não é senão a fetichização do próprio Estado na sociedade do capital e de sua suposta universalidade. Toda e qualquer estratégia da classe trabalhadora que desconsiderar o papel precípuo do Estado como mantenedor da ordem

do capital, como um *falso universal*, portanto, estará fadada ao enredamento nas teias da dominação. Esse é o debate estratégico que propomos. Não se trata de oposição rasgada entre reformismo e revolução, mas sim de religá-los estrategicamente. Mas para isso é preciso qualificar o reformismo, que só pode fazer sentido para a emancipação humana se concebido no interior de uma estratégia de superação da ordem capitalista.

Quanto à Reforma Sanitária, vimos que o reformismo absolutizou o Estado, circunscrevendo-se a ele e limitando seus alcances, mesmo que (ou talvez por isso) vislumbrasse o socialismo como um destino longínquo. É de Fleury a clareza da opção tática que estamos submetendo à crítica: "Nós (...) tínhamos uma articulação no Congresso, o trabalho (...) dos simpósios de saúde (...) nós fomos testando vários quadros e a gente não rejeitou o reformismo, basicamente foi uma opção política: 'não rejeitar o reformismo'" (Fleury, 2005).

Se tivermos conseguido evidenciar minimamente os nexos existentes entre a luta setorial na saúde e a mais geral da classe trabalhadora no Brasil das últimas décadas, saberemos que a expressão dessa tática revelou, em essência, um reformismo de extração social-democrata, que foi crescentemente perdendo e abrindo mão de suas referências estratégicas em nome da supervalorização das táticas. A crise do socialismo real e a sua crítica trouxeram a institucionalidade para o centro do debate e da estratégia de classe, como atesta Coelho (2012). A centralidade atribuída ao aparelho de Estado, em consequência, deslocou para um segundo plano a sua *natureza de classe*. À sua correta percepção como lugar estratégico da luta de classes correspondeu a noção de que a luta deveria se dar em nome de sua conquista e não da sua superação.

Há que se perguntar, nos dias de hoje: 1) As bandeiras da radicalização democrática, do reformismo, têm conseguido manter no horizonte a construção de uma sociedade socialista? Ou, em outros termos: o reformismo que foi produto de opção tática tem conseguido ser revolucionário? 2) Se o que distingue o reformismo revolucionário da social-democracia é o seu compromisso com o fim da sociedade de classes, em quais aspectos práticos essa luta tem se diferenciado? 3) As reformas têm promovido alterações estruturais a favor das classes trabalhadoras? 4) Como explicar a adesão da classe a essa democracia esquálida, de *dez réis de mel coado*, como dissera Florestan?

Vivemos um tempo de quase nenhuma teoria revolucionária, o que pode explicar o processo de fetichização da democracia que destacamos. Esse vazio à esquerda tem sido, em verdade, preenchido ideologicamente pela burguesia, que não vacila na hora de encaminhar os fins do movimento inicial que não lhe coube. Concordemos ou não com a ênfase do veredito, a preocupação expressa por Tonet e Nascimento sobre o reformismo revolucionário, que resume o teor da crítica à esquerda democrática, não pode ser posta de lado, sobretudo num momento de considerável refluxo da luta dos trabalhadores que, curiosamente, convive com um impressionante crescimento das instâncias de participação democrática, como já atentamos: "O resultado (...) é que, na prática, o caráter reformista acaba se impondo completamente, sobrando para o aspecto revolucionário apenas um discurso vazio e descolorido" (Tonet & Nascimento, 2012: 29).

Precisamos submeter à crítica o que a tática das reformas tem sido capaz de elaborar e pôr em prática. O marxista húngaro nos alerta para a necessidade de compreender o sistema do capital como um sistema orgânico, em que "cada uma de suas partes sustenta e reforça as demais. (...). Teremos de colocar em seu lugar *outro sistema orgânico*" (Mészáros (2007: 79, destaque do original). E completa:

> O fato de que, no curso da transformação radical, as mudanças oniabrangentes exigidas na transferência visada de poderes efetivos não possam ser realizadas *de uma só vez*, mas devam buscar-se *progressivamente*, de maneira contínua, não significa que a ideia de assegurar em última instância o controle do processo sociometabólico em sua integridade e em todos os níveis pelos 'produtores associados' deva ou possa ser abandonada. (Mészáros, 2007: 230, destaques do original)

Não nos parece retórica fácil, portanto, quando ressaltamos a necessidade de não descuidarmos da clareza tática e estratégica para a luta organizada. À constatação de que a luta imediata pelo socialismo ainda dista no tempo não pode corresponder a opção pelas reformas possíveis, se tal opção significar abrir mão do tensionamento da ordem e da construção de um espaço político próprio das classes trabalhadoras. A acumulação de forças precisa ser incômoda para a ordem do capital, não pode se dar ao beneplácito dela ou, mais ainda, como produto de aliança com as forças representativas da mesma ordem – que não compactuarão com a sua própria derrota, evidentemente. Não se trata de sectarismo, mas de preservação da autonomia dos trabalhadores. Como nas palavras de Marx e Engels na famosa *Mensagem da Direção*

Central à Liga dos Comunistas, ainda no calor dos acontecimentos de 1848: "devem os operários apresentar os seus próprios candidatos, para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem a público a sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido" (Marx & Engels, 1850: 7). O reconhecimento das limitações da conjuntura, que costuma ser outro elemento alegado pelos que defendem a tática da reforma sem estratégia revolucionária, não passa despercebido dos autores alemães, na contramão do que poderia alegar uma fácil e apressada desqualificação de suas compreensões da realidade objetiva, como se tomados por um *revolucionarismo* a qualquer preço:

> Os operários não podem, naturalmente, propor quaisquer medidas diretamente comunistas no começo do movimento. Mas podem (...). Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem a proposta de um imposto progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado. (Marx & Engels, 1850: 8)

Esse não foi o roteiro seguido pela EDP, seja numa de suas expressões setoriais, como a Reforma Sanitária, seja no plano mais abrangente da classe. O ápice de sua realização, a chegada ao governo, a conquista de espaços na institucionalidade (mesmo que com a intenção de transformá-la), pesou, sozinha, mais do que o conjunto que compunha, articulado, a própria estratégia. No lugar de uma democracia de massas, com espaços e organização própria, logrou-se um mercado consumidor de massas associado a uma participação democrática que tem sido – a despeito dos conflitos e das lutas que também reflete – cogestora das franjas do capital e legitimadora da ordem. "Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital. A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural", lembra-nos Przeworski (1989: 60).

A socialização da política (na sua versão rebaixada) tem passado pela desconsideração da natureza de classe do Estado. Essa compreensão implica duas apostas e uma terminalidade. As apostas: a possibilidade de construir a emancipação humana por meio do Estado, das ferramentas da ordem, e a crença no controle do capital pelo Estado. A terminalidade: a conquista de maioria eleitoral, confundida com hegemonia, como o objetivo máximo da luta.

A necessidade de combinação entre formas legais e ilegais de luta é tema central nesse debate. Mas não devemos confundir os aspectos *legal* e *ilegal* com *dentro* e *fora* do Estado. A luta por fora ou por dentro da institucionalidade, já disse Poulantzas (2000), não altera a sua inscrição na ossatura material do Estado. A luta pela desestabilização da ordem e da institucionalidade burguesa, nessa perspectiva, precisa se promover por meio da luta dentro da ordem e também por fora dela, à distância dos instrumentos de apassivamento e controle do Estado.

A aposta no fim do jogo com base tão somente nas regras do próprio jogo não é algo que a teoria marxista tenha previsto, tampouco que a história nos autorize a acreditar. Tal perspectiva não servirá para diminuir o peso da crítica à aposta incondicional na democracia por parte da esquerda democrática, mas para mostrar como a burguesia tem feito valer o *pedigree* do seu Estado, a despeito da participação democrática dos de baixo. Não podemos esquecer que a dominação burguesa se manifesta em diversas esferas, que envolvem diretamente a cultura e não deixariam de afetar as "modalidades de participação política" (Fontes, 2010). A interpretação de que no Brasil o Estado era forte e a sociedade civil era fraca levou a crer que a democracia só interessava aos trabalhadores. Temos visto com bastante clareza que a complexidade do problema alcançou níveis bem mais elevados. Aliás, parece ter havido um erro duplo de interpretação, uma vez que a sociedade civil não comportou apenas a pujança da luta organizada dos trabalhadores, como atesta mais uma vez Fontes (2010: 226-227):

> Enquanto na formulação original gramsciana o crescimento da sociedade civil se dera pela intensificação das lutas subalternas, pesando sobre a organização do Estado em prol de uma efetiva socialização da política, no caso brasileiro a organização e difusão de aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classe, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social.

O processo de socialização da política, se guiado pela democracia proletária e não circunscrito ao limite do pluralismo aceitável pelas regras do jogo da ordem burguesa, deve tomar como motivo (*oniabrangente*) de sua existência o fim da propriedade privada e a superação da sociedade de classes. Compreensão estratégica da luta, reafirmamos, não é sinônimo de imediatismo ou descompasso revolucionário em face da objetividade da realidade. Objetivos não emancipatórios resultantes de uma determinada leitura da

realidade que aponte a impossibilidade da luta imediata pela superação da ordem só poderão redundar em manutenção da mesma ordem contra a qual se pretenderia, em algum tempo, resistir, posto que a organização do espaço político próprio dos trabalhadores não poderá se constituir como passe de mágica em caso do rebento de uma situação revolucionária.

Por sua vez, objetivos emancipatórios resultantes de qualquer leitura da realidade, favorável ou desfavorável à luta imediata pelo socialismo, podem ou não redundar em situação revolucionária, mas no mínimo retiram a classe trabalhadora da condição de refém permanente da ordem burguesa. Tal perspectiva, presente na tradição marxista com a qual dialogamos, não deixa dúvida de que, se mesmo com a luta organizada a subestimação do inimigo pode ser fatal, sem a luta organizada só restará à classe trabalhadora o papel de "cauda política da burguesia" (Fernandes, 2007: 121). Sem resvalar para determinismos, tampouco para um jogo de probabilidades que nada tem a ver com a dinâmica histórica, seria bastante provável que também não tivéssemos hoje o socialismo se a luta da classe, guiada pela EDP, tivesse rumado para a construção da autonomia e independência de classe dos trabalhadores, mas também não é absurdo supor que a classe hoje talvez possuísse instrumentos mais sólidos para esboçar resistência diante do *transformismo* de sua vanguarda e da brutal redução de conquistas que lhe tem sido imposta.

Diante do exposto, queremos concluir que as apostas não tenham sido legítimas e politicamente válidas? Não, mas que elas foram, desde o momento de sua formulação, e agora tanto mais, passíveis de crítica e que, portanto, não é possível indefinidamente continuar captando energia de uma fissão que teve o seu período de auge (que foi também, em tempos recentes, o auge organizativo da classe trabalhadora no Brasil), mas que agora precisa se reinventar, na saúde e fora dela, como movimento de massa e não apenas como novos modelos de gestão ou como reforma do Estado. E para isso será preciso ir aos fundamentos da experiência, isto é, à raiz da estratégia de classe que lhe dá sustento e forma, muito além da arquitetura participativa do controle social da Saúde e de tantas outras áreas.

Em seu balanço da Reforma Sanitária, disse certa vez Paim (2008b: 314):

> a alternativa de radicalização da Reforma Sanitária, como parte de um processo de radicalização da democracia a partir da sociedade civil, especialmente nas instâncias vinculadas ao movimento sanitário, pode resultar na produção de novos fatos políticos que permitam o reencontro com essas forças e a sua ampliação.

Estamos de acordo. Certamente é possível (e necessário) radicalizar a democracia pela mobilização dos trabalhadores, mas os objetivos de curto alcance não podem guiar tal investida. O balanço da Reforma Sanitária, a crítica de seus rumos, de suas conquistas e fracassos, precisa ser o balanço da luta mais geral da classe trabalhadora; não pode insular-se em terreno setorial, tampouco seus objetivos de luta. Da mesma forma que para a situação revolucionária não basta um ato de vontade, mas não se pode prescindir dele se não quisermos eternamente lamentar o que não foi.

"A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo", disse Gramsci (2007: 72). De fato, não resta à classe trabalhadora outra alternativa que não se organizar, na base, para que possa produzir estratégia, tática, teoria revolucionária e luta. Esse é o ponto a desafiar-nos atualmente. Mais uma vez é Florestan que vai ao ponto com precisão:

> é indispensável recorrer a meios mais diretos e imediatos de consciência social e de combate político. Nos bairros, nas aldeias, nas fábricas, nas fazendas, nos sindicatos, nas organizações estudantis, nas famílias, nas igrejas, nas escolas, nos partidos, nas escolas de samba, nos centros de cultura etc. – em todas as situações grupais concretas e cotidianas –, os proletários e os oprimidos negam a ordem social capitalista, sua teia de espoliação econômica, de dominação social e cultural etc. Essa negação contém a contraface positiva da relação contraditória dos proletários e oprimidos com o capitalismo e põe na cena histórica as forças sociais da revolução democrática que escapam ao controle burguês. (Fernandes, 2007: 148-149)

Por fim, se Paim tem razão quando diz que a Reforma Sanitária não se esgotou e não tem prazo de validade, só consideramos possível conceber tal sentença se isto significar parte de uma luta maior pela superação da ordem capitalista, uma vez que parece ser o único meio de garantir o projeto civilizatório pretendido pelo movimento sanitário e na radicalidade de sua proposta original – sem o risco das oscilações próprias dos meios convencionais no interior da ordem capitalista: os direitos sociais expressos nas políticas públicas. O nem tão recente, mas ultimamente agravado, desmonte das conquistas de décadas dos Estados europeus que gozaram do *welfare state*, dá bem a medida da relativa vulnerabilidade de tais conquistas, sempre submetidas aos ciclos de crise e à gangorra da correlação de forças da luta de classes. Sobretudo em tempos de ampliação significativa da exploração da força de trabalho e

sérias iniquidades ambientais – base da ampliação dos estados de adoecimento crônico das populações expostas em maior medida a tais condições em todo o planeta –, o debate dos *determinantes sociais da saúde* enfrenta hoje, mais do que nunca, uma imposição lógica ineliminável em favor da superação da ordem do capital, a ponto de perder-se em pura retórica se dessa forma não se manifestar.

Outro dos debatedores do texto de Paim considerou encerrada a Reforma Sanitária, posto que se realizou "na montagem e arquitetura de um sistema de saúde sem paralelo ao sul" (Hochman, 2013: 1.949). Embora não exatamente por esse motivo, posto que circunscrito ao SUS, somos forçados a concordar com a sentença. Tal como a EDP, a Reforma Sanitária se realizou, ainda que transmutada e engolfada pela mesma ordem contra a qual se insurgiu como projeto. A luta, no entanto, já que é processo constante, é movimento, não poderá se contentar com o mesmo projeto, com os mesmos métodos, com a mesma democracia. Eis a questão de princípio que unifica a luta por um SUS integralmente público, universal e de qualidade e uma reforma que se pretende um projeto civilizatório pautado na emancipação consciente dos trabalhadores: o socialismo.

Referências

AMADEO, J. Mapeando o marxismo. *In*: BORON, A.; AMADEO, J. & GONZÁLEZ, S. (Orgs.). *Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

AROUCA, S. *O Dilema Preventista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Unesp, Editora Fiocruz, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). *Pelo Direito Universal à Saúde:contribuição da Abrasco para os debates da VIII Conferência Nacional de Saúde*. Rio de Janeiro, nov. 1985.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14(1): 43-64, 2008.

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. *In*: AVRITZER, L. (Org.). *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa)

BAHIA, L. A institucionalização da participação social no Conselho Nacional de Saúde: entre a representação de interesses particulares e a universalização do direito à saúde. *Divulgação em Saúde para Debate (Cebes) – Democracia, Conselhos de Saúde e Participação Social*, 43: 37-47, 2008.

BAHIA, L. Participação social na saúde: 'muito melhor com ela'. *Saúde em Debate*, 34(84): 33-40, 2010.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: o Estado num mundo em transformação*. Washington: Oxford University Press, 1997.

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BERLINGUER, E. *Democracia, Valor Universal*. Brasília, Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira, Contraponto, 2009.

BERLINGUER, G.; TEIXEIRA, S. F. & CAMPOS, G. W. S. *Reforma Sanitária: Itália e Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BERNSTEIN, E. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BIANCHI, A. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, 23: 34-57, 2006. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo12734_merged.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

BOBBIO, N. *Qual Socialismo?Discussão de uma alternativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final. Brasília, 1986a. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional da Reforma Sanitária. Documentos I. Brasília, 1986b. .Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_07.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *8ª Conferência Nacional de Saúde: anais*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.142/90. Brasília-DF, 28 dez. 1990. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109610/lei-8142-90>. Acesso em: 9 abr. 2014.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). *Vozes da Nova Classe Média*. Brasília, 2012. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/Cartilha-Vozes-Classe-Media.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

BRAVO, M. I. S. Gestão democrática na saúde: o potencial dos conselhos. *In*: BRAVO, M. I. S. & PEREIRA, P. A. P. *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, M. I. S. & CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, 109: 126-150, 2012.

BRAVO, M. I. S. & MATOS, M. C. A saúde no Brasil: Reforma Sanitária e ofensiva neoliberal. *In*: BRAVO, M. I. S. & PEREIRA, P. A. P. *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. Política de saúde no governo Lula. *In*: BRAVO, M. I. S. *et al*. (Orgs.). *Política de Saúde na Atual Conjuntura: modelos de gestão e agenda para a saúde*. Rio de Janeiro: Rede Sirius, Adufrj-SSind, 2008.

BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões. *In*: BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. (Orgs.). *Cadernos de Saúde: saúde na atualidade – por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade*. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social/Uerj, Rede Sirius, 2011.

BRAZ, M. *Partido e Revolução 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRAZ, M. A democracia como valor universal: um clássico da esquerda no Brasil. *In*: BRAZ, M. (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo, Brasília: Editora 34, Enap, 1998.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CAMPOS, G. W. S. Romance de formação de um sanitarista: um estudo de caso. *In*: LIMA, N. T. *et al*. (Orgs.). *Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CAMPOS, G. W. S. O debate necessário à construção de uma teoria sobre a Reforma Sanitária. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

CARONE, E. *O PCB - 1922-1943*. v. 1. São Paulo: Difel, 1982a.

CARONE, E. *O PCB - 1943-1964*. v. 2. São Paulo: Difel, 1982b.

CARONE, E. *O PCB - 1964-1982*. v. 3. São Paulo: Difel, 1982c.

CARRILLO, S. *Eurocomunismo e Estado*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, A. I. *Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*. Rio de Janeiro: Fase, Ibam, 1995.

CARVALHO, A. I. Conselhos de saúde, responsabilidade pública e cidadania: a Reforma Sanitária como reforma do Estado. *In*: FLEURY, S. (Org.). *Saúde e Democracia: a luta do Cebes.* São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

CARVALHO, A. I. Saúde e educação de base: algumas notas. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 3: 3-4, 1977. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Otimismo incorrigível (Editorial). *Saúde em Debate*, 28: 3, 1990a. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 7 maio 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Saúde abalada (Editorial). *Saúde em Debate*, 29: 3-4, 1990b. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 31: 3, 1991a. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 7 maio 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 33: 4, 1991b. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 36: 3, 1992. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 7 maio 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Segunda Carta de Montes Claros. *Saúde em Debate*, 40: 83-84, 1993. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 43: 3, 1994a. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Carta da Saúde: por uma Reforma Sanitária contra a exclusão social, pela dignidade da vida humana. *Saúde em Debate*, 43: 4-9, 1994b. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 46: 3-4, 1995a. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Seminário – Para onde vai a Saúde no Brasil?. *Saúde em Debate*, 48: 9-22, 1995b. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). A agenda reiterada e renovada da Reforma Sanitária Brasileira: saúde, justiça, cidadania. *Saúde em Debate*, 26(62): 327-331, 2002. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 27(63): 3, 2003. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 29(70): 107-108, 2005a. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 29(71): 227-228, 2005b. Disponível em: <http://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=-SAUDEDEBATE&PASTA=V.29%2C+N.71+-+set&pesq=&x=57&y=13>. 7 out. 2017.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). A identidade do Cebes. *Saúde em Debate*, 29(71): 396-399, 2005c. Disponível em: <http://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=SAUDEDEBATE&PASTA=V.29%2C+N.71+-+set&pesq=&x=57&y=13>. 7 out. 2017.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). O Cebes na 13ª Conferência Nacional de Saúde. *Saúde em Debate*, 30(72): 129-138, 2006. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). *I Documento de Estratégia do Cebes*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/02/I-documento-de-estrategia-do-cebes.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). A questão democrática na área da saúde. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008a. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Prev-Saúde: considerações sobre o Prev-Saúde. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008b. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Assistência à saúde numa sociedade democrática. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008c. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Financiamento do setor de saúde: proposta para a transição democrática. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008d.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Reforma Sanitária: estratégias políticas para a Constituinte (Mesa-redonda). *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008e.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Rediscutindo a questão da determinação social da saúde – Termo de Referência para seminário do Cebes (versão I). Rio de Janeiro, fev. 2009. Disponível em: <www.cebes.org.br/media/File/Blog/Termo%20%20Determinacao%20Social.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Editorial. *Saúde em Debate*, 35(88): 4-5, 2011a. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, 35(91), out./dez. 2011b. Disponível em: <www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Radicalizar a democracia para garantir o interesse público na saúde: o Cebes nas eleições municipais de 2012. Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em: <http://cebes.com.br/site/wp-content/uploads/2014/01/radicalizar-a-democracia-para-garantir-o-interesse-publico-na-saude.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Novas vozes, novos rumos: por mais democracia, mais direitos e mais saúde! – tese política para o biênio 2014-2015, fev. 2013. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/02/TesedoCEBES2014-Web-22.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil, 2008. Disponível em: <www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/Participacao%20Social%20-%20artigo%20Pec%20em%20portugues.pdf/view>. Acesso em: 14 abr. 2014.

CODATO, A. Poulantzas, o Estado e a revolução. *Crítica Marxista*, 27: 65-85, 2008. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo156Artigo4.pdf>. Acesso em 12 dez. 2013.

COELHO, E. *Uma Esquerda para o Capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998).* São Paulo, Feira de Santana: Xamã, UEFS Editora, 2012.

COELHO, V. S. P. Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando?. *In*: COELHO, V. S. P & NOBRE, M. (Orgs.). *Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004.

COELHO, V. S. P. A democratização dos conselhos de saúde – o paradoxo de atrair não aliados. *Novos Estudos* (Cebrap), 78: 77-92, 2007.

COHN, A. Caminhos da Reforma Sanitária. *Lua Nova*, 19: 123-140, 1989.

COHN, A. A Reforma Sanitária Brasileira após 20 anos do SUS: reflexões. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(7): 1.614-1.619, 2009.

COHN, A. Comentário do texto de Jairnilson Paim: discordando mas nem tanto. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(10): 1.937-1.938, 2013.

CORDEIRO, H. O Instituto de Medicina Social e a luta pela Reforma Sanitária: contribuição à história do SUS. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, 14(2): 343-362, 2004.

CORREIA, M. V. C. *Que Controle Social? Os conselhos de saúde como instrumento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

CORREIA, M. V. C. *Desafios para o Controle Social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CORREIA, M. V. C. Controle social na saúde. *In*: MOTA, A. E. *et al*. (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

CORREIA, M. V. C. Controle social (verbete). *In*: PEREIRA, I. B. & LIMA, J. C. F. (Orgs.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

CÔRTES, S. M. V. As origens da ideia de participação na área de saúde. *Saúde em Debate*, 51: 30-37, 1996.

CÔRTES, S. M. V. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. *Sociologias*, 7(ano 4): 18-49, 2002.

CÔRTES, S. M. V. (Org.). *Participação e Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009a.

CÔRTES, S. M. V. Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade. *In*: FLEURY, S. & LOBATO, L. V. C. (Orgs.). *Participação, Democracia e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009b. (Coleção Pensar em Saúde).

COSTA, A. M. Saúde é desenvolvimento. *In*: SADER, E. (Org.). *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Rio de Janeiro: Boitempo, Flacso, 2013.

COSTA, M. R. A luta pela Reforma Sanitária: direito em saúde. *In*: ROMANO, J. O.; ATHIAS, R. & ANTUNES, M. (Orgs.). *Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil*. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. *In*: SILVEIRA, E. (Org.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COUTINHO, C. N. Apresentação. *In*: TOGLIATTI, P. *Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COUTINHO, C. N. Introdução. *In*: GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. v. 1, 1910-1920. Ed. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COUTINHO, C. N. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. *In*: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cortez, Abrasco, 2006.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

COUTINHO, C. N. Gramsci no Brasil: recepção e usos. *In*: MORAES, J. Q. (Org.). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. v. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.

COUTINHO, C. N. *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2008a.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2008b.

COUTINHO, C. N. Conversa com um "marxista convicto e confesso". *In*: BRAZ, M. *Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades, *In*: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DÂMASO, R. Saber e práxis na Reforma Sanitária: avaliação da prática científica no movimento sanitário. *In*: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cortez, Abrasco, 2006.

DANIEL, C. Participação popular, *Teoria e Debate*, 2, mar. 1988. Disponível em: <www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/participacao-popular?page=full>. Acesso em: 1 nov. 2013.

DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE, 6-12 set. 1978, Alma-Ata. *Anais...* Alma-Ata: Organização Mundial de Saúde, 1978. Disponível em: <http://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2013/10/alma-ata.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2014.

DELGADO, M. & ESCOREL, S. Ensaio sobre a resolução 333/03 do CNS: entre as dimensões política e técnica, e entre as dinâmicas participativa e fiscalizatória. *Divulgação em Saúde para Debate*, 43: 79-95, 2008.

DEL ROIO, M. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. *In*: MORAES, J. Q. & REIS, D. A. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

DEL ROIO, M. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. *In*: MORAES, J. Q. & DEL ROIO, M. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. v. 4. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.

DIAS, E. F. Sobre a leitura dos textos gramscianos. *In*: DIAS, E. F *et al*. (Orgs.). *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

DONNANGELO, M. C. *Saúde e Sociedade*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

ELIAS, P. E. Análises sobre a Reforma Sanitária e concepções politicas subjacentes: a visão autoritária do ideário progressista. *Saúde e Sociedade*, 2(1): 59-72, 1993.

ENGELS, F. Carta para Joseph Bloch. *Arquivo Marxista na Internet*, 1890. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 2 jan. 2014.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ENGELS, F. Introdução. *In*: MARX, K. *A Revolução Antes da Revolução II (textos de K. Marx)*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (EPSJV). (Org.). *Politécnico da Saúde: uma conquista da democracia*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2006.

ESCOREL, S. *Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ESCOREL, S. Depoimento concedido a Regina Abreu e Guilherme Franco Neto. Rio de Janeiro, 14 abr. 2005. (Projeto Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil − A trajetória

de Sergio Arouca, Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio). Disponível em: <www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/>. Acesso em: 2 nov. 2013.

ESCOREL, S. Saúde: uma questão nacional. *In*: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cortez, Abrasco, 2006.

ESCOREL, S. Conselhos de saúde: entre a inovação e a reprodução da cultura política. *Divulgação em Saúde para Debate*, 43: 23-28, 2008.

ESCOREL, S. Efetivar a Reforma Sanitária por meio da participação social. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(10): 1.938-1.940, 2013.

ESCOREL, S. & BLOCH, R. A. As conferências nacionais de Saúde na construção do SUS. *In*: LIMA, N. T. *et al*. (Orgs.). *Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

FALEIROS, V. P. *et al*. *A Construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do processo participativo*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FELIPE, J. S. MPAS: o vilão da Reforma Sanitária? *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

FERNANDES, F. *Em Busca do Socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, F. Democracia e socialismo. *Crítica Marxista*, 3: 11-13, 1996. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo153_Florestan.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2014.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. *Que Tipo de República?* São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FLEURY, S. (Org.). *Saúde Coletiva? Questionando a onipotência do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

FLEURY, S. A questão democrática na área da saúde. *In*: FLEURY, S. (Org.). *Saúde e Democracia: a luta do Cebes*. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

FLEURY, S. Depoimento concedido a Regina Abreu e Guilherme Franco Neto. Rio de Janeiro, 14 abr. 2005. (Projeto Memória e Patrimônio da Saúde Pública no Brasil − A trajetória de Sergio Arouca, Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio). Disponível em: <www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/>. Acesso em: 2 nov. 2013.

FLEURY, S. A análise necessária da Reforma Sanitária. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

FLEURY, S. Reforma Sanitária Brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3): 743-752, 2009.

FLEURY, S. & GUARANÁ, J. Gestão participativa como instrumento de inclusão democrática: o caso dos comitês gestores de bairro do Programa Nova Baixada. *Revista de Administração de Empresas*, 48(3): 94-103, 2008.

FLEURY TEIXEIRA, S. O dilema reformista na Reforma Sanitária Brasileira. *Revista de Administração Pública*, 21(4): 94-115, 1987.

FLEURY TEIXEIRA, S. O dilema da Reforma Sanitária Brasileira. *In*: BERLINGUER, G.; TEIXEIRA, S. F. & CAMPOS, G. W. S. *Reforma Sanitária: Itália e Brasil*. São Paulo: Hucitec, Cebes, 1988.

FLEURY TEIXEIRA, S. Denúncias na saúde: a reação da sociedade. *Saúde em Debate*, 29: 12-14, 1990.

FLEURY TEIXEIRA, S. Reflexões teóricas sobre democracia e Reforma Sanitária. *In*: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cortez, Abrasco, 2006.

FLEURY TEIXEIRA, S. Retomar o debate sobre a Reforma Sanitária para avançar o Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista de Administração de Empresas*, 49(4): 472-479, 2009.

FLEURY TEIXEIRA, S. & MENDONÇA, M. H. Reformas sanitárias na Itália e no Brasil: comparações. *In*: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cortez, Abrasco, 2006.

FONTES, V. A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção. *In*: MATTA, G. C. & LIMA, J. C. F. (Orgs.). *Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, EPSJV/Fiocruz, 2008.

FONTES, V. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil. *In*: BRAZ, M. (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo no Brasil.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA (FRSB). Reafirmando compromissos pela saúde dos brasileiros – manifesto. Brasília, 23 nov. 2005. Disponível em: <www.abrasco.org.br/publicacoes/arquivos/20060713121020.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA (FRSB). O SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade, jul. 2006. Disponível em: <www.cebes.org.br/media/File/O%20SUS%20pra%20Valer.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

FRANCO, A. Revolução: que ruptura? *Teoria e Debate,* 12, out. 1990. Disponível em: <www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/revolucao-que-ruptura>. Acesso em: 1 nov. 2013.

FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE (FNCPS). Em defesa do SUS: público, estatal, universal e de qualidade!, nov. 2011. Disponível em: <www.contraprivatizacao.com.br/p/materiais.html>. Acesso em: 21 abr. 2014.

GALLO, E. & NASCIMENTO, P. C. Hegemonia, bloco histórico e movimento sanitário. *In*: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cortez, Abrasco, 2006.

GALLO, E. *et al*. Reforma Sanitária: uma análise de viabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 4(4): 414-419, 1988.

GENRO, T. Uma agenda para a esquerda só pode ser mundial, 2 abr. 2012. Disponível em: <http://leituraglobal.org/uma-agenda-para-a-esquerda-so-pode-ser-mundial>. Acesso em: 30 set. 2017.

GERSCHMAN, S. *A Democracia Inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

GOHN, M. G. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 84)

GONÇALVES, A. O. *et al*. Contribuições da gestão participativa no espaço público chamado *conselho*: o contexto dos conselhos de saúde no Brasil. *Divulgação em Saúde para Debate*, 43: 96-105, 2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. *O Leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRANEMANN, S. Fundos de pensão e a metamorfose do "salário em capital". *In*: SALVADOR, E. *et al*. (Orgs.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

GUEVARA, E. C. Táctica y estrategia de la revolución latinoamericana. Disponível em: <http://juventudguevarista.cl/wp-content/uploads/2013/05/T%C3%81CTICA-Y-ESTRATEGIA-DE-LA-REVOLUCI%C3%93N-LATINOAMERICANA.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

GUIMARÃES, C. Perdendo logo na largada. *Revista Poli – Saúde, Educação e Trabalho*, 31, ano V: 6-11, 2013a. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R38.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

GUIMARÃES, C. Saúde: a voz das ruas e a voz do mercado. *Revista Poli – Saúde, Educação e Trabalho*, 29, ano V: 4-10, 2013b. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R36.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

GUIMARÃES, J. R. Debate: a estratégia da pinça. *Teoria e Debate*, 12, out. 1990. Disponível em: <www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/estrategia-da-pinca?page=full>. Acesso em: 30 set. 2017.

GUIMARÃES, J. R. Culturas brasileiras da participação democrática. *In*: AVRITZER, L. (Org.). *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

GUIZARDI, F. L. & PINHEIRO, R. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos conselhos de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3): 797-805, 2006.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HIRSCH, J. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. *In*: POULANTZAS, N. (Org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

HIRSCH, J. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOCHMAN, G. Saudades do futuro ou um sistema de saúde em tempos democráticos. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(10): 1.949, 2013.

IASI, M. L. PT: por que aquilo deu nisso? São Bernardo do Campo, s. d. (Mimeo.)

IASI, M. L. Recuperar o marxismo revolucionário. São Bernardo do Campo, 1987. (Mimeo.)

IASI, M. L. A questão dos conselhos: poder e duplo poder na sociedade de classes. São Bernardo do Campo: Partido dos Trabalhadores (Diretório Municipal), 1989. (Mimeo.)

IASI, M. L. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M. L. As revoluções do século XIX e a poesia do futuro. *In*: MARX, K. *A Revolução antes da Revolução II (textos de K. Marx)*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IASI, M. L. Caio Prado Junior: sentido, trilhas e caminhos da revolução brasileira. *In*: PINHEIRO, M. (Org.). *Caio Prado Junior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto Editora, 2011.

IASI, M. L. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. *In*: SALVADOR, E. *et al*. (Orgs.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, M. L. O PT e a revolução burguesa no Brasil, 2013. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=596:o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 13 maio 2014.

INGRAO, P. *As Massas e o Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

INTERNACIONAL COMUNISTA (IC). Programa da Internacional Comunista, VI Congresso Mundial, 1928. Disponível em: <www.hist-socialismo.net>. Acesso em: 12 jan. 2013.

KAUTSKY, K. *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. (Coleção História e Política, v. 2).

KONDER, L. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KONDER, L. *A Derrota da Dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LABRA, M. E. Conselhos de saúde: dilemas, avanços e desafios. *In*: LIMA, N. T. *et al*. (Orgs.). *Saúde e Democracia: história e perspectiva do SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LABRA, M. E. Política nacional de participação na saúde: entre a utopia democrática do controle social e a práxis predatória do clientelismo empresarial. *In*: FLEURY, S. & LOBATO, L. V. C. (Orgs.) *Participação, Democracia e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. (Coleção Pensar em Saúde)

LÊNIN, V. I. O oportunismo e a falência da II Internacional, 1916. *Arquivo Marxista na Internet.* Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>. Acesso em: 15 fev. 2013.

LÊNIN, V. I. *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975a.

LÊNIN, V. I. *Que Fazer?* Lisboa: Editorial Estampa, 1975b.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

LIMA, L. F. M. Participação popular e vigilância sanitária. *In*: FLEURY, S; BAHIA, L. & AMARANTE, P. *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

LIMA, N. T. *et al*. *Saúde e Democracia: história e perspectiva do SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LUCCHESI, G. Burocracia e política de saúde: arena ou ator? *In*: TEIXEIRA, S. F. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cortez, Abrasco, 2006.

LUCE, M. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, Educação e Saúde*, 11(1): 169-190, 2013.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma Estética Marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. *Socialismo e Democratização: escritos políticos (1956-1971).* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LUZ, M. T. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de 'transição democrática': anos 80. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, 1(1): 138-154, 1991.

MAGRI, L. *El Sastre de Ulm: el comunismo del siglo XX – hechos y reflexiones*. Buenos Aires: Clacso, 2011. Disponível em: <www.biblioteca.clacso.edu.ar>. Acesso em: 3 ago. 2013.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MARTENS, L. A URSS e a contra-revolução de veludo, 1991. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/martens/1991/veludo/index.htm>. Acesso em: 16 jan. 2014.

MARTINEZ, P. H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005. *In*: RIDENTI, M. & REIS, D. A. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. v. 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MARTINS, A. S. *A Direita para o Social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

MARTORANO, L. C. *Conselhos e Democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão. *In*: MARX, K. & ENGELS, F. *Crítica dos Programas de Gotha e de Erfurt*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

MARX, K. O 18 brumário de Luís Bonaparte. *In*: MARX, K. *A Revolução antes da Revolução II (textos de K. Marx)*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, K. A guerra civil na França. *In*: MARX, K. *A Revolução antes da Revolução II (textos de K. Marx)*. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARX, K. As lutas de classes na França: de 1848 a 1850. *In*: MARX, K. *A Revolução antes da Revolução II (textos de K. Marx).* São Paulo: Expressão Popular, 2008c.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008d.

MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. & ENGELS, F. Mensagem da Direcção Central à Liga dos Comunistas. *Arquivo Marxista na Internet*, mar. 1850. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>. Acesso em: 10 out. 2010.

MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. *In*: BOGO, A. (Org.). *Teoria da Organização Política: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao*. v. I. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã.* São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, Editora Unesp, 1999.

MÉSZÁROS, I. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES FILHO, E. A proto-história do marxismo no Brasil. *In*: MORAES, J. Q. & REIS, D. A. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MORAES, J. Q. Contra a canonização da democracia. *Crítica Marxista*, 12: 9-40, 2001. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7101quarti.pdf>. Acesso em: 21 maio 2011.

MORAES, J. Q. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. *In*: MORAES, J. Q. & DEL ROIO, M. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. v. 4. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MOREIRA, M. R. Democracia participativa, democracia representativa e conselhos de saúde no contexto da reforma política. *Divulgação em Saúde para Debate*, 43: 15-22, 2008.

MORONI, J. A. O direito à participação no governo Lula. *In*: AVRITZER, L. (Org.). *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTTA, L. E. Nicos Poulantzas, 30 anos depois. *Revista de Sociologia Política*, 17(33): 221-228, 2009.

MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA (MRSB). Universalidade, igualdade e integralidade da saúde: um projeto possível – Agenda Política e Estratégica para a Saúde. Belo Horizonte, 3 out. 2013. Disponível em: <www.abrasco.org.br/noticias/noticia_int.php?id_noticia=1606>. Acesso em: 15 abr. 2014.

MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA (MRSB). Propostas do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira para debate nacional – por um SUS para todos os brasileiros!, 4 abr. 2014. Disponível em: <http://cebes.com.br/2014/04/propostas-do-movimento-da-reforma-sanitaria-brasileira-para-debate-nacional-por-um-sus-para-todos-os-brasileiros/>. Acesso em: 18 abr. 2014.

NETTO, J. P. *Democracia e Transição Socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, L. M. W. (Org.). *Direita para o Social e Esquerda para o Capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. *In*: COELHO, V. S. & NOBRE, M. (Orgs.). *Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004.

NORONHA, J. C. & TRAVASSOS, C. M. Participação comunitária nos programas de saúde. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

OCKÉ-REIS, C. O. *Mensuração dos Gastos Tributários: o caso dos planos de saúde, 2003-2011).* Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, maio 2013. (Nota Técnica n.5).

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. & RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, J. A. Para uma teoria da Reforma Sanitária: "democracia progressiva" e políticas sociais. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

PAIM, J. S. Bases conceituais da Reforma Sanitária Brasileira. *In*: FLEURY. S. (Org.). *Saúde e Democracia: a luta do Cebes.* São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

PAIM, J. S. Medicina comunitária: introdução a uma análise crítica. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008a.

PAIM, J. S. *Reforma Sanitária B rasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008b.

PAIM, J. S. Um análise sobre o processo da Reforma Sanitária Brasileira. *Saúde em Debate*, 33(81): 27-37, 2009.

PAIM, J. S. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Pública*, 29(10): 1.927-1.936, 2013a.

PAIM, J. S. Reforma Sanitária Brasileira: *eppur si muove*. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(10): 1.952-1.953, 2013b.

PANIAGO, M. C. S. Controle social e o fundamento liberal dos conselhos gestores. Disponível em: <www.cristinapaniago.com/textos>. Acesso em: 1 dez. 2011.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Resolução Política do V Congresso, 1960. *Arquivo Marxista na Internet*. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>. Acesso em: 6 mar. 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *Carta de Princípios: resoluções de encontros e congressos & programas de governo*. Santo André-Lins: Fundação Perseu Abramo, 1979. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em 1 nov. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *Manifesto de Lançamento: resoluções de encontros e congressos & programas de governo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1980. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em 1 nov. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *II Encontro Nacional: plataforma eleitoral nacional.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1982. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em 1 nov. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *III Encontro Nacional: teses para a atuação do PT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1984. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em 1 nov. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *IV Encontro Nacional: plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88*. São Paulo: Fundação

Perseu Abramo, 1986. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *V Encontro Nacional: resoluções políticas.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *I Congresso: resolução (Socialismo).* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1991. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *XII Encontro Nacional: resoluções políticas.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em: 1 nov. 2013.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. *In*: LIMA, J. C. F. & NEVES, L. M. W. (Orgs.). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2006.

PEDRINI, D. M.; ADAMS, T. & SILVA, V. R. Controle social e fortalecimento da democracia participativa: dilemas e perspectivas. *In*: PEDRINI, D. M.; ADAMS, T. & SILVA, V. R. (Orgs.). *Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios*. São Paulo: Paulus, 2007.

PELLEGRINI FILHO, A. Propostas de modelos de saúde. *In*: FLEURY, S.; BAHIA, L. & AMARANTE, P. (Orgs.). *Saúde em Debate: fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes, 2008.

PINHEIRO, M. (Org.). *140 Anos da Comuna de Paris*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, N. Prefácio. *In*: POULANTZAS, N. (Org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977a.

POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. *In*: POULANTZAS, N. (Org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977b.

POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, Graal, 2000.

PRADO JR., C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, D. A. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. *In*: FERREIRA, J. & REIS, D. A. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições, 1889-1945*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, J. C. Caio Prado Jr. *versus* PCB: a revolução brasileira (1966). *In*: FERREIRA, J. & REIS, D. A. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, N. & RAICHELIS, R. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas. *Serviço Social & Sociedade*, 109: 45-67, 2012.

RIZZOTTO, M. L. F. *Capitalismo e Saúde no Brasil nos Anos 90: as propostas do Banco Mundial e o desmonte do SUS*. São Paulo: Hucitec, 2012.

ROCHA, R. Democracia profana. *Teoria e Debate*, 11, jul. 1990. Disponível em: <www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/democracia-profana?page=full>. Acesso em: 1 nov. 2013.

RODRIGUEZ NETO, E. A via do parlamento. *In*: FLEURY, S. (Org.). *Saúde & Democracia: a luta do Cebes*. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

RODRIGUEZ NETO, E. *Saúde: promessas e limites da Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

SAES, D. *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994.

SANTOS, N. R. Democracia e participação da sociedade em saúde. *In*: MATTA, G. C. & LIMA, J. C. F. (Orgs.). *Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, EPSJV, 2008.

SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. *In*: MORAES, J. Q. & REIS, D. A. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SECCO, L. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SILVA, J. O. Conselhos, controle social e racionalidade do Estado. *Divulgação em Saúde para Debate*, 43: 118-127, 2008.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C. & RÖCKE, A. O orçamento participativo na Europa: potencialidades e desafios. *In*: SILVA, E. M. & CUNHA, E. S. M. (Orgs.). *Experiências Internacionais de Participação.* São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Pensando a Demacracia Participativa, v. 2)

SPOSATI, A. & LOBO, E. Controle social e políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 8(4): 366-378, 1992.

STOTZ, E. N. Movimentos sociais e saúde: notas para uma discussão. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(2): 264-268, 1994.

STOTZ, E. N. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. *Saúde em Debate*, 30(73/74): 149-160, 2006.

STOTZ, E. N. Participação social (verbete). *In*: PEREIRA, I. B. & LIMA, J. C. F. (Orgs.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEXIER, J. *Revolução e Democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TOGLIATTI, P. *O Caminho Italiano para o Socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TOGLIATTI, P. *Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TOLEDO, C. N. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*, 1: 27-38, 1994. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/CM_1.3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2010.

TONET, I. & NASCIMENTO, A. *Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. s.d Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Descaminhos_da_esquerda.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

UGALDE, A. Las dimensiones ideológicas de la participación comunitaria em los programas de salud en Latinoamerica. *Cuadernos Médicos Sociales*, 41(21): 41-53, 1985.

VAINER, C. & PALMEIRA, V. PT: ameaçador ou ameaçado? *Teoria e Debate*, 8, out. 1989. Disponível em: <www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/pt-ameacador-ou-ameacado?page=full>. Acesso em: 1 nov. 2013.

VANNUCHI, P. Adeus às armas? *Teoria e Debate*, 11, jul. 1990. Disponível em: <www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/adeus-armas?page=full>. Acesso em: 1 nov. 2013.

VIANA, A. L. D. Longos dias têm cem anos. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(10): 1.942-1.944, 2013.

VIANNA, M. A. G. O PCB: 1929-1943. *In*: FERREIRA, J. & REIS, D. A. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições, 1889-1945*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIANNA, M. L. T. W.; CAVALCANTI, M. L. & CABRAL, M. P. Participação em saúde: do que estamos falando? *Sociologias*, 21, ano 11: 218-251, 2009.

VINHAS, M. *O Partido: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEFFORT, F. *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

Posfácio

Milonga, Morte e Ressureição de um Projeto

Cuentan que cuando un silencio aparecía entre dos
era que pasaba un ángel que *les robaba la voz.*
Silvio Rodriguez

Milonga de um anjo*

A Reforma Sanitária é um projeto que se inscreve nas lutas sociais que marcam a agonia da autocracia burguesa. Traz, portanto, marcada em seu corpo as cicatrizes de tempos duros, a convicção democrática e a esperança socialista. Todo projeto é filho de seu tempo, mas os seres humanos que os embalam impõem suas intencionalidades, moldam através da práxis o barro informe das pretensões, resultando em algo objetivado que, por vezes, nos olha dos abismos distantes do estranhamento.

É destino humano a objetivação que vai deixando como pegadas nossa história enquanto seres sociais, mas é destino de nossos tempos o fetichismo, o reino das coisas sobre os seres humanos, onde uma relação social entre seres humanos assume a forma estranhada de uma relação entre coisas. Os produtos dominam os produtores.

Tal processo não se dá apenas no ato do trabalho, no qual nos apartamos dos meios e dos objetos produzidos, e por meio disso, dos outros e de nós mesmos, mas incide sobre várias esferas de nossa vida, sobre nossas representações, a religião, a linguagem, nossas relações e as instituições nas

---

* O compositor argentino, Astor Piazzolla, criou nos anos 1960 uma trilogia composta de *La Milonga del Angel, La Muerte del Angel e La Ressurrección del Angel*.

quais se cristalizam. Marx dizia que produzimos nossas relações sociais como produzimos um pano. Assim, a ordem das mercadorias faz com que o tecido de nossa vida se cristalize em algo que se afasta de nossas intenções e se objetiva em forças hostis que passam a nos controlar, ao invés de servir aos nossos propósitos iniciais. Não apenas no corpo das relações que reproduzem a ordem das mercadorias e do capital, mas também em nossas próprias instituições erguidas no processo de luta contra esta ordem, desde a negação cotidiana das formas de vida alternativas, da família que queria ser diversa, de nossos instrumentos de luta, nas associações, nos sindicatos, partidos e espaços de ação profissional. Imersos num real determinado, nos amoldamos a ele e o reproduzimos, entramos em contradição, resistimos, lutamos, rompemos e, através de nossa práxis, vamos instituindo novas formas de existência que podem trilhar duas direções: instituir o novo ou encontrar uma nova forma de reproduzir o velho.

Sartre (1979) compreendia esse processo como um dilema insuperável da existência, uma dialética circular presa entre duas alienações, aquela que marca nosso amoldamento inicial a um determinado campo prático inerte e uma outra que resulta de nossa práxis que se institui, se objetiva e, inevitavelmente, se burocratiza e se estranha. Acreditamos que Marx vê de forma distinta esse movimento, não porque deixa de reconhecer o amoldamento inicial, as contradições e a possibilidade de rompê-lo por meio da práxis, não porque essa ação pode nos levar a reconfigurar nossa objetividade em nova forma em que se reproduza a alienação, mas pelo fato de identificar, na base do estranhamento, certas relações sociais de produção e formas de produção da existência que podem ser superadas historicamente pela ação dos seres humanos. Por este motivo, Marx não compreende essa superação como um ato hegeliano do espírito, mas um ato prático e político, uma revolução.

Em certa ocasião o filósofo existencialista francês afirmou, contra aqueles que atacavam o marxismo, que nosso tempo era o tempo de Marx. Compreendemos e concordamos com o sentido mais profundo desta afirmação, vivemos o tempo da agonia do capital, da emergência dramática de suas contradições e da luta, que daí resulta, daqueles que almejam criar um novo tempo. No entanto, estou convencido que vivemos, também, o tempo de Sartre, não porque sua dialética circular hegeliana se impôs, mas pelo fato de que a aventura de criar o novo nas entranhas contraditórias do velho, no momento em que a humanidade só pode resolver as questões que propõe na materialidade em que apenas germinam as condições que poderão produzir as respostas

que almejamos, tem nos levado a instituir práticas, relações e instituições que se afastam de nós, objetivando-se de forma alienada e tornando-se forças hostis que escapam ao controle daqueles que foram seus sujeitos.

Não aconteceu apenas de forma dramática com a experiência socialista do século XX, aconteceu com nossos projetos mais recentes, com o SUS, com a Reforma Psiquiátrica, com certas experiências políticas, com nosso país. O impasse nas experiências de transição socialista que marcaram o século passado, notadamente a soviética, a burocratização e seu catastrófico processo de contrarrevolução e restauração capitalista, são certamente o cerne do drama vivido e exigem, ainda, respostas. Mas, vivemos algo semelhante na trajetória de algumas das respostas que ousamos dar aos impasses de nossos sonhos transformadores. Refiro-me aqui àqueles que, partindo de um diagnóstico sobre os impasses, receitaram uma acentuada moderação em nossas pretensões, na linha do que ficaria conhecido como eurocomunismo e a social-democracia. Foram alternativas trilhadas por um bom tempo, galvanizaram os espíritos de toda uma geração que agora se vê paralisada diante de uma não menos catastrófica reversão contrarrevolucionária.

Antes que sejamos tomados por uma angústia existencialista que vê neste movimento a confirmação de uma inevitabilidade no interior da qual nos restaria lutar contra o instituído, para instituir aquilo contra o que teremos que nos insurgir, analisemos mais detidamente a natureza deste movimento.

A sucessão das formas no tempo resulta em um aspecto que o pensamento marxiano, fundamentado em Hegel, denomina de "negação da negação". Uma forma é superada por outra que já traz em si o germe daquilo que irá superá-la, de maneira que, ao ser negada a segunda forma, parece apresentar a primeira forma negada. Um retorno. Entretanto, nada retorna ao que era, o rio de Heráclito corre indefinidamente, o aparente retorno se dá em um novo patamar, fazendo o movimento assumir uma forma não linear, mas em espiral (Lênin, 1974; Lefebvre, 1979).

Acreditamos que o dilema das transições socialistas e da social-democracia devem ser analisados não em si mesmos como uma dicotomia mecânica, mas deve-se afastar a lente e julgar esses processos à luz do devir. Ambos marcaram a forma na qual as contradições da ordem capitalista colocaram em movimento a classe trabalhadora e suas pretensões de mudança, ambos sofreram um processo de reversão na qual se impôs a ordem do capital. Entretanto, não são processos idênticos, o primeiro caminhou pela negação das formas de propriedade e alterou a base das relações sociais de produção, o

segundo acreditou possível manter essas bases e acentuar o processo de socialização da distribuição e dos direitos numa ordem democrática. A radicalidade do primeiro implicou a brutal destruição contrarrevolucionária das sociedades que passaram pela restauração capitalista, o segundo antes sofreu contrarrevoluções políticas e reversão do patamar de direitos, sem que fosse necessário alterar as formas de propriedade que foram mantidas.

Nenhum dos dois processos retorna, no entanto, ao patamar no qual se encontrava antes, nem as sociedades ocidentais que passaram pela experiência social-democrata, nem aquelas que iniciaram transições socialistas interrompidas. A espiral dialética não implica juízos valorativos, não se trata de melhor ou pior, simplesmente não são mais as mesmas e, ainda mais dramaticamente, mais fetichizadas e alienadas.

A morte do anjo

O Brasil saiu da ditadura burguesa na forma militar no final dos anos 1970. É compreensível que o movimento dos trabalhadores venha marcado por uma defesa da democracia, em contraste com a forma brutal do domínio burguês que se encerrava. Da mesma maneira, não deve nos espantar que a experiência do chamado socialismo real, já tendo ficado para trás os principais anos da polarização da guerra fria, deixasse de incidir, como o fizera em décadas passadas, no pensamento da esquerda brasileira. O PT e a Estratégia Democrática Popular representaram aqui a síntese desses vetores que na Itália, por exemplo, se materializava na reversão eurocomunista.

A brutalidade da ditadura, o vigor das lutas operárias, a retomada dos movimentos sociais, produziram o cenário no qual a necessidade de superar os limites da estratégia até então hegemônica na esquerda brasileira, aquela representada pelo PCB e que encontra seu ponto de inflexão no golpe de 1964, ganhava os contornos de uma aparente novidade.

A Reforma Sanitária, analisada por este competente estudo de André Dantas, é um momento significativo deste processo por vários motivos. Inicialmente protagonizada por quadros intelectuais e militantes do PCB, não apenas, mas centralmente, a reforma se estendeu no tempo e teve uma incrível longevidade, atravessando os governos imediatamente posteriores à abertura democrática até pouco mais de uma década de governos petistas que encerram o ciclo.

Originalmente pensado como um estudo sobre os processos de *controle social*, o pesquisador se vê diante do fato de que a Reforma Sanitária e aquilo que dela se desdobra, como a constituição do SUS, a saúde pública como política de governos democráticos, a luta antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, produzem uma trajetória que parece implicar uma reversão, isto é, as formas de manifestação de uma intenção transformadora, do maior controle das políticas públicas de saúde pelos profissionais e pela população que dela se serve, pouco a pouco, vão se convertendo em instâncias de controle do Estado sobre esses segmentos.

O que torna ainda mais dramática essa constatação é o fato de que os princípios que embasam – tanto o movimento sanitarista quanto a expressão política de onde parte – consideravam que estavam dadas as bases em nosso país para um processo de socialização política que trazia a possibilidade de superar os vícios estruturais do *prussianismo*. Isto é, o fortalecimento da *sociedade civil* redefiniria a relação com o Estado que não mais poderia agir diretamente sem mediações, transitando, nos termos gramscianos, de uma sociedade *oriental*, na qual o Estado é forte e a sociedade civil *gelatinosa*, para uma sociedade ocidental, onde o Estado age na sociedade através de mediações, de aparelhos privados de hegemonia. Tal cenário é visto como a possibilidade de uma correlação de forças mais favorável às classes trabalhadoras e suas demandas, entre elas a questão da saúde.

Percebemos, como ressalta o autor, que a saúde é compreendida como um espaço da luta de classes, na verdade como um espaço privilegiado, uma vez que a luta pela definição de modelos de atenção coloca em confronto os principais interesses de classe em disputa. Articula-se em torno da questão da saúde uma miríade de vetores que abarca quase todos os aspectos da produção e reprodução da vida, como o mundo do trabalho, do saneamento, da moradia, da alimentação, da segurança, da sexualidade, das questões de gênero e etnia.

O vigor do movimento sanitário, a luta por políticas públicas de saúde, a presença desta pauta nas ações de governo, num leque bastante amplo de forças políticas, demonstram o acerto deste diagnóstico. Entretanto, paradoxalmente, também apontam as pistas de sua lenta transformação nas décadas que se seguiriam.

Como espaço da luta de classes, a saúde não poderia ser apenas a expressão dos interesses das classes trabalhadoras, mas também dos monopólios capitalistas, desde diretamente as empresas de saúde, a

indústria farmacêutica, os manicômios, até as empresas, o latifúndio e depois o agronegócio, os grandes monopólios ligados ao modelo de cidade imposto pela mercadoria capitalista.

O mérito da análise de André Dantas é procurar fugir da explicação que reduz o problema a uma questão de correlação de forças que se expressa em sínteses variadas e móveis no corpo das políticas públicas. Neste registro estaríamos presos à lógica perversa do pragmatismo, da política do possível, de pequenos avanços intercalados com grandes recuos à espera de outras possibilidades de avanço, em suma, na progressividade de reformas acumulativas.

A lente analítica do autor se desloca para um terreno mais difícil, mas acreditamos, mais preciso. A questão deve ser colocada em termos da estratégia e das táticas que perpassam a luta da saúde, mas vão além dela, no terreno das organizações políticas, dos fundamentos teóricos e dos caminhos que daí derivam no sentido da transformação social.

Aqui também a Reforma Sanitária é um campo privilegiado de análise, pois ela nasce no interior de uma formulação própria da Estratégia Democrática Nacional (EDN) do PCB e transita para o escopo da Estratégia Democrática Popular (EDP) do PT. No entanto, aqui as mediações devem ser cuidadosas. Muitas vezes, como comprova este estudo, posições originárias de uma estratégia reformista parecem ser mais revolucionárias que a forma final de formulações que se arrogavam mais revolucionárias.

Há, entretanto, um ponto de encontro dessas estratégias, e isso não é casual. Como defendemos em outros trabalhos (Iasi, 2006), a EDP é uma má superação da EDN. Nossa hipótese de trabalho é que as formulações do PT "ficaram presas na fronteira entre o rompimento e a reprodução" das formulações comunistas, reapresentando-as de forma "tragicamente caricatural" (Iasi, 2006: 441). André Dantas irá perquirir cuidadosamente essas pistas, tanto no debate no interior do movimento sanitarista quanto em seus desdobramentos nas políticas públicas de saúde.

Duas questões se tornam centrais nesse caminho: a democracia e o Estado. Como afirmava Florestan Fernandes, resgatado com pertinência pelo autor, precisávamos com urgência da retomada da democracia no quadro da crise da autocracia burguesa, mas não uma democracia que fosse o túmulo do socialismo. A cuidadosa recuperação desse debate na tradição socialista é, sem dúvida, um dos pontos altos do trabalho que agora se

apresenta. Percorre-se a polêmica de Bernstein e Kautsky, as questões postas por Togliatti, Berlinguer, Ingrao e Poulantzas, de forma que o leitor descortina os fundamentos de uma certa compreensão da democracia e do Estado que baliza a proposta da Reforma Sanitária. Mas não apenas, uma vez que, segundo a tese defendida por Dantas, são os fundamentos que, compreendidos, nos remetem àquilo que houve de ruptura e continuidade entre as duas estratégias que predominaram no Brasil dos anos 1950 até os dias atuais.

Não se trata de um estudo sobre o que *deveria ter sido feito*, mas uma análise crítica do que se fez. O necessário resgate da democracia encontrou seu limite numa incompreensão do caráter do Estado na forma atual do modo de produção capitalista. Esse fato levou à compreensão da possibilidade de um caminho gradativo de reformas, primeiro no sentido da superação socialista, depois na direção de um mero aperfeiçoamento da ordem burguesa como fim último da estratégia.

É nesse ponto que a experiência petista é analisada. Aparentemente mais radical que seus antecessores, o petismo no governo acaba por se limitar a um horizonte político aquém da reforma. O reinado do pragmatismo, da conciliação de classes, do compromisso com uma governabilidade, foram deixando suas marcas naquilo que André Singer (2012) identificou como um "reformismo de baixa intensidade". O verniz "socialista", o compromisso com a "participação", acabam ornando o pacto de uma "democracia de cooptação" nos termos colocados por Florestan Fernandes (1976).

O mito pequeno burguês do ponto comum onde se encontram os interesses dos trabalhadores e do grande capital, a ideia mística de *nação*, só pode se materializar em uma política na qual se desemboca para as parcerias público privadas, as fundações, as organizações sociais (OS), espaços onde se expressam os princípios do enxugamento dos gastos públicos, a responsabilidade fiscal, a política de superávits primários como garrotes que limitam a dimensão das políticas públicas em geral e a política de saúde em particular. Mantém-se o SUS, operado por OS, a lenta destruição dos hospitais universitários e a imposição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), implementa-se a política de desospitalização psiquiátrica com os centros de atenção psicossocial (Caps) e recriam-se nas margens as comunidades terapêuticas esterilizadas de qualquer marca progressista para se reinstituir o assistencialismo privado.

A esse mito segue outro, o do acúmulo de forças, das reformas possíveis contingenciadas pela correlação de forças desfavorável, o mito de patamares

democráticos abaixo dos quais não se recuaria. No entanto, a governabilidade exige, diante do altar das alianças *necessárias*, sacrifícios de princípios. O SUS deve ser público, mas não necessariamente gratuito, não importa se o profissional da saúde seja concursado ou contratado por uma fundação ou por outra forma de pirataria dita *social*, o balcão de projetos substitui as políticas, os programas de longo prazo são trocados por estratégias de chegar ao final da gestão sem problemas com a *reponsabilidade fiscal*.

Talvez o ato mais significativo deste equívoco tenha se materializado na entrega do Ministério da Saúde para um representante do PMDB comprometido com as empresas de saúde – Marcelo Castro – e um secretário de Saúde Mental que expressava a mais límpida identidade com os manicômios, Valencius Wurch Duarte Filho, dono do hospício Paracambi, maior manicômio privado da América Latina, fechado por ataques contra os direitos humanos.

Não se trata de atribuir a culpa a esta ou aquela personificação dos fundamentos ou da implantação de uma estratégia, muito menos desconsiderar o enorme esforço de milhares de profissionais, técnicos, usuários e familiares que se envolveram na construção e defesa do SUS e das políticas de saúde em nosso país nos últimos anos; pelo contrário, é em respeito a esse esforço que se torna necessário um balanço crítico e reflexivo dos horizontes e limites desta ação.

Toda uma geração se empenhou na luta pela saúde, e não por outro motivo o desmonte dito neoliberal produziu aqui uma síntese diversa do que em outras partes. Trata-se de analisar o preço pago pela democracia de cooptação. Era necessário mobilizar para apassivar, organizar para cooptar, quebrando a autonomia e a independência do movimento dos trabalhadores em defesa da saúde, em nome do respaldo do pacto de classes em que se fundava o governo. Era melhor garantir a continuidade do governo, mesmo que o preço a pagar fosse a descaracterização perigosa do SUS, o aviltamento de seu caráter público e gratuito, quando não a privatização direta para as empresas de saúde e o ornitorrinco das fundações público/privadas.

O embate direto, que mostrou tanto a força quanto os limites da trajetória empreendida, foi a 14ª Conferência Nacional de Saúde, na qual o então ministro da área, Alexandre Padilha, contra a linha aprovada em plenário, apresentou uma carta em que relativizava o caráter gratuito do SUS para abrigar os atendimentos executados por planos de saúde privada.

A correlação de forças das eleições de 2014 iria ser decisiva para o capítulo final desta saga. Acossada por alianças, com a direita tramando por sua queda, a presidente empreende o aprofundamento de uma linha suicida: ceder cada vez mais para não ser derrubada. Desde a política econômica de austeridade para as políticas públicas e a generosidade para o grande capital, os bancos e o agronegócio, até o toma lá dá cá de cargos para aplacar a sanha de uma bancada de sustentação que ao mesmo tempo era o epicentro da conspiração.

A queda do governo em 2016 é, por mais incrível que pareça, compreendida como a comprovação do vigor da estratégia gradualista que teria provocado a reação dos setores conservadores. O que nos parece é que acabou descartado exatamente por ter-se empenhado nos ajustes e concedido aos setores reacionários tudo o que foi exigido, tornando-se, por isso mesmo, desnecessário para um segmento do grande capital e sua representação política.

De fato, as classes dominantes se dividiram nesse episódio. De um lado, um segmento que optou pelo perigoso jogo de desgastar o governo para arrancar o compromisso com os ajustes e depois derrotá-lo nas eleições seguintes; de outro, aqueles que se aproveitaram do intenso processo parlamentar, jurídico e midiático para desestabilizar o governo e se livrar do intermediário.

O que vimos foi a radicalização do desmonte para além dos limites de uma democracia de cooptação. Os aspectos, por muitos julgados superados, de uma autocracia burguesa servem agora para impor um ataque sem precedentes aos trabalhadores na reforma trabalhista, na reforma da previdência, na retirada de direitos e no desmantelamento do que restava de políticas sociais.

A democracia se mostrou menos profícua do que se esperava. A sociedade civil burguesa fortalecida se torna um poderoso recurso de casamatas e trincheiras avançadas que consolida a hegemonia burguesa no seio da sociedade brasileira. Anos de apassivamento e cooptação desarmaram os trabalhadores, privando-os dos recursos necessários para fazer frente a este ataque e, o que é pior, ideologicamente criaram-se as bases para que grandes segmentos dos trabalhadores aderissem à ordem pela via da mercantilização das políticas públicas, inserção pelo consumo, empreendedorismo e outras ideias-chave da ideologia burguesa em sua forma mais recente.

Gramsci (2007) dizia que o Estado é sempre um instrumento destinado a garantir a criação e expansão das condições favoráveis ao domínio de uma classe, no entanto, deve apresentar estes interesses particulares como se fossem

universais, "nacionais" se preferirem. Para tanto, "a vida estatal é concebida como a contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem" (Gramsci, 2007: 42). O primeiro grande equívoco dessa aposta na democracia e no Estado foi a crença de que o segmento popular (na verdade hegemonizado por uma pequena burguesia política) estaria envolvendo setores da burguesia em uma estratégia na qual os interesses populares poderiam ser aqueles que prevaleceriam; o segundo foi a crença de que esses equilíbrios seriam suficientemente prolongados para que as reformas gradativas fossem implementadas.

É o mesmo Gramsci (2007: 42) que nos alerta, na continuação da frase citada, ao afirmar que tais equilíbrios se mantêm "até determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo". Isso significa dizer duas coisas: primeira, o equilíbrio só se mantém enquanto predominarem os interesses do grupo dominante; segunda, o pacto é suspenso assim que tais interesses, naquilo que é essencial, estejam, real ou potencialmente, em risco.

O que ameaçava o equilíbrio da democracia de cooptação não era a lenta implantação de *reformas* gradativas – de fato concessões cada vez mais amplas aos interesses privatistas –, mas a crise econômica e a corrosão das bases sociais do apassivamento.

A ressurreição do anjo

Neste momento de resistência e luta contra os ataques aos trabalhadores, se somam duas tarefas da maior importância. É essencial resistir, no entanto, tanto nossas lutas imediatas como seu devir implicam uma real superação daquilo que prevaleceu no último período da luta de classes no país. Não nos parece que a mera reapresentação da mesma estratégia de outra forma possa nos conduzir a um destino diverso daquele que nos coube no atual momento. Nosso limite não é simplesmente tático, ele é, fundamentalmente, estratégico.

Isso impõe que as lutas particulares pela saúde, educação, moradia, segurança, transporte, direitos trabalhistas e sociais, por mais importantes que sejam, devem ser pensadas num diapasão maior que se enquadra na grande questão que exige ainda resposta: o caráter da formação social brasileira e a forma particular de inserção no modo de produção capitalista. A forma particular da conformação de uma estrutura de classes e da luta entre classes, o

caráter do Estado e outros aspectos decisivos derivam, ao mesmo tempo, de uma rigorosa análise de nossa sociedade e dos fundamentos teóricos de toda a experiência política da classe trabalhadora no século XX. Uma tarefa portentosa, para qual o trabalho de André Dantas contribui.

Uma coisa, entretanto, sabemos. Não será conjurando fantasmas do passado que escreveremos a poesia do futuro.

Mauro Luis Iasi

Historiador, doutor em sociologia, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas, do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio e do comitê central do Partido Comunista Brasileiro

Referências

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IASI, M. L. *As Metamorfoses da Consciência de Classe; o PT entre a Negação e o Consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LEFEBVRE, H. *Lógica Formal – Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LENIN, V. I. *Cuadernos Filosóficos*. Madrid: Ayuso, 1974.

SARTRE, J. P. *Crítica de la Razón Dialéctica*. Buenos Aires: Losada, 1979.

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Formato: 16 x 23cm
Tipologia: Adobe Garamond Pro
Papel: Pólen Bold 70 g/m^2 (miolo)
Cartão Supremo 250 g/m^2 (capa)
CTP, impressão e acabamento: Imos Gráfica e Editora Ltda.
Rio de Janeiro, dezembro de 2017

Não encontrando nossos títulos em livrarias,
contactar a Editora Fiocruz:
Av. Brasil, 4.036, térreo, sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3882-9039 e 3882-9041
Telefax: (21) 3882-9006
www.fiocruz.br/editora
e-mail: editora@fiocruz.br

Estava faltando uma obra que analisasse com profundidade teórico-política, e fundamentada na crítica da economia política, o projeto da Reforma Sanitária desde a sua constituição, em meados dos anos 1970, até a atualidade. Como bem caracteriza o autor, a Reforma Sanitária é processo, é movimento, e não pode contentar-se com o Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo que pleno. A defesa é de uma reforma que pretende um projeto civilizatório pautado na emancipação dos trabalhadores: o socialismo. O livro de André Dantas nos dá um alento: mostra que há vida crítica na esquerda brasileira e que há esperança, pois temos muita luta pela frente. A onda conservadora passará.

Maria Inês Souza Bravo

Doutora em serviço social, professora associada da
Faculdade de Serviço Social da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro

ISBN 978-85-7541-503-0